



INDICADORES DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO  
ENDÓGENO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES  
*no período 1999/2013*



CARLOS ALBERTO PIACENTI



Editora  
PARQUE ITAIPU

**INDICADORES DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO  
ENDÓGENO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSE  
NO PERÍODO 1999/2013**

CARLOS ALBERTO PIACENTI

INDICADORES DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO  
ENDÓGENO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSE  
NO PERÍODO 1999/2013

1ª Edição

Foz do Iguaçu, Editora Parque Itaipu, 2016

© 2016 Carlos Alberto Piacenti

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio, sem a prévia autorização dos detentores dos direitos autorais da obra.

EDITORA PARQUE ITAIPÚ

Fundação Parque Tecnológico Itaipu (FPTI)

Av. Tancredo Neves, 6731 - 85.867-900

Foz do Iguaçu - PR

Telefone: 00 55 (45) 3576.7200; Fax: 00 55 (45) 3576.7199

[www.pti.org.br](http://www.pti.org.br)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ (UNIOESTE)

Rua Belarmino de Mendonça, 566 - Centro - 85851-100

Foz do Iguaçu - PR

Telefone: (45) 3029-4596

[www.unioeste.br](http://www.unioeste.br)

PROGRAMA OESTE EM DESENVOLVIMENTO

Foz do Iguaçu - PR

Telefone: (45) 3529-2716

<http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/>

P579i

Piacenti, Carlos Alberto.

Indicadores do potencial de desenvolvimento endógeno

dos municípios paranaenses/ Carlos Alberto Piacenti. –

Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2016.

216 p.

ISBN 978-85-98845-45-6 (Impresso)

ISBN 978-85-98845-46-3 (E-book)

1. Desenvolvimento econômico – Brasil – Paraná.

I. Título.

CDD 330.98162

CDU 330.34(816.2)

# SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO.....	8
1.1 Considerações iniciais.....	8
1.2. Disparidades entre os municípios no paraná.....	14
2 - CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ.....	25
2.1. Mesorregião Centro-Occidental.....	30
2.2. Mesorregião norte central.....	31
2.3. Mesorregião do norte pioneiro.....	35
2.4. Mesorregião do oeste paranaense.....	38
2.5. Mesorregião do sudoeste paranaense.....	40
2.6. Mesorregião do centro-sul paranaense.....	42
2.7. Mesorregião sudeste paranaense.....	44
2.8. Mesorregião metropolitana de curitiba.....	47
2.9. Mesorregião noroeste.....	50
2.10. Mesorregião centro-oriental.....	53

3 - REFERENCIAL TEÓRICO.....	56
3.1. Aspectos da teoria clássica do desenvolvimento regional.....	57
3.2. Modelo teórico.....	62
4 - REFERENCIAL ANALÍTICO.....	88
4.1. Dimensão econômica.....	89
4.2. Dimensão social.....	99
4.3. Dimensão institucional.....	101
4.4. Identificação dos municípios deprimidos no estado do paraná.....	108
5 - ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	112
5.1. Análise do nível de potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses.....	112
6 - RESUMO E CONCLUSÕES.....	196
7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	202

# PREFÁCIO

O desenvolvimento dos territórios necessitam de um olhar amplo, que considere a totalidade das dimensões econômica, social, institucional. Crescer não é desenvolver. Desenvolver exige alterações estruturais nos territórios e não meramente ampliação das variáveis tidas como econômicas.

Ademais, a perspectiva a promoção do desenvolvimento deve iniciar de baixo para cima, endógeno, tendo como meta o desenvolvimento pleno das potencialidades e das habilidades humanas do território.

As análises comparativas temporal sobre o grau de desenvolvimento de um mesmo determinado território permite verificar as resultantes das ações desencadeadas pelo protagonismo dos atores locais, políticas públicas, alocação de recursos e da capacidade organizativa dos fatores produtivos e sociais.

Este texto é uma contribuição para a literatura sobre a pesquisa em desenvolvimento regional e ao estado do Paraná, onde seus capítulos passam por diversos temas ligados ao espaço econômico, social, institucional numa perspectiva endógena.

A FPTI têm como objetivo promover o desenvolvimento territorial e, por consequência, esta obra contribui para a disseminação e enriquecer as abordagens e reflexões sobre as estratégias de desenvolvimento, além de apresentar informações relevantes para o processo de planejamento territorial do estado do Paraná.

Promover desenvolvimento territorial, na perspectiva da FPTI-BR, por meio de seus projetos e parceiros – como esta obra – está enraizado na participação e protagonismo dos atores locais no processo decisório: universidades,

institutos de pesquisa, parques científicos e tecnológicos, prefeituras, agências de fomento à pesquisa, associações comerciais e industriais, entre outros.

Essa estratégia de planejamento do desenvolvimento territorial adotada pela FPTI-BR e demais parceiros regionais está congregada pelo Programa Oeste em Desenvolvimento (POD), que visa socialização dos resultados gerados pelas potencialidades e o enfrentamento dos gargalos regionais, considerando, prioritariamente, as competências regionais e o fomento as iniciativas territoriais.

JUAN CARLOS SOTUYO



# INTRODUÇÃO

## 1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente estudo buscou fazer uma análise comparativa do Estado do Paraná e dos seus 399 municípios, relativa aos dados do período entre 2000 a 2006 época da defesa da tese de doutorado em 2009 e um novo período com base nos dados entre 2007 e 2013.

Buscou-se neste estudo, reproduzir a mesma metodologia aplicada no primeiro estudo para as três dimensões (econômica, social e institucional), bem como, buscou-se em todas as etapas do estudo onde se utilizou dados econômicos ou sociais, fazer as devidas comparações entre os dois períodos.

O Estado do Paraná que está localizado na região Sul e possui 399 municípios, está dividido em 10 mesorregiões e 39 microrregiões homogêneas. A boa fertilidade de grande parte dos seus solos proporciona ao Estado um elevado índice de produtividade agropecuária. Com exceção das serras, praticamente todo o território paranaense é agricultável. Em algumas regiões a utilização de avançadas técnicas agrícolas estimula a obtenção de altos índices de produtividade agrícola, como é o caso da soja e do trigo, que são cultivados em sistema de rotatividade, gerando duas safras anuais na mesma área. Já a pecuária paranaense apresenta elevado grau de desenvolvimento. O Estado possui um dos maiores rebanhos bovinos do país, sendo expressivas também as criações de suínos e de frangos.

A participação do Paraná no Produto Interno Bruto (PIB) nacional em 2006 foi de 5,77 %, em 2011 foi de 5,88%, apresentando uma pequena elevação nesse período. Ficando a frente dos estados de São Paulo (32,6%), Rio de Janeiro (11,2%), Minas Gerais (9,3%) e Rio Grande do Sul (6,4%) (IPIB, 2007); (IPARDES, 2014). Em termos econômicos, o Estado veio, ao longo dos tempos, melhorando e consolidando a sua posição entre os Estados brasileiros, ocupando em 2006 a quinta posição em importância econômica. E, com base no seu potencial agrícola e agroindustrial, em 2008, alcançou a posição de quarto maior exportador entre os Estados brasileiros, em 2012 essa posição correspondeu ao terceiro lugar (IPARDES, 2014). Comparativamente aos demais Estados brasileiros, o Paraná possui uma das melhores condições socioeconômicas do país, com os Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) que em 2000 era de 0,650 passou em 2010 para 0,749; o IDHM Renda que em 2000 era de 0,704 passou em 2010 para 0,757; o IDHM Longevidade que em 2000 era de 0,747 passou em 2010 para 0,830; e o IDHM Educação que em 2000 era de 0,522 passou em 2010 para 0,668. Passando da 6ª para a 5ª posição no *ranking* entre as unidades da Federação (PNUD, 2014).

A análise, em linhas gerais, do conjunto de informações apresentadas anteriormente, já levava a época da defesa da tese à falsa impressão de que, no Paraná, a distribuição da riqueza e dos avanços sociais ocorre de forma homogênea, porém veremos neste estudo que esta situação agravou-se ainda mais. Quando se analisa a formação e a distribuição de renda entre os municípios paranaenses, o resultado que se apresenta não é dos mais animadores. Aparentemente, alguns dados de conjuntura fazem transparecer que o Paraná é um Estado rico e com sua riqueza bem distribuída entre todos os paranaenses e, por consequência, os municípios também seriam promissores e com elevada capacidade de geração de renda. Na prática, porém, essa lógica não procede. Exemplo disto é o perfil da distribuição do PIB *per capita* estadual em dois períodos próximos. Segundo o IBGE (2013), a média do PIB *per capita* estadual elevou-se de R\$ 6.847,00 em 2000 para R\$ 13.186,00 em 2006 e em 2011 para R\$ 22.770,00. Essa elevação ao longo desse período não foi distribuída de forma equitativa entre os municípios e, para piorar, ampliou-se o número de municípios situados abaixo da média estadual.

Esses dados apontam para uma discrepância e concentração na formação e na composição da renda entre os 399 municípios paranaenses. Dados divulgados pelo IBGE (2006a) e IPARDES (2014) e que estão apresentados no Quadro 1 apontaram que, dos dez municípios do Paraná por ordem de importância em função da sua participação no valor do PIB (2006/2011), cinco cidades (Curitiba, Araucária, São José dos Pinhais, Londrina e Foz do Iguaçu) responderam sozinhas por 43,60 % do Produto Interno Bruto (PIB) estadual nos dois períodos (IPARDES, 2014).

QUADRO 1 - RELAÇÃO E PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS DEZ MAIORES ECONOMIAS DO PARANÁ EM RELAÇÃO AO PIB A PREÇOS CORRENTES DOS ANOS DE 2006 E 2011

<b>Municípios</b>	<b>PIB/2006 (R\$ mil correntes) Participação</b>	<b>%</b>	<b>PIB/2011 (R\$ mil correntes) Participação</b>	<b>%</b>
Curitiba	32.153.307	23,5	58.082.416	24,3
Araucária	8.467.759	6,2	13.209.780	5,5
São José dos Pinhais	7.034.113	5,1	14.726.558	6,2
Londrina	6.612.093	4,8	10.773.163	4,5
Foz do Iguaçu	5.467.714	4	7.633.467	3,2
Maringá	5.275.927	3,9	9.714.143	4,1
Ponta Grossa	4.382.467	3,2	6.409.652	2,7
Paranaguá	4.125.923	3	8.952.781	3,7
Cascavel	3.229.991	2,4	6.080.636	2,5
Guarapuava	1.909.615	1,4	2.995.685	1,3
Demais 389 municípios	58.051.930	42,5	138578281	42,1
<b>PARANÁ</b>	<b>136.680.839</b>	<b>100,00</b>	<b>239.366.007</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IPARDES (2014).

Assim, ao mesmo tempo em que o Estado apresenta municípios com PIB *per capita* idêntica a de países do Primeiro Mundo, convive com a realida-

de de ter, dentro de uma mesma microrregião, municípios com renda e condições socioeconômicas idênticas a de muitas cidades localizadas em regiões de média e baixa renda da América Latina e da África.

O setor primário foi, historicamente, o desencadeador do processo de desenvolvimento econômico paranaense. Na visão de Prado Junior (1970), um dos fatores primordiais que diferencia o Paraná dos demais Estados brasileiros na questão agrícola está no processo de colonização do espaço paranaense em relação às principais regiões do país.

Inicialmente essa diferença se deu na forma de distribuição da terra. No Paraná, no início do século XX, parte dos imigrantes, ao invés de venderem a sua força de trabalho como ocorria em outras regiões do Brasil, ganhavam pequenos lotes de terra, com o objetivo de que se estabelecessem e fomentassem a criação de novos espaços urbanos, explorando a madeira e promovendo o cultivo da erva-mate e do café. Se em São Paulo se fortaleceu o assalariamento, no Paraná fortaleceram os pequenos empreendimentos agrícolas. Posteriormente, ocorreu a ação das empresas colonizadoras privadas, especializadas na divulgação e na venda de pequenos lotes de terra. Entre elas destacam-se a Colonizadora Madeireira Rio Paraná (Maripá), localizada em Toledo, e a Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da Paraná *Plantation* Ltda., localizada em Londrina, entre outras de menor expressão. Essas empresas promoveram a ocupação do espaço paranaense por meio de dois fluxos migratórios diferentes, sendo um composto por migrantes pertencentes aos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e outro formado por migrantes de São Paulo e de Minas Gerais. Os migrantes provenientes dos Estados do Sul ocuparam no Paraná as áreas situadas no sul e no sudoeste com direção ao oeste paranaense, enquanto que os paulistas e os mineiros dirigiram-se para o norte, com sentido a noroeste.

De acordo com Zaar (1999), os migrantes provenientes dos Estados do Sul eram considerados melhores e mais eficientes colonizadores por apresentarem caráter empreendedor e grande iniciativa de fomentação econômica. Desta forma, eles fortaleceram a presença do pequeno proprietário nas regiões ocupadas, garantindo a sua sobrevivência e da sua família. Passado o período

de colonização, segue a fase de estabilização até meados de 1960, em que o setor primário da economia não possuía um caráter moderno e a tecnologia utilizada era rudimentar. No entanto, a partir do final dos anos 1960 e início da década de 1970, seguindo o exemplo de parte da agricultura nacional, o setor agrícola paranaense entra na fase de introdução de novas tecnologias, gerando crescimento e desenvolvimento. Desta forma, a produção agropecuária do Estado passou por profundas modificações, cuja essência foi iniciada pelo processo de modernização da agricultura brasileira.

Dados do Quadro 2 demonstram que, no período de 1940 a 1970 (anterior ao processo de modernização), a taxa de crescimento da população rural do Estado era positiva e tornou-se negativa após 1970, com o início da modernização tecnológica da agricultura e da pecuária no Estado. Seguindo uma tendência brasileira, bem como, de todos os países quando se desenvolvem.

Dentre os principais fatores que explicam as razões da saída do homem do campo, dois merecem maior destaque no que se refere ao Paraná; O primeiro deles está associado ao crédito rural e, mais especificamente, ao caráter seletivo da forma como esse benefício governamental foi concedido entre 1960 e 1970.

**QUADRO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICA POPULACIONAL, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE DOMICÍLIOS NO PARANÁ, NO PERÍODO DE 1940 A 2010**

<b>Anos</b>	<b>Urbana (%)</b>	<b>Rural (%)</b>	<b>Total (%)</b>
1940/1950	5,84	5,54	5,61
1950/1960	9,31	6,33	7,16
1960/1970	6,73	4,10	4,97
1970/1980	5,97	-3,32	0,97
1980/1991	3,01	-3,03	0,93
1991/2000	2,59	-2,60	1,40
2000/2007	1,60	-1,32	1,10
2000/2010	1,36	-1,48	0,89

Fonte: IBGE – Censos Demográficos (2014).

O caráter seletivo do crédito rural tornou a terra um ativo econômico de grande rentabilidade, visto que a terra era a condição primordial de acesso às linhas de financiamento. Assim, os grupos mais atingidos negativamente foram os arrendatários e os pequenos proprietários. O segundo fator foi o crescimento do setor industrial, de forma específica a expansão da chamada agroindústria urbana, que, com o seu fortalecimento, atraía cada vez mais parcela significativa da mão de obra rural. Com isso, parcela dos contingentes populacionais das áreas rurais se urbanizou cada vez mais.

Estudo realizado por Moretto et alii (2002) reforça que as bases da atual estrutura produtiva paranaense foram iniciadas em 1970 e foi após esse período que ocorreu a intensificação do processo de modernização da agropecuária e a ampliação do parque agroindustrial. Para tanto, o Estado contou com amplo financiamento para a compra de máquinas, de adubos e de corretivos, permitindo assim que, por meio do uso intensivo desses insumos, obtivesse ganhos de produtividade e de capitais cada vez maiores.

A conjugação desses instrumentos contemplou algumas regiões dentro do Estado, que eram aptas a produzir produtos destinados ao setor exportador. Essa prática contribuiu para acentuar a heterogeneidade do desenvolvimento agrário, levando a uma situação de modernização parcial em algumas dessas regiões.

Independente das disparidades em termos de avanço tecnológico entre as regiões do Estado, o agronegócio foi um dos maiores responsáveis pelo crescimento e pelo dinamismo dos demais setores dentro do Estado. Dados do IPARDES (2007) demonstram que a participação do setor agropecuário no PIB estadual, que era de 23,58% em 1985, foi reduzida para 9,16% em 1995. E após o Plano Real, o setor se recuperou e em 2004 a sua participação já era de 18,39%. Mesmo com menor participação do setor agropecuário no PIB estadual em relação à indústria (39,99%) e aos serviços (41,63%), no ano de 2004, considerando-se em conjunto a produção agroindustrial com as atividades vinculadas, a participação do setor do agronegócio teve alcance de 35% do total do PIB em 2004/2005 (IBGE, 2006b). Apesar do avanço do agronegócio e do fortalecimento econômico do setor primário, as discrepâncias regio-

nais na economia paranaense persistiram, demandando estudos e análises mais detalhadas sobre o perfil dessas disparidades.

## **1.2. DISPARIDADES ENTRE OS MUNICÍPIOS NO PARANÁ**

Em 2005, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), visando apresentar um retrato da situação do Estado, realizou uma pesquisa caracterizando a diversidade de situações manifestada no território paranaense. Buscou-se ter elementos para compreender a dinâmica econômica e social do Estado, o que permitiu o apontamento de algumas tendências. As informações foram trabalhadas tendo como base o município (IPARDES, 2005).

Utilizando dados da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná (SEFA/PR), procurou-se dimensionar o excedente econômico gerado em cada município, adotando apenas a divisão dos grandes setores econômicos: indústria, comércio, serviços e agricultura. Com esse procedimento, identificaram-se os principais municípios em geração de excedente econômico e, no caso de configuração de agrupamento de municípios contíguos, os espaços de maior importância econômica no Estado. Assim, foram apontados os municípios com baixa geração relativa de excedente econômico e com indicadores sociais abaixo da média estadual, formando espaços de precariedade social. Desta forma, a participação dos municípios relativamente ao total estadual revelou as diferenças entre os espaços, tanto em relação à geração de excedente econômico quanto à condição social da população, revelando a grande concentração espacial da riqueza e os seus reflexos.

Como resultado da organização espacial da atividade industrial, constatou-se que, no Paraná, a localização da produção industrial ocorreu similarmente ao processo de (des)concentração espacial e setorialmente concentrada da indústria brasileira. Isto é, aquele que privilegiou restritas parcelas do território em que os requisitos produtivos e de suporte infraestrutural se impuseram,

com destaque para espaços metropolitanos e para centros regionais de maior porte e densidade econômica. Assim, no Paraná, os investimentos realizados após os anos 1990, principalmente no segmento de material de transporte, de metalurgia, de material elétrico, de material eletrônico e de petróleo, dentre outros, reforçaram a concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). Para tal, foram importantes os investimentos nas atividades de petróleo em Araucária, bem como os investimentos nas novas montadoras de automóveis, como a Renault e a VW-Audi, que se instalaram em São José dos Pinhais. Como resultado, a RMC abriga, atualmente, cerca de metade do valor adicionado fiscal estadual. O único segmento da economia paranaense que logrou alguma interiorização da indústria foi o setor alimentar.

Segundo o IPARDES (2005), a distribuição espacial das 300 maiores indústrias do Estado foi um dos elementos que contribuiu para a identificação dos espaços econômicos relevantes do Estado. Em termos espaciais, as indústrias de bens de capital e de consumo duráveis são as mais concentradas. Das 57 indústrias relacionadas, 49 estão localizadas na Região Metropolitana e responderam, em 2002, por 93,9% do faturamento deste grupo. Das demais, sete estão situadas entre Londrina e Maringá, participando com 5,8% do faturamento do grupo.

As 106 maiores indústrias classificadas como produtoras de bens intermediários (64 indústrias e 63,3% do faturamento do grupo) estão localizadas na Região Metropolitana; e, em segundo lugar aparece o eixo Londrina–Maringá, com participação bem menor (com 17 estabelecimentos e 14,4% do faturamento). No espaço especializado do Centro-Oriental estão seis estabelecimentos, que participam com 11,3% do faturamento desse grupo.

Em relação às 300 maiores indústrias, as de bens de consumo não duráveis são as menos concentradas espacialmente. Isso se deve principalmente às agroindústrias de alimentos que se localizam próximas à produção agrícola. Ainda assim, três mesorregiões respondem por 84% do faturamento do agrupamento e agregam 104 dos 137 estabelecimentos: a região metropolitana com 53,5% do faturamento e 47 estabelecimentos; o eixo Londrina–Maringá com 16,7% do faturamento e 32 estabelecimentos; e a região Oeste com 13,6% do faturamento e 25 estabelecimentos.

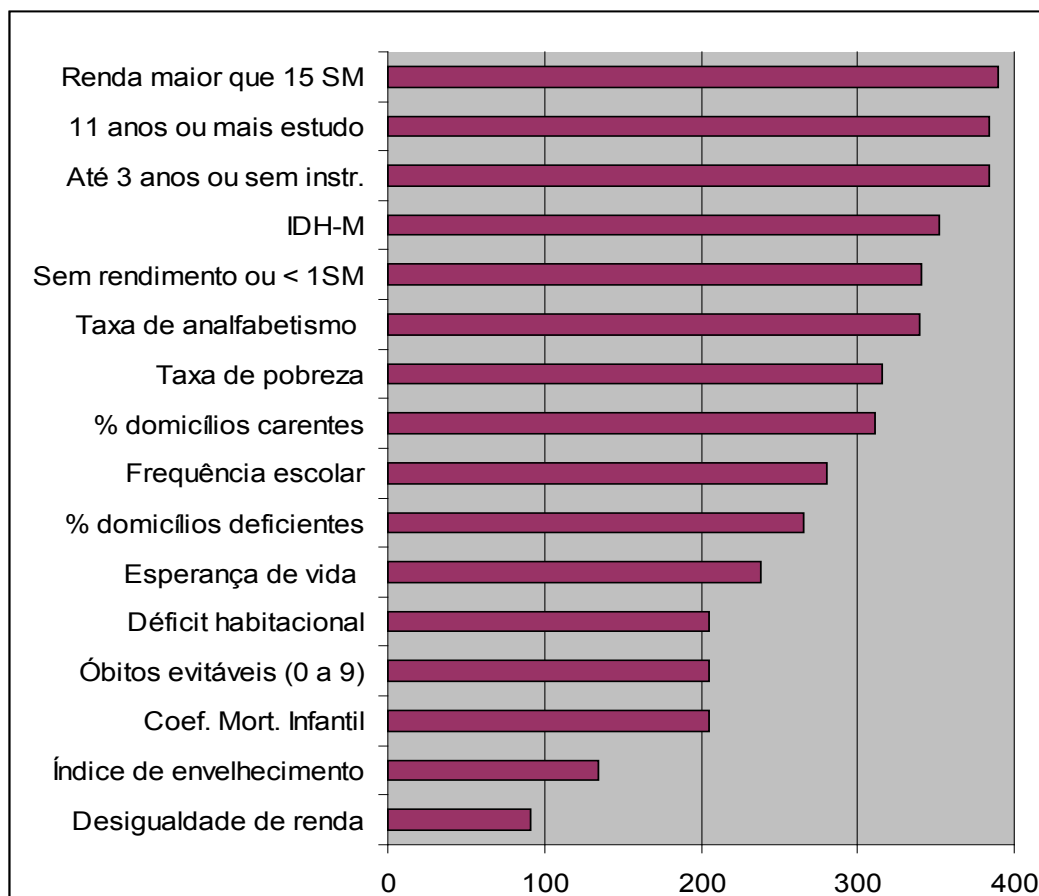


O estudo do IPARDES (2005) também analisou os indicadores de produção da agropecuária paranaense, que vem aumentando a sua participação no produto estadual. Além disso, o Estado se posiciona entre os líderes da produção de diversos produtos. O estudo aponta, no entanto, que, nos municípios em que a base econômica é a agricultura, em geral pequenos municípios, e em que a população urbana desenvolve principalmente atividades voltadas à produção agrícola, os índices de pobreza são proporcionalmente maiores.

Essas diferenças não estão somente nos aspectos da indústria e da agropecuária, mas elas podem ser identificadas nos espaços nos quais indicadores sociais apontam para proporções mais elevadas ou números absolutos mais expressivos de privação ou de carência. Para tanto, foram considerados os resultados das análises do diagnóstico das condições sociais da população paranaense, com a finalidade de caracterizar a sua precariedade, a sua carência ou a sua privação social, com base num conjunto de 16 indicadores para o ano 2000, e que relacionou dados sobre componentes demográficos, saúde, educação e renda, saneamento e moradia.

Segundo o IPARDES (2005), o conjunto de indicadores selecionados permitiu revelar os setores nos quais faltam ações pertinentes de políticas públicas que elevem as condições de acesso por parte dos municípios. Assim, tomando por base os indicadores referentes ao Estado (média, taxa, proporção, índice), foram identificados os municípios com desempenho acima e abaixo da média do Estado. Conforme se observa na Figura 1, em alguns indicadores é notória a elevada presença de municípios abaixo das proporções médias do Estado, assim o distanciamento entre os menores e os maiores valores dos indicadores acaba por elevar a média do Estado, contribuindo para que muitos municípios fiquem abaixo da média estadual. Neste sentido, observa-se quanto a: renda do responsável acima de 15 S.M. (390 municípios); 11 anos ou mais de estudo do responsável (384 municípios); anos de estudo do responsável até três anos ou sem instrução (384 municípios); IDH-M (352 municípios), rendimento do responsável pelo domicílio com menos de 1 salário mínimo e/ou sem rendimento (341 municípios).

FIGURA 1 - NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES COM INDICADORES EM SITUAÇÃO MAIS CRÍTICA QUE A MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ (2000)



Fonte: IPARDES (2005).

Em relação a esses indicadores, os resultados revelam que a grande maioria dos municípios não atinge a média estadual, por ser essa, possivelmente, favorecida pela presença de elevados contingentes de responsáveis por domicílios nessas condições, nos maiores municípios e mais desenvolvidos do Estado. Em relação ao IDH-M, a composição do índice também sofre os efeitos da variável renda média da população, que, no Estado, mostra-se muito heterogênea entre os municípios, porém elevada em poucos.

Os indicadores de saúde são os que apresentam menor número de municípios em condições mais precárias que a dos coeficientes estaduais: o coeficiente de mortalidade infantil (205 municípios), óbitos de crianças entre zero e 9 anos por causas evitáveis (205 municípios) e esperança de vida ao nascer para o ano de 2000 (238 municípios). Mesmo menores, são números expressivos e inaceitáveis, particularmente ao se referirem a óbitos de crianças por causas evitáveis.

Mais da metade dos municípios do Paraná tem os coeficientes mais elevados que a média estadual, indicando tanto a inadequação ou a ausência de assistência materno-infantil quanto a inexistência de condições de moradia adequada, incluindo falta de habitação, falta de saneamento e falta de outros serviços essenciais à saúde do morador, que podem ser visualizadas em relação os indicadores taxa de pobreza com 316 municípios, domicílios carentes (311 municípios), adensamento excessivo (266 municípios). (IPARDES, 2004a, 2004b).

O padrão de desenvolvimento econômico brasileiro tem bases na concentração de renda e na desigualdade social e, por extensão, nos Estados federados. Dentro deste contexto, a importância dos setores econômicos tem motivado a realização de estudos cujo foco é o entendimento do processo de modernização bem como a sua contribuição para o desenvolvimento e para a formação de renda local nas economias regionais. No Paraná, os setores industrial e agropecuário têm sido objeto de estudo de autores como Lourenço (2006), IPARDES (2005), Moretto et alii (2002), Ferrera de Lima, Piacenti e Alves (2005), Corrêa e Figueiredo (2006), Melo e Parré (2006) e Freitas et alii (2007). Eles analisaram isoladamente as contribuições e as transformações que ocorreram com cada setor dentro da economia paranaense. Cabe destaque, conforme já apresentado na introdução, para o processo de concentração em algumas regiões de alguns segmentos industriais, bem como a especialização de algumas regiões em determinadas culturas ou em atividades agropecuárias.

Assim, o processo de modernização da agropecuária paranaense, que ocorreu inicialmente a partir da mesorregião Norte Pioneiro e Norte Central, se estendeu, posteriormente, para as demais regiões do Estado, modificando

o perfil demográfico e econômico do campo e das cidades paranaenses. O avanço da modernização colocou o Paraná em destaque no âmbito nacional, ao apresentar resultados expressivos da sua agropecuária. Mesmo reconhecendo todo o processo como positivo, esse avanço apresentou também aspectos negativos, pois contribuiu para o aumento das disparidades regionais, haja vista que a absorção tecnológica e a reestruturação das economias urbanas ocorreram de forma diferenciada.

Assim, o avanço tecnológico ocorrido na agricultura do Estado foi, ao mesmo tempo, excludente, seletivo e localizado. Foi excludente porque o perfil dos atores selecionados quando da liberação do crédito foi diferenciado. Isso se explica porque a liberação de um maior ou menor volume de crédito dependia das garantias reais oferecidas e, neste contexto, os menos beneficiados foram os arrendatários e os pequenos proprietários. Foi seletivo uma vez que a prioridade de financiamentos e de investimentos se deu nas *commodities* destinadas à exportação, como a soja. E foi localizado porque esse processo privilegiou algumas regiões e, dentro destas, alguns municípios onde o relevo era mais favorável ao processo de mecanização. O processo de modernização, ao ser incrementado no setor agropecuário paranaense via aporte de capital, principalmente via crédito rural subsidiado, reproduziu as suas diferenças, gerando um processo de enorme desigualdade tecnológica no setor, onde os reflexos se fizeram sentir nas diferentes regiões do Estado.

Em síntese, os resultados da política de modernização agropecuária no Paraná (modernização advinda das ações da política nacional) proporcionaram também uma modernização desigual do território paranaense, em que a modernização do setor agropecuário não causou impacto apenas no setor rural. Ao contrário, os laços de complementaridade entre cidade e campo, entre a forma de produzir na cidade e a forma de produzir no campo, foram modificados substancialmente.

Cabe ressaltar que, segundo o IBGE (2009), a base da economia paranaense está centrada em três pilares: o da agricultura (com destaque para milho, soja, cana-de-açúcar, trigo, café e mandioca), o da indústria (com destaque para a agroalimentar, a automobilística, a de papel e celulose) e o do

extrativismo vegetal (madeira e erva-mate). Shikida (2009) aponta, porém, que o padrão da estrutura produtiva paranaense veio se modificando entre 1980 e 1995, revelando que os setores da transformação ligados aos produtos agropecuários perderam importância relativa, mormente na geração de valores adicionados. Segundo Rodrigues et alii (2005) e Rippel e Ferrera de Lima (2009), os setores emergentes na economia do Estado concentram as suas ações fundamentalmente no ramo de serviços e da indústria de transformação (metalurgia, mecânica, material de transporte, elétrico e eletrônico). O retrato dado pela atual participação dos valores adicionados da agropecuária (8,4%), indústria (30,2%) e serviço (61,4%) no Paraná evidencia bem esse quadro (IBGE, 2009).

Para Shikida (2009) e Rippel e Ferrera de Lima (2009), tais vicissitudes na economia estadual engendraram novas perspectivas para algumas regiões à custa de outras. Nesse sentido, comparando dois polos mesorregionais distintos, o IPEA et alii (2000) coloca que:

“A mesorregião Metropolitana de Curitiba é a mais dinâmica do Estado. Concentra um terço da população paranaense e manifesta fortes indicativos de continuidade. Embora com diversidade em sua paisagem, é comandada por um processo de intenso crescimento, que, diferentemente das demais mesorregiões paranaenses, decorre de atividades dos segmentos modernos de produção IPEA et alii” (2000, p. 127).

Outrossim, o mesmo IPEA et alii (2000) ressalta outra condição para a mesorregião Sudeste Paranaense, o que evidencia uma clara desigualdade entre esses dois polos de configuração regional:

“A mesorregião Sudeste Paranaense, com fraca urbanização e economicamente frágil, por basear sua economia em atividades pouco competitivas, começa a dar sinal de um esgotamento que incita lento movimento migratório rural em direção a suas áreas urbanas, bem como contínua migração seletiva para outras regiões, principalmente para a região metropolitana de Curitiba, dada sua proximidade IPEA et alii” (2000, p. 120).

Gualda (2005) corrobora tais exposições dizendo que foram profundas as transformações pelas quais passou a economia paranaense nos últimos

vinte anos. Essas transformações podem ser explicadas pela diversificação bem como pela ampliação da indústria estadual, que possibilitou o surgimento de setores produtores de máquinas e de insumos para a agricultura, que, aliados à produção padronizada de rações e de sementes, à expansão dos frigoríficos e ao caráter dinamizador das cooperativas, contribuíram para impulsionar a modernização do setor agropecuário.

Dentro deste contexto, o caráter diversificado do setor agrícola pode ser explicado também pelas suas próprias relações com a indústria. É que, paralelamente ao processo de industrialização, também crescem os mercados urbanos para produtos alimentares, já que a indústria tende a atrair mão de obra em busca de melhores salários para as regiões onde se instalam. O aumento do consumo de alimentos impulsiona a diversificação e a tecnificação do setor agropecuário para produzir mais e em melhor qualidade.

Um dos reflexos dessa combinação do setor agropecuário com a indústria e, por consequência, com o mercado externo, pode ser medido por meio do grande distanciamento do PIB *per capita* entre os municípios paranaenses, variando de R\$ 3.206,00 a R\$ 71.317,00. Dentro do universo de 399 municípios do Estado, 13% têm PIB *per capita* acima da média estadual e da brasileira de R\$ 12.688,00; 44% estão próximos da média da Região Norte do Brasil com R\$ 7.989,00; e 16% dos municípios paranaenses têm PIB *per capita* próxima ou abaixo da média da Região Nordeste do Brasil, com R\$ 6.029,00.

Além do PIB *per capita*, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) fornece um quadro quanto às disparidades socioeconômicas. Segundo Lourenço (2006), o Paraná detém o sexto IDH no *ranking* brasileiro, registrando resultado ligeiramente abaixo de 0,800, tido como piso para o grau de desenvolvimento segundo as Nações Unidas. Analisando, porém, a distribuição desse índice por município no Estado, constata-se que somente 37% da população paranaense vive em municípios com IDH considerado elevado, ou seja, acima de 0,800, contra 65% no Rio Grande do Sul, 71% em Santa Catarina e 72% em São Paulo. Analisando o índice de Gini, para o ano de 2000 o Estado do Paraná apresentou o maior índice de concentração de renda dos Estados da Região Sul do Brasil, com 0,607. Esse aspecto, segundo Lourenço (2006),

está comprovado pelo cálculo da proporção dos rendimentos absorvidos pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres da população. O grau de pobreza medido pelo percentual da população com rendimento *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo, no Paraná supera o percentual apurado nos Estados de Santa Catarina, de São Paulo, do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. E, neste contexto, quase 70% da pobreza encontra-se localizada nas pequenas cidades e na zona rural, o que agrava ainda mais o problema.

Para Lourenço (2006, p. 17), “o descompasso entre os indicadores econômicos e sociais do Estado possui raízes estruturais, cuja identificação e interpretação exigiriam abordagens mais abrangentes e profundas”. Esta anomalia, segundo Lourenço (2006), está concatenada à perpetuação de três fatores de exclusão: o primeiro teve como base a política pública baseada na concessão de incentivos fiscais e financeiros, tanto federal, quanto estadual, para a multiplicação das escalas e eficiências privadas, fator este que impôs a concentração espacial e técnica da produção, tanto na agricultura quanto na indústria; o segundo fator, mais de natureza federal, está relacionado à ausência de uma política agrícola consistente e articulada de longo prazo, com condições de reabilitar o retorno dos negócios rurais e promover à profissionalização dos produtores; e o terceiro fator é a ausência de atitudes mais ousadas pelo Estado, direcionadas a reduzir as disparidades inter- e intrarregionais na formação e na repartição da renda e na criação de oportunidades de trabalho. Uma extensão maior dessas desigualdades já foi apresentada na Figura 1, onde os aspectos de renda, saúde, educação e condições de moradia apresentam índices de disparidades alarmantes entre os municípios paranaenses.

Desta forma, uma avaliação não isolada, mas das diferentes dimensões que agreguem indicadores econômicos, sociais e institucionais dos municípios paranaenses, em relação à permanência ou à intensificação das desigualdades regionais, com base num conjunto multidisciplinar de indicadores, deve ser realizada. Assim, será possível mais que conhecer o estágio atual de crescimento e de desenvolvimento econômico de cada município por atividade, mas também identificar os elementos ou os fatores que contribuíram para o fortalecimento das desigualdades. Esses indicadores fornecerão um sistema de informações que permitirá, às instituições públicas e privadas, a promoção de ações que re-

duzam os desníveis regionais entre os municípios, criando condições para que eles possam ampliar as suas condições econômicas e sociais.

Políticas que estimulem e facilitem a redução dos desníveis regionais devem, portanto, avaliar as diferenças de indicadores entre os municípios. Detectando-se as semelhanças e as diferenças entre os municípios será possível adotar programas de apoio específicos e coerentes, por grupos distintos de municípios segundo suas particularidades, no processo de desenvolvimento econômico. Tais programas contribuiriam, assim, para que o Estado, por intermédio dos órgãos específicos, pudesse desenvolver ações setoriais mais efetivas e potencializadoras das suas atividades econômicas e que tenham por finalidade revitalizar os seus setores produtivos. Pois, entende-se que, quanto mais desigual for um município, menor é a capacidade de o seu crescimento econômico reduzir a sua pobreza, isto porque as oportunidades tendem a ser mais bem aproveitadas por aqueles municípios que possuem melhores condições endógenas de desenvolvimento. Ou seja, municípios mais dinâmicos demonstram maior capacidade de mobilização, de organização e de participação, favorecendo iniciativas coletivas que dependem, em grande parte, da coesão social, da solidariedade e da confiança dentre os que delas participam.

Assim, não são apenas os aspectos econômicos os responsáveis pelo dinamismo econômico do município, mas a associação deles com fatores endógenos, tais como capital humano, capital social, capital institucional, capital físico e capital natural.

Por isso, neste estudo, o desenvolvimento endógeno significa a capacidade de organização social da região em transformar o crescimento econômico em desenvolvimento econômico, por meio de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional – que será fortalecido por uma base de confiança e se sustentará por uma teia invisível, ou seja, o tecido social.

A hipótese central deste estudo estabelece que, no Paraná, os municípios economicamente deprimidos proporcionam um freio ao seu próprio processo de crescimento e de desenvolvimento econômico e das suas regiões. E, por apresentarem baixos indicadores de crescimento econômico, frequen-



temente são também municípios cujo capital humano e capital social (capacidade endógena) é pouco desenvolvido ou pouco empregado em ações de expressivo valor para a solução de problemas de interesse público.

O principal objetivo deste estudo é identificar e analisar o desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses. De modo específico, pretende-se:

- a) identificar e analisar as desigualdades econômica, social e institucional dos municípios por meio de indicadores que captem as dimensões econômica, social e institucional;
- b) identificar grupos de municípios, e caracterizar o processo de desigualdades econômicas que ocorreram em termos da dimensão econômica;
- c) estratificar os municípios em agrupamentos homogêneos, identificando os com baixo potencial econômico e associando-os com as dimensões sociais e institucionais;
- d) identificar o potencial de desenvolvimento endógeno do conjunto de municípios considerados economicamente deprimidos;
- e) medir os índices de capital humano e capital social dos municípios paranaenses por meio dos níveis de educação, de confiança, de cooperação e de participação;
- f) analisar comparativamente os resultados obtidos no período de 2000/2006, com os resultados do período de 2007/2013.

# CARACTERIZAÇÃO REGIONAL DO ESTADO DO PARANÁ

Este capítulo tem como finalidade fazer uma apresentação das características regionais do Estado do Paraná, bem como, de cada uma das suas dez mesorregiões, onde as primeiras movimentações de colonizadores no Estado tiveram início no século XVI. No século XVII, portugueses e paulistas começaram a ocupar a região, a partir da descoberta de ouro e à procura de índios para o trabalho escravo. A mineração acabou sendo legada a segundo plano pelos colonizadores, que se dirigiram em maior número para Minas Gerais. Até o século XVIII, existiam apenas duas vilas na região: Curitiba e Paranaguá. Esse processo retardou a ocupação definitiva da região, que pertencia à província de São Paulo até meados do século XIX. A autonomia do Estado ocorreu em 1853, quando teve início um programa oficial de imigração europeia para a região, principalmente de poloneses, de alemães e de italianos.

O território do Estado apresenta diferentes características físicas e climáticas propiciando a existência de atividades agrícolas diversificadas e a utilização de avançadas técnicas agrícolas, permitindo que algumas regiões alcancem os mais altos índices de produtividade do país. A produção industrial é diversificada, com destaque para as indústrias de papel e celulose, química, madeira, alimentícia, de fertilizantes, eletroeletrônica, metal-mecânica, de cimento, têxtil e de cerâmica, além da agroindústria. Assim, para que seja possível entender melhor a dinâmica do desenvolvimento endógeno nas diversas regiões do Estado, faz-se necessária uma apresentação das características

gerais de cada uma das mesorregiões, bem como de suas microrregiões, visto que o objeto de estudo são as desigualdades econômicas e, por consequência, as ações que propiciaram o surgimento de municípios carentes do ponto de vista econômico, social e cultural. Assim, a forma, o tipo de colonização e o processo cultural que foi introduzido em cada uma das mesorregiões, propiciando algumas vantagens no nível e no ritmo de desenvolvimento econômico e social entre os municípios que no médio e longo prazo, isto está fazendo a diferença e cabe fazer a descrição. A localização das mesorregiões e suas respectivas microrregiões pode ser observada na Figura 2.

FIGURA 2 – LOCALIZAÇÃO DAS MESORREGIÕES E MICRORREGIÕES DO ESTADO DO PARANÁ - 2014



Fonte: Adaptado de IPARDES (2014).

Segundo o IPARDES (2004b), as mesorregiões geográficas paranaenses são heterogêneas em termos de número de municípios, população, grau de urbanização, dinâmica de crescimento, participação na renda da economia do Estado, como ilustram os seus indicadores gerais no Quadro 3 para o ano de 2010. O grau de urbanização que em 2000 era de 81,40% passou para 85,33% em 2010. A Taxa de crescimento populacional que em 2000 era de 1,40% reduziu em 2010 para 0,89%, índice esse próximo a taxa de crescimento da população brasileira que foi de 0,90%. Com relação a participação da mesorregião no valor adicionado fiscal do estado, percebe-se que houve pequenas oscilações entre elas. De modo, que as regiões mais dependentes da produção agropecuária foram as que apresentaram resultados decrescentes.

QUADRO 3 - INDICADORES SELECIONADOS PARA AS MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS PARANAENSES – 2010

Mesorregião	Número de Municípios	População Total	Taxa de Cresc. Pop. Total 2010 (% a.a)	Grau de Urbanização (%)	Participação no Valor Adicionado Fiscal do Estado (%)
Centro Ocidental Paranaense	25	334.125	-0,37	80,26	2,65
Centro Oriental Paranaense	14	689.279	1,01	84,7	7,04
Centro-Sul Paranaense	29	453.821	0,12	65,74	2,81
Metropolitana de Curitiba	37	3.493.742	1,36	91,57	44,73
Noroeste Paranaense	61	678.319	0,57	83,4	4,89
Norte Central Paranaense	79	2.037.183	1,08	91,63	14,98
Norte Pioneiro Paranaense	46	546.224	-0,04	80	3,15

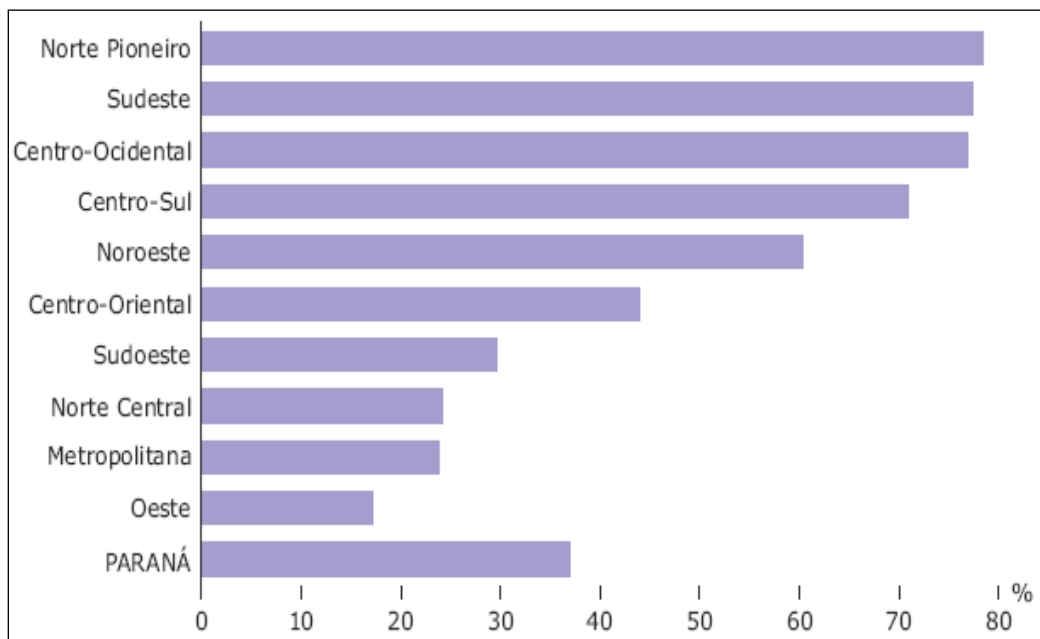
*Continuação do Quadro 3:*

<b>Mesorregião</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>População Total</b>	<b>Taxa de Cresc. Pop. Total 2010 (% a.a)</b>	<b>Grau de Urbanização (%)</b>	<b>Participação no Valor Adicionado Fiscal do Estado (%)</b>
Norte Pioneiro Paranaense	46	546.224	-0,04	80	3,15
Oeste Paranaense	50	1.219.558	0,69	85,61	11,96
Sudeste Paranaense	21	495.148	0,71	61,36	3,22
Sudoeste Paranaense	37	497.127	0,53	69,58	4,56
Estado do paraná	399	10.444.526	0,89	85,33	100

Fonte: IPARDES (2014).

As desigualdades regionais no Paraná manifestam-se também em relação às condições sociais da população. Conforme pode ser observado na Figura 3, enquanto algumas mesorregiões apresentam expressivas proporções de população vivendo em municípios com o IDH-M superior ao  ndice do Brasil (0,766), como   o caso das mesorregiões Oeste, Metropolitana de Curitiba e Norte Central, em outras, como na Centro-Occidental, na Sudeste e na Norte Pioneiro, a maioria da população vive em municípios com IDH-M inferior a esse patamar. Na mesorregião Centro-Occidental, nenhum município supera a média estadual (0,789).

FIGURA 3 - PERCENTUAL DE PESSOAS QUE RESIDEM EM MUNICÍPIOS COM IDH-M ABAIXO DA MÉDIA BRASILEIRA, SEGUNDO MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ – 2000



Fonte: IPARDES (2004b).

Tem-se também, em relação ao desempenho da renda, outra dimensão responsável pelas maiores diferenças entre municípios e regiões do Estado, do ponto de vista do desenvolvimento humano. Os diferentes níveis de renda auferidos pela população estão relacionados com a incidência de pobreza. As mesorregiões Centro-Sul, Sudeste e Centro-Ocidental apresentam altas taxas de pobreza, em todas superior a 30% do total de famílias. Neste contexto, segundo o IPARDES (2004), as regiões mais dinâmicas do Estado, com maior grau de urbanização, apresentam as menores taxas de pobreza, porém, como esses municípios vêm concentrando cada vez mais população, o número de famílias pobres vem elevando-se assustadoramente.

No Paraná, o desafio de superação das carências sociais depara-se com um quadro financeiro municipal heterogêneo, com grande parte dos mu-

nícios revelando uma extrema dependência das transferências federais do Fundo de Participação dos Municípios, situação relacionada à baixa capacidade de geração de receita própria. São poucos aqueles municípios que evidenciam melhores condições financeiras, seja pela capacidade de se autosustentarem, seja, ainda, por se beneficiarem de substantivos repasses de recursos compensatórios de diversas fontes.

## **2.1. MESORREGIÃO CENTRO-OCIDENTAL**

A mesorregião Centro-Occidental do Paraná é dividida em duas microrregiões: Campo Mourão e Goioerê, que, juntas, têm 25 municípios. O principal centro urbano é Campo Mourão, que representa aproximadamente 25% da população da mesorregião. A mesorregião possui 331.220 habitantes, o que equivale a 3,22% do total populacional do Estado (IPARDES, 2007).

Segundo o IPARDES (2004b), o processo de ocupação do Centro-Occidental foi intensificado durante a década de 1940 pelo encontro de dois fluxos populacionais: um deles relacionado à expansão da cafeicultura, vindo do Norte do Paraná, e outro oriundo do movimento de gaúchos e de catarinenses do oeste, ligados à agropecuária familiar. O modo de produção organizado familiarmente predominou até o início de 1970, momento em que a região se integrou ao movimento mais amplo de modernização da agricultura no Paraná. Esse processo teve impacto intenso sobre a dinâmica demográfica: a taxa de crescimento populacional de 1991 a 2000 foi de -1,24% ao ano. A dificuldade em reter os contingentes populacionais é diagnosticada tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais. Dentro dessa região, os principais fatores que contribuíram para caracterizá-la como área de esvaziamento populacional foram a concentração da terra e a decorrente desocupação de mão de obra rural.

A base da economia dessa mesorregião está na agroindústria. Segundo o IPARDES (2007), estima-se que 77% dos solos da mesorregião Centro-Occidental sejam aptos à prática agrícola mecanizável. A cobertura vegetal

original foi amplamente reduzida em favor do uso agrícola das terras, restando algo entorno de cerca de 5% (IPARDES, 2004b).

A mesorregião tem como característica a predominância de pequenos municípios. Desta forma, o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) da mesorregião é um dos mais baixos do Estado. Outro indicador que merece atenção está relacionado à situação de pobreza das famílias, pois, nessa mesorregião, 32% das famílias encontram-se classificadas como de extrema situação de pobreza e a taxa de desemprego é uma das mais altas do Estado, chegando a 13,7% (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Centro-Ocidental, tem-se: A microrregião de Campo Mourão com quatorze municípios e uma população de 212.794 habitantes. Essencialmente agrícola, com destaque para o plantio de soja e de milho, o município de Campo Mourão abriga a sede da maior cooperativa do Brasil e a terceira maior do mundo – a Cooperativa Agropecuária Mourãoense Ltda – COAMO (IPARDES, 2007). A microrregião de Goioerê com onze municípios e com uma população de 118.426 habitantes. A região de Goioerê possui grande representatividade de imigrantes italianos, espanhóis, japoneses, alemães, mesclados e outros grupos, como portugueses, poloneses, indígenas e afrodescendentes. O principal município é Goioerê, que, na década de 1970, passou a ser conhecido nacionalmente como “capital do algodão brasileiro”. Depois, com o fim do plantio do algodão na década de 1990 e com a emancipação de alguns dos seus distritos, o município foi perdendo população (IPARDES, 2007).

## **2.2. MESORREGIÃO NORTE CENTRAL**

A mesorregião do Norte Central Paranaense é formada por 79 municípios agrupados em oito microrregiões e apresenta 1.954.862 habitantes, correspondendo a 19,01% da população estadual. Essa mesorregião tem como principais centros os municípios de Londrina, de Maringá e de Apucarana, que se destacam pelo pioneirismo em termos de ocupação. O pioneirismo da ocu-



pação é uma das especificidades do Norte Central paranaense. A cafeicultura, assentada em pequenas propriedades vinculadas estritamente ao mercado, serviu de base para o desenvolvimento da região. Até meados dos anos 1970, o estabelecimento de atividades produtivas dinâmicas nas áreas de fronteira estadual foi preponderante para a sua liderança no crescimento econômico do Paraná, tanto que o Norte Central paranaense era a mesorregião mais populosa do Paraná no início da década de 1970.

Segundo o IPARDES (2004b), a relativa redução populacional verificada a partir da segunda metade da década de 1970 não representou a perda de dinamismo da economia regional, visto que a saída de parte dessa população se deu devido à concentração da atividade industrial na Região Metropolitana de Curitiba. A mesorregião Norte Central apresenta o segundo maior parque industrial do Paraná, com produção diversificada de gêneros alimentícios, têxtil, mobiliário, açúcar e álcool, agroquímicos, embalagens plásticas e equipamentos para instalações industriais e comerciais.

Essa mesorregião, por estar arraigada na modernização da agropecuária e no aprofundamento da agroindustrialização, a sua base agropecuária se manteve competitiva, reforçando a sua articulação com a agroindústria e o mercado. Destaquem-se as produções de soja e de milho, sem deixar de mencionar o avanço principalmente da fruticultura. Outra característica importante da base produtiva é a sua organização em cooperativas (IPARDES, 2004b). Os indicadores relativos à dimensão social apontam para a forte heterogeneidade entre os municípios. De modo geral, o conjunto de municípios que compõem o eixo Londrina-Maringá apresenta as situações mais favoráveis em termos do IDH-M, com algumas exceções em municípios periféricos aos polos (IPARDES, 2004b).

O setor agropecuário da mesorregião Norte Central manteve a sua competitividade, com investimentos na modernização da produção e no aprofundamento da agroindustrialização. As culturas de soja e de milho são preponderantes. A fruticultura vem ganhando espaço e se destaca por constituir-se como alternativa para a produção familiar. A organização em cooperativas, capazes de manter estruturas gerenciais e de mercado comparáveis às das

grandes empresas, é também uma das características dos proprietários rurais no Norte Central (IPARDES, 2004b).

Os municípios de Londrina e de Maringá são as duas grandes aglomerações urbanas, com expressividade inclusive na hierarquia das redes urbanas do país, articulando uma grande área de influência que se estende desde parte do interior do Paraná até regiões dos Estados de São Paulo e do Mato Grosso do Sul. Dentro do Norte Central, a heterogeneidade dos municípios é patente no tocante à variável renda: o conjunto de municípios do eixo Londrina–Maringá apresenta situação favorável em comparação com aqueles situados ao norte/noroeste da mesorregião, e ainda mais distante dos que se situam na porção sul. Tais contrastes se refletem nas variações do IDH-M entre os municípios. A dificuldade de crescimento das economias locais afeta diretamente as condições de vida da população.

Ocorre, todavia, que o dinamismo econômico também produz efeitos perversos, pois praticamente 95% da área total do Norte Central Paranaense foi desmatada. Juntamente com as atividades agrícolas intensas, esse componente expressa o quadro crítico de conservação ambiental da mesorregião.

Segundo o IPARDES (2004b), em relação à área educacional a mesorregião necessita ampliar a oferta de vagas para a educação infantil e para o ensino médio, além de fomentar condições para incorporar um contingente expressivo da população adulta não alfabetizada. O ensino superior, em compensação, está bastante desenvolvido, apresentando diversidade de instituições e de cursos (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Norte Central, tem-se: A microrregião de Apucarana com nove municípios e uma população de 270.874 habitantes, e ocupa a área central dessa mesorregião (IPARDES, 2007). A região fora colonizada pela Companhia Inglesa de Terras Norte do Paraná, que tomou posse de quase todo o novo norte paranaense (IPARDES, 2004b). A população da microrregião de Apucarana é composta, na maior parte, por brasileiros (negros e mulatos), havendo ainda a presença de outras etnias: ucranianos, japoneses, alemães, portugueses e italianos.

Apucarana é o principal município onde o destaque econômico da cidade é a fabricação de bonés, além do centro de produção e de industrialização de derivados de milho, que abastece diversas cidades do país. É também um polo de industrialização de couro, que gera milhares de empregos diretos e indiretos e tem seus produtos exportados para diversos países.

A microrregião de Astorga possui 22 municípios e uma população de 176.726 habitantes, além de uma área total de 5.116,954 km<sup>2</sup>. A cidade de Astorga está situada no noroeste do Paraná, a 45 km de Maringá, 65 km de Londrina e 420 km da capital, Curitiba (IPARDES, 2007).

A microrregião de Faxinal possui sete municípios e uma população de 45.381 habitantes, numa área total de 2.264,979 km<sup>2</sup>. A microrregião de Floraí possui sete municípios e com uma população de 33.069 habitantes, numa área total de 1.299,655 km<sup>2</sup>. A cidade Floraí conta com 5.051 habitantes (IPARDES, 2007; IBGE, 2007).

A microrregião de Ivaiporã tem quinze municípios e uma população de 142.508 habitantes, em uma área total de 6.154,282 km<sup>2</sup> (IPARDES, 2007). A cidade de Ivaiporã iniciou o seu ciclo colonizador por volta da década de 1940, quando as terras, consideradas as mais férteis do país, passaram a atrair a atenção de desbravadores que vieram de todas as regiões brasileiras.

A microrregião de Londrina tem seis municípios e uma população de 702.867 habitantes (IPARDES, 2007). Considerada um importante polo de desenvolvimento regional, a cidade de Londrina exerce grande influência sobre todo o Paraná e a Região Sul. Londrina é a segunda maior cidade do Paraná e a terceira maior cidade do Sul do Brasil. A cidade é formada principalmente por descendentes portugueses, japoneses, italianos e alemães, além de outros grupos em menor escala, como poloneses, espanhóis, indígenas, búlgaros, britânicos e afrodescendentes (IPARDES, 2004b).

A agricultura continua a ser fundamental para Londrina, apesar de a sua importância ter diminuído nos últimos anos. A atividade agrícola diversificou-se e, além do café, atualmente se planta milho, trigo, algodão, feijão, amendoim, arroz, cana-de-açúcar, soja, frutas e hortaliças. Londrina se destaca hoje pelo setor de comércio e de prestação de serviços.

A microrregião de Maringá tem cinco municípios e uma população de 502.201 habitantes. O município de Maringá é de urbanização recente, urbanização planejada e arborizada, sendo a terceira maior do Estado em população. Além disso, essa região tem grande influência de imigrantes japoneses, italianos, alemães, portugueses, poloneses, espanhóis, indígenas e afrodescendentes (IPARDES, 2007).

O setor secundário não é tão expressivo como a agricultura, mas vem crescendo paulatinamente. A cidade tem um parque industrial em expansão, com destaque para a tecelagem e a agroindústria, mas principalmente para confecções (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Porecatu tem oito municípios e uma população de 81.236 habitantes, numa área de 2.368,593 km<sup>2</sup>. A cidade de Porecatu faz divisa com o Estado de São Paulo através do rio Paranapanema. O destaque no município é a sua usina de açúcar e álcool, maior da América Latina (IPARDES, 2004b e 2007).

### **2.3. MESORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO**

A mesorregião do Norte Pioneiro Paranaense é formada por 46 municípios agrupados em cinco microrregiões, com uma população de 540.296 habitantes, o que representa 5,25% da população do Estado. A primeira iniciativa para a ocupação da região foi resultado da política imperial de integração entre interior e litoral brasileiro em meados do século XIX. O adensamento populacional, entretanto, só foi verificado no início do século XX. Tal ocupação caracterizou-se pela proliferação de núcleos urbanos sem a polaridade de nenhum deles. Disso resulta que, em 2000, todos os municípios da mesorregião tinham menos de 50 mil habitantes e nenhum deles exercia posição de destaque no âmbito da rede urbana do Estado (IPARDES, 2004b).

A população absorvida durante a expansão cafeeira colocava o Norte Pioneiro como uma das regiões mais densamente povoadas durante a década

da de 1970. Depois, no entanto, a crise do café e a mudança nas atividades agrícolas reduziram a necessidade de mão de obra no campo, resultando em saldos migratórios elevados de evasão no meio rural, entre 1970 e 2000. O crescimento das cidades da mesorregião não compensou tal perda populacional. A dinâmica demográfica foi também alterada pela baixa nos níveis de fecundidade e de mortalidade, alterando o perfil etário da população, diminuindo a participação dos grupos etários mais jovens e aumentando, relativamente, a população adulta e idosa (IPARDES, 2004b).

Apesar de a evolução do IDH-M ter sido positiva na maioria dos municípios durante a década precedente (1990), somente Cornélio Procópio e Barra do Jacaré apresentam IDH-M acima da média estadual. As taxas de frequência escolar e de alfabetização, em mais da metade dos municípios, estão abaixo da paranaense, e a mortalidade infantil acima, principalmente na parte sul da mesorregião.

O mercado de trabalho do Norte Pioneiro é predominantemente dependente das atividades agrícolas. Trata-se de uma das mesorregiões com menor peso da indústria na absorção da força de trabalho. A geração de postos apresenta baixo dinamismo, observando-se, inclusive, a diminuição do número de empregos formais em alguns dos maiores municípios. A indústria regional em geral concentra segmentos com baixa capacidade de agregação de valor. Na agricultura, destacam-se as produções de soja, trigo e cana. No caso dos segmentos de produção familiar, tem-se incrementado a criação de alguns hortifrutigranjeiros. A pecuária extensiva figura como opção para áreas com restrições físicas à mecanização da agricultura, assim como, em menor medida, o reflorestamento. A mesorregião Norte Pioneiro continua sendo a principal produtora de café do Estado do Paraná (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Norte Pioneiro, tem-se: A microrregião de Assaí com oito municípios e uma população de 70.554 habitantes. Com um grande número de imigrantes japoneses, inicialmente a cidade que dá nome a essa microrregião foi chamada de *Assailand* (*Assahi* - “sol nascente” e *Land* - “terra”). O progresso e o desenvolvimento de *Assailand*, graças à fertilidade da terra e a condições favoráveis, principalmen-

te para as culturas de algodão e de café, atraíram gradualmente várias levas de imigrantes, na sua maioria de origem japonesa. Entre os pés de café e de algodão, os agricultores plantavam feijão, que, além de lhes fornecer alimento, era vendido a terceiros e custeava as outras plantações (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Cornélio Procópio tem quatorze municípios e uma população de 177.102 habitantes. O marco histórico da formação da cidade de Cornélio Procópio está ligado à construção da Estrada de Ferro São Paulo – Paraná, quando foi instalada uma estação ferroviária e inaugurada em 1931 (IPARDES, 2007).

A microrregião de Ibaiti com oito municípios e uma população de 76.566 habitantes. A cidade de Ibaiti, com aproximadamente 28.050 habitantes, é povoada por uma série de grupos étnicos, dentre eles: imigrantes da Itália, do Japão e da Alemanha. No ano de 1968, o município chegou a contar com 35 mil habitantes, mas, com os baixos preços do café e a geada de 1975, muitos moradores deixaram a cidade. Atualmente, Ibaiti vive um novo desenvolvimento, baseado na produção agrícola e na industrialização (IPARDES, 2007).

A microrregião de Jacarezinho tem seis municípios e uma população de 121.056 habitantes. Jacarezinho fica num ponto equidistante de São Paulo e de Curitiba (400 km). A sua riqueza provém do setor agropecuário e de prestação de serviços. No início do século, a maior cultura era a do café. Posteriormente, houve a substituição do café pelas lavouras de cana-de-açúcar, indústria de açúcar e álcool e pastagens, além de novos produtos com cotação no mercado externo e interno, como soja, algodão e trigo, avicultura e suinocultura, que começaram a ganhar espaço a partir da década de 1970. Já o setor de serviços produz 54,58% do PIB do município, seguido da indústria (34%) e da agropecuária (11,42%) (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Wenceslau Braz tem dez municípios e uma população de 95.018 habitantes. A cidade de Wenceslau Braz é a base da microrregião. A sua economia é fortemente baseada em atividades agrícolas (feijão, milho, tomate e outros), na pecuária (bovinos e suínos) e na avicultura. O município foi polo regional do antigo IBC (Instituto Brasileiro do Café), com capacidade para mais de 600 mil sacas de café, produto abundante na região nos

anos 1950 e 1960, mas que decaiu no mercado regional e foi, posteriormente, substituído por outras lavouras (IPARDES, 2007).

## **2.4. MESORREGIÃO DO OESTE PARANAENSE**

A mesorregião do Oeste Paranaense é formada por cinquenta municípios agrupados em três microrregiões – Foz do Iguaçu, Cascavel e Toledo. Possui 1.245.391 habitantes, ou seja, 12,11% da participação do Estado. Essa região tem sido capaz de contrabalancear as tendências de concentração econômica e populacional do Paraná em torno da capital, Curitiba, e isso contribui para um maior equilíbrio regional do Estado. Tendo uma expressiva rede urbana, a mesorregião do Oeste tem demonstrado contínua capacidade de crescimento econômico. A dinâmica da mesorregião Oeste está associada à operação de um complexo agroindustrial moderno e competitivo, articulado aos eixos dinâmicos do país e do exterior. O agronegócio cooperativo serve de base para a progressiva expressão da mesorregião do Oeste no âmbito do setor primário estadual. A moderna base agropecuária tem sido capaz de compatibilizar a preponderância de mão de obra familiar com alto desempenho produtivo (IPARDES, 2004b e 2007).

Expandindo os postos de trabalho formais, o mercado de empregos tem influenciado positivamente na qualidade de vida da população. A mesorregião Oeste está entre as mesorregiões paranaenses com menor taxa de pobreza. Do ponto de vista social, a mesorregião concentra 11 dos 23 municípios nas melhores posições do Estado em termos de IDH-M, estando, contudo, nessa mesma mesorregião, muitos municípios entre os piores do Estado nos índices do IDH-M. A princípio, essas disparidades podem ser plenamente sanadas via investimentos do poder público em áreas tradicionais de saúde e de educação, com consequentes elevações do IDH-M. A disponibilidade de um aparato consolidado de entidades voltadas à Ciência, Tecnologia e Inovação, bem como uma estrutura universitária atuante e em expansão na mesorregião

Oeste, podem, com certa facilidade, articular intervenções governamentais visando à inclusão social (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Oeste, tem-se: A microrregião de Cascavel com dezoito municípios e uma população de 428.484 habitantes. A cidade de Cascavel se situa a 520 km da capital e é a mais populosa da microrregião, sendo sua grande maioria residente na área urbana. O ciclo da madeira, entre os anos 1930 e 40, atraiu um grande número de famílias de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e, em especial, colonos poloneses, alemães e italianos, que juntos, formaram a base populacional da cidade (IPARDES, 2004b e 2007).

Atualmente, Cascavel recebe o título de “Capital do Oeste Paranaense”, sendo um dos maiores centros econômicos do Paraná. O município é considerado também o polo universitário do oeste devido ao número de instituições de ensino superior.

Cascavel tem como principais produtos cultivados a soja, o trigo, o milho, o arroz, o algodão e o feijão, sendo que os três primeiros são os maiores expoentes. O município destaca-se ainda na avicultura, na bovinocultura, na suinocultura e na ovinocultura. A indústria cascavelense encontra-se em fase de expansão, principalmente nas atividades ligadas ao beneficiamento da produção agropecuária (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Foz do Iguaçu tem onze municípios e uma população de 457.510 habitantes. Foz do Iguaçu é o principal município da microrregião e a mais populosa da mesorregião. As principais fontes de renda no município são o turismo e a geração de energia elétrica (IPARDES, 2007).

A microrregião de Toledo tem 21 municípios e uma população de 359.397 habitantes. Toledo é um dos principais municípios do Oeste do Paraná. Estando próxima de Cascavel, forma juntamente com esta cidade, um eixo de desenvolvimento agroindustrial. Concentrando diversas cooperativas e empresas do ramo, graças principalmente às férteis e planas terras dessa região, que garantem ao município uma posição de prestígio entre os maiores produtores de grãos do Estado do Paraná, ocupa o primeiro lugar em valor da produção agropecuária estadual (IPARDES, 2007).



Toledo está situada na região Extremo Oeste do Paraná, que é uma área de colonização relativamente recente (1950). A atividade inicial que promovia a ocupação era a exploração de madeira para a Argentina e para o Uruguai. O desenvolvimento de Toledo se deu de forma acelerada em torno da economia das comunidades agrícolas. Entre 1960 e 1980, a modernização agropecuária estimulou novas relações no campo e a especialização agrícola favoreceu a monocultura e a concentração da propriedade, ocasionando o êxodo rural e a acelerada urbanização. A cidade conta ainda com quatro universidades, entre elas, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTF-PR), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e um *campus* da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC (IPARDES, 2007).

## **2.5. MESORREGIÃO DO SUDOESTE PARANAENSE**

A mesorregião do Sudoeste Paranaense tem 37 municípios agrupados em três microrregiões (Capanema, Francisco Beltrão e Pato Branco). A ocupação territorial da mesorregião Sudoeste é recente. Essa mesorregião tem 565.392 habitantes, o que representa 5,49% da população do Estado. Até meados de 1940 a região era constituída de mata densa de araucárias, o que faz da Sudoeste uma das últimas áreas de ocupação intensiva do Estado. Duas cidades se destacam nessa região: Pato Branco e Francisco Beltrão (IPARDES, 2004b).

A influência do modo de produção não extensivo e diversificado, introduzido pelos imigrantes gaúchos e catarinenses, é o traço marcante dessa mesorregião. Entre os anos de 1991 e 2000 houve uma queda de 25% no número de habitantes rurais. No entanto, a região continua aparecendo como a segunda menos urbanizada do Estado. Ali, a economia rural sempre foi baseada em minifúndios, isso devido às características do relevo acidentado, e, como característica da região, possui pequenas propriedades com mão de obra familiar. A mesorregião Sudoeste vem, no entanto, apresentando um

crescimento da concentração fundiária, com a introdução de novas técnicas de cultivo a partir da expansão da soja (IPARDES, 2004b e 2007).

A renda *per capita* do Sudoeste registra mudanças positivas e, durante os anos 1990, verificou-se a menor taxa de desemprego do Estado – com crescimento do emprego formal maior do que o estadual. A cidade de Francisco Beltrão se destaca na área educacional, pois a taxa de analfabetismo de pessoas com mais de 25 anos era de 9,4% em 2000, o que significou uma redução de 43,5% em relação a 1991, quando o índice registrava 16,7%. A média de anos de estudo em pessoas acima de 25 anos subiu de 4,6 para 6,0 anos. O IDH-Educação de Francisco Beltrão é de 0,918, uma melhoria de 13,6% em relação a 1991, quando o índice era 0,809. Em que pesem, porém, esses dados promissores, 25% das famílias da mesorregião vivem em condições de pobreza (IPARDES, 2004b).

No que diz respeito ao meio ambiente, a produção intensiva em pequenas propriedades representou pressão considerável sobre as áreas disponíveis, avançando a ocupação para áreas de florestas, o que resultou em um alto grau de comprometimento ambiental do Sudoeste, comprometimento potencializado pelas duas usinas hidrelétricas que foram criadas na região.

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Sudoeste Paranaense, tem-se: A microrregião de Capanema com oito municípios e uma população de 93.055 habitantes. Capanema é a principal cidade da microrregião. Por volta de 1950 chegaram as primeiras correntes migratórias, predominantemente de origem alemã e italiana, vindas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. A microrregião de Francisco Beltrão tem dezenove municípios e uma população de 231.021 habitantes. A maioria dos habitantes é descendente de europeus, principalmente alemães e italianos. A economia da região está atrelada ao agronegócio, todavia, devido às formações de relevos antigos, o território não pode ser plenamente aproveitável. Somente nas partes norte e oeste da microrregião as terras são de relevo mais suave, sendo assim intensivamente aproveitadas para a agricultura, principalmente para o plantio de soja, milho e trigo, com destaque também para a criação de aves (IPARDES, 2007).

A cidade de Francisco Beltrão é a maior em população e arrecadação e a segunda maior em área do Sudoeste do Paraná. A sua economia tem como base

a agricultura extensiva e as atividades industriais concentradas no abate de aves e no setor têxtil. Com a progressiva evasão da zona rural e o conseqüente aumento do perímetro urbano, observa-se também um incremento nas atividades ligadas à industrialização e ao desenvolvimento do setor terciário (IPARDES, 2004b).

A crescente participação do setor terciário está ligada à centralidade e influência que a cidade exerce sobre os outros municípios da região como polo urbano. A pobreza – conceituada como a porcentagem de pessoas que vivem com rendimento inferior a meio salário mínimo – encontra-se em queda acentuada, perfazendo menos de 20% da população (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Pato Branco tem dez municípios e uma população de 152.464 habitantes. A cidade de Pato Branco tem índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,849 – que a coloca como 34ª melhor cidade em qualidade de vida do Brasil, apesar de a microrregião apresentar um alto índice de pobreza IPARDES (2004b). A sua atividade econômica está fortemente centrada na agricultura e na pecuária. Pato Branco também se destaca como um importante centro médico e de serviços (IPARDES, 2007).

## **2.6. MESORREGIÃO DO CENTRO-SUL PARANAENSE**

A mesorregião do Centro-Sul Paranaense tem 29 municípios, que estão agrupados em três microrregiões denominadas Guarapuava, Palmas e Pitanga. A sua área territorial, de 26.409,78 km<sup>2</sup>, equivale a 6% do território total do Estado e a densidade populacional é a mais baixa dentre todas as mesorregiões, com uma população de 454.712 habitantes (IPARDES, 2007).

A ocupação do seu território baseou-se em grandes propriedades rurais, com atividades de cunho extensivo e extrativo. Nas últimas décadas do século XX, umas correntes migratórias, oriundas predominantemente do Norte e do Oeste do Paraná, foram atraídas pela existência de áreas economicamente subutilizadas. A mesorregião Centro-Sul apresenta uma das estruturas

produtivas mais concentradas do Estado, fortemente polarizada entre grandes e pequenas propriedades.

A sua pequena base populacional e a baixa densidade de ocupação, mantêm a mesorregião Centro-Sul como uma das mesorregiões menos urbanizadas do Paraná. Tal característica é reforçada pelo fato de a região concentrar 34% das famílias assentadas em projetos de reforma agrária e 62% das áreas indígenas do Paraná. A produção agrícola familiar é marcada por baixos rendimentos e a organização em cooperativas sofre sucessivas crises. No tocante à proteção ambiental, a região concentra 15% da cobertura florestal estadual remanescente, além de uma importante extensão de área reflorestada (IPARDES, 2004b).

A transição demográfica não se encontra em fase avançada na mesorregião Centro-Sul, que apresentou o nível mais elevado de fecundidade na comparação mesorregional durante os anos 1990, tendo menores índices de expectativa de vida ao nascer. A composição etária é marcada por uma população preponderantemente jovem, com ainda pouco expressiva presença de idosos. Todos os municípios da mesorregião Centro-Sul apresentam IDH-M abaixo da média paranaense, sendo o índice de renda *per capita* o que registra condições mais críticas. A dificuldade de geração de emprego na mesorregião reflete-se no fato de 33% das famílias residentes se encontrarem em situação de pobreza. Sete dos dez municípios mais pobres do Paraná situam-se na mesorregião Centro-Sul (IPARDES, 2004b).

No tocante à estrutura ocupacional, a importância das atividades rurais é marcante, somando 39% do total de ocupados. O crescimento da taxa de emprego formal na região é atribuído, em grande medida, à instalação de 17 novas municipalidades na década de 1990. Concentradas em Guarapuava, as ocupações industrial e terciária não têm alcançado dinamismo suficiente para absorver a população ativa. Tanto é que Guarapuava apresenta a maior taxa de pessoas desocupadas da mesorregião (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Centro-Sul paranaense, tem-se: A microrregião de Guarapuava com dezoito municípios e uma população de 376.178 habitantes. A cidade de Guarapuava possui 45%

dessa população. No município, a agropecuária representa aproximadamente 18% da composição do PIB municipal. O município tem forte participação na produção agrícola do Estado. É um dos maiores produtores de batata-inglesa do Brasil e também um grande produtor de milho, soja e cevada. A indústria tem participação de 35% no PIB, e o setor madeireiro é a atividade industrial que mais emprega. Fábricas de papel e papelão, de bebidas, de insumos químicos, de produtos alimentares e a agroindústria também possuem forte participação. O setor de serviços vem crescendo gradativamente e já incorpora, aproximadamente, 47% do PIB de Guarapuava (IPARDES, 2007).

A microrregião de Palmas tem cinco municípios e uma população de 88.852 habitantes. Palmas, é a principal cidade, com 36.528 habitantes, é o 15º município mais desigual da região do Sul do Brasil e o 9º no Paraná (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Pitanga é composta de seis municípios e uma população de 78.534 habitantes. Pitanga é a principal cidade, com 34.210 habitantes, que estão espalhados quase que equitativamente entre as regiões urbana e rural (18.865 e 15.445, respectivamente) (IPARDES, 2007).

## **2.7. MESORREGIÃO SUDESTE PARANAENSE**

A mesorregião Sudeste Paranaense é formada pela união de 21 municípios agrupados em quatro microrregiões denominadas Irati, São Matheus do Sul, Prudentópolis e União da Vitória. De acordo com os dados do IPARDES (2007), essa mesorregião conta com 396.081 habitantes, cerca de 3,85% da população do Estado. Essa região é uma das áreas de ocupação mais antigas do Paraná. Durante o período de intensa atração de estrangeiros para o Brasil, ela recebeu considerável fluxo de imigrantes, predominantemente eslavos. Os colonos assentaram-se em pequenas propriedades dedicadas a atividades extrativas e à pequena agricultura de subsistência.

Entre as mesorregiões do Estado, a Sudeste apresenta uma das menores bases populacionais e o processo de transição demográfica não tem se efetuatedo com a rapidez observada em outras áreas. Os níveis de fecundidade são maiores e os de expectativa de vida ao nascer são ligeiramente menores quando comparados à média estadual.

Com relação à qualidade de vida da população, em todos os municípios o IDH-M é verificado como inferior ao índice médio paranaense, com exceção de União da Vitória. A baixa frequência escolar por parte das crianças e dos jovens e a considerável taxa de mortalidade infantil são índices que representam a situação social da mesorregião: em 30% dos municípios, a taxa de pobreza é superior a 40%, o que representa mais que o dobro da média no Estado (IPARDES, 2004b).

A mesorregião Sudeste é a menos urbanizada do Paraná, onde a estruturação das cidades segue um padrão de fraca concentração. Do total da população, 42% das pessoas vivem em áreas rurais (IPARDES, 2004).

A evolução da agropecuária denota intensificação da produção via aumento de produtividade dos principais produtos regionais, contribuindo para alteração na pauta dos produtos, ascendendo culturas como soja, milho, erva-mate e fumo, sem que as demais (batata e feijão) apresentem redução. A estrutura fundiária tem se mantido estável, conservando a expressividade dos produtores familiares. Em relação ao meio ambiente, a mesorregião Sudeste preserva o maior contingente de floresta de araucárias no Paraná, sendo a terceira área, no comparativo mesorregional, tanto a contribuir para o estoque florestal do Estado quanto para o reflorestamento (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Sudeste Paranaense, tem-se: A microrregião de Irati que agrega um montante populacional de 93.866 habitantes e está dividida em quatro municípios. Irati é a principal cidade e a sua população é de aproximadamente 54.151 moradores (IPARDES, 2004b).

A constituição populacional é uma mescla de diferentes etnias, especialmente poloneses e ucranianos, que mantêm os costumes e as tradições dos seus ascendentes. A economia de Irati está especialmente centrada no setor terciário, que equivale a 57,89% do PIB municipal, enquanto o setor de

indústrias conta com 26,18% e a agropecuária perfaz 15,93%. Embora a agropecuária ocupe o último lugar no PIB da cidade, 66% da sua área é ocupada por agricultura e pastagem (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Prudentópolis é a mais populosa da mesorregião Sudeste Paranaense, com 125.602 habitantes, divididos sete municípios. Prudentópolis possui 48.708 habitantes. O destaque do município está no seu relevo, que apresenta diversas serras e dezenas de cachoeiras. Atualmente, Prudentópolis é considerada a cidade mais ucraniana do Brasil, sendo 80% da sua população descendente dessa nacionalidade de imigrantes.

A microrregião de São Mateus do Sul tem três municípios com 60.240 habitantes. E o município de São Mateus do Sul concentra 39.152 habitantes. Os pioneiros na ocupação da área constituíam-se de emigrantes do sul do Brasil e imigrantes espanhóis, alemães e poloneses. No município encontra-se a Usina Industrial de Xisto da Petrobrás, em parte fruto dos esforços dos imigrantes alemães, que procuravam explorar o petróleo de xisto na região. A população urbana de São Matheus do Sul é praticamente a mesma da residente na zona rural (IPARDES, 2004b).

A microrregião de União da Vitória tem sete municípios e uma população de 116.373 habitantes. União da Vitória é o principal município, com 51.043 habitantes. A colonização territorial foi iniciada em 1881 por imigrantes europeus de diversas etnias, entre os quais se destacam ucranianos, poloneses, alemães e italianos – atraídos pelo clima e pela topografia semelhantes aos da sua terra natal. União da Vitória teve o seu apogeu na década de 1950 com o ciclo da erva-mate e a intensificação da extração de madeira. O município tem um dos melhores índices de qualidade de vida no Paraná, com um IDH de 0,793. Nele, 95% da população é alfabetizada e reside em domicílios com água encanada, esgoto sanitário e coleta de lixo IPARDES (2004b e 2007).

## 2.8. MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

A mesorregião Metropolitana de Curitiba é formada por 37 municípios agrupados em cinco microrregiões denominadas: Cerro Azul, Curitiba, Lapa, Paranaguá e Rio Negro. De acordo com os dados de 2007, essa mesorregião tem 3.469.820 habitantes, ou seja, 33,7% da população do Estado. Segundo o IPARDES, (2004b), na microrregião de Curitiba há a maior densidade demográfica do Estado, com 366,7 habitantes por km<sup>2</sup>.

A concentração de atividades e população nessa mesorregião se intensifica a partir da década de 1970. Em meio à crescente evasão que atingiu o meio rural paranaense devido à modernização da agricultura, uma parcela considerável do fluxo populacional convergiu para Curitiba e adjacências, pessoas atraídas, em parte, pelas possibilidades apresentadas no Centro Industrial de Araucária e na Cidade Industrial de Curitiba. O crescimento urbano na área metropolitana e na capital não diminuiu durante as décadas seguintes, fazendo com que, em 2007, tal aglomerado constituísse uma área única de ocupação, totalizando mais de 30% da população urbana do Paraná (IPARDES, 2007).

A estrutura econômica da mesorregião passou por um considerável aumento do número de indústrias, consolidando a sua infraestrutura e se posicionando como alternativa para os novos investimentos e ampliando a pauta de produtos – entre os quais se destaca a implantação do polo automotivo. A demanda por serviços e por mercadorias especializados também se ampliou, fomentada por capital estrangeiro e direcionada para o mercado global. O comércio varejista teve papel expressivo nas mudanças do setor comercial, demonstrado pelo montante de *shopping centers* e hipermercados instalados na mesorregião. Isso não apenas aumentou a oferta, como alterou o perfil dos fornecedores e dos consumidores, intensificando a adoção de padrões internacionais para lojas e produtos.

Uma das peculiaridades da mesorregião Metropolitana de Curitiba é a compartimentação do território. Associada às características naturais do ambiente, tal nítida diferenciação foi reforçada pelos processos de apropriação e



de reprodução do espaço. A urbanização acentuada da mesorregião é fortemente concentrada em algumas áreas do território. Em 2000, 37% da cobertura vegetal original apresentava-se preservada, o que significa forte contraste positivo na comparação mesorregional. A principal razão dessa conservação está na dificuldade de ocupação em áreas de serra e da proporção de solos inaptos para atividades agropecuárias. As iniciativas estatais para garantir a biodiversidade resultaram no estabelecimento de diversas unidades de conservação, cujo montante representa 44,3% do território da mesorregião. Nas aglomerações urbanas, entretanto, especialmente na região metropolitana da capital, a preservação dos recursos hídricos tem entrado em conflito com a expansão urbana (IPARDES, 2004b e 2007).

Em relação ao mercado de trabalho regional, os indicadores apontam dificuldades de absorção da mão de obra disponível. A mesorregião Metropolitana de Curitiba possui a maior taxa de desemprego, o maior crescimento da população em idade ativa e um dos menores aumentos nos postos de emprego formal, quando comparada às outras mesorregiões do Paraná durante o período de 1996/2001. A análise do IPARDES (2007) indica que o incremento ocupacional na década de 1990 foi marcado pela precarização do trabalho e pelo aumento do setor informal. Apesar disso, é a Mesorregião Metropolitana de Curitiba que concentra o maior nível de formalização do emprego, bem como as maiores oportunidades de rendimento para os trabalhadores engajados nos segmentos mais modernos da economia.

A disparidade entre as áreas urbanas e rurais dessa mesorregião fica patente no contraste entre municípios, estando no limite mais intenso das desigualdades sociais. Assim demonstram os indicadores sociais de educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana e pobreza: alguns dos municípios da mesorregião Metropolitana de Curitiba estão entre aqueles com mais baixos valores de IDH-M do Paraná. É no aglomerado metropolitano que se encontra o maior contingente de população em situação de carência. O mesmo contraste salientado no âmbito da mesorregião é diagnosticado em relação aos bairros de Curitiba: há extremos de concentração de riquezas e de carências, apresentados em desigualdades socioespaciais (IPARDES, 2004b).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Metropolitana de Curitiba, tem-se: A microrregião de Cerro Azul com três municípios e abriga uma população de 30.358 habitantes. O município de Cerro Azul tem 16.496 habitantes. A cidade fica a 92 quilômetros de distância da capital e é conhecida como a terra da laranja. Já a microrregião de Curitiba tem uma população de 3.063.140 habitantes dos 3.469.820 computados na totalidade da mesorregião. A região abriga dezenove municípios, com destaque para o seu centro automotivo. A cidade de Curitiba, capital do Estado, tem 1.794.408 habitantes, mas, apesar de ser densamente povoada – 4.111,9 hab/km<sup>2</sup> –, medições recentes indicam que a área verde de Curitiba é de 51 metros quadrados por habitante, cerca de três vezes superior à área mínima recomendada pela ONU. Ao que pesem, no entanto, essas características positivas, a cidade vem, recentemente, passando por um processo de inchaço populacional, em parte fruto da maciça propaganda governamental veiculada durante a década de 1990 (IPARDES, 2004b e 2007).

Como qualquer outra grande cidade brasileira, Curitiba tem os seus problemas sociais, como a existência de grandes favelas em alguns bairros e no entorno do município e expressivo crescimento do contingente de moradores de rua. O índice de criminalidade, no entanto, é baixo, se comparado a outras cidades do mesmo porte. Embora tenha mais de três séculos de fundação, o crescimento demográfico de Curitiba deu-se, fundamentalmente, nos últimos cem anos, em virtude de maciços afluxos migratórios de outros países, e, nos últimos anos, pela intensa migração do interior do Paraná e de outros Estados. Na sua formação histórica, a demografia de Curitiba é o resultado da miscigenação das três etnias básicas que compõem a população brasileira: o índio, o português e o negro. Mais tarde, com a chegada dos imigrantes, especialmente poloneses, ucranianos, italianos, alemães e japoneses, formou-se um caldo de cultura singular, que caracteriza a população da cidade, os seus valores e modo de vida.

O processo de desenvolvimento populacional tanto da cidade como do município teve origem com o tropeirismo e ondas migratórias iniciadas por portugueses, espanhóis e outros grupos étnicos incluindo ciganos, judeus e africanos. Após esse período, a cidade recebeu uma forte onda de imigração européia: alemães a partir de 1833; os italianos, por volta de 1871; e, poste-

riormente, poloneses e ucranianos. Atualmente a cidade é o centro da cultura polonesa no Brasil (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Lapa possui dois municípios e sua população é de 45.891 habitantes. A cidade da Lapa tem 41.689 habitantes. Com a quarta maior área territorial do Estado, o município tem um grande potencial turístico e agropastoril, sendo o maior produtor de fruta de caroço do Estado (IPARDES, 2004b).

A microrregião de Paranaguá tem uma população de 245.845 habitantes e está dividida em sete municípios. A cidade de Paranaguá abriga pouco mais da metade da população dessa microrregião, com 133.559 habitantes. O maior destaque da cidade é o porto de Paranaguá, que se tornou um dos mais importantes do Brasil. Outro destaque é a Ilha do Mel, considerada um dos lugares mais bonitos do Sul do país, com praias e construções históricas como o Farol das Conchas e a Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres (IPARDES, 2007).

A microrregião do Rio Negro tem uma população de 84.586 habitantes e está dividida em seis municípios. A cidade de Rio Negro faz fronteira com o Estado de Santa Catarina, apresenta uma população de 29.862 habitantes e tem como particularidade a sua sede integrada à cidade vizinha de Mafra (SC). Essas duas cidades, juntas, formam um aglomerado urbano de cerca de 94.000 habitantes – fenômeno típico de cidades irmãs, localizadas em margens opostas nos pontos de travessia de rios de grande porte, apresentando uma simbiose no relacionamento socioeconômico, comportando-se como uma cidade única (IPARDES, 2007).

## **2.9. MESORREGIÃO NOROESTE**

A mesorregião Noroeste possui três microrregiões: Paranavaí, Cianorte e Umuarama, que, juntas, abrangem 61 municípios, com uma população total de 630.421 habitantes, sendo que a região vem, sistematicamente, apresentando decréscimo populacional. A área total da mesorregião Noroeste é de 24.488,68 km<sup>2</sup> (12% da extensão territorial do Paraná) e a região faz fronteira

com os Estados do Mato Grosso do Sul e de São Paulo. O processo de ocupação da mesorregião Noroeste deu-se com a expansão da fronteira agrícola durante a década de 1940, impulsionada pela produção de café. Após os anos 1960 e 1970, da crise cafeeira, a Mesorregião Noroeste não transitou com facilidade para os novos padrões de modernização da atividade agrícola. A despeito de ser predominante de relevo plano, somente 45% do solo da região é considerado apto para atividades agro-silvo-pastoris. Altamente suscetível à erosão, as características ecológicas inviabilizam a expansão acentuada das culturas anuais, favorecendo a pecuária extensiva (IPARDES, 2007).

Os dois períodos históricos de desenvolvimento produtivo da mesorregião têm por base a cafeicultura e a pecuária, atividades que determinam de maneira marcante as características ambientais e populacionais da Mesorregião Noroeste. O uso inadequado das terras e o intenso desmatamento fazem dessa uma das regiões mais degradadas em termos de preservação ambiental, com apenas 4,1% da cobertura florestal original sobrevivente. Tendo sido a terceira mesorregião mais populosa do Paraná no começo dos anos 1970, desde então apresenta intenso decréscimo populacional, com taxas continuamente negativas no saldo de migração com origem rural e, mais recentemente, também urbana. Entre as dez mesorregiões paranaenses, a Noroeste apresenta o maior índice de idosos, entre os quais há predomínio masculino. Vinte cinco por cento dos habitantes dessa mesorregião estão em situação de pobreza. Apenas em Umuarama e em Cianorte se verificam valores do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) acima da média estadual. Na maioria dos municípios, entretanto, a frequência escolar nos níveis pré-escolar e fundamental é maior do que a verificada na média paranaense. No tocante à existência de incubadoras, de agências de desenvolvimento ou de centros tecnológicos capazes de apoiar e de estimular experiências de Ciência, Tecnologia e Inovação, a região Noroeste não dispõe de infraestrutura específica própria (IPARDES, 2007).

A taxa de desemprego está entre as menores entre as mesorregiões do Paraná. No período de 1996/2001, a região apresentou um dos maiores incrementos relativos em relação ao nível de emprego formal no Estado. Isso é, em parte, atribuído ao desenvolvimento da indústria têxtil (vestuário), cujo polo

de dinamismo é Cianorte. Com efeito, na área de confecção, a mesorregião Noroeste se insere como referência nacional (IPARDES, 2004b).

Além da indústria da moda, a agropecuária mantém a sua importância na ocupação da mão de obra regional. E, de fato, a expressividade da criação bovina entre as atividades desenvolvidas na região é uma das particularidades da mesorregião Noroeste – assim como indicadores de produtividade comparativamente mais baixos na agropecuária. Enquanto fronteira para expansão da soja e do milho, em um sistema que se vale dos avanços tecnológicos e da reforma de pastagens, a mesorregião Noroeste também apresentou crescimento na cultura de produtos direcionados à indústria, como cana-de-açúcar, mandioca e aves. Essa mesorregião destaca-se, em comparação com as outras do Paraná, na produção de casulos do bicho-da-seda, de café e de frutas (abacaxi, laranja e manga). Em relação à industrialização, a mesorregião Noroeste concentra as atividades de beneficiamento da mandioca e é o maior polo sucroalcooleiro do Estado do Paraná.

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Noroeste, tem-se: A microrregião de Paranavaí com 260.588 habitantes distribuídos em seus 29 municípios. Só na cidade de Paranavaí vivem 79.110 habitantes. A citricultura é uma das mais recentes alternativas agrícolas da região. Apesar de nova, ela veio com muita força e transformou Paranavaí no maior produtor de laranjas do Paraná. O município também produz mandioca, algodão, café, bicho-da-seda, abacaxi, pecuária e soja. Dessas, a produção de mandioca é a mais significativa. É a segunda maior do Estado e ocupa 30 mil hectares. A produtividade da região é duas vezes superior que a média nacional (IPARDES, 2007).

A microrregião de Cianorte tem uma população de 135.123 habitantes, distribuídos em onze municípios. Só a cidade de Cianorte, com 64.498 habitantes, abriga quase metade do total dessa microrregião. O processo de ocupação tem início na década de 1950, quando começa a colonização nessa área pela Companhia de Terras Norte do Paraná. O município de Cianorte ocupa uma posição importante dentro do quadro econômico da região Noroeste do Paraná, sendo que o principal destaque da cidade na área econômica é a indústria do vestuário, pois o município abriga mais de 400 grifes que re-

vendem seus produtos para todo o Brasil, realizando também anualmente a Expovest, maior Feira do Vestuário do Sul do País. Além disso, possui força econômica em diversas culturas agrícolas (IPARDES, 2007).

A microrregião de Umuarama, com 40,75% da população da mesorregião, ou seja, apresenta 256.894 habitantes. Umuarama tem 95.153 habitantes, é uma das principais cidades do Paraná, estando a 580 km da capital do Estado. A cidade também é polo da região de Entre Rios (IPARDES, 2007).

## 2.10. MESORREGIÃO CENTRO-ORIENTAL

A região Centro-Oriental é composta por três microrregiões: Jaguariáiva, Ponta Grossa e Telêmaco Borba, que, juntas, abrangem 14 municípios, que somam 674.124 habitantes. Essa região é parte do “Paraná Tradicional”, cuja economia e sociedade se originaram em fazendas, a partir das quais se organizaram os processos de produção. Assim, os ciclos econômicos do tropeirismo, da erva-mate e da madeira, complementados pela agricultura de subsistência, foram sustentados por grandes propriedades. Esse processo de ocupação tem as suas marcas presentes na mesorregião Centro-Oriental, conforme se verifica pela alta concentração da posse da terra (IPARDES, 2007).

As atividades extrativas e a pecuária predominaram até meados da década de 1970 na mesorregião. Os agricultores pertencentes a colônias e organizados em cooperativas, bem como os grandes proprietários, por meio da incorporação de inovações, puderam superar os entraves naturais de baixa fertilidade e de pouca profundidade do solo. Assim, a Centro-Oriental consolidou a sua produção como importante segmento agroindustrial do Paraná, dotada de alto grau de articulação com os mercados nacional e internacional. A produção intensiva de *commodities* e de outras culturas com mercado e rentabilidade garantidos são favorecidas nas lavouras.

O parque agroindustrial regional tem, como característica favorável para sua implementação, a localização geográfica: enquanto entroncamento

rodoferroviário e próximo ao Porto de Paranaguá, a Centro-Oriental é um dos mais importantes pólos de produção de papel e papelão no Brasil. Outros produtos que se destacam em sua pauta são o leite, os seus derivados e o grupo agroquímico-moageiro (moagem de soja e produção de fertilizantes) (IPARDES, 2007).

Na segunda metade da década de 1990, a proximidade com Curitiba e a consolidação da infraestrutura urbano-industrial foram estratégias para a incorporação de novos segmentos, resultantes da irradiação do crescimento metropolitano recente. Apesar da dinâmica econômica favorável, ela não tem se refletido no mercado de trabalho na mesorregião. A mesorregião Centro Oriental apresenta uma das maiores taxas de desemprego entre as regiões do interior e a menor taxa de atividade da população economicamente ativa em todo o Paraná. Dentre as causas deste diagnóstico está a relativamente baixa proporção de ocupados em atividades agropecuárias.

Desde 1970, a mesorregião Centro-Oriental recebeu um significativo incremento populacional, especialmente em Ponta Grossa e imediações. As recentes perdas na população rural foram compensadas pelo crescimento das áreas urbanas, fazendo com que o peso populacional da mesorregião Centro Oriental se elevasse no âmbito estadual. Os saldos de migração têm se apresentado positivos para a mesorregião, que absorve, predominantemente, o fluxo de outras regiões do Paraná (IPARDES, 2004b e 2007).

Os índices de IDH-M, à exceção de Ponta Grossa, apresentam um desempenho desfavorável para a mesorregião Centro-Oriental em comparação com a média do Estado. Como evidência do grau de desigualdade social e regional, é possível contrastar a maioria dos municípios, dos quais nenhum com taxa de pobreza maior do que a média paranaense, com outros da mesma mesorregião que registram o dobro dessa média. O atendimento às demandas sociais é dificultado, em alguns casos, em que as finanças municipais são preponderantemente dependentes das transferências do governo federal.

No que se refere ao meio ambiente, a mesorregião Centro-Oriental se destaca pela presença de extensas áreas de reflorescimento de pinus. O *Canyon Guartelá* e o Parque Estadual de Vila Velha são sítios naturais com grande

valor turístico. Com efeito, o potencial turístico da mesorregião pode contribuir para a diversificação da matriz produtiva (IPARDES, 2004b e 2007).

Com relação às microrregiões pertencentes à mesorregião Centro-Oriental, tem-se: A microrregião de Telêmaco Borba, com 154.619 habitantes, divididos em seis municípios. A cidade de Telêmaco Borba tem 65.797 habitantes e o seu desenvolvimento está intimamente ligado à necessidade de o Brasil ser autossuficiente na produção de papel. Em 1941, a fabricação de papel ficou ao encargo dos industriais que instituíam as Indústrias Klabin do Paraná Papel e Celulose S/A na fazenda Monte Alegre. Com os problemas com moradias clandestinas no entorno da fábrica, iniciou-se, do lado oposto à fábrica com relação ao rio Tibagi, o loteamento de 300 alqueires de terra, que se chamou “Mandaçaia” e mais tarde foi batizado como “Cidade Nova”. Somente em 1964 a cidade foi emancipada de Tibagi, município de origem (IPARDES, 2007).

A microrregião de Jaguariaíva conta com 100.036 habitantes distribuídos em quatro municípios. A cidade de Jaguariaíva apresenta 31.865 habitantes. O seu surgimento, de acordo com os historiadores, se deu devido ao Caminho das Tropas, uma rota de tropeiros que ligava a região Sul do Brasil à Sorocaba, em São Paulo, no século XVIII, caminho no qual a região servia como um ponto de parada.

A microrregião de Ponta Grossa tem 419.469 habitantes, em quatro municípios. A cidade de Ponta Grossa, com 306.351 habitantes, é a principal cidade. Ponta Grossa é considerada área propícia para o desenvolvimento da pecuária. Os Campos Gerais tornaram-se, já no século XVIII, passagem obrigatória na rota do comércio que levava gado e muares do Rio Grande do Sul para o abastecimento de São Paulo e das Minas Gerais. A cidade recebeu, ainda no final do século XIX, um número considerável de imigrantes russos-alemães e, no decorrer dos anos, foram surgindo outros grupos, entre eles poloneses, alemães, russos, italianos, sírios, austríacos e portugueses (IPARDES, 2004b e 2007).



## REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Gremaud e Braga (2006), a compreensão das alterações da economia regional é a base para o entendimento das modificações ocorridas em termos nacionais. O pressuposto é o de que a principal diferença, quando se analisa o aspecto da economia regional em relação à economia nacional, se dá, sobretudo, pela ausência de barreiras em relação à migração e à circulação de bens, de serviços e de capital. Essa maior mobilidade de recursos entre regiões pode determinar a influência de uma área sobre as demais, em relação à atração de recursos produtivos ou a domínio de mercados, em virtude de dotações diferenciadas de recursos naturais, de tamanho de mercados consumidores, de qualificação de mão de obra, entre outras.

No conjunto de teorias clássicas de desenvolvimento regional prevalece a concepção da existência de uma atividade motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, por meio de encadeamentos, as demais atividades econômicas. É o chamado paradigma “centro-abaxio”, paradigma que se baseia na presença de forças impulsoras advindas das regiões centrais, ou seja, uma força externa (exógena) a se instalar na região para desencadear o processo de desenvolvimento. Nessa definição enquadram-se, principalmente a Teoria de Base de Exportação, o Modelo de Causação Circular Cumulativa e a Teoria de Polos de Crescimento (SILVA, RIPPEL e FERRERA de LIMA, 2000; REZENDE, FERNANDES e SILVA, 2007). Essas teorias, porém, por tratarem da interferência externa (exógenas), não será objeto de aprofundamento deste estudo, e sim as teorias relacionadas com as mudanças provocadas por mecanismos internos (endógenos).

Com base no conjunto de informações inicialmente apresentadas na introdução e na caracterização do problema e, posteriormente, na apresentação das mesorregiões, percebe-se que o desenvolvimento econômico e social nas diferentes regiões do Estado do Paraná não se distribui de forma homogênea no espaço. Daí a grande importância dos estudos relacionados à distribuição espacial do desenvolvimento econômico, social e institucional. Desta forma, este capítulo contém a revisão de literatura e o modelo teórico.

### **3.1. ASPECTOS DA TEORIA CLÁSSICA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Logo após a II Guerra Mundial, a base teórica para as políticas de desenvolvimento regional eram os modelos e os estudos tradicionais sobre a localização industrial. Esses modelos e estudos, de origem alemã, com Von Thunen (1826), com Weber (1909), com Losch (1940) e com Christaller (1966), juntamente com os modelos teóricos desenvolvidos nos Estados Unidos (Isard, 1956), são conhecidos na literatura sobre economia regional como *as teorias clássicas da localização das atividades econômicas*. Essa concepção teórica destaca o papel dos custos dos transportes, a disponibilidade das matérias-primas e a dimensão dos mercados como determinantes da “localização ótima” das indústrias em algumas regiões. As economias externas, desenvolvidas inicialmente por Marshall (1890), decorrentes da aglomeração de atividades numa determinada região são, de forma geral, negligenciadas por essa teoria.

Segundo Krugman (1991), as teorias clássicas sobre localização encontram limites para o entendimento dos processos de concentração das atividades em uma dada região. Esses limites derivam do caráter metodológico (estático) dessas teorias. De acordo com o referido autor, para entender o complexo processo de concentração das atividades econômicas em uma mesma região é necessária uma análise dinâmica de tais processos.

No entender de Amaral Filho (2002), as teorias tradicionais sobre localização rivalizavam com as teorias de desenvolvimento regional com ênfase

nos fatores de aglomerações. Tais teorias são fortemente influenciadas pelas concepções marshallianas, por considerarem as economias externas como determinantes para a explicação da aglomeração industrial, e keynesianas, por defenderem a necessidade de intervenção externa na economia. Dentre os autores da abordagem teórica sobre desenvolvimento regional, destacam-se Perroux (1955), North (1955), Myrdal (1972) e Hirschman (1958).

Esse conjunto de teorias constata que o desenvolvimento econômico não se distribui de forma homogênea no espaço, visto que as disparidades de renda e de crescimento econômico são indícios da existência de características específicas em cada região. Essa constatação levou diversos autores a analisarem a distribuição espacial do desenvolvimento econômico. Um primeiro conceito fundamental a balizar o conhecimento sobre o desenvolvimento econômico regional é o conceito de Espaço Econômico, cujo primeiro conjunto de abordagens, de autores como Von Thünen (1826), Weber (1909) e Lösch (1940), concentrava-se, basicamente, em entender como as atividades econômicas se distribuíam no meio geográfico.

Von Thünen (1826) desenvolveu a sua análise, que ficou conhecida como os Anéis de Von Thünen. Assim, ele visava explicar como se desenvolvia o distanciamento das atividades agrícolas do centro do mercado, tendo como objetivo a maximização da renda da terra. Isso se daria devido ao aumento dos custos de transporte, fazendo com que as culturas mais nobres tenderiam a ocupar as localizações mais próximas ao núcleo central, reservando as partes externas às culturas de menor rendimento, mas com custos de transporte inferiores.

Weber (1909) teve como foco as razões da localização industrial, ressaltando o papel dos custos de transporte, de matérias-primas e de produtos acabados e o deslocamento da mão de obra, em função da localização daqueles e dos mercados consumidores. Por sua vez, Lösch (1940) apresentou a Teoria sobre Sistemas de Cidades, que, a partir de hipóteses como planície homogênea, população igualmente distribuída por todo o território sob análise, existência de economias de escala e concorrência perfeita, indicava que as atividades econômicas estariam no centro das áreas de mercado, que eram uniformes e combinavam escala e custo de transportes.

Christaller (1966) desenvolveu a Teoria dos Lugares Centrais, com a noção de centralidade urbana. A ideia principal era de que os espaços econômicos se organizariam, de forma natural, em um centro econômico. Desta forma, seria possível hierarquizar as regiões econômicas de acordo com a sua posição geográfica. Assim, os obstáculos naturais e de infraestrutura seriam fundamentais para determinar maior ou menor centralidade de um produto e de uma cidade. Quanto menores fossem os custos econômicos associados à distância, maiores seriam as possibilidades de um bem ou serviço vir a se constituir como central.

Perroux (1977) em meados de 1940, desenvolveu a Teoria de Polo de Crescimento ou desenvolvimento, explicando as razões do processo de concentração e o papel das empresas líderes, indústrias motrizes e indústrias-chave (capazes de gerar efeitos de encadeamento e de integração) no processo de crescimento regional ou local.

A Teoria dos Polos de Crescimento descreve uma propriedade da economia industrializada, propriedade segundo a qual as diferenças de dinamismo entre indústrias se refletem na sua capacidade para absorver recursos financeiros e para induzir transações, funcionando como condutoras – motrizes, na sua expressão – da formação de impulsos de crescimento. Esses impulsos de crescimento não se distribuem, porém, de forma homogênea pelo espaço econômico, mas de forma concentrada (PERROUX, 1977).

Assim, a inserção de uma atividade motriz, vis-à-vis, representada pelo segmento da indústria dentro de um sistema regional, suscitará externalidades à região receptora. À medida que esses efeitos vão se concentrando, a atividade motriz se tornará um polo propulsor da economia na região. O desenvolvimento, nesse caso, dependerá do nível e da qualidade dos efeitos positivos e negativos desse segmento. Desta forma, torna-se necessária a realização de ações que promovam os efeitos positivos, sob pena de conduzir a economia regional a uma situação de estrangulamento caso haja concentração de efeitos negativos (PERROUX, 1982).

Segundo Pires (2001), a aglomeração territorial de indústrias motrizes acaba determinando o surgimento de um polo industrial complexo que,

a partir da intensificação das atividades econômicas, gera novos padrões de consumo, promovendo o aumento de necessidades coletivas (como habitação, transportes e serviços públicos), colaborando também para a formação de empresários e de trabalhadores qualificados. A constituição desses polos industriais acabaria modificando o meio geográfico, gerando uma acumulação de recursos, tanto materiais quanto humanos, que seria traduzida pelas disparidades inter-regionais.

Myrdal foi um dos autores centrais da formulação do modelo de Causação Circular Cumulativa, cujo foco eram as relações estabelecidas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos, que acarretariam uma trajetória de crescente agravamento das disparidades matriciais nos níveis de desenvolvimento. No seu estudo analisando comparativamente os níveis de desenvolvimento econômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, Myrdal (1972), constata três situações simultâneas: i) existe um pequeno número de países prósperos e uma grande quantidade de países extremamente pobres; ii) os países prósperos encontram-se em processo de desenvolvimento contínuo; iii) enquanto os países pobres defrontam-se com um nível médio e lento de desenvolvimento, quando não estão estagnados ou mesmo em retrocesso. E, em geral, as desigualdades econômicas entre os dois grupos de países têm aumentado. Myrdal (1972) vai de encontro à assertiva liberal de que o equilíbrio estável da economia seria garantido pelos mecanismos de mercado e que, nas relações de comércio entre países ou entre regiões de níveis de desenvolvimento diferentes, haveria uma tendência à igualação dos custos e da produtividade dos fatores produtivos, propiciando que ambos os países avançassem em termos de desenvolvimento. Ele afirma que as forças de mercado em atuação tendem a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais.

A base teórica da sua contestação parte da premissa de que existe um processo de causação circular cumulativo, processo cujos efeitos surgem de mudanças sociais ou econômicas primárias, mudanças que estariam na essência da explicação do porquê ocorrem e se ampliam as desigualdades entre países e entre regiões prósperas e pobres, e, conseqüentemente, da disparidade entre os seus respectivos níveis de desenvolvimento. Observar esse processo constituiria o procedimento mais adequado para a análise de

tão crucial questão, que é a interseção das curvas de demanda e de oferta a um preço de equilíbrio automaticamente determinado pelo mecanismo do mercado (SANTOS, 2002).

Hirshman (1958), com os seus Efeitos para Frente e para Trás, argumenta que o desenvolvimento é, por natureza, desequilibrado e que determinadas regiões devem ser polos de crescimento, polos que serão estendidos para outras regiões, por meio de uma cadeia de desequilíbrios.

Por sua vez, a Teoria da Base de Exportação considera o processo de exportação como a principal força desencadeadora do processo de desenvolvimento da região. O crescimento, nessa teoria, depende da dinamicidade das atividades econômicas básicas ou de exportação que, por sua vez, incentivam o desenvolvimento de atividades complementares (não básicas). As atividades básicas são motoras, pois são fortalecidas pelo comércio inter-regional e drenam rendas de outras regiões, sendo assim a força motriz da economia. Por serem mais ampliadas e diversificadas, as atividades básicas exercem um maior impacto sobre o emprego nas atividades não básicas, que, além de serem suporte às atividades básicas, são também voltadas ao comércio intrar-regional, conforme Oliveira e Lima (2003) e Piffer (1999).

Nas décadas subsequentes, aspectos não tangíveis, fundamentados na cultura local, no comportamento da sociedade civil, na organização institucional e produtiva, bem como nas novas formas de competição e de cooperação, começam a ganhar importância na explicação do desenvolvimento regional ou local.

Com isso, a capacidade de a sociedade liderar o seu próprio desenvolvimento econômico, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área e ao seu potencial, traduz a forma de desenvolvimento regional denominado endógeno. Assim, o sucesso econômico de cada país ou região passa a depender da capacidade de se especializar naquilo que consiga estabelecer vantagens comparativas efetivas e dinâmicas, decorrentes do seu estoque de atributos e da capacidade local de promoção continuada da sua inovação (BENKO, 1999).

Dessa forma, tem-se a ideia de que o desenvolvimento está enraizado nas condições locais, sejam elas materiais ou imateriais, alterando o foco do planejamento regional, direcionando-o para a localidade.

Em oposição ao conjunto de teorias clássicas, surgiram outras teorias, como as teorias do desenvolvimento regional endógeno, que embasam este estudo.

## **3.2. MODELO TEÓRICO**

### **3.2.1. A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL ENDÓGENO**

A concepção teórica do desenvolvimento endógeno surgiu das transformações ocorridas nas teorias de desenvolvimento regional nos últimos trinta anos. Essas transformações foram provocadas pela crise e pelo declínio de regiões tradicionalmente industriais e pela emergência de regiões portadoras de novos paradigmas industriais. Esse fato tem sido observado desde o fim da década de 1980. Isso se dá ao mesmo tempo em que ocorre um movimento de extroversão por parte das empresas (subcontratações, alianças e fusões) e dos países (abertura comercial e aumento do volume do capital em circulação mundial), conforme Rezende, Fernandes e Silva (2007). Neste contexto, a endogenia é o conceito que unifica os termos *desenvolvimento local*, *desenvolvimento regional* e *desenvolvimento territorial*, usados tantas vezes como sinônimos, apesar das suas nuances de significados (ROSA, 2004).

A teoria do desenvolvimento endógeno pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial que constituem o capital social de uma região. Desta forma, a contribuição da teoria endogenista foi a de identificar quais fatores de produção atualmente decisivos – como capital social, capital humano, conhecimento, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e informação – eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo se conclui que as regiões dotadas desses fatores (ou que estivessem estrategicamente direcionadas para

desenvolvê-los inteiramente) teriam as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado (SOUZA FILHO, 2002).

Para melhor compreensão do modelo de desenvolvimento endógeno, faz-se necessário reportar-se aos primeiros modelos neoclássicos de crescimento econômico, em que o progresso tecnológico era considerado um elemento exógeno, ou seja, não explicado dentro do próprio modelo. Desta forma, o progresso tecnológico era um dado do problema e explicado por fatores externos aos próprios modelos. As inovações, entretanto, não surgem do nada. Pelo contrário, elas necessitam ser criadas, segundo Aghion e Howitt (1998), pelos seres humanos, operando no intervalo normal das suas motivações, no processo de tentar resolver problemas de produção, de aprender a partir da experiência, de encontrar novas e melhores formas de fazer as coisas, de lucrar com a abertura de novos mercados. Nesse aspecto, a inovação é, então, um processo social.

Desta forma, poder-se-ia caracterizar que o objetivo principal da teoria do crescimento endógeno é investigar e compreender a ação recíproca entre conhecimento tecnológico e várias características estruturais da economia e da sociedade, e quanto esta atuação recíproca resulta em crescimento econômico. Assim, pode-se conceituar que o crescimento endógeno é o crescimento econômico gerado por fatores dentro do processo de produção (isto é: mudanças tecnológicas induzidas, rendimentos crescentes, economias de escala, etc.) em oposição a fatores externos (exógenos) tais como os acréscimos populacionais.

Em suas contribuições para um novo paradigma do desenvolvimento territorial, Boisier (1999) analisa as questões do desenvolvimento endógeno e do desenvolvimento exógeno. Enquanto o desenvolvimento endógeno se origina na própria região, em uma situação de endogenia, o desenvolvimento exógeno lhe seria imposto a partir do exterior. Para o autor, os governos regionais, para serem atores relevantes do desenvolvimento das suas regiões, devem ser capazes de não apenas conduzir o processo, mas também de estimulá-lo, como agentes catalisadores com capacidade para gerar sinergia a partir do encontro de agentes individuais. Essa capacidade dos governos re-



gionais é importante, como vantagem estratégica das regiões, à medida que se intensifica a mobilidade espacial do capital.

Assim, neste novo contexto, as novas ideias que procuram explicar por que alguns países e regiões crescem e se desenvolvem mais rapidamente do que os demais enfatizam o conhecimento como um fator de produção separado e a importância de investimentos na criação do conhecimento e nas atividades de Pesquisa e Desenvolvimento. Segundo Haddad (2004), pessoas qualificadas são fundamentais para a descoberta de novos conhecimentos, pois delas depende inventar novos produtos e novos processos tecnológicos, operar e manter equipamentos mais complexos, usar eficientemente novos produtos e novos processos, etc. É por meio do capital humano e das habilidades de um país ou de uma região que se determina o seu crescimento econômico no longo prazo e as suas chances de transformar esse crescimento em processos de desenvolvimento. É a localização e a implantação de novas atividades econômicas numa determinada região que poderá elevar os seus níveis de produção, de renda, de emprego e da base tributável a um ritmo mais intenso do que o crescimento da sua população, sem que, entretanto, ocorra um processo de desenvolvimento econômico e social. Os valores *per capita* do produto e da renda regional se expandem, denotando, basicamente, que a área de influência das novas atividades estará vivendo uma etapa favorável na sua trajetória de crescimento econômico e que, em média, estará havendo um aumento na quantidade de bens e de serviços à disposição dos seus habitantes. Se as taxas de crescimento do PIB e da renda *per capita* da região se mantiverem positivas e elevadas por um longo período, então foi encontrada uma alternativa de expansão sustentada da sua economia.

Esse processo de crescimento econômico irá depender, principalmente, da capacidade da região de atrair recursos (financeiros, tecnológicos, etc.) nacionais e internacionais, públicos e privados, por intermédio de diferentes modalidades (negociação de projetos, transferências intergovernamentais de natureza não constitucional, etc.). Dependerá, também, dos impactos que as políticas macroeconômicas (monetária, cambial, fiscal) e setoriais (transporte, energia, etc.) terão sobre a economia regional. Essas políticas, comandadas principalmente pelo Governo Federal, geram condições externas às decisões

regionais que podem estimular ou retardar o crescimento econômico da região, de acordo com os rebatimentos específicos dessas políticas sobre a sua estrutura produtiva. Quase sempre essas políticas são, por si só, predominantes e capazes de explicar o crescimento econômico e a evolução da renda de uma determinada região.

Por outro lado, o processo de desenvolvimento de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá fundamentalmente da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia regional para a tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo seu processo de crescimento regional, a um crescente processo de inclusão social, a um processo permanente de conservação e de preservação do ecossistema regional. Essa capacidade de organização social da região é o fator endógeno por excelência para transformar o crescimento em desenvolvimento, por meio de uma complexa malha de instituições e de agentes de desenvolvimento, articulados por uma cultura regional e por um projeto político regional (BOISIER, 1992).

Segundo essa concepção de Boisier (1992), o desenvolvimento de determinada região pressupõe a existência de um crescente processo de autonomia decisória; uma crescente capacidade regional de captação e de reinversão do excedente econômico; um crescente processo de inclusão social (inclusive digital); uma crescente consciência e ação ambientalista; uma crescente sincronia intersetorial e territorial do crescimento; e uma crescente percepção coletiva de pertencer à região.

Alguns dos analistas, entre eles Furtado (1982) e Boisier (1992), que estudaram os problemas de regiões que acumularam um grande atraso econômico, ou que perderam o seu dinamismo, estão convencidos de que o desenvolvimento não se limita à expansão da capacidade produtiva (mais investimentos em projetos de infraestrutura econômica ou em projetos diretamente produtivos). Entendem eles que o verdadeiro desenvolvimento de uma região ocorre, principalmente, por meio de um processo de ativação, ou seja, de mudanças ou amadurecimento institucional e de canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade dos seus habitantes.

Assim, o desenvolvimento ocorrerá quando, na sociedade local, se manifestar uma energia capaz de canalizar, de forma convergente, forças que estavam latentes ou dispersas. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência dos seus problemas e se empenham em resolvê-los.

Neste contexto, Boisier (1992) argumenta que o desenvolvimento de uma região ou localidade, no longo prazo, depende profundamente da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro, ou seja, do processo de desenvolvimento endógeno, o que se relaciona, em última instância, com a disponibilidade de diferentes formas de capitais intangíveis na região ou localidade. O Quadro 4 apresenta cinco formas de capital intangíveis e as suas respectivas especificações. Além desses, Boisier (2000) menciona, ainda, como capitais intangíveis: o capital cultural, o capital cognitivo e o capital simbólico. Portanto, dentro dessa concepção, para que a região consiga transformar o crescimento econômico em desenvolvimento de longo prazo, será necessária a perfeita mobilidade desses capitais. Assim, é preciso aliar o estoque de conhecimentos e de habilidades com a prática de políticas democráticas, de confiança e de cooperação.

O conceito de desenvolvimento endógeno pode ser mais bem compreendido em situações de assimetria no retrocesso econômico. Assim, se uma economia desenvolvida se atrofia ou involui por causa de um evento exógeno (por exemplo, países da Europa após a II Grande Guerra) e assume os indicadores de renda *per capita*, de comércio e de produtividade típicos de uma economia subdesenvolvida, quando recebe novos estímulos e incentivos (Plano Marshall), a sua reação é rápida e acelerada, por causa da sua capacidade endógena de mobilizar capitais tangíveis e intangíveis para promover a retomada do desenvolvimento econômico e social.

O processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade de que dispõe determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região. Segundo Haddad (2004c), a razão por que algumas regiões crescem e se desenvolvem mais rapidamente do que

outras está em que elas enfatizam o conhecimento no processo produtivo. O capital humano e as habilidades de uma região determinam o seu crescimento econômico no longo prazo e as suas chances de transformar esse crescimento em processos de desenvolvimento.

**QUADRO 4 - FORMAS DE CAPITAL DETERMINANTES DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

<b>Formas de Capital</b>	<b>Especificação</b>
1. Capital Institucional	As instituições ou organizações públicas e privadas existentes na região: o seu número, o clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito, neutralidade), o seu grau de modernidade.
2. Capital Humano	O estoque de conhecimentos e habilidades que possuem os indivíduos que residem na região e a sua capacidade para exercitá-los.
3. Capital Cívico	A tradução de práticas de políticas democráticas, de confiança nas instituições, de preocupação pessoal com os assuntos públicos, de associatividade entre as esferas públicas e privadas, etc.
4. Capital Social	O que permite aos membros de uma comunidade confiar uns nos outros e cooperar na formação de novos grupos ou em realizar ações em comum.
5. Capital Sinérgico	Consiste na capacidade real ou latente de toda a comunidade para articular, de forma democrática, as diversas formas de capital intangível disponíveis nessa comunidade.

O processo de desenvolvimento de uma região, para Haddad (2004c), dependerá, fundamentalmente, da sua capacidade de organização social e política para modelar o seu próprio futuro, ou seja, de endogenia. Ele ocorre quando, endogenamente, se manifesta uma energia capaz de estruturar recur-

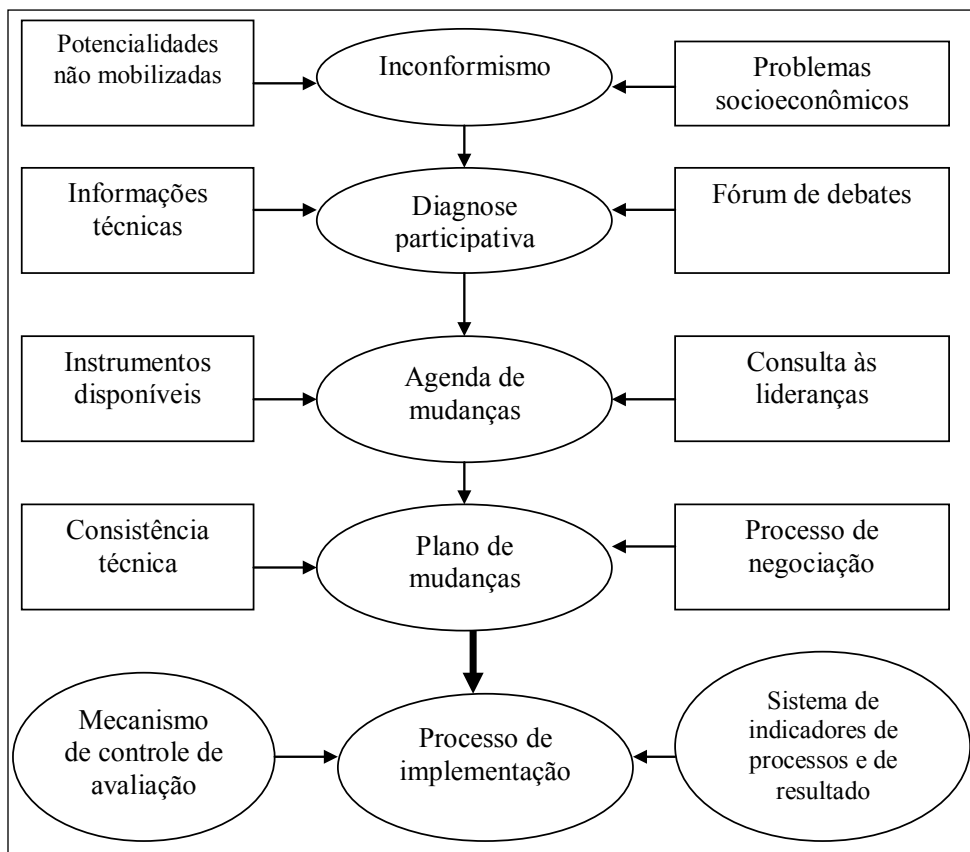
tos tangíveis (capital físico, capital natural) e intangíveis (capital social, capital humano e capital institucional), que se encontravam latentes ou dispersos.

A Figura 4 apresenta as etapas de um processo de desenvolvimento endógeno, desenvolvimento que se inicia, basicamente, com um processo de inconformismo da comunidade local, pois, enquanto não houver esse tipo de manifestação, não se dará o *start* desse processo. Assim, a primeira etapa constitui-se na organização e na estruturação do inconformismo.

Segundo Haddad (2008), não há desenvolvimento onde não há inconformismo com relação ao mau desempenho dos indicadores econômicos, sociais e de sustentabilidade ambiental. Ocorre que enquanto houver conformismo, apatia ou a passividade dos habitantes de um município ou região, então a dinâmica de organização social e política ainda não se faz presente.

A segunda etapa consiste em diagnosticar, técnica e politicamente, as razões e as causas do mau desempenho desses indicadores. Não se trata apenas de preparar documentos elaborados por especialistas, mas, principalmente, de conscientizar as lideranças políticas e comunitárias sobre o que deve ser feito para transformar as condições atuais, visando obter melhores índices de desenvolvimento humano, de competitividade econômica, etc.

FIGURA 4 - ETAPAS DE UM PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO



Fonte: Haddad (2008).

A terceira etapa envolve a transformação de uma agenda de mudanças em um plano de trabalho de mudanças, ou seja, um Plano de Ação. O que está em questão é um plano de trabalho que seja não somente tecnicamente consistente, mas essencialmente gerado a partir de uma intensa mobilização dos segmentos da sociedade civil, em regime de pacto e de parceria com as autoridades e com instituições locais e supralocais, ou seja, está em questão um modelo de gestão participativa.

A quarta etapa consiste no processo de implementação das etapas anteriores, por meio da criação de mecanismos de controle e avaliação, formados por um conjunto de indicadores de processos e de resultados.

E, tendo como referencial a regionalidade, o desenvolvimento por endogenia implica a capacidade sinérgica de gerar valor agregado com retenção do excedente econômico local, além de impulsionar a atratividade no excedente de outras regiões. Para melhor exemplificar este contexto, Pedro Filho (2009) cita a estruturação do ecoturismo no Estado de Rondônia em áreas indígenas, estruturação a qual, uma vez edificada pela endogenia, resultaria na evolução das disponibilidades existentes em uma Reserva Indígena, enquanto induz ao aproveitamento do novo cenário a) para a própria qualidade de vida nas tribos; b) para elevar o padrão de vida dos índios; e c) motivar a visitação por interessados, atraídos pelo turismo exótico oferecido pelos anfitriões tribais. Desta forma, o resultado seria a geração de emprego e renda, com progresso regionalizado garantido por aglomeração de firmas voltadas para o lazer, entretenimento e serviços diversos no cenário periférico.

Neste contexto, Boisier (1999) é categórico ao afirmar que:

“[...] no hay ninguna receta que garantice el éxito en materia de desarrollo. Pero sé hay por lo menos dos afirmaciones ciertas: si el desarrollo se encuentra em nuestro futuro, no será con las ideas del pasado que lo alcanzaremos; si el desarrollo es un producto de la propia comunidad, no seran otros sino sus propios miembros quienes lo construyan” (BOISIER, 1999, p. 89).

Rosa (2004) focalizou atores locais para o fenômeno de endogenia, como sinônimos de laços cooperativos. É seguindo essa mesma lógica que Haddad (2004c) explicita a razão para a qual, em alguns países, o desenvolvimento é mais rápido e eficaz do que em outros. Para ele, o capital humano e as suas habilidades e o capital social são determinantes para a transformação processual do desenvolvimento. Ele afirma, também, que a endogenia é a própria capacidade de articulação na via da cultura regional. Desta forma, analisa-se o desenvolvimento regional a partir de uma perspectiva endógena, isto é, dando ênfase nos fatores internos à região capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda a sociedade.

Segundo Oliveira e Lima (2003), quando se pensam e se discutem questões sobre o desenvolvimento regional, tem-se que, antes de qualquer

iniciativa, pensar na participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento. O desenvolvimento deve ser entendido como um processo complexo de mudanças e de transformações tanto de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Segundo Oliveira (2002), o desenvolvimento nada mais é que o crescimento, ou seja, são os incrementos positivos no produto e na renda que são transformados para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, alimentação, educação, transporte, habitação, lazer, dentre outras.

Segundo a concepção de Sthor e de Taylor (1981), o desenvolvimento centrado na ideia de baixo para cima, ou o paradigma desde baixo<sup>1</sup>, tem como meta o desenvolvimento pleno das potencialidades e das habilidades humanas da sociedade local. Dentro dessa lógica, para Andrade (1997), o paradigma de desenvolvimento centrado na perspectiva de baixo para cima requer, para a sua construção, que:

[...] critérios alternativos de destinação de fatores, substituindo o princípio de máxima rentabilidade, pelo de mobilização integral de recursos; critérios alternativos de intercâmbio de produtos, substituindo o princípio predominante de vantagens comparativas, pelo de benefícios obtidos pelo comércio; formas específicas de organização social e econômica (desenvolvimento rural e de aldeias, uso de tecnologias intensivas em mão-de-obra através de projetos pequenos e médios) com destaque para a organização territorial; e uma mudança no conceito de desenvolvimento, que abranja metas sociais mais amplas, com uma motivação endógena. (ANDRADE, 1997, p. 19-20).

Dentro deste contexto, Sthor e Taylor (1981) levantaram quatro hipóteses essenciais que norteiam o paradigma do desenvolvimento desde baixo:

- a) as disparidades regionais são consequências negativas de uma integração econômica de grande escala, executadas sem preparação suficiente;

---

1 Desenvolvimento endógeno.



- b) o conceito de desenvolvimento não deve subordinar-se a pressões de curto prazo de um mecanismo de mercado ou de influências externas, devendo obedecer às especificidades locais de natureza cultural e institucional;
- c) o impulso da formulação e de execução do desenvolvimento deve ser originado das respectivas comunidades, descartando a ideia de que as comunidades de pequena escala só podem atingir o desenvolvimento por intermédio de outras regiões de maior nível de desenvolvimento;
- d) necessidade de uma maior autodeterminação nacional e regional.

Essas hipóteses apontam a necessidade de as políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando o aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.

Segundo Boisier (1989), para que seja possível entender o processo de desenvolvimento regional deve-se dar uma atenção especial a um conjunto de elementos, que ele chamou de macroparâmetros. Assim, eles são os que delimitam o âmbito do planejamento do desenvolvimento regional em termos de sistemas de organização econômica, de estilos de desenvolvimento e dos conceitos hoje dominantes sobre o desenvolvimento econômico. Desta forma, o que está sendo proposto por Boisier (1999) não substitui, mas sim complementa as teorias sobre o desenvolvimento econômico regional, que, na sua maioria, enfatizam, apenas e tão somente, a dinâmica do crescimento em uma preocupação única de responder ao “como” e não ao “por que” da ocorrência do desenvolvimento. O processo de crescimento econômico regional pode ser considerado como essencialmente originado em forças e em mecanismos exógenos à região; que depende principalmente (mas não exclusivamente) do esboço das políticas macroeconômicas, do critério que direciona a alocação de recursos entre as regiões e da demanda externa. Pelo contrário, o processo de desenvolvimento regional deve ser considerado, principalmente, como a internalização do crescimento e, conseqüentemente, como de natureza essencialmente endógena.

Para Boisier (1989), no longo prazo, o desenvolvimento de uma região<sup>2</sup> é explicado como resultado da interação de três forças: alocação de recursos, política econômica e ativação social. Essas forças mantêm uma relação de interdependência recíproca, ou seja, mantêm relações de retroalimentação. A Figura 5 demonstra essa relação.

Na primeira força, que é representada pela alocação de recursos, o desenvolvimento está associado à realidade dos recursos disponíveis e depende da participação regional no uso dos recursos nacionais e estaduais. Esse fator tem a ver com o processo de alocação inter-regional dos recursos e relaciona as decisões que pertencem ao âmbito exclusivamente controlado pelo Estado. E, por assim dizer, é essencialmente exógeno à região e tem características predominantemente centralizadas.

A segunda força, que é representada pelas ações das políticas econômicas e setoriais, está relacionada aos efeitos das políticas macroeconômicas e setoriais, isto é, depende da ação do governo federal, que pode afetar positiva ou negativamente a região. A política econômica pode agir como coadjuvante do processo de crescimento econômico, indo na mesma direção ou pode vir na direção oposta e freá-lo. Semelhante ao processo anterior, essa força depende de decisões iniciais tomadas pelo Estado, força que é exógena à região.

Por último, mas não menos importante, a terceira força, que é representada pela ativação social, em que o desenvolvimento regional depende da ativação social da população local, quer dizer, da capacidade da região em criar um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais suficientes para direcionar o crescimento, desencadeado por forças exógenas, para atingir o desenvolvimento no sentido estrito da palavra. A ativação social é, portanto, uma força endógena em essência.

---

2 As regiões, na análise de Boisier (1989), são expressões territoriais de grupos sociais com história, consciência e expressão política, em outros termos, não são objetos, e sim sujeitos do processo de planejamento.

**FIGURA 5 - FUNÇÕES, DIMENSÕES E RETROALIMENTAÇÃO  
NO PLANEJAMENTO REGIONAL**



Fonte: Boisier (1989).

Essa terceira força, ao contrário das duas primeiras, é completamente endógena e está associada: ao aumento da autonomia de decisão da região; ao aumento da capacidade regional para reter e reinvestir o excedente gerado pelo processo de crescimento; a uma permanente e crescente melhora social (qualidade de vida).

Com o predomínio da racionalidade econômica, como expressão máxima do sistema mundial e produtor de mercadorias, no capitalismo, segundo Kurz (1992), a variável social tende a ser negligenciada, a ponto de aparecer nas políticas econômicas tradicionais apenas como notas de rodapé. Sendo a social uma variável fundamentalmente endógena, é evidente que a sua marginalização, consciente ou não, é decisiva para explicar o sucesso ou o fracasso das intervenções.

### **3.2.2. REGIONALIZAÇÃO DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**

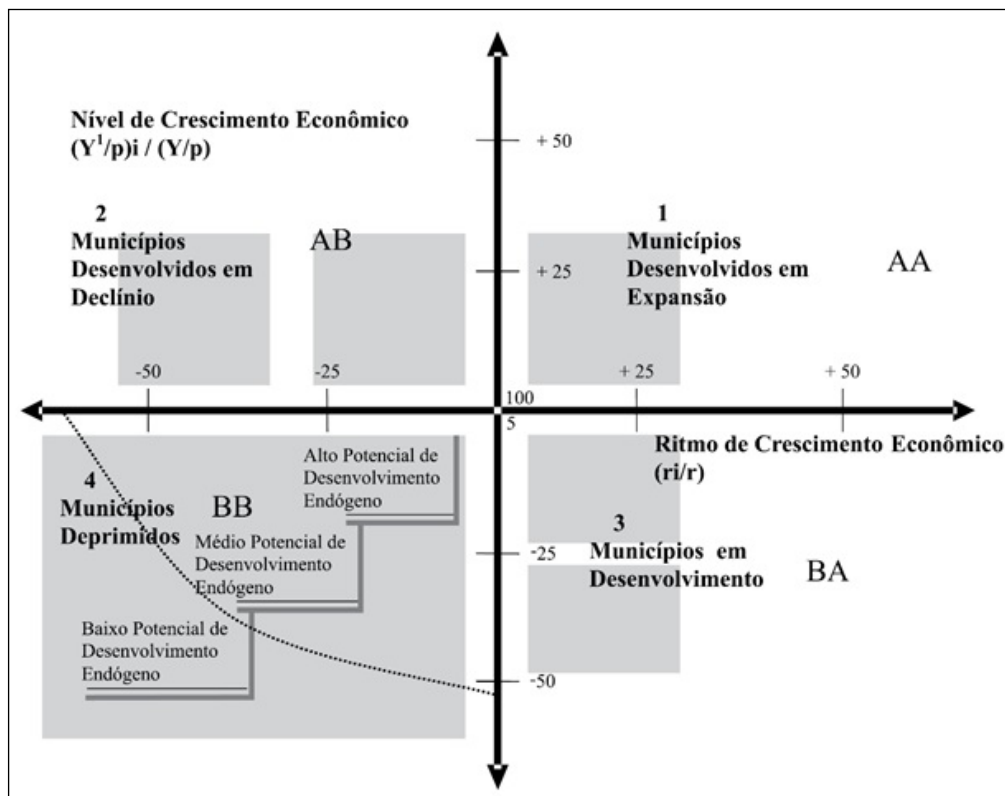
#### **3.2.2.1. CARACTERIZAÇÃO DAS REGIÕES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDAS**

Segundo Lemos (2004), a análise regional estabelece que uma região possa ser classificada segundo os objetivos e segundo os critérios para a sua delimitação. Por sua vez, o objetivo dessa regionalização pode se dar para fins de análise ou para fins de planejamento. Desta forma, o critério a ser adotado para o processo de uma regionalização pode ser por meio da homogeneidade ou da heterogeneidade do potencial endógeno. E, a partir da combinação destas dimensões, tem-se a classificação das regiões deprimidas, não somente em relação aos aspectos econômicos, mas, sobretudo, do ponto de vista do potencial endógeno, ou seja, aquelas regiões que, além de não apresentarem potencial econômico, também não apresentaram, na sua composição local, um conjunto de elementos capazes de reverterem ou de modificarem um estado de acomodação e de conformismo frente a uma dada situação de estagnação econômica e social.

Seguindo essa metodologia, primeiramente faz-se necessário estabelecer quais municípios seriam classificados como economicamente deprimidos, considerando somente as variáveis econômicas, para, posteriormente, estabelecer o nível de potencial endógeno dos municípios economicamente deprimidos. Desta forma, a Figura 6 representa as possibilidades de combinação entre o nível de crescimento econômico e o ritmo de crescimento econômico. Na Figura 6, o cruzamento dos eixos – o ponto 100 – equivale à média estadual das duas variáveis.

Essas hipóteses apontam a necessidade de as políticas macroeconômicas privilegiarem os elementos locais para promover o desenvolvimento, visando o aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região.

FIGURA 6 – POSSIBILIDADES DE COMBINAÇÕES SEGUNDO O NÍVEL DE CRESCIMENTO E O RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO



Fonte: Adaptado de BRASIL (2009).

Pelo cruzamento dessas duas variáveis, verifica-se que:

- (1) Municípios Desenvolvidos em Expansão: são aqueles com o nível de crescimento e o ritmo de crescimento econômico acima da média estadual, situação representada na Figura 6 por AA;
- (2) Municípios Desenvolvidos em Declínio: são aqueles com o nível de crescimento econômico acima da média estadual, porém seu ritmo de crescimento econômico está em declínio, abaixo, portanto da média estadual, situação representada na Figura 6 por AB;

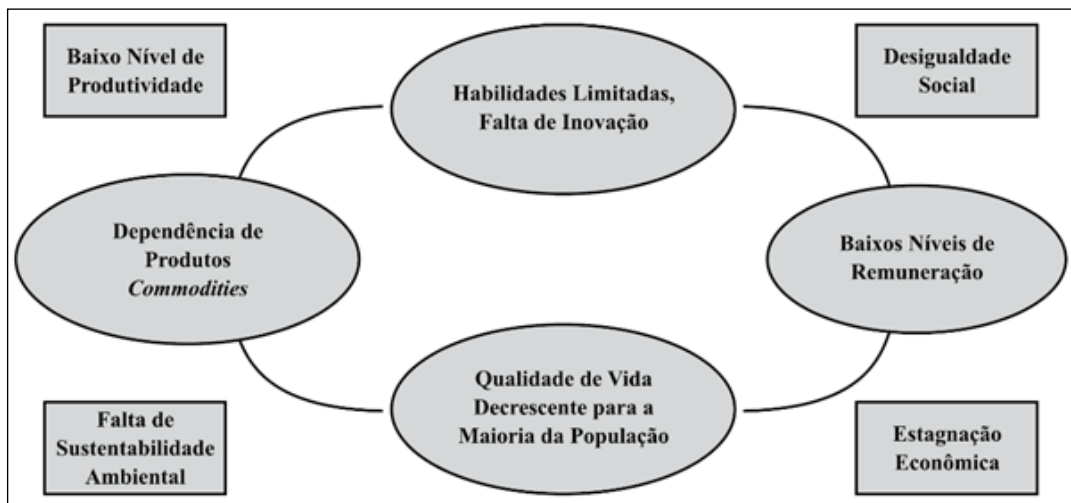
(3) Municípios em Desenvolvimento: são aqueles com ritmo de crescimento econômico em expansão, porém com nível de crescimento econômico abaixo da média estadual, situação representada na Figura 6 por BA;

(4) Municípios Deprimidos: são aqueles com nível de crescimento econômico e ritmo de crescimento econômico ambos abaixo da média estadual e que não apresentaram reações positivas de crescimento econômico ao longo dos diferentes ciclos de expansão da economia estadual, situação representada na Figura 6 por BB. Posteriormente, nesse quadrante da Figura 6, serão estabelecidas subclassificações dos municípios quanto ao seu potencial de desenvolvimento endógeno.

Porter (1992), analisando as regiões (ou os municípios) que tinham as suas economias estruturadas na produção de bens e de serviços intensivos em fatores primários (recursos naturais, mão de obra qualificada ou semiquificada, fatores climáticos, etc.), afirmou que elas seriam incapazes de produzir os fundamentos de uma competitividade sustentável, bem como incapazes de prover a melhoria das condições de vida aos seus habitantes. Dentro deste contexto, as economias desses municípios tornam-se deprimidas ao longo do tempo, pois são caracterizadas por:

- sofrerem um processo de deterioração nas suas relações de troca;
- se destacam pelos valores baixos de seus indicadores sociais;
- não têm condições de sustentar o seu processo de crescimento no longo prazo; e
- apresentarem um ciclo vicioso da destruição da riqueza (Figura 7).

FIGURA 7 – REPRESENTAÇÃO DO CICLO VICIOSO DO BAIXO POTENCIAL ENDÓGENO



Fonte: Adaptado de FIEMG (2000).

Assim, segundo Porter (1992), nas regiões de baixa densidade de empreendimentos são ainda mais escassas as condições básicas de dinamização dos negócios e da economia. Isso se torna mais evidente quando se trata de municípios de baixo dinamismo socioeconômico e, para que ocorram mudanças nesses municípios, é necessário, além da identificação, da mobilização e do aproveitamento dos recursos endógenos existentes nesses municípios, ocorrer, de forma concomitante, a atração, a negociação e a captação de recursos exógenos, como forma de potencializar a mobilização para o desenvolvimento das aglomerações produtivas locais.

Nesse sentido, Boisier (1999) evidencia que o aumento da eficiência econômica e, conseqüentemente, da produtividade e da competitividade, pode não resultar, necessariamente, em um aumento do bem-estar socioeconômico dos mais pobres, nem reduzir significativamente o desemprego e o subemprego nesses municípios. Nesses casos, os programas e os projetos federais e estaduais que visam, via de regra, socorrer esses municípios, precisam ser eficientes sob o aspecto econômico, com ações e medidas voltadas ao bene-

fício dos grupos sociais de baixa renda. Outro problema enfrentado por esses municípios está associado ao crescimento econômico aliado à sustentabilidade ambiental, em que, muitas vezes, ambos não ocorrem como consequência lógica do jogo espontâneo de mercado. Assim, as ações desses programas, além de visarem a equidade social, devem buscar a sustentabilidade ambiental, para evitar que o processo de crescimento reduza drasticamente os recursos naturais desses municípios.

Entende-se, portanto, que não poderá haver desenvolvimento na grande maioria dos municípios enquanto houver problemas sociais crônicos. Desta forma, torna-se indispensável que haja uma visão holística no processo de organização por parte dos governantes e dos líderes regionais. Neste contexto, o crescimento econômico de uma região é uma condição necessária, mas não suficiente para o desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental), o qual pressupõe um processo de inclusão social, com uma vasta gama de oportunidades e de opções para as pessoas. Além de empregos de alto nível e de rendas mais elevadas, é preciso que as pessoas desfrutem de uma vida longa e saudável, adquiram conhecimentos técnicos e culturais, tenham acesso aos recursos necessários a um padrão de vida decente.

### **3.2.3. TEORIA DO CAPITAL HUMANO**

O capital humano é um dos propulsores para se transformar o crescimento de curto prazo em estabilidade e em manutenção plena do desenvolvimento endógeno no longo prazo. E, para que ocorra o efetivo aumento de capital humano, segundo Schultz (1964), deve existir o investimento básico no ser humano por via da educação, porém, nunca se descuidando dos investimentos em saúde, isto é, saneamento básico, água tratada, combate a doenças como verminoses, malária, dengue, etc. As pessoas valorizam as suas capacidades, tanto como produtores quanto como consumidores, pelo próprio investimento que fazem em si mesmas, sendo a educação a melhor forma de investir em capital humano. Enquanto o nível de bens de produção, composto



por estruturas, equipamentos e patrimônios tem declinado, em relação à renda, o capital humano tem aumentado.

Nesse sentido, Schultz (1964) procura explicar o significado da educação, mencionando que a sua caracterização se dá por meio do ensino e do aprendizado, sendo que o seu significado decorre da extração de algo potencial ou latente de uma pessoa, aperfeiçoando-a, moral e mentalmente, a fim de torná-la suscetível a escolhas individuais e sociais, preparando-a para uma profissão, por meio de instrução sistemática, e exercitando-a na formação de habilidades.

A instrução decorre de serviços educacionais ministrados em escolas primárias e secundárias, abrangendo o esforço de aprender. Já a educação leva a um conceito mais amplo, pois, além de produzir a instrução, progride o conhecimento por meio da pesquisa. A instrução pode produzir tanto benefícios presentes quanto futuros, sendo que, no último caso, ela passa a ter uma característica de investimento, afetando tanto as futuras despesas quanto as futuras rendas, passando a assemelhar-se ao investimento em outros bens de produção. Assim, sempre que a instrução elevar as rendas futuras, ela pode gerar uma ampliação da produtividade, de modo que passa a ser considerada como investimento em capital humano, devido às habilidades adquiridas na escola, dissociando o seu progresso no crescimento econômico, uma vez que ela aumenta a capacidade de adaptação das pessoas nos momentos de flutuações de oportunidades de emprego (flutuações associadas ao crescimento econômico), servindo como estímulo à flexibilidade na realização desses reajustamentos ocupacionais e regionais (SCHULTZ, 1964).

Nesse sentido, Schultz (1964) afirma que alguns aumentos significativos na renda nacional são conseqüências do aumento do nível de capital humano advindo da educação, pois menciona que o fato de tratar a educação como capital humano nada mais é senão um passo à frente, um passo rumo a uma captação consciente de todo o capital. A educação é uma forma de investimento realizada com a finalidade de aquisição de capacitações que oferecem satisfações futuras, passando a fazer parte integrante da pessoa a partir do seu recebimento, ou seja, uma forma de capital humano, visto que o

investimento em capital humano proporciona as externalidades positivas por meio de aumentos no nível tecnológico.

Desta forma, o capital humano pode ser definido, segundo Clemente e Higachi (2000), como a soma de habilidades dos indivíduos, pois a acumulação de capital humano é uma atividade social envolvendo grupos de pessoas em uma forma que não tem contrapartida na acumulação de capital físico. Desde que se incorpore aos indivíduos, o capital humano é apropriado por eles.

Outro aspecto positivo abordado por Schultz (1973) decorre daquele em que a maioria do capital não humano tem uma vida produtiva mais curta do que o período direcionado ao capital humano. Assim, esse tipo de capital tende a obter resultados por períodos de tempo mais longos, tornando-se mais eficiente que as demais formas de capital. Existe, ao longo do tempo, uma forte conexão entre investimento em capital humano e o valor econômico do homem, uma vez que, quanto mais investimentos em educação, maior será a tendência de elasticidade da sua produtividade, refletindo maiores rendimentos e maior eficiência, influenciando na dinâmica e no desempenho do crescimento econômico nacional.

Tenani (2003) argumenta que não há outra maneira de um país crescer de forma sustentada senão por meio da acumulação conjunta dos dois insumos de produção: capital físico, por meio de poupança e de investimento, e capital humano, pela educação. Em decorrência, afirma que o capital humano e o investimento em educação não estão ligados apenas ao campo social, mas também ao campo econômico. O crescimento baseado apenas na acumulação de capital físico enfrenta difícil restrição econômica: é sujeito a retornos decrescentes de escala e, por isso, tende a se extinguir, uma vez que não é possível alocar os mesmos insumos de produção, indefinidamente, de maneira cada vez mais eficiente. No médio prazo, a produtividade marginal desses insumos diminui, exaurindo-se o crescimento econômico, que pode tornar-se insuficiente até mesmo para compensar a depreciação do capital e o crescimento da população.

Assim, os benefícios advindos do aumento do nível de capital humano estão no aumento do bem-estar (devido à produtividade do trabalho), na ca-

pacidade empreendedora, na aquisição de informações, no ajuste dos desequilíbrios inerentes ao processo de modernização, na migração para melhores oportunidades e nos ganhos em satisfação que fazem parte integrante de futuro consumo (SCHULTZ, 1987). Desse modo, esse volume de capital adquirido passa a consistir em aptidões e em informações que têm valor econômico. Nesse sentido, torna-se possível perceber que a educação pode oferecer externalidades positivas diretas e indiretas na economia. A externalidade direta refere-se aos melhores rendimentos ao indivíduo, proporcionando, num caráter coletivo, maior crescimento econômico, enquanto a indireta proporciona maior equidade e justiça social.

Neste estudo, a teoria do capital humano estará atrelada a outros fatores que propiciem um efeito multiplicador positivo no sistema socioeconômico, tornando-se um elemento quantitativo e qualitativo. Mesmo diante dos benefícios que o capital humano pode apresentar ao contexto econômico-social, servindo como um dinamizador do crescimento econômico e aproximador de classes sociais, como apontado por diversos pesquisadores, existem algumas críticas a esses trabalhos. Entre eles cabe citar Tenani (2003), para o qual o acúmulo de capital humano não existe sem crescimento econômico sustentado. A dinâmica que surge da interação entre poupança e educação tem por efeito a influência mútua entre a produtividade do capital humano e a do capital físico, resultando em que a lei dos rendimentos decrescentes deixe de ser um fator limitante para o processo de crescimento econômico. O certo é que países que possuem um sistema educacional mais produtivo, gerando mais capital humano e mais qualificado, tendem a crescer mais rapidamente, no médio e longo prazo, e essa prática não seria diferente nos municípios.

### **3.2.4. TEORIA DO CAPITAL SOCIAL**

Não existe uma definição exata do termo “capital social”, mas indicadores associados a vários exemplos dos seus atributos englobam tanto variáveis estruturais quanto atitudinais que levam à formação de redes de cooperação

visando à produção de bens coletivos e à capacidade de estabelecer laços de confiança interpessoal. A teoria do capital social elaborada por Putnam (2002) ocorreu entre 1970 e 1989 na Itália, acompanhando o processo de implantação da descentralização administrativa e o desempenho institucional dos vinte governos regionais criados nas regiões Norte e Sul daquele país. O foco da sua pesquisa era responder ao porquê de alguns governos democráticos terem bom desempenho e outros não. Desta forma, o seu principal objetivo foi avaliar o impacto da descentralização na redução da desigualdade entre as regiões Norte e Sul da Itália.

Assim, Putnam (2002) investigou se o êxito de um governo democrático depende de quão próximo o seu meio se acha do ideal de uma comunidade cívica. Essa interrogação levou Putnam (2002) a definir que, em termos práticos, uma “comunidade cívica” tem o mesmo sentido de “capital social”, incorporando os princípios de: participação cívica; igualdade política; sentimentos de solidariedade, confiança e tolerância; e estruturas sociais de cooperação (associações). Neste contexto, para Putnam (2002), a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para os empreendimentos coletivos. Assim, o presente estudo utilizará, para avaliar a organização cívica, o critério da participação da comunidade nos conselhos municipais, seja por meio da sua formação e instalação, seja por meio da forma de constituição desses conselhos, se na forma paritária ou não.

Do ponto de vista econômico, o capital social é produto espontâneo dos jogos repetidos do dilema do prisioneiro. Na primeira tentativa não há possibilidade de obter um resultado de cooperação, mas, se o jogo é repetido, a simples estratégia de pagar com a mesma moeda (cooperação por cooperação, traição por traição) conduz os dois jogadores a um resultado de cooperação. Em qualquer situação teórica dum jogo, se os indivíduos interatuam com outro de forma repetida, eles desenvolvem uma aposta na sua reputação de honestidade e integridade (FUKUYAMA, 2000). Nesse sentido, segundo Higgins (2005), as normas de cooperação são o resultado da repetida interação comunitária.

Desta forma, a literatura acadêmica que discute a teoria do capital social parte do pressuposto de que as variáveis econômicas não são suficientes

para produzir desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável. Afirmam os estudiosos que o crescimento econômico não produz, de forma direta, o desenvolvimento social, e alegam que as instituições e o sistema social são elementos-chave na resolução do problema do acesso aos benefícios econômicos produzidos e da sua repartição. Por essa razão, autores como Putnam (2002), Coleman (1990) e Abramovay (2000) tratam, nos seus respectivos campos de estudo, as redes de compromisso cívico, as normas de confiança mútua e a riqueza do tecido associativo enquanto fatores fundamentais do desenvolvimento local.

Os fatores de ordem social, institucional e cultural são reconhecidos por terem impacto direto no incremento qualitativo da comunicação entre indivíduos e atores sociais, na produção de melhores formas de interação social e na redução dos dilemas da ação coletiva. Segundo Milani (2005), há muito tempo se sabe que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. Destaca ele que o crescimento econômico é uma variável essencial, porém não suficiente para ensejar o desenvolvimento local.

Conforme já foi apresentado e discutido no Quadro 4, para que ocorra a endogenia, ela depende da capacidade de mobilização da comunidade local, da base para o topo, para uma atuação permanente de melhoria e de desenvolvimento dos capitais, entre eles: social, humano, estrutural, ambiental e intelectual. Embora se saiba da importância e da contribuição isolada de cada tipo de capital, porém, para efeitos deste estudo, serão enfocados os aspectos do capital social como elemento de propulsão do desenvolvimento dos municípios que forem considerados, dentro da dimensão econômica, como deprimidos. Assim, dado o capital social de um município, a partir daí será definida a capacidade que o município tem de criar e de sustentar associações cívicas.

Da mesma forma que outros tipos de capitais, o capital social é produtivo e possibilita a realização e a conquista de objetivos que seriam inalcançáveis se ele não existisse. Nesse sentido, o nível de cidadania de uma região pode ser considerado como um importante índice de desenvolvimento socioeconômico, desenvolvimento que tem, em sua base, redes de relações,

normas de comportamento, valores, confiança, deveres e canais de informação. O capital social, na visão de Pedro Filho (2009), deve ser a base de toda estratégia de desenvolvimento de uma região, pois, fazendo um paralelo, esse autor afirma que as regiões mais prósperas são aquelas que desenvolveram o seu capital social.

Bandeira e César (2001) se referem à importância do capital social para o desenvolvimento endógeno, mas também referem o inverso, onde o rápido crescimento pode minar o capital social e enfraquecer os padrões de convivência social. Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada desses fatores (ou a que está estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente) teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado, sendo:

“[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido” (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Assim, a capacidade da sociedade de liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Esse processo, para o desenvolvimento regional ou local, depende da conciliação das políticas que impulsionam o crescimento com os objetivos locais (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Desta forma, entende-se que o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão e que pode mudar as relações pessoais e os intercâmbios sociais que gerem mais redes de cooperação e de solidariedade. Assim, a elevação dos índices de capital social pode ter efeitos positivos pelo seu impacto na democracia e no desenvolvimento socioeconômico (BARQUERO, 2001). O capital social pode ser incrementado pela cultura e educação, potencializando comportamentos participativos e cidadãos. As principais

variáveis do capital social são: confiança, cooperação e a participação política dos cidadãos, que colaboram para incrementar políticas públicas a fim de que elas se tornem eficazes para o desenvolvimento das comunidades.

A confiança alimenta a previsibilidade das relações sociais e, por sua vez, gera a cooperação entre as pessoas. A cooperação, por sua vez, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e incrementa a participação em associações voluntárias. Sabe-se, no entanto, que a ausência de comportamentos cooperativos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em associações voluntárias e no reconhecimento de aspectos positivos da cultura das regiões excluídas em muitas comunidades. A valorização da cultura local permitiria o fortalecimento das redes de capital social e de desenvolvimento regional.

Barquero (2006) destaca que a capacidade da sociedade de liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional está condicionada à mobilização dos fatores produtivos disponíveis na região e ao seu potencial endógeno. Neste contexto, segundo Barquero (2006), o desenvolvimento regional terá duas dimensões no desenvolvimento regional endógeno: a econômica, que está relacionada à capacidade de organização dos fatores produtivos da sociedade local, e a sociocultural, onde os valores e as instituições locais servem de base para o desenvolvimento da região.

Cabe à área econômica procurar o melhor caminho de viabilizar o projeto, com a obtenção de recursos governamentais (públicos ou privados), oriundos de financiamento ou de subsídios de apoio, porém esses recursos deverão sempre ser aplicados como investimentos em áreas ou em subprojetos dentro do projeto maior de planejamento estratégico.

A área política deve promover a articulação de todo o processo, amarrando a área técnica com a econômica. Estão incluídos, nessa área, os poderes executivo e legislativo, em todas as suas esferas: municipal, estadual e federal, aumentando a sua participação e a sua responsabilidade conforme a proximidade com a comunidade. O ideal é que não se misture a responsabilidade e a obrigação política com interesses eleitorais, interesses que, muitas vezes, acabam desarticulando um grupo de atores inicialmente motivados. Para se

manter o equilíbrio e a harmonia entre as três áreas é importante que a parceria entre as diversas instituições seja sincera, madura e participativa.

A cultura de uma comunidade pode colaborar para a elevação ou não dos estoques de capital social que possam promover a ampliação da qualidade de vida e assegurar o desenvolvimento socioeconômico.

Segundo Nazzari et alii (2004), a formação cultural local, o fortalecimento e a mobilização das culturas tradicionais, e a ampliação de uma identidade cívica podem exercer papéis importantes nas políticas e nos projetos que visem à superação do estado de pobreza e consequente integração de populações marginalizadas e excluídas. Mesmo desprovidas e carentes de bens materiais, a cultura e as tradições, com seus conhecimentos acumulados e aplicados em projetos de integração social, podem ter um papel fundamental.

As dimensões do conceito de capital social envolvem, portanto, o plano individual, social e institucional: No plano individual são desencadeados sentimentos de confiança, de reciprocidade, de identidade cívica e de previsibilidade; por sua vez, no plano social ocorrem o fortalecimento e a cooperação sistêmica, a coesão social, bem como atitudes virtuosas e padrões valorativos e éticos no espaço público; e, no plano institucional, leva ao engajamento em associações voluntárias e na vida cívica, à participação política e à horizontalidade nas relações sociais e institucionais.



## REFERENCIAL ANALÍTICO

Com base nos elementos do referencial teórico, a estimativa para este estudo do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses levou em consideração somente os municípios que foram enquadrados como deprimidos na dimensão econômica. Conforme Haddad (2004a) e Boisier (2000), para melhor mensurar o desenvolvimento endógeno devem-se incluir variáveis que capturem a contribuição do capital humano e do capital social. Neste estudo, o capital humano está contido na dimensão social, por meio dos indicadores de educação e longevidade da população, e o capital social foi captado a partir da dimensão institucional composta pela existência de conselhos municipais, pelo tipo de participação da população nesses conselhos, pela existência de plano diretor, pela existência de consórcios, etc. Utilizou-se o município como unidade espacial de análise. Desta forma, um aglomerado de municípios com dados característicos permitirá a indicação de uma região deprimida, podendo essa região expressar, ao mesmo tempo, a realidade de apenas um município, bem como a de um conjunto de municípios próximos.

Inicialmente foram definidas e escolhidas as variáveis mais significativas para representar as dimensões econômicas, sociais e institucionais, além de serem utilizadas na elaboração dos indicadores síntese. Esses indicadores terão como função destacar a posição relativa de cada município em relação à média estadual em todas as dimensões.

## 4.1. DIMENSÃO ECONÔMICA

### 4.1.1. INDICADOR DO NÍVEL DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - $INC_{PR}$

Para calcular o nível de crescimento econômico apresentado por cada um dos 399 municípios paranaenses foi construído um indicador baseado no PIB *per capita* de cada um deles. Esse indicador visa situar cada município em relação ao PIB *per capita* médio estadual, por meio da equação (1):

$$INC_{PR} = (PIB_{pci} / PIB_{pcm}) \times 100 \quad (1)$$

sendo:

$PIB_{pci}$  = PIB *per capita* do município i, no ano de 2011;

$PIB_{pcm}$  = PIB *per capita* médio estadual, no ano de 2011.

### 4.1.2. INDICADOR DO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - $IRC_{PR}$

Para a determinação do ritmo de crescimento econômico dos municípios paranaenses foi construído, para cada município, um indicador relativo à média estadual. Para tanto se utilizou a equação (2):

$$IRC_{PR} = [((\pi / \psi) - 1) / ((K / \Phi) - 1)] \times 100 \quad (2)$$

sendo:

$\pi$  =  $PIB_{pc,2011_i}$  = PIB *per capita* do município i em 2011;

$\psi$  =  $PIB_{pc,1999_i}$  = PIB *per capita* do município i em 1999;

$K$  =  $PIB_{pc,2011_m}$  = PIB *per capita* médio estadual em 2011;

$\Phi$  =  $PIB_{pc,1999_m}$  = PIB *per capita* médio estadual em 1999.

### **4.1.3. INDICADOR DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - $IPD_{PR}$**

A ferramenta utilizada na construção desse indicador foi a Análise Fatorial. Utilizando como base a variância do fator e a variância total, foi elaborada a construção do fator ponderado, obtido utilizando-se a expressão (3):

$$P_i = (\text{var } F1 / \text{var total}) \times F1_i + (\text{var } F2 / \text{var total}) \times F2_i + \dots + (\text{var } F_n / \text{var total}) \times F_n_i \quad (3)$$

sendo:  $F P_i$  – fator ponderado do município  $i$ ;  $\text{var} F1$  – variância do fator 1;  $\text{var} F2$  – variância do fator 2;  $\text{var} F_n$  – variância do fator  $n$ ;  $\text{var total}$  – variância total do modelo;  $F1_i$  – valor do fator 1 para o município  $i$ ;  $F2_i$  – valor do fator 2 para o município  $i$ ;  $F_n_i$  – valor do fator  $n$  para o município  $i$ .

Para calcular o indicador de potencial de desenvolvimento dos municípios paranaenses dentro da dimensão econômica foram utilizadas as 42 variáveis, utilizadas no estudo inicial, observadas para cada um dos 399 municípios paranaenses, as quais estão apresentadas no Quadro 5.

#### **4.1.3.1. ANÁLISE FATORIAL – AF**

A análise fatorial é um conjunto de métodos estatísticos que, em certas situações, permite explicar o comportamento de um número relativamente grande de variáveis observadas em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes ou fatores. Essa análise pode ser entendida como uma técnica estatística exploratória, destinada a resumir as informações contidas em um conjunto de variáveis em um conjunto de fatores, com o número de fatores sendo geralmente bem menor que o número de variáveis observadas. O método visa reunir os dados empíricos não ordenados das variáveis a partir da combinação linear, a fim de que:

- um número de variáveis, ou fatores, seja obtido a partir das variáveis escolhidas (matriz de dados originais) sem perda de informações, que serão reproduzidas de maneira resumida no modelo final;

- a obtenção de fatores permita a reprodução dos padrões de relações separadas entre grupos de variáveis;
- cada padrão de relações tenha condições de ser interpretado de maneira lógica.

De acordo com Andrade (1989), utilizando-se o município como unidade de avaliação, a análise fatorial pode ser aplicada com, basicamente, duas finalidades alternativas: a) agrupar os municípios segundo a similaridade dos seus perfis; b) agrupar as variáveis, servindo para delinear padrões de variação nas características. O procedimento para essa segunda alternativa é desenvolvido por Ferreira (1989), que o apresenta como um dos métodos para a delimitação de regiões homogêneas, método adotado neste estudo.

De acordo com Mingoti (2005), existem dois tipos de análise fatorial: a exploratória e a confirmatória. A exploratória busca encontrar os fatores subjacentes às variáveis originais amostradas, significando que, nesse caso, o pesquisador não tem noção clara de quantos fatores fazem parte do modelo e nem o que eles representam. Na confirmatória, o pesquisador tem em mãos um modelo fatorial pré-especificado, desejando verificar se é aplicável ou consistente com os dados amostrais dos quais dispõe. Neste estudo, será utilizada a análise fatorial exploratória, denominada apenas de análise fatorial.

Segundo Barroso e Artes (2003), o primeiro fator contém o maior percentual de explicação da variância total do conjunto de variáveis; o segundo fator, o segundo maior percentual, e assim sucessivamente. Cada fator consiste, portanto, em uma combinação linear das variáveis padronizadas incluídas no estudo, contendo o maior percentual de explicação da variância total do conjunto de variáveis originais, ou seja, eles devem reproduzir a variabilidade das características que estão sendo utilizadas para representar os municípios paranaenses.

Na análise fatorial desenvolvem-se basicamente quatro etapas: (i) cálculo da matriz de correlação de todas as variáveis; (ii) determinação do número e extração dos fatores; (iii) rotação dos fatores, transformando-os com a finalidade de facilitar a sua interpretação; e (iv) cálculo dos escores fatoriais. Esses esco-

res são utilizados, então, em outras análises, como a formação de grupos homogêneos de observações (*clusters*), permitindo a classificação dos indivíduos.

A primeira etapa da análise fatorial consiste em determinar a matriz de correlação entre as variáveis originais. Em termos matemáticos, o modelo AF pode ser representado por:

$$Z_i = a_{i1}F_1 + a_{i2}F_2 + \dots + a_{ir}F_r + \varepsilon_i \quad (4)$$

sendo que:  $Z_i$  constitui as variáveis originais padronizadas;  $a_{ij}$  é o coeficiente denominado de carga fatorial (*factor loading*), que representa o grau de relacionamento linear do fator  $j$  com a variável  $i$ ;  $F_j$  são os fatores ( $j = 1, 2, \dots, r$ , sendo  $r$  menor que  $p$ , sendo  $p$  o número de variáveis originais padronizadas); e  $\varepsilon$  é o termo de erro aleatório.

Em notação matricial, o modelo (4) é expresso como:

$$Z = A F + \varepsilon \quad (5)$$

sendo que:  $Z$  é um vetor de dimensão  $p \times 1$ ;  $A$  é a matriz de cargas fatoriais, de dimensão  $p \times r$  ( $r$  é o número de fatores extraídos);  $F_{r \times 1}$  é um vetor aleatório, que contém  $r$  fatores a serem identificados; e  $\varepsilon_{p \times 1}$  é um vetor de erro aleatório, que corresponde à parcela da variância total da variável  $i$  não explicada pelos fatores comuns.

O modelo de AF possui cinco pressuposições fundamentais:

1. os fatores devem ter média igual a zero, ou seja,  $E(F_j) = 0$  ( $j=1, 2, \dots, r$ );
2. os fatores devem apresentar variância igual a 1 e serem não correlacionados entre si, ou seja, a matriz de variância e covariância dos fatores deve ser igual a uma matriz identidade;
3. os erros devem ter média zero, ou seja,  $E(\varepsilon) = 0$ ;
4. os erros não devem ser correlacionados entre si e não necessariamente terem a mesma variância. A matriz de variância e covariância dos erros é definida por:  $Cov(\varepsilon_{p \times p}) = \psi = diag(\psi_1, \psi_2, \dots, \psi_p)$ ; e

5. os fatores não devem ser correlacionados com os erros, o que implica que os vetores  $F$  e  $\varepsilon$  representam duas fontes de variação distintas, relacionadas com as variáveis originais padronizadas (Johnson e Wichern, 1992).

Diante dessas pressuposições, a matriz de correlações ( $R_{p \times p}$ ) pode ser reparametrizada conforme especificado em (6), significando que a AF procura encontrar uma matriz, composta das cargas fatoriais ou das correlações entre as variáveis originais e os fatores, que, quando multiplicada pela sua transposta, consiga reproduzir a matriz de correlações entre as variáveis.

$$R_{p \times p} = A A' + \psi \quad (6)$$

A segunda etapa da AF consiste na determinação do número de fatores necessários para representar o conjunto de dados. Da matriz  $R_{p \times p}$  são obtidas, inicialmente, as raízes características e as proporções explicadas da variância total dos dados, podendo-se utilizar o método dos componentes principais, que são combinações lineares das variáveis. O primeiro fator está associado à maior raiz característica, o que faz com que o primeiro fator contenha o maior percentual de explicação da variância total das variáveis da amostra, o segundo fator contenha o segundo maior percentual e assim por diante.

Com relação à variância total, a proporção explicada pelo fator  $F_j$  ( $PVTE_{F_j}$ ) é obtido por:

$$PVTE_{F_j} = \frac{\sum_{i=1}^p a_i^2}{p} \quad (7)$$

A escolha do número de fatores é, via de regra, baseada em dois critérios tidos como principais: o primeiro consiste em manter os fatores que captam certa percentagem da variância dos dados e o segundo está relacionado com a manutenção do número de fatores igual ao número de raízes características (*eigenvalue*), maiores ou iguais a 1.

A escolha adequada do número de fatores, segundo Mingoti (2005), deve levar em consideração, também, a interpretação dos mesmos e o princípio da parcimônia, ou seja, a descrição da estrutura de variabilidade do vetor aleatório  $Z$  por meio de um pequeno número de fatores.

No decorrer da segunda etapa é calculada a variância comum  $h_i^2$ , ou *comunalidade* que representa quanto da variância total de  $X_i$  é reproduzida pelos fatores comuns, sendo calculada a partir do somatório ao quadrado das cargas fatoriais das variáveis sobre cada fator Johnson e Wichern (1992), indicando a eficiência dos mesmos na explicação da variabilidade total. Quanto mais próximo de 1 for o valor da comunalidade, maior parcela da variância de determinada variável estará sendo captada pelo conjunto dos fatores considerados. Assim, altos valores das comunalidades para todas as variáveis são prenúncio de que o modelo de AF está bem ajustado, segundo Barroso e Artes (2003). Isso ocorre, pois a variância de  $Z_i$  é dada por:

$$Var(Z_i) = a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + \dots + a_{ir}^2 + \psi_i \quad (8)$$

sendo:  $h_i^2 = a_{i1}^2 + a_{i2}^2 + \dots + a_{ir}^2$

A expressão (7) implica que a variância de  $Z_i$  é decomposta em duas partes. A primeira, que é a própria comunalidade ( $h_i^2$ ), corresponde à variabilidade de  $Z_i$  explicada pelos  $r$  fatores incluídos no modelo fatorial. A segunda, chamada de *unicidade* ou *variância específica* ( $\psi_i$ ), é a parte da variabilidade de  $Z_i$  associada apenas ao erro aleatório  $\varepsilon_i$ , o qual é específico de cada variável. Como as variáveis  $Z_i$  possuem variâncias iguais a 1, segue que  $h_i^2 + \psi_i = 1$ .

A terceira etapa consiste na rotação dos fatores, ou seja, os fatores obtidos são submetidos a uma rotação, mantendo a ortogonalidade entre eles. Esse procedimento de rotação consiste em modificar as cargas fatoriais no intuito de obter uma solução mais simples de ser interpretada, em que cada fator se relaciona mais claramente com determinadas variáveis. Com isso se espera que os indicadores que tenham correlação mais forte entre si estejam dentro de um mesmo fator e apresentem correlação mais fraca com os demais fatores. A rotação

afeta o percentual da variância total explicada por cada um dos fatores, mas não afeta o percentual da variância total explicada pelo conjunto de fatores, ou seja, a rotação redistribui a variância explicada entre os diversos fatores.

Existem vários métodos de rotação, sendo que o mais utilizado é o método Varimax, que forma um novo sistema de eixos ortogonais, com o mesmo número de fatores e permite que o grupo de variáveis apareça com maior destaque, facilitando a interpretação e a análise dos resultados.

Por fim, na quarta etapa serão calculados os escores fatoriais relacionados com cada observação. Para gerar a matriz dos escores fatoriais ( $\hat{F}$ ) por meio do método de regressão, de acordo com Johnson e Wichern (1992), deve-se, inicialmente, obter a matriz dos coeficientes fatoriais a partir da multiplicação da matriz transposta das cargas fatoriais ( $A'$ ) pela inversa da matriz de correlações ( $R^{-1}$ ). Por fim, multiplica-se a matriz dos coeficientes fatoriais pela matriz dos dados originais padronizados ( $Z$ ):

$$\hat{F} = A' R^{-1} Z \quad (9)$$

Além das etapas descritas para o desenvolvimento da AF, deve-se observar a necessidade de utilização de medidas visando analisar a adequabilidade do uso dessa técnica multivariada, frente a determinados conjuntos de variáveis e observações. Dentre eles podem ser destacados: o critério de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), a mediada de adequabilidade amostral (MSA) e o teste de esfericidade de *Bartlett*.

O critério de KMO constitui um indicador que compara, entre as variáveis originais padronizadas, as magnitudes dos coeficientes de correlações simples com as dos coeficientes de correlações parciais de acordo com a equação (10).

$$KMO = \frac{\sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^p r_{ij}^2}{\sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^p r_{ij}^2 + \sum_{i=1}^p \sum_{j=1}^p a_j^2} \quad (10)$$



em que:  $r_{ij}^2$  é o coeficiente de correlação simples e  $\alpha_{ij}^2$  é o coeficiente de correlação parcial entre as variáveis  $Z_i$  e  $Z_j$ .

Para a interpretação dos valores de KMO segundo Barroso e Artes (2003), pode-se utilizar a seguinte escala: os valores inferiores a 0,50 indicam que o uso da análise fatorial não é adequado; entre 0,51 e 0,60 são considerados regulares; entre 0,61 e 0,70 são considerados bons; entre 0,71 e 0,80 são considerados ótimos; e valores de KMO acima de 0,81 até 1,0 são considerados como excelentes, porém para outros autores, como para Vu e Turner (2006, p. 6), “[...] a minimum value of the KMO of 0.6 or above is necessary for a good factor analysis”.

Segundo Mingoti (2005), o ajuste de um modelo de AF aos dados pressupõe que as variáveis-respostas sejam correlacionadas entre si. Assim, se as variáveis são provenientes de uma distribuição normal p-variada, então é possível fazer o teste de hipótese para verificar se a matriz de correlação populacional é próxima ou não da matriz identidade. Desta forma, o teste de esfericidade de *Bartlett* é utilizado para testar a hipótese nula ( $H_0$ ) de que a matriz de correlações ( $R_{p \times p}$ ) é uma matriz identidade ( $I_{p \times p}$ ). Para que o modelo de AF possa ser ajustado, o teste de *Bartlett* deve rejeitar a hipótese nula. A estatística do teste T é dada por:

$$T = -[n - \frac{1}{6}(2p + 1)] \times [\sum_{j=1}^p \ln(\hat{\lambda}_j)] \quad (11)$$

sendo que  $\ln(\cdot)$  representa a função logaritmo neperiano e  $\hat{\lambda}_i, i = 1, 2, \dots, p$  são os autovalores da matriz de correlação amostral ( $R_{p \times p}$ ). Sob a hipótese nula e n grande, a estatística T tem uma distribuição aproximadamente qui-quadrado com  $\frac{1}{2} p(p - 1)$  graus de liberdade.

#### 4.1.3.2. VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE FATORIAL

A escolha do conjunto de variáveis utilizadas inicialmente para calcular o indicador do potencial de desenvolvimento dos municípios paranaenses -

IPD<sub>PR</sub>, teve como base o já sugerido em alguns trabalhos anteriormente publicados e que fizeram uso dessa metodologia. Entre eles Haddad (1993), Perobelli et alii (1999), Boisier (2000) e Rezende, Fernandes e Silva (2007). Desta forma, foram selecionadas, no primeiro momento, 82 variáveis. Após os testes iniciais, esse número de variáveis foi reduzido para 42, conforme pode ser observado no Quadro 5 quando a aplicação da análise fatorial, mais especificamente por intermédio da matriz de correlação e a posterior verificação dos valores da comunalidade das variáveis. Desta forma, desconsideraram-se todas as variáveis que apresentaram um valor de comunalidade abaixo de 0,01.

Essas 42 variáveis estão relacionadas com as áreas social, econômica, agropecuária e política. No Quadro 5, a última coluna apresenta a classificação das variáveis. Em termos de dimensão, essas variáveis procuram refletir os elementos explicativos do potencial endógeno, conforme exposto no referencial teórico.

QUADRO 5 - RELAÇÃO DAS VARIÁVEIS UTILIZADAS NA ANÁLISE FATORIAL PARA A CONSTRUÇÃO DOS FATORES, POR ANO E FONTE PARA DETERMINAÇÃO DO INDICADOR DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - IPD<sub>PR</sub>.

Unid.	Variável	Ano	Fonte	Dimensão
Var01	Consumo de energia elétrica residencial em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var02	Consumo de energia elétrica da indústria em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var03	Consumo de energia elétrica do comércio em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var04	Consumo de energia elétrica rural em MWh	2007	Ipardes	Econômica
Var05	Número de residências com ligação de esgoto	2007	Ipardes	Social
Var06	Número de veículos registrados	2007	Ipardes	Econômica
Var07	Gastos do SUS com hospitalização	2007	IBGE	Social
Var08	Nº de alunos matriculados na pré-escola e creches	2006	Ipardes	SocialPolítica
Var09	Número de alunos matriculados no ensino fundamental	2006	Ipardes	Social/Política
Var10	Número de alunos matriculados no ensino médio	2006	Ipardes	SocialPolítica
Var11	Número de professores no ensino pré-escolar e creches	2006	Ipardes	SocialPolítica
Var12	Número de professores no ensino fundamental	2006	IBGE	SocialPolítica
Var13	Número de professores no ensino médio	2006	IBGE	SocialPolítica
Var14	População ocupada no setor agropecuário	2000	IBGE	Econômica
Var15	População ocupada no setor industrial	2000	IBGE	Econômica

**Continuação do Quadro 5:**

<b>Unid.</b>	<b>Variável</b>	<b>Ano</b>	<b>Fonte</b>	<b>Dimensão</b>
Var16	População ocupada no setor da construção civil	2000	IBGE	Econômica
Var17	População ocupada no setor do comércio e serviços	2000	IBGE	Econômica
Var18	População ocupada no setor da educação	2000	IBGE	Econômica
Var19	População ocupada no setor da saúde	2000	IBGE	Econômica
Var20	Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária	2007	IBGE	Econômica
Var21	Número de agências bancárias	2007	IBGE	Econômica
Var22	Número de emissoras de rádio	2007	IBGE	SocialPolítica
Var23	Arrecadação do ICMS	2007	Ipardes	Econômica
Var24	Total da receita tributária	2007	Ipardes	Econômica
Var25	Total do FPM	2007	Ipardes	Econômica
Var26	Despesas municipais com a saúde e assistência social	2007	Ipardes	Social
Var27	Despesas municipais com a educação	2007	Ipardes	Social
Var28	Esperança de vida ao nascer	2000	IBGE	Social
Var29	% de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada	2000	IBGE	Social
Var30	% de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo	2000	IBGE	Social
Var31	Nº de pessoas residentes com 15 anos ou mais de estudos	2001	IBGE	SocialPolítica
Var32	Número de estabelecimentos agropecuários	2006	IBGE	Econômica
Var33	Número de estabelecimentos agropecuários com tratores	2006	IBGE	Econômica
Var34	Estabelecimentos de saúde total	2005	IBGE	SocialPolítica
Var35	Leitos p/ internação em estabelecimentos de saúde total	2005	IBGE	Social
Var36	IDH-M Longevidade	2000	Ipardes	Social
Var37	IDH-M Educação	2000	Ipardes	Social
Var38	% de pessoas que vivem em domicílios com TV	2000	IBGE	Social
Var39	% de pessoas que vivem em domicílios com telefone	2000	IBGE	Social
Var40	% de pessoas que vivem em domicílios com carro	2000	IBGE	Social
Var41	% de pessoas que vivem em domicílios com geladeira	2000	IBGE	Social
Var42	% de pessoas que vivem em domicílios com computador	2000	IBGE	Social

Fonte: Resultados da pesquisa.

Dada a grande diversidade de variáveis e o elevado número de municípios, nem sempre foi possível utilizar um único ano como período de referência. Conforme ressaltam Perobelli et alii (1999), a utilização de variáveis com datas diferentes não traz problemas para as conclusões retiradas da análise fatorial, pois os fatores serão calculados por um critério de ponderação das variáveis normalizadas pelos valores estimados na matriz de coeficientes de escores fatoriais. Assim, para compor a base de dados deste estudo, utilizaram-se informações do Atlas de Desenvolvimento Social, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

## 4.2. DIMENSÃO SOCIAL

### 4.2.1. ÍNDICE DE LONGEVIDADE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - $IL_{PR}$

A Esperança de Vida ao Nascer, medida em anos, foi utilizada para o cálculo do Indicador da Longevidade. A posição relativa de cada município em relação ao Estado foi obtida por meio da equação (12):

$$L_R = (EVN_i / EVN_m) \times 100 \quad (12)$$

sendo:

$EVN_i$  = Esperança de vida ao nascer do município  $i$ , no ano de 2010;

$EVN_m$  = Esperança de vida ao nascer média do Estado, no ano de 2010.

### 4.2.2. ÍNDICE DE EDUCAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - $IE_{PR}$

A utilização do índice de educação  $IE_{PR}$  servirá de *proxy* para medir o índice de capital humano no município por ser um elemento propulsor da transformação do crescimento de curto prazo em desenvolvimento de longo prazo.

A educação é, portanto, uma forma de investimento realizada no presente com a finalidade de aquisição de capacitações que oferecem satisfações futuras, passando a fazer parte integrante da pessoa a partir do seu recebimento, ou seja, uma forma de capital humano.

Em relação à Educação, foram utilizadas, para construção do indicador, as duas variáveis que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Segundo Haddad (2004a), devem-se considerar as mesmas ponderações que são utilizadas para a formação do IDM-M. Assim, a taxa de alfabetização de adultos formada pelo percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever terá peso (2), conforme a expressão (13). E a taxa bruta de frequência escolar, calculada por meio da proporção entre o número total de pessoas em todas as faixas etárias que frequentam os cursos fundamentais, segundo grau ou superior em relação ao total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos, terá peso (1), conforme a expressão (14).

Inicialmente, será atribuída uma nota que varia de 1 a 10 para cada variável:

$$\text{Nota AA}_i = [((\text{TAA}_i - \text{Linf}) / (\text{Lsup} - \text{Linf})) \times 9] + 1 \quad (13)$$

$$\text{Nota FE}_i = [((\text{TFE}_i - \text{Linf}) / (\text{Lsup} - \text{Linf})) \times 9] + 1 \quad (14)$$

sendo:

$\text{TAA}_i$  = Taxa de alfabetização de adultos no município  $i$ , no ano de 2010;

$\text{TFE}_i$  = Taxa de frequência escolar no município  $i$ , no ano de 2007;

Linf = Limite inferior;

Lsup = Limite superior;

Limite inferior = 0; limite superior = 100.

O passo seguinte compreendeu o cálculo da nota média, que foi ponderada pelos pesos, para cada município, e que foi transformada no indicador relativo à média estadual (base 100), conforme a equação (15):

$$E_R = [((\text{Nota A}_i \times 2 + \text{Nota E}_i) / 3) / ((\text{Nota A}_m \times 2 + \text{Nota E}_m) / 3)] \times 100 \quad (15)$$

sendo:

Nota  $AA_i$  = Nota para adultos alfabetizados no município  $i$ ;

Nota  $FE_i$  = Nota para frequência escolar no município  $i$ ;

Nota  $AA_m$  = Nota média para adultos alfabetizados no Estado;

Nota  $FE_m$  = Nota média para frequência escolar no Estado.

### 4.3. DIMENSÃO INSTITUCIONAL

#### 4.3.1. INDICADOR DA QUALIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - IQIM<sub>PR</sub>

Esse indicador foi calculado para os 399 municípios do Estado. Os dados referem-se ao ano de 2005 (IBGE, 2005). A classificação foi obtida a partir de três conjuntos de subindicadores, com peso igual (33,33%), para cada um deles. São eles: grau de participação, capacidade financeira e capacidade gerencial. Cada conjunto de subindicadores foi construído a partir de um número variado de índices considerados relevantes para a sua caracterização e com pesos que refletem a importância que será atribuída aos aspectos considerados (HADDAD, 2004b). A Figura 8 resume a construção desse indicador, que servirá para determinar a capacidade de endogenia do município a partir da participação popular na formação e nas ações de deliberação dos conselhos municipais. Esta forma de participação será utilizada como *proxy* do índice de capital social.

Para a construção de cada índice atribuiu-se uma nota ao município, que variou de 1 a 6, por meio da expressão (16):

$$MI = [((X - \text{menor } X) / (\text{maior } X - \text{menor } X)) \times 5] + 1 \quad (16)$$

em que:

$X$  é o dado do município.

No caso dos municípios em que a informação não estava disponível, foi atribuído o menor valor.

FIGURA 8 - INDICADOR DE QUALIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - IQIM<sub>PR</sub>

<b>IQIM<sub>PR</sub></b>	<b>Grau de Participação</b> (33,3%)	Existência de Conselhos	4,00%
		Conselhos Instalados	4,00%
		Conselhos Paritários	7,16%
		Conselhos Deliberativos	7,17%
		Conselhos que administram Fundos	11,00%
	<b>Capacidade Financeira</b> (33,3%)	Existência de Consórcios	11,11%
		Receita Corrente X Dívida	11,11%
		Poupança Real <i>per capita</i>	11,11%
	<b>Capacidade Gerencial</b> (33,3%)	Existência de Cadastro Imobiliário	8,33%
		Cobrança de IPTU	8,33%
		Instrumentos de Gestão	8,33%
		Instrumentos de Planejamento	8,33%

Fonte: Haddad (2004b).

Para melhor entendimento de cada um dos subindicadores, e da forma como cada um foi calculado, será feita a descrição de cada um deles nos subcapítulos subsequentes.

#### 4.3.1.1. GRAU DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Por meio desse subindicador calculou-se o grau de participação da população na administração municipal a partir do número de Conselhos Municipais criados e que efetivamente estavam em funcionamento e das características dos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Transporte, Conselho Municipal de Meio Ambiente

e do Conselho Municipal de Cultura, já utilizados no primeiro estudo, sendo que, para esta nova análise, foram incluídos mais conselhos: Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, e o Conselho Municipal de Segurança Pública.

Sabe-se que, na totalidade, os municípios, em função da obrigatoriedade da legislação, apresentam um número muito maior de conselhos. Nesse caso, desconsideraram-se os conselhos que, por força da Lei, existem em todos os municípios, tais como: Conselho Tutelar, Conselho Municipal da Saúde, Conselho Municipal da Educação.

Desta forma, foi atribuída a pontuação ao município em função do número de Conselhos existentes, de quantos deles estão instalados e efetivamente estão operando, quantos são paritários, quantos são deliberativos e quantos administram fundos.

Conforme já observado, o capital social parte de uma rede de cooperação em que a honestidade, a confiança e a observância da lei são fatores cruciais para a elevação dos estoques de capital social no município. Neste estudo, a captação do capital social se deu por meio da participação popular nas ações dos conselhos municipais contribuirá para estabelecer a importância do desenvolvimento endógeno, por meio da participação para a construção de uma cultura política democrática e participativa. Ocorre, no entanto, que os estudos sobre a condução da política econômica e social dos municípios nem sempre têm dado a devida atenção ao impacto do capital social nos fatores de ordem socioeconômica, cultural e política com respeito às atitudes e aos comportamentos políticos. Considerando as lacunas existentes acerca do assunto, neste estudo buscou-se dimensionar os níveis de capital social e destacar a sua importância para a estruturação do município. Para que haja, no entanto o fortalecimento das redes de capital social e o desenvolvimento municipal, não pode haver ausência de comportamentos cooperativos e participativos da população, pois a ausência desses comportamentos não colabora para promover a prática das pessoas na afiliação em conselhos e em associações voluntárias e no reconhecimento de aspectos positivos da cultura local.



#### 4.3.1.2. CAPACIDADE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

A capacidade financeira dos municípios foi calculada por 3 índices: o número de consórcios criados para atender as demandas da população, dos quais o município participa, com peso 11,11%, subdividido nos consórcios intermunicipais (6,11%), nos consórcios com o Estado (2,5%) e nos consórcios com a União (2,5%) – nesses três seguimentos de consórcios foram incluídas as áreas de educação, de saúde, de assistência e desenvolvimento social, de emprego e/ou trabalho, de turismo, de cultura, de habitação, de meio ambiente, de transporte, de desenvolvimento urbano e de saneamento e/ou manejo de resíduos sólidos. A relação entre a dívida do município e as suas receitas correntes líquidas das despesas de pessoal (ou seja, a sua capacidade de quitar essa dívida no tempo); e a Poupança Real *per capita*, que foi obtida por meio da expressão (17):

$$PR_{pc} = (RT - OC - AB - AM - OR) / POP \quad (17)$$

sendo:

*RT* = receita total;

*OC* = operações de crédito;

*AB* = alienação de bens;

*AM* = amortizações;

*OR* = outras receitas de capital;

*POP* = população total.

#### 4.3.1.3. CAPACIDADE GERENCIAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

A capacidade gerencial dos municípios, que participa com peso de 33,33% na formação do IQIM<sub>PR</sub>, foi avaliada com base em quatro subindicadores, sendo que cada um representava 8,33%:

i) Existência de Cadastro Imobiliário. Para a formação desse subindicador foram consideradas seis variáveis: existência de cadastro imobiliário, cadastro imobiliário informatizado, existência de planta genérica de valores, planta genérica de valores informatizada, existência de cadastro de ISS e a existência de cadastro de ISS informatizado. Para cada uma dessas seis variáveis, a resposta era sim ou não. O Quadro 6 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas.

QUADRO 6 – PERCENTUAL PASSÍVEL DE SER OBTIDO POR CADA MUNICÍPIO PARANAENSE COM BASE NO SUBINDICADOR EXISTÊNCIA DE CADASTRO IMOBILIÁRIO

Qtd <sup>1</sup> de Sim	Nota	Peso	%
5 ou 6	6	0,01388	8,33
4	5	0,01388	6,94
3	4	0,01388	5,55
1 ou 2	3	0,01388	4,17
0 ou 1	1	0,01388	1,39

<sup>1</sup> Quantidade

Fonte: Resultado da pesquisa.

ii) Cobrança de IPTU. Para a formação desse subindicador foram consideradas duas variáveis: se o município cobra IPTU e o ano da publicação da lei que autoriza a cobrança do imposto. Assim, se o município efetua a cobrança do IPTU, isso representa o percentual de 5,0%. Os 3,33% restantes foram atribuídos em função do ano de publicação da lei que autoriza a cobrança do imposto. Desta forma, para os municípios em que a lei autorizando a cobrança do IPTU foi anterior a 1980, o município obteve nota 6, o que corresponde ao percentual de 3,33%; para os que se encontram entre 1981 e 1990, a nota atribuída foi 5; e para os municípios cuja autorização ocorreu entre 1991 e 2005, a nota foi 4 e para aqueles cuja autorização ocorreu entre 2006 e 2012, a nota foi 2. O Quadro 7 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas e no ano da publicação da lei que autoriza o município a efetuar a cobrança do IPTU.

**QUADRO 7 - PERCENTUAL PASSÍVEL DE SER OBTIDO POR CADA MUNICÍPIO PARANAENSE COM BASE NO SUBINDICADOR COBRANÇA DE IPTU**

<b>O MUNICÍPIO COBRA IPTU<sup>1</sup></b>			
<b>RESPOSTA</b>	<b>NOTA</b>	<b>PESO</b>	<b>%</b>
Sim	6	0,0083	5,00
Não	1	0,0083	0,83
<b>ANO DA LEI</b>			
<b>ANO</b>	<b>NOTA</b>	<b>PESO</b>	<b>%</b>
1980	6	0,00555	3,33
1990	5	0,00555	2,78
2005	4	0,00555	2,22
2012	2	0,00555	1,11

<sup>1</sup>Imposto Predial e Territorial Urbano.

Fonte: Resultado da pesquisa.

iii) Instrumentos de Gestão Pública. Para a formação desse subindicador foram consideradas quinze variáveis: a existência de Lei de Parcelamento do Solo, a existência de Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo, a existência de Código de Obras, existência de Código de Posturas, a existência de lei específica de Contribuição de Melhoria, existência de Lei de Perímetro Urbano, existência de Lei de Transferência do Direito de Construir, existência de Lei de Solo Criado ou Outorga Onerosa do Direito de Construir, existência de Lei de Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo, existência de Lei de Operação Urbana Consorciada, a existência de Lei de Concessão do Direito Real de Uso, a existência de Lei de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, a existência de Lei de Desapropriação com Pagamento em Títulos, a existência de Lei de Direito de Preempção e a existência de Estudo de Impacto de Vizinhança.

O Quadro 8 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas.

**QUADRO 8 - PERCENTUAL PASSÍVEL DE SER OBTIDO POR CADA MUNICÍPIO PARANAENSE COM BASE NO SUBINDICADOR INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

<b>QTD<sup>1</sup> DE SIM</b>	<b>NOTA</b>	<b>PESO</b>	<b>%</b>
14 a 16	16	0,00521	8,33
10 a 13	13	0,00521	6,77
8 a 9	9	0,00521	4,69
6 a 7	7	0,00521	3,64
4 a 5	5	0,00521	2,60
2 a 3	3	0,00521	1,56
0 a 1	1	0,00521	0,52

<sup>1</sup> Quantidade

Fonte: Resultado da pesquisa.

iv) Instrumentos de Planejamento. Para a formação desse subindicador foram consideradas seis variáveis: a existência do plano diretor, se o município está revendo o Plano Diretor, se o município estava elaborando o plano diretor no ano de 2012, se o município possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse social, se o município possui legislação específica sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental e se o município possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial. O Quadro 9 apresenta o percentual máximo que cada município poderia obter nesse subindicador com base no número de respostas positivas.

**QUADRO 9 - PERCENTUAL PASSÍVEL DE SER OBTIDO POR CADA MUNICÍPIO PARANAENSE COM BASE NO SUBINDICADOR INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL**

<b>QTD<sup>1</sup> DE SIM</b>	<b>NOTA</b>	<b>PESO</b>	<b>%</b>
ou 6	6	0,01388	8,33
4	4	0,01388	5,55
3	3	0,01388	4,17
2	2	0,01388	2,78
0 ou 1	1	0,01388	1,39

<sup>1</sup> Quantidade

Fonte: Resultado da pesquisa.

#### **4.4. IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DEPRIMIDOS NO ESTADO DO PARANÁ**

##### **4.4.1. TIPOLOGIA DE MUNICÍPIOS COM RELAÇÃO À DIMENSÃO ECONÔMICA**

Para determinar o número de municípios deprimidos do Estado do Paraná, sob a ótica do potencial de desenvolvimento endógeno, foi necessário estabelecer, sob o aspecto da dimensão econômica, quais municípios estariam enquadrados como economicamente deprimidos em relação aos índices do nível de crescimento econômico, do ritmo de crescimento econômico e do potencial de desenvolvimento. Desta forma, para melhor caracterizar a escolha desses municípios, o Quadro 10 apresenta as oito combinações possíveis entre os indicadores econômicos, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual em relação a cada um dos índices considerados nessa dimensão. E, por intermédio da análise de cada uma dessas combinações, foi possível realizar a caracterização dos municípios paranaenses tipificados em:

- BBB – municípios claramente deprimidos do ponto de vista econômico; ou seja, baixo nível de crescimento, baixo ritmo de crescimento e baixo potencial de desenvolvimento;
- BBA e BAA – municípios com potencial próprio para alcançar níveis de desenvolvimento mais elevados, sendo que o que os diferencia é o fato de terem crescido acima da média estadual no período analisado no indicador de potencial de desenvolvimento;
- ABB e AAB – situações anômalas (renda alta com potencial de desenvolvimento baixo);
- BAB – municípios que, apesar de terem crescido acima da média estadual no período analisado, ainda não alcançaram um patamar favorável e apresentam baixo potencial no nível de crescimento econômico e no potencial de desenvolvimento;
- ABA – municípios economicamente consolidados, mas que apresentaram um ritmo de crescimento econômico abaixo da média estadual no

período analisado, seja por enfrentarem alguma situação conjuntural, seja por já terem atingido patamares muito elevados de renda;

- AAA – municípios claramente não deprimidos do ponto de vista econômico, onde todos os indicadores estão acima da média estadual, considerado consolidado.

QUADRO 10 - CARACTERIZAÇÃO DAS OITO POSSÍVEIS COMBINAÇÕES ENTRE OS INDICADORES ECONÔMICOS PARA A DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL DOS MUNICÍPIOS

<b>Classificação do Município</b>	<b>Tipo</b>	<b>Nível de Crescimento</b>	<b>Ritmo de Crescimento</b>	<b>Potencial de Desenvolvimento</b>
Deprimido	BBB	Baixo	Baixo	Baixo
	BAB	Baixo	Alto	Baixo
Em Declínio	ABB	Alto	Baixo	Baixo
	AAB	Alto	Alto	Baixo
Com Potencial	BBA	Baixo	Baixo	Alto
	BAA	Baixo	Alto	Alto
Consolidado	ABA	Alto	Baixo	Alto
	AAA	Alto	Alto	Alto

Fonte: Haddad (2004b) e Piacenti (2012).

Para efeito de análise deste estudo, e com base na tipificação apresentada por Haddad (2004b) e utilizada por Piacenti (2012), no Quadro 10 foram considerados municípios economicamente deprimidos aqueles classificados como BBB ou BAB. Para uma melhor caracterização dos municípios deprimidos, os mesmos serão melhor caracterizados nas dimensões social e institucional, dimensões estas que permitirão a construção de modelos específicos para esses municípios.

#### **4.4.2. MODELOS DE MUNICÍPIOS DEPRIMIDOS EM RELAÇÃO AO POTENCIAL ENDÓGENO**

A mesma lógica descrita no subitem (4.4.1) será utilizada para a construção do Quadro 11, relacionando as oito combinações possíveis entre os indicadores socioinstitucionais (educação, longevidade e qualidade institucional) conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual em relação a essas variáveis. Nesse caso serão, porém, consideradas as combinações apenas dentre os municípios já considerados deprimidos (tipos BBB e BAB na tipologia econômica).

QUADRO 11 – CARACTERIZAÇÃO DAS OITO POSSÍVEIS COMBINAÇÕES ENTRE OS INDICADORES SOCIOINSTITUCIONAIS PARA A DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL ENDÓGENO

<b>CLASSIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO</b>	<b>TIPO</b>	<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>LONGEVIDADE</b>	<b>QUALIDADE INSTITUCIONAL</b>
Baixo Potencial Endógeno	BBB	Baixo	Baixo	Baixo
Médio Potencial Endógeno	BBA	Baixo	Baixo	Alto
	ABB	Alto	Baixo	Baixo
	BAB	Baixo	Alto	Baixo
	BAA	Baixo	Alto	Alto
Alto Potencial Endógeno	ABA	Alto	Baixo	Alto
	AAB	Alto	Alto	Baixo
	AAA	Alto	Alto	Alto

Fonte: Haddad (2004b) e Piacenti (2012).

A utilização desses indicadores socioinstitucionais, agregados aos indicadores econômicos e organizados de acordo com o número de indicadores positivos ou negativos, permitiu a construção de uma proposta de modelos de municípios deprimidos para o Paraná, conforme o seu potencial de endogenia, ou seja, com baixo, médio ou alto potencial endógeno. Para efeito deste estudo, os municípios classificados como economicamente deprimidos não sofreram distinção entre os tipos BBB ou BAB.

Assim, foram considerados municípios economicamente deprimidos com **baixo** potencial de desenvolvimento endógeno aqueles que não apresentaram nenhum indicador socioinstitucional acima da média estadual, ou seja, os índices de educação, de longevidade e de qualidade institucional estão todos abaixo da média estadual. Foram considerados como de **médio** potencial de desenvolvimento endógeno os municípios que apresentaram ao menos um indicador (educação, longevidade ou qualidade institucional) acima da média estadual, permitindo, assim, uma vantagem comparativa na construção do desenvolvimento. E foram considerados com **alto** potencial de desenvolvimento endógeno os municípios que apresentaram dois ou três desses indicadores acima da média estadual, ou seja, em condições favoráveis de desenvolvimento.



# ANÁLISE DOS RESULTADOS

## **5.1. ANÁLISE DO NÍVEL DE POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES**

Para melhor entendimento dos resultados, este capítulo foi subdividido em relação à dimensão econômica, à dimensão social e à dimensão institucional. Foram construídos indicadores para explicar a situação do município em relação a cada uma das dimensões. Inicialmente procedeu-se à caracterização dos municípios deprimidos em relação à dimensão econômica (análise tradicional) e também em relação à dimensão econômica ampliada, que serviu de parâmetro para determinar o conjunto de municípios economicamente deprimidos do Estado e, posteriormente, com base nesse grupo de municípios, determinou-se o potencial de desenvolvimento endógeno. Para melhor explicar os resultados encontrados, será descrita, a seguir, cada uma das dimensões e os seus respectivos indicadores.

### **5.1.1. ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES PELO MÉTODO TRADICIONAL**

Na caracterização da dimensão econômica foram elaborados três conjuntos de indicadores: Indicador do Nível de Crescimento Econômico dos Municípios Paranaenses -  $INC_{PR}$ , Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico dos Municípios Paranaenses -  $IRC_{PR}$  e o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses -  $IPD_{PR}$ .

O  $INC_{PR}$  foi utilizado para calcular o nível de crescimento econômico de cada um dos 399 municípios paranaenses. A variável utilizada nesse indicador foi o PIB *per capita* relativo ao ano de 2011. Por meio desse indicador, situou-se cada município em relação ao PIB *per capita* médio estadual, que foi da ordem de R\$ 22.770,00. Essa média colocou o Paraná entre os 8 primeiros Estados com maiores médias de PIB *per capita* e acima da média brasileira que, em 2011, foi da ordem de R\$ 21.252,00 (IBGE, 2014).

Os resultados apresentados no Quadro 12 demonstram que, dos 399 municípios paranaenses, 355 deles apresentaram um PIB *per capita* inferior à média estadual, ou seja, 86,72% dos municípios paranaenses foram classificados como economicamente deprimidos contra 346 do estudo anterior, segundo o  $INC_{PR}$ . Este resultado demonstra uma pequena concentração da renda em relação aos municípios paranaenses.

QUADRO 12 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS, SEGUNDO O INDICADOR DO NÍVEL DE CRESCIMENTO ECONÔMICO -  $INC_{PR}$ , PARA O ANO DE 2011

POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	FAIXAS EM % DO $INC_{PR}$ EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	% DE MUNICÍPIOS
Baixo	De 20 a 30	0	0,00
	De 30 a 40	27	6,77
	De 40 a 50	69	17,29
Médio	De 50 a 60	75	18,80
	De 60 a 70	72	18,05
	De 70 a 80	52	13,03
Alto	De 80 a 90	39	9,77
	de 90 a 100	21	5,26
total de municípios inferior à média estadual		355	88,97
total de municípios superior à média estadual		11,03 44	11,03
<b>TOTAL</b>		<b>399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

O que reforça a argumentação inicial, a de que no Paraná, embora a média estadual esteja acima da média nacional, a discrepância e o distanciamento entre os municípios paranaenses na formação da renda ainda é muito grande. Aproximadamente 24% dos municípios do Estado estão classificados nas faixas de maior distanciamento do PIB médio estadual. Dentre os municípios situados abaixo da média estadual, a maior concentração está entre as faixas de 40 a 70 por cento da média estadual. Os resultados também demonstram que 89%, dos municípios paranaenses apresentam um PIB *per capita* inferior à média estadual, resultado esse que só amplia as desigualdades regionais. No outro extremo, apenas 11,03% dos municípios estão situados acima da média estadual. Desta forma, esses dados confirmam uma grande concentração de riqueza em algumas regiões e, de forma mais específica, em alguns municípios.

O Quadro 13 apresenta a relação por ordem crescente dos 44 municípios em relação ao  $INC_{PR}$  com resultado superior à média estadual.

QUADRO 13 - CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DO INDICADOR DO NÍVEL DE CRESCIMENTO ECONÔMICO -  $INC_{PR}$  DOS 44 MUNICÍPIOS PARANAENSES ACIMA DA MÉDIA ESTADUAL, PARA O ANO DE 2011

Ordem	Municípios	INC pr	Ordem	Municípios	INC pr
1	Araucária	479,33	22	Jaguapitã	123,86
2	Saudade do Iguaçu	416,77	23	Balsa Nova	123,5
3	Paranaguá	277,91	24	Céu Azul	121,66
4	São José dos Pinhais	240,6	25	São João	120,29
5	Indianópolis	237,85	26	Entre Rios do Oeste	119,44
6	Douradina	195,12	27	Bom Sucesso do Sul	119,27
7	Carambeí	193,85	28	Maringá	117,74
8	Cafelândia	178,41	29	Renascença	116,76
9	Santo Inácio	163,79	30	Pinhais	114,43
10	Capitão Leônidas Marques	162,48	31	Juranda	113,54
11	Mangueirinha	162,38	32	Piên	112,13
12	Quatro Barras	153,72	33	Jussara	110,37

Continuação do Quadro 13:

Ordem	Municípios	INC pr	Ordem	Municípios	INC pr
13	Palotina	151,96	34	Quatro Pontes	109,94
14	Maripá	148,47	35	Boa Esperança	108,55
15	Curitiba	144,56	36	Ibiporã	108,17
16	Sertaneja	131,84	37	Marechal Cândido Rondon	108,12
17	Foz do Iguaçu	131,01	38	São Carlos do Ivaí	107,34
18	Brasilândia do Sul	129,48	39	Sabaúdia	106,4
19	São Jorge do Ivaí	128,68	40	Mamborê	105,2
20	Vitorino	127,5	41	Arapoti	103,43
21	Lobato	126,1	42	Rolândia	101,55
22	Jaguapitã	123,86	43	Tupãssi	101,17
			44	Rancho Alegre D'Oeste	100,84

Fonte: Resultados da pesquisa.

Com relação à distribuição desses municípios, as mesorregiões Norte Central Paranaense, com 11; Metropolitana de Curitiba, com 10; e Oeste Paranaense, com 10, são as mesorregiões que apresentaram as maiores concentrações de municípios com o  $INC_{PR}$  acima da média estadual. O resultado mais significativo ficou por conta do município de Araucária, na Região Metropolitana de Curitiba, com o maior índice (479,33), índice esse inferior ao obtido no estudo anterior que foi de (540,85). Cabe destaque ao município de Saudade do Iguaçu que em 2006 não aparecia entre os municípios com  $INC_{PR}$  acima da média do estado e agora figura em segundo lugar.

O desempenho econômico significativo do município de Araucária se dá pela grande concentração de indústrias ligadas aos setores de papel, de metalurgia, de fertilizantes e, principalmente, de refino de petróleo. Trata-se de empresas consideradas dinâmicas, ou seja, de alto valor adicionado (IBGE, 2014). E a participação, nessa relação de outros municípios pertencentes à região Metropolitana de Curitiba, reforça a indicação de concentração do segmento industrial nessa mesorregião. Outros municípios que também apresentaram desempenho econômico significativo pertencem à região Oeste, região

esta que apresenta uma dinâmica própria baseada no setor agroindustrial. E, considerando que o setor agrícola quando favorecido por questões climáticas e dos preços favoráveis de suas *commodities*, proporcionado pelo efeito cambial, esses municípios ampliaram suas rendas.

O segundo índice calculado dentro da dimensão econômica foi o Indicador do Ritmo de Crescimento Econômico dos Municípios Paranaenses -  $IRC_{PR}$ . Esse índice determinou o ritmo de crescimento econômico dos municípios paranaenses em relação à média estadual entre dois períodos, conforme demonstrado por meio da equação (2). A diferença básica desse indicador ( $IRC_{PR}$ ) com o calculado anteriormente ( $INC_{PR}$ ), é que no ( $INC_{PR}$ ) utilizou-se o PIB *per capita* de um único ano (2011), ou seja, de forma estática, enquanto que no ( $IRC_{PR}$ ) estão sendo usados, de forma comparativa, os valores do PIB *per capita* tanto do município, quanto o PIB *per capita* médio do Estado de dois períodos 1999 e 2011.

Desta forma, mediu-se o nível de desempenho econômico não apenas em um único ano (2011), mas o seu desempenho econômico de forma dinâmica em dois momentos distintos (1999 e 2011), permitindo, assim, captar o valor do PIB *per capita* do município e do Estado ao longo de um período de tempo.

O Quadro 14 apresenta a distribuição dos municípios por faixas segundo o  $IRC_{PR}$ . Nesse caso, o número de municípios que se encontram abaixo da média estadual é da ordem de 70,68%, o que corresponde ao total de 282 municípios. Em relação ao  $IRC_{PR}$ , 117 municípios paranaenses apresentaram um resultado superior à média estadual, indicando que mais que o dobro dos municípios apresentaram um desempenho econômico melhor no decorrer do tempo (1999 e 2011), do que aquele avaliado de forma estática em 2011. A relação dos 117 municípios está apresentada no Quadro 14A.

QUADRO 14 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS, SEGUNDO O INDICADOR DO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO - IRC<sub>PR</sub>, PARA OS ANOS DE 1999 E 2011

CLASSIFICAÇÃO DO RITMO DE CRESCIMENTO	FAIXAS EM % DO IRCPR EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	% DE MUNICÍPIOS
Depressivo	De -100 a 0	0	0,00
	de 0 a 10	0	0,00
Recessivo	de 10 a 20	0	0,00
	de 20 a 30	5	1,25
	de 30 a 40	13	3,26
Estagnado	de 40 a 50	16	4,01
	de 50 a 60	24	6,02
	de 60 a 70	46	11,53
	de 70 a 80	59	14,79
	de 80 a 90	61	15,29
	de 90 a 100	58	14,54
total de municípios inferior à média estadual		282	70,68
total de municípios superior à média estadual		117	29,32
<b>TOTAL</b>		<b>399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

QUADRO 14A - CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DO INDICADOR DO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO - IRC<sub>PR</sub> DOS 117 MUNICÍPIOS PARANAENSES ACIMA DA MÉDIA DO ESTADO, PARA OS ANOS DE 1999 E 2011

Ordem	Municípios	IRCpr	Ordem	Municípios	IRCpr	Ordem	Municípios	IRCpr
1	Saudade do Iguaçu	702,99	40	Santa Fé	117,24	79	Manoel Ribas	108,24
2	Douradina	308,41	41	Rio Branco do Ivaí	116,70	80	Terra Boa	107,79
3	Indianópolis	298,07	42	Cascavel	116,38	81	Ramilândia	107,73
4	Santo Inácio	289,89	43	Juranda	115,86	82	Wenceslau Braz	107,41
5	Brasilândia do Sul	224,24	44	Renascença	115,43	83	Campina da Lagoa	106,64
6	Pérola	217,30	45	Guaíra	114,79	84	Medianeira	105,73
7	Cruzeiro do Oeste	199,34	46	Salgado Filho	114,53	85	Quitandinha	105,43
8	Salto do Itararé	188,58	47	Nova Aliança do Ivaí	113,69	86	Borrazópolis	105,42
9	Adrianópolis	184,96	48	Palmital	113,65	87	Umuarama	105,13
10	São João	183,54	49	Honório Serpa	113,49	88	Flor da Serra do Sul	105,01
11	Ibiporã	178,41	50	Castro	112,83	89	Janiópolis	104,64
12	General Carneiro	177,07	51	Nova Cantu	111,95	90	Moreira Sales	104,42
13	Jaguapitã	170,60	52	Capanema	111,95	91	Campo Mourão	104,27
14	Tijucas do Sul	166,03	53	Ariranha do Ivaí	111,79	92	Jardim Olinda	103,82
15	Vitorino	158,97	54	Terra Roxa	111,65	93	Marialva	103,77
16	Santa Cecília do Pavão	158,11	55	Alto Piquiri	111,46	94	Tapejara	103,64
17	Barracão	147,92	56	Faxinal	111,40	95	São Miguel do Iguaçu	103,31
18	Roncador	143,35	57	Quedas do Iguaçu	111,25	96	Sertaneja	103,24
19	Paranaguá	142,33	58	Ivaiporã	111,14	97	Chopinzinho	103,16
20	Santa Tereza do Oeste	138,37	59	Araucária	111,04	98	Araruna	103,11
21	Campo do Tenente	134,59	60	Antônio Olinto	111,00	99	Rondon	103,09
22	Imbaú	134,54	61	Siqueira Campos	110,92	100	Iguatu	102,85
23	Reserva	132,42	62	Tunas do Paraná	110,82	101	Marilândia do Sul	102,76
24	Lindoeste	128,92	63	Cianorte	110,22	102	Pitanga	102,36
25	Pato Branco	128,76	64	Sapopema	110,13	103	Iretama	102,14
26	Altamira do Paraná	128,56	65	Pranchita	109,89	104	Ortigueira	101,96
27	Iporã	128,21	66	São Jerônimo da Serra	109,84	105	Santa Cruz de Monte Castelo	101,76
28	Lupionópolis	127,90	67	Quatro Barras	109,74	106	Maringá	101,65
29	Pinhalão	127,64	68	Catanduvas	109,68	107	Francisco Alves	101,63
30	Curitiba	126,51	69	Farol	109,41	108	Planaltina do Paraná	101,58
31	Campina Grande do Sul	123,49	70	Mirador	109,40	109	Mandaguçu	101,48
32	Coronel Vivida	123,26	71	Palotina	109,23	110	Três Barras do Paraná	101,34
33	Joaquim Távora	122,65	72	São Pedro do Ivaí	109,08	111	Anahy	101,22
34	Santa Inês	121,24	73	Bela Vista do Paraíso	109,03	112	Planalto	101,15
35	Andará	120,37	74	São José da Boa Vista	108,99	113	São João do Caiuá	101,14
36	Mariluz	120,22	75	Curiúva	108,83	114	Santa Isabel do Ivaí	100,51
37	Pinhais	119,91	76	Terra Rica	108,76	115	Paranacity	100,38
38	São José dos Pinhais	119,56	77	Matelândia	108,60	116	Arapuã	100,34
39	Santo Antônio da Platina	117,33	78	Cantagalo	108,41	117	Paranapoema	100,26

Fonte: Resultados da pesquisa.

O que chama atenção nesse grupo de municípios é o ótimo desempenho apresentado por Saudade do Iguaçu, município de pequeno porte, sem um parque industrial consolidado, e basicamente dependente do setor rural. Cabe destacar que esse desempenho também ocorreu em outros pequenos municípios, considerados de pouca expressão econômica no Estado. E o município de Japira que havia figurado em primeiro lugar no estudo anterior, neste novo período de análise ficou com média do  $IRC_{PR}$  abaixo da média estadual.

Ao mesmo tempo, porém, esse indicador também aponta para uma recuperação do desempenho econômico de alguns municípios que no estudo anterior, onde 40 municípios estavam situados na faixa de Depressivo e Recessivo e neste novo estudo somente 5 municípios aparecem na faixa considerada Recessiva. Nesse sentido, o Quadro 14B apresenta a relação dos 5 municípios que estão classificados com índice positivo, os quais foram classificados como de ritmo de crescimento econômico municipal recessivo, porém, com relação aos municípios Cruzeiro do Sul e Cruzeiro do Iguaçu que apresentavam índice negativo e na faixa de Depressivo no primeiro estudo, agora apresentam índice positivo e situados na faixa de Recessivo, o que caracteriza para esses municípios uma recuperação das atividades agrícolas, comerciais e industriais.

QUADRO 14B - CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DO INDICADOR DO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO -  $IRC_{PR}$  DOS 5 MUNICÍPIOS PARANAENSES ABAIXO DA MÉDIA DO ESTADO NA FAIXA DE RECESSIVO, PARA OS ANOS DE 1999 E 2011

ORDEM	MUNICÍPIOS	IRCPR
1	Cruzeiro do Sul	21,65
2	Diamante do Norte	23,40
3	Cruzeiro do Iguaçu	26,92
4	São Jorge do Patrocínio	28,14
5	Reserva do Iguaçu	29,39

Fonte: Resultados da pesquisa.



Desta forma, 277 municípios paranaenses foram classificados em relação ao ritmo de crescimento econômico como estagnados, ou seja, eles apresentaram uma situação de crescimento econômico nulo ou muito baixo. Apesar de essa ser uma situação menos grave do que uma situação de recessão, a estagnação da economia local também tem repercussões muito negativas, dado que taxas de crescimento econômico muito baixas são geralmente insuficientes para criar novos empregos necessários para atender à demanda crescente de emprego devido ao crescimento populacional e para continuar dinamizando a economia local.

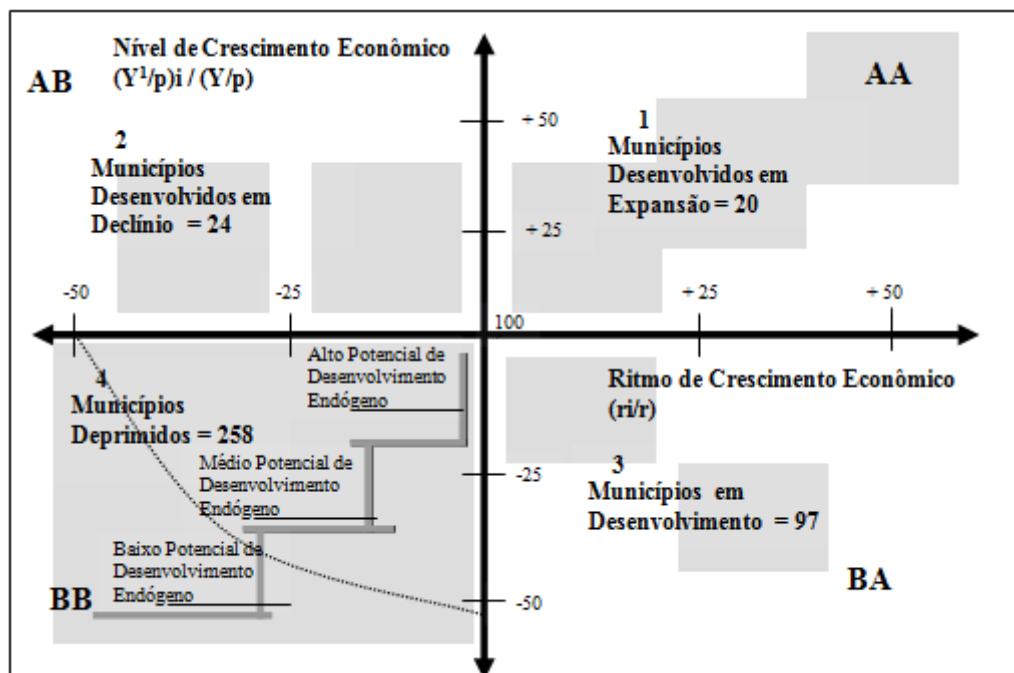
O Quadro 15 apresenta o resultado da utilização da metodologia tradicional, ou seja, aquela que utiliza somente a combinação dos dois indicadores econômicos: o nível de crescimento e o ritmo de crescimento econômico de cada município, entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual, conforme já descrito na Figura 6 e reproduzido na Figura 9 com o respectivo número de municípios paranaenses que figuram em cada um dos quadrantes.

QUADRO 15 - COMBINAÇÃO DA FORMA TRADICIONAL DOS INDICADORES ECONÔMICOS: NÍVEL DE CRESCIMENTO -  $INC_{PR}$  (ANO 2011) E RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO -  $IRC_{PR}$  DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES 1999 E 2011

<b>Classificação do Município</b>	<b>Tipo</b>	<b>Nível de Crescimento</b>	<b>Ritmo de Crescimento</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
Desenvolvidos em expansão	AA	Alto	Alto	20	5,01%
Desenvolvidos em Declínio	AB	Alto	Baixo	24	6,02%
Em Desenvolvimento	BA	Baixo	Alto	97	24,31%
Deprimidos	BB	Baixo	Baixo	258	64,66%
<b>Total</b>	-	-	<b>399</b>	<b>100,00%</b>	

Fonte: Resultados da pesquisa.

FIGURA 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES EM RELAÇÃO AO NÍVEL DE CRESCIMENTO (ANO DE 2011) E AO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO - 1999 A 2011



Fonte: Resultados da pesquisa.

O quadrante 1 representa os municípios desenvolvidos em expansão (AA) do Estado. São 20 municípios, que obtiveram um desempenho acima da média do Estado tanto no nível de crescimento econômico (ano 2011), bem como no ritmo de crescimento econômico no período de 1999 a 2011, contra um resultado de 26 municípios no estudo anterior. Neste segundo estudo, de um total de 399 municípios no Estado, somente 5,01% conseguiram se classificar nessa categoria. A relação dos 20 municípios que figuram nessa categoria (AA) encontra-se no Quadro 16. O quadrante 2 representa os municípios desenvolvidos em declínio (AB) dentro do Estado. São 24 municípios, ou seja, são aqueles que obtiveram um desempenho acima da média do Estado no indicador nível de crescimento (ano 2011) e um desempenho abaixo da média

do Estado no indicador do ritmo de crescimento no período de 1999 a 2011. Classificaram-se nessa categoria 6,02% dos municípios.

QUADRO 16 - RELAÇÃO DOS 20 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS SIMULTANEAMENTE NOS INDICADORES ECONÔMICOS DE NÍVEL DE CRESCIMENTO -  $INC_{PR}$  E RITMO DE CRESCIMENTO -  $IRC_{PR}$  ACIMA DA MÉDIA ESTADUAL

Nº	Municípios	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento	Nº	Municípios	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento
1	Araucária	Alto	Alto	11	Paranaguá	Alto	Alto
2	Brasilândia do Sul	Alto	Alto	12	Pinhais	Alto	Alto
3	Curitiba	Alto	Alto	13	Quatro Barras	Alto	Alto
4	Douradina	Alto	Alto	14	Renascença	Alto	Alto
5	Ibiporã	Alto	Alto	15	Santo Inácio	Alto	Alto
6	Indianópolis	Alto	Alto	16	São João	Alto	Alto
7	Jaguapitã	Alto	Alto	17	São José dos Pinhais	Alto	Alto
8	Juranda	Alto	Alto	18	Saudade do Iguaçu	Alto	Alto
9	Maringá	Alto	Alto	19	Sertaneja	Alto	Alto
10	Palotina	Alto	Alto	20	Vitorino	Alto	Alto

Fonte: Resultados da pesquisa.

A relação dos 24 municípios que figuram nessa categoria (AB) encontra-se no Quadro 17. O quadrante 3 representa os municípios em desenvolvimento (BA) dentro do Estado. São 97 municípios, ou seja, são aqueles municípios que obtiveram um desempenho abaixo da média do Estado no indicador nível de crescimento (ano 2011) e um desempenho acima da média do Estado no indicador do ritmo de crescimento no período de 1999 a 2011.

QUADRO 17 - RELAÇÃO DOS 24 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS DENTRO DA DIMENSÃO ECONÔMICA COMO DE ALTO NÍVEL DE CRESCIMENTO E DE BAIXO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO (AB)

Nº	Municípios	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento	Nº	Municípios	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento
1	Arapoti	Alto	Baixo	13	Mamborê	Alto	Baixo
2	Balsa Nova	Alto	Baixo	14	Mangueirinha	Alto	Baixo
3	Boa Esperança	Alto	Baixo	15	Marechal Cândido Rondon]	Alto	Baixo
4	Bom Sucesso do Sul	Alto	Baixo	16	Maripá	Alto	Baixo
5	Cafelândia	Alto	Baixo	17	Piên	Alto	Baixo
6	Capitão Leônidas Marques	Alto	Baixo	18	Quatro Pontes	Alto	Baixo
7	Carambeí	Alto	Baixo	19	Rancho Alegre D'Oeste	Alto	Baixo
8	Céu Azul	Alto	Baixo	20	Rolândia	Alto	Baixo
9	Entre Rios do Oeste	Alto	Baixo	21	Sabáudia	Alto	Baixo
10	Foz do Iguaçu	Alto	Baixo	22	São Carlos do Ivaí	Alto	Baixo
11	Jussara	Alto	Baixo	23	São Jorge do Ivaí	Alto	Baixo
12	Lobato	Alto	Baixo	24	Tupãssi	Alto	Baixo

Fonte: Resultados da pesquisa.

Classificaram-se nessa categoria 24,31% dos municípios paranaenses. A relação dos 97 municípios paranaenses que figuram nessa categoria (BA) encontra-se no Quadro 18.

**QUADRO 18 - RELAÇÃO DOS 97 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS DENTRO DA DIMENSÃO ECONÔMICA COMO DE BAIXO NÍVEL DE CRESCIMENTO E DE ALTO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO (BA)**

<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nível de Crescimento</b>	<b>Ritmo de Crescimento</b>	<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>	<b>Nível de Crescimento</b>	<b>Ritmo de Crescimento</b>
1	Adrianópolis	Baixo	Alto	49	Medianeira	Baixo	Alto
2	Altamira do Paraná	Baixo	Alto	50	Mirador	Baixo	Alto
3	Alto Piquiri	Baixo	Alto	51	Moreira Sales	Baixo	Alto
4	Anahy	Baixo	Alto	52	Nova Aliança do Ivaí	Baixo	Alto
5	Andirá	Baixo	Alto	53	Nova Cantu	Baixo	Alto
6	Antônio Olinto	Baixo	Alto	54	Ortigueira	Baixo	Alto
7	Arapuã	Baixo	Alto	55	Palmital	Baixo	Alto
8	Araruna	Baixo	Alto	56	Paranacity	Baixo	Alto
9	Ariranha do Ivaí	Baixo	Alto	57	Parana-poema	Baixo	Alto
10	Barracão	Baixo	Alto	58	Pato Branco	Baixo	Alto
11	Bela Vista do paraíso	Baixo	Alto	59	Pérola	Baixo	Alto
12	Borrazópolis	Baixo	Alto	60	Pinhalão	Baixo	Alto
13	Campina da Lagoa	Baixo	Alto	61	Pitanga	Baixo	Alto
14	Campina Grande do Sul	Baixo	Alto	62	Planaltina do Paraná	Baixo	Alto
15	Campo Tenente	Baixo	Alto	63	Planalto	Baixo	Alto
16	Campo Mourão	Baixo	Alto	64	Pranchita	Baixo	Alto
17	Cantagalo	Baixo	Alto	65	Quedas do Iguaçu	Baixo	Alto
18	Capanema	Baixo	Alto	66	Quitandinha	Baixo	Alto
19	Cascavel	Baixo	Alto	67	Ramilândia	Baixo	Alto
20	Castro	Baixo	Alto	68	Reserva	Baixo	Alto
21	Catanduvas	Baixo	Alto	69	Rio Branco do Ivaí	Baixo	Alto
22	Chopininho	Baixo	Alto	70	Roncador	Baixo	Alto
23	Cianorte	Baixo	Alto	71	Rondon	Baixo	Alto
24	Coronel Vivida	Baixo	Alto	72	Salgado Filho	Baixo	Alto
25	Cruzeiro do Oeste	Baixo	Alto	73	Salto do Itararé	Baixo	Alto

Análise dos Resultados

Continuação do Quadro 18:

Nº	Municípios	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento	Nº	Municípios	Nível de Crescimento	Ritmo de Crescimento
26	Criciúva	Baixo	Alto	74	Santa Cecília do Pavão	Baixo	Alto
27	Farol	Baixo	Alto	75	Santa Cruz de Monte Castelo	Baixo	Alto
28	Faxinal	Baixo	Alto	76	Santa Fé	Baixo	Alto
29	Flor da Serra do Sul	Baixo	Alto	77	Santa Inês	Baixo	Alto
30	Francisco Alves	Baixo	Alto	78	Santa Isabel do Ivaí	Baixo	Alto
31	General Carneiro	Baixo	Alto	79	Santa Tereza do oeste	Baixo	Alto
32	Guaíra	Baixo	Alto	80	Santo Antônio da Platina	Baixo	Alto
33	Iguatu	Baixo	Alto	81	São Jerônimo da Serra	Baixo	Alto
34	Imbaú	Baixo	Alto	82	São João do Caiuá	Baixo	Alto
35	Iporã	Baixo	Alto	83	São José da Boa Vista	Baixo	Alto
36	Iretama	Baixo	Alto	84	São Miguel do Iguaçu	Baixo	Alto
37	Ivaiporã	Baixo	Alto	85	São Pedro do Ivaí	Baixo	Alto
38	Janiópolis	Baixo	Alto	86	Sapopema	Baixo	Alto
39	Jardim Olinda	Baixo	Alto	87	Siqueira Campos	Baixo	Alto
40	Joaquim Távora	Baixo	Alto	88	Tapejara	Baixo	Alto
41	Lindoeste	Baixo	Alto	89	Terra Boa	Baixo	Alto
42	Lupionópolis	Baixo	Alto	90	Terra Rica	Baixo	Alto
43	Mandaguaçu	Baixo	Alto	91	Terra Roxa	Baixo	Alto
44	Manoel Ribas	Baixo	Alto	92	Tijucas do Sul	Baixo	Alto
45	Marialva	Baixo	Alto	93	Três Barras do Paraná	Baixo	Alto
46	Marilândia do Sul	Baixo	Alto	94	Tunas do Paraná	Baixo	Alto
47	Mariluz	Baixo	Alto	95	Umarama	Baixo	Alto
48	Matelândia	Baixo	Alto	96	Wenceslau Braz	Baixo	Alto

Fonte: Resultados da pesquisa.

O quadrante 4 representa os municípios paranaenses deprimidos (BB) dentro do Estado. São 258 municípios, que obtiveram um desempenho abaixo da média do Estado tanto no indicador de nível de crescimento econômico (ano 2011), bem como no indicador do ritmo de crescimento econômico no período de 1999 a 2011. Estão classificados nessa categoria 64,66% dos municípios do Estado, índice este superior ao encontrado no estudo anterior que foi da ordem de 62,66%. A relação dos 258 municípios paranaenses que figuram na categoria (BB) encontra-se no Quadro 19.

QUADRO 19 - RELAÇÃO DOS 258 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS DENTRO DA DIMENSÃO ECONÔMICA COMO DE BAIXO NÍVEL DE CRESCIMENTO E DE BAIXO RITMO DE CRESCIMENTO ECONÔMICO (BB).

Municípios	INCpr	Municípios	IRCpr
Araucária	479,33	Araucária	111,04
<b>Brasilândia do Sul</b>	<b>129,48</b>	<b>Brasilândia do Sul</b>	<b>224,24</b>
Curitiba	144,56	Curitiba	126,51
<b>Douradina</b>	<b>195,12</b>	<b>Douradina</b>	<b>308,41</b>
<b>Ibiporã</b>	<b>108,17</b>	<b>Ibiporã</b>	<b>178,41</b>
<b>Indianópolis</b>	<b>237,85</b>	<b>Indianópolis</b>	<b>298,07</b>
<b>Jaguapitã</b>	<b>123,86</b>	<b>Jaguapitã</b>	<b>170,60</b>
<b>Juranda</b>	<b>113,54</b>	<b>Juranda</b>	<b>115,86</b>
Maringá	117,74	Maringá	101,65
Palotina	151,96	Palotina	109,23
Paranaguá	277,91	Paranaguá	142,33
<b>Pinhais</b>	<b>114,43</b>	<b>Pinhais</b>	<b>119,91</b>
Quatro Barras	153,72	Quatro Barras	109,74
<b>São João</b>	<b>120,29</b>	<b>São João</b>	<b>183,54</b>
São José dos Pinhais	240,60	São José dos Pinhais	119,56
<b>Saudade do Iguaçu</b>	<b>416,77</b>	<b>Saudade do Iguaçu</b>	<b>702,99</b>
Sertaneja	131,84	Sertaneja	103,24
<b>Vitorino</b>	<b>127,50</b>	<b>Vitorino</b>	<b>158,97</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

Mesmo considerando o Estado do Paraná com um parque industrial desenvolvido tecnologicamente, com uma agricultura dinâmica, diversificada

e responsável por boa parte da safra agropecuária nacional, quando se analisam os indicadores econômicos percebe-se que são poucos os municípios paranaenses que se apropriam da formação dessa riqueza. O Quadro 20 apresenta, de forma comparativa, a relação dos 20 municípios paranaenses que, simultaneamente, foram classificados como de melhor desempenho nos dois indicadores ( $INC_{PR}$  e  $IRC_{PR}$ ).

Esses resultados demonstram que somente 5% dos municípios paranaenses conseguiram manter um desempenho econômico superior à média do Estado em relação ao nível de crescimento econômico e ao ritmo de crescimento econômico. Esse resultado reforça o resultado anterior, onde já alertávamos que algo de anormal estava acontecendo com a economia local da grande maioria dos municípios do Estado. Eles não conseguem manter uma trajetória de crescimento estável e consistente, e, como boa parte dos municípios do Estado tem a base de sua economia no setor agropecuário, ficam na dependência do desempenho da produção e do nível de preço desse segmento, sobretudo no mercado externo. Em negrito procurou-se destacar os municípios que se classificaram com uma posição melhor em relação ao ritmo de crescimento econômico ao longo do período (1999 e 2011), do que o desempenho obtido em relação ao nível de crescimento econômico relativo a um único período (2011). Desta forma, dez municípios apresentaram desempenho superior, e apenas dois (Douradina e Jaguapitã) apresentaram nos dois estudos, desempenho do Ritmo de Crescimento superior ao do Nível de Crescimento indicando que os municípios do Estado ainda não têm uma estrutura econômica consolidada, e apresentando-se altamente dependente do rumo da economia nacional.

Cabe, porém, destaque para o desempenho do pequeno município de Saudade do Iguaçu, com uma população de 5.028 habitantes em 2010 e forte inserção no setor industrial com elevado valor adicionado fiscal e localizado na mesorregião Sudoeste Paranaense, que obteve, nos dois indicadores considerados, o melhor desempenho, ou seja, conseguiu, ao longo do período de 1999 a 2011, manter um crescimento da sua renda de forma sustentada frente aos demais municípios do Estado.



QUADRO 20 - RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS SIMULTANEAMENTE NOS INDICADORES ECONÔMICOS DE NÍVEL DE CRESCIMENTO -  $INC_{PR}$  E DE RITMO DE CRESCIMENTO -  $IRC_{PR}$  ACIMA DA MÉDIA ESTADUAL

Município	$INC_{pr}$	Município	$INC_{pr}$
Araucária	479,33	Araucária	111,04
Brasilândia do Sul	129,48	Brasilândia do Sul	224,24
Curitiba	144,56	Curitiba	126,51
Douradina	195,12	Douradina	308,41
Ibiporã	108,17	Ibiporã	178,41
Indianópolis	237,85	Indianópolis	298,07
Jaguapitã	123,86	Jaguapitã	170,6
Juranda	113,54	Juranda	115,86
Maringá	117,74	Maringá	101,65
Palotina	151,96	Palotina	109,23
Paranaguá	277,91	Paranaguá	142,33
Pinhais	114,43	Pinhais	119,91
Quatro Barras	153,72	Quatro barras	109,74
São João	120,29	São João	183,54
São João dos Pinhais	240,6	São João dos Pinhais	119,56
Saudade do Iguaçu	416,77	Saudade do Iguaçu	702,99
Sertaneja	131,84	Sertaneja	103,24
Vitorino	127,5	Vitorino	158,97

Fonte: Resultados da pesquisa.

Segundo dados do Atlas Brasil, 2014 a renda *per capita* média de Saudade do Iguaçu cresceu 297,50% nas últimas duas décadas, passando de R\$152,09 em 1991 para R\$627,32 em 2000 e R\$604,56 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 312,47% no primeiro período e -3,63% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* inferior a R\$ 70,00, de agosto de 2010) passou de 32,81% em 1991 para 11,08% em 2000 e para 4,08% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais, 21,25% trabalhavam no setor agropecuário, 0,13% na indústria extrativa, 8,07% na indústria de transforma-

ção, 11,07% no setor de construção, 1,60% nos setores de utilidade pública, 25,74% no comércio e 28,13% no setor de serviços.

Desta forma, esses resultados confirmam que somente a análise isolada da dimensão econômica, tendo por base o crescimento econômico medido pelo PIB *per capita*, não pode ser considerada como uma variável suficiente e capaz de explicar a realidade local.

### **5.1.2. ANÁLISE DA DIMENSÃO ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES DE FORMA AMPLIADA**

Os resultados apresentados no item anterior levaram somente em consideração dois aspectos econômicos, ou seja, o nível de crescimento relativo ao ano de 2011 e o ritmo de crescimento econômico entre os anos de 1999 e 2011 dos municípios paranaenses tendo como parâmetro desse crescimento a média estadual.

Neste contexto, o presente estudo procurou também, além de analisar o desempenho econômico dos municípios paranaenses utilizando o seu crescimento econômico com base na renda, incluir um novo indicador que permitisse medir o potencial de desenvolvimento socioeconômico dos municípios. Assim, buscou-se identificar os municípios que, mesmo não apresentando um nível e um ritmo de crescimento econômico acima da média estadual, reunissem um conjunto de variáveis econômicas, sociais e políticas em condições favoráveis e que fossem capazes de modificar a sua realidade. Desta forma, foi criado um novo índice na dimensão econômica.

Nesse caso, o novo índice tem por base o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses -  $IPD_{PR}$ , que utilizou a análise fatorial para a construção do índice de potencial de desenvolvimento, obtido por meio do cálculo do fator ponderado para cada município paranaense.

Verificou-se, inicialmente, se os valores obtidos com o emprego da análise fatorial estavam adequados ao estudo das variáveis propostas. Nesse

sentido, foram realizados dois testes estatísticos, o KMO e de esfericidade de *Bartlett*. Assim, usou-se o teste de *Bartlett*, que testa a hipótese nula ( $H_0$ ) para verificar se a matriz de correlações é estatisticamente igual à matriz identidade, buscando-se rejeitar  $H_0$ . Conforme pode ser observado no Quadro 21, pela estatística de teste qui-quadrado, o valor obtido (59775,78) permite rejeitar  $H_0$  a menos de 0,1% de significância. Este resultado rejeita a hipótese nula de que a matriz de correlações é uma matriz-identidade, ou seja, de que as variáveis não são correlacionadas e que os dados são bons para aplicação da análise fatorial.

QUADRO 21 - ADEQUABILIDADE DA ANÁLISE FATORIAL COM BASE NOS TESTES DE KMO E ESFERICIDADE DE *BARTLETT*

Adequabilidade de <i>Kaiser-Meyer-Olkin</i> –	KMO	0,949
Teste de esfericidade de <i>Bartlett</i>	qui-quadrado	59775,78
	Df	861
	Significância	0,000

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nesse mesmo sentido, visando medir a adequação do tamanho da amostra, foi realizado, conjuntamente, o índice de *Kaiser-Meyer-Olkin* (KMO), e o valor obtido foi 0,949, valor esse considerado, segundo Barroso e Artes (2003), como excelente, o que sugere que os dados levantados podem ser tratados através da análise fatorial, resultado este igual ao obtido no estudo anterior de 0,945. Conforme Hair et alii (1998), esses resultados implicam que os fatores latentes explicam grande parte da associação entre as variáveis e que os resíduos estão pouco associados entre si. Em outras palavras, esses resultados indicam a adequação do ajuste do modelo de análise fatorial ortogonal aos dados dos municípios do Paraná.

O Quadro 22 apresenta os autovalores da matriz de correlação amostral, com as respectivas porcentagens de variância total explicada e acumulada. Como não existem critérios absolutos para decidir qual o número exato

de fatores que devem ser extraídos, optou-se por considerar os quatro fatores cujas raízes características foram superiores a 1, não obstante esses quatro fatores escolhidos possibilitaram captar uma proporção satisfatória da variância total das variáveis originais, ou seja, eles são capazes de explicar 89,13% da variância total dos dados. No estudo anterior, obteve-se cinco fatores que explicavam 90,21% da variância total dos dados.

QUADRO 22 – RAÍZES CARACTERÍSTICAS E PORCENTAGEM DA VARIÂNCIA EXPLICADA E ACUMULADA DA MATRIZ DE CORRELAÇÕES SIMPLES (399 X 42), PARA OS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Fatores	<i>Eigenvalues</i> Inicial			Variância rotacionada		
	Total	% de Variância	Variância Acumulada (%)	Total	% de Variância	Variância Acumulada (%)
1	26,40	62,86	62,86	26,40	62,86	60,34
2	5,70	13,56	76,42	5,70	13,56	73,82
3	4,01	9,56	85,98	4,01	9,56	84,59
4	1,32	3,15	89,13	1,32	3,15	89,13

Método de extração: Análise de Componentes Principais.

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Quadro 23 apresenta as cargas fatoriais, ou seja, os coeficientes de correlação entre cada fator e cada uma das 42 variáveis após a rotação. As cargas fatoriais acima de 0,60, em valor absoluto, que foram arbitradas como de forte associação entre o fator e a variável, estão destacadas em negrito. Embora a escolha desse percentual seja subjetiva, optou-se por seguir a mesma linha de trabalhos que também adotaram o valor de 0,60 como referência, entre eles

Hoffmann (1994) e Correa e Figueiredo (2006). Na última coluna do Quadro 23 destacam-se os valores das comunalidades (proporção da variância da variável que é “explicada” pelo conjunto dos fatores) após a rotação. Pode-se inferir que os valores encontrados para as comunalidades mostram que todas as variáveis têm grande parte da sua variabilidade captada e representada pelos cinco fatores.

Com o resultado das cargas fatoriais, apresentados no Quadro 23, foi possível realizar uma interpretação específica para cada fator. Cabe ressaltar que a variável “Var 30 – Percentual de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo” foi a única que obteve correlação abaixo de 0,60, e considerando que valor arbitrado como de forte associação seria igual ou superior a 0,60, essa variável ficou representada pelo Fator 2. Ademais, todas as variáveis apresentaram uma forte associação com o seu respectivo fator.

**QUADRO 23 - CARGAS FATORIAIS DAS 42 VARIÁVEIS E VALORES DAS COMUNALIDADES EXPLICADAS POR CADA FATOR**

<b>Variáveis</b>	<b>F1</b>	<b>F2</b>	<b>F3</b>	<b>F4</b>	<b>Comunalidade</b>
VAR01	,988	-,107	-,093	,006	,996
VAR02	,832	,109	,127	-,047	,722
VAR03	,980	-,113	-,086	,018	,982
VAR05	,985	-,092	-,054	,015	,982
VAR06	,989	-,105	-,066	,016	,995
VAR07	,988	-,096	-,054	-,006	,988
VAR08	,993	-,070	-,043	,001	,994
VAR09	,990	-,082	-,007	-,019	,988
VAR10	,993	-,088	-,023	-,001	,995
VAR11	,970	-,021	,033	,013	,943
VAR12	,993	-,092	-,006	-,007	,995
VAR13	,992	-,064	,031	-,006	,988
VAR15	,983	-,035	-,028	,006	,969
VAR16	,982	-,032	,008	-,027	,967
VAR17	,986	-,115	-,091	,001	,994
VAR18	,988	-,110	-,060	,018	,993
VAR19	,981	-,123	-,083	,024	,985
VAR21	,966	-,151	-,108	,036	,969
VAR22	,875	,144	,238	,023	,843
VAR23	,857	-,136	-,121	-,005	,768
VAR24	,963	-,162	-,141	,019	,974
VAR25	,949	,046	,124	-,058	,921

*Análise dos Resultados*

VAR26	<b>,983</b>	-,105	-,057	,016	,980
VAR27	<b>,987</b>	-,087	-,022	-,011	,982
VAR31	<b>,992</b>	-,102	-,064	,009	,998
VAR34	<b>,974</b>	-,126	-,079	,031	,972
VAR35	<b>,971</b>	-,103	-,050	,027	,956
VAR29	,103	<b>,662</b>	-,396	,227	,657
VAR30	,112	<b>,462</b>	-,238	,109	,295
VAR37	,299	<b>,757</b>	-,183	,075	,702
VAR38	,209	<b>,830</b>	-,205	,217	,822
VAR39	,266	<b>,792</b>	-,139	,174	,747
VAR40	,313	<b>,737</b>	,125	,082	,664
VAR41	,142	<b>,804</b>	-,354	,215	,839
VAR42	,471	<b>,760</b>	-,035	,013	,801
VAR04	,230	,375	<b>,758</b>	,116	,782
VAR14	,415	,001	<b>,854</b>	,045	,902
VAR20	,211	,326	<b>,773</b>	,108	,760
VAR32	,140	-,025	<b>,889</b>	,036	,812
VAR33	,239	,323	<b>,819</b>	,092	,841
VAR28	,274	,613	,018	<b>-,732</b>	,987
VAR36	,275	,612	,020	<b>-,732</b>	,987

Fonte: Resultados da pesquisa. Método de extração: Análise do Componente principal.

Constatou-se, para o primeiro fator (F1) (cujo percentual da variância explicada, segundo o Quadro 22, foi de 62,86%), a existência de 27 variáveis com cargas fatoriais superando o limite mínimo de 0,60. Todas as variáveis apresentaram sinais positivos e são fortemente correlacionadas, o que caracteriza ser F1 um fator de medida de “crescimento e desenvolvimento econômico dos municípios paranaenses”. Desta forma, esse fator representa a dimensão econômica. Cabe destacar que as 27 variáveis que compõe o F1 deste estudo, são as mesmas que compuseram o F1 do estudo anterior.

Nesse sentido, verificou-se uma aproximação muito forte de todos os atributos nesse fator, tendo somente três das 27 variáveis que formaram o fator (F1) na faixa de 0,8 a 0,9 (Var 02 - consumo de energia elétrica industrial -

esse fator indica que, quanto maior o consumo de energia pelo setor industrial, mais desenvolvido é o município em termos de indústrias. A Var 22 - número de emissoras de rádio, também expressa o nível de desenvolvimento econômico do município, visto que as emissoras de rádio dependem diretamente do dinamismo do comércio local, a Var 23 - valor do repasse do ICMS, quanto maior, maior será o reflexo do setor econômico no município. A Var 24 - total da receita tributária municipal, que reflete a capacidade que o município tem em gerar recursos próprios, que no estudo anterior apresentava um resultado abaixo de 0,90, neste segundo estudo o fator aparece com um valor de 0,963). Todas as demais 23 variáveis apresentam resultados acima de 0,9, indicando, nesse caso, que a correlação com o fator é quase total. Neste contexto, as características dessas variáveis e os seus respectivos sinais positivos indicam a forte correlação com: o consumo de energia elétrica residencial e comercial que refletem, cada uma a seu modo, a importância que cada segmento tem e quanto maior esse consumo maior o poder de renda da população e mais dinâmico será o comércio daquele município. Por sua vez, a relação de alunos matriculados e o número de professores nas escolas nos níveis de pré-escola, ensino fundamental e médio, número de pessoas residentes com quinze anos de estudos ou mais, refletem, por sua vez, uma medida de desenvolvimento econômico e endógeno, ou seja, quanto maior for a correlação das variáveis, maior será o aumento do capital social daquele município. Outra medida que expressa o crescimento econômico de um município é o número de agências bancárias e o total da população empregada nos diversos setores (educação, indústria, comércio, saúde e construção civil). Desta forma, quanto maiores os gastos com hospitalização do SUS e total de estabelecimentos de saúde e número de leitos hospitalares no município, bem como o valor das despesas municipais com saúde e educação. Refletindo a importância e a preocupação que o município tem com o desenvolvimento econômico, visto que, desta forma, esses municípios estão contribuindo para reduzir as desigualdades sociais, proporcionando uma melhor qualidade de vida para seus munícipes e a sociedade em geral.

O segundo fator (F2) representa o potencial de desenvolvimento econômico e endógeno de qualidade de vida dos municípios paranaenses. Ele

guarda forte associação positiva com 8 variáveis e que representaram 13,56% da variância total do modelo, sendo somente duas cargas fatoriais explicativas acima de 0,80 e seis abaixo de 0,80. Compõem esse fator as variáveis: a Var 29 - % de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água tratada; a Var 30 - % de pessoas que vivem em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo. O reflexo dessas duas variáveis implica (ou não) desenvolvimento social, qualidade de vida, preservação ambiental, dignidade das pessoas, pois é grande a quantidade de famílias que moram em condições sub-humanas, sem água tratada e sem saneamento básico, tendo que utilizar fossas que contribuem para contaminar os lençóis freáticos. Por sua vez, também é grande o número de casas que não são assistidas com a coleta diária ou mesmo que semanal de lixo, cujo reflexo se vê no aumento de doenças e na poluição dos rios. Assim, quanto maior for a correlação dessas variáveis, maior será o índice de qualidade de vida desses municípios e maiores serão os investimentos públicos na busca por melhor qualidade de vida da população. As outras três variáveis que compõem esse fator são: a Var 37 - IDH-M educação, a Var 38 - % de pessoas que vivem em domicílios com TV; a Var 39 - % de pessoas que vivem em domicílios com telefone, a Var 40 - % de pessoas que vivem em domicílios com carro; a Var 41 - % de pessoas que vivem em domicílios com geladeira e a Var 42 - % de pessoas que vivem em domicílios com computador. Essas variáveis procuram refletir a melhoria da qualidade de vida das famílias, visto serem esses bens de uso familiar (e não apenas individual) e estão correlacionadas com a renda familiar, pois, quanto maior for a correlação dessas variáveis, maior será o investimento das famílias na melhoria da qualidade de vida.

O terceiro fator (F3) representa o potencial do setor agropecuário dos municípios paranaenses. Ele é constituído por 5 variáveis com cargas fatoriais acima de 0,60. Todas as variáveis apresentam sinais positivos e são fortemente correlacionadas e o percentual de variância explicada foi de 9,56% e as suas cargas fatoriais explicativas ficaram entre 0,75 e 0,88. Compõem esse fator as variáveis: Var 04 - consumo de energia elétrica rural em MWh, indicando que quanto maior o consumo de energia elétrica no meio rural mais desenvolvido será o setor naquele município, visto que esse é um insumo básico para atender as necessidades produtivas de trato e de manejo da produção, bem como



aquelas derivadas de operações agroindustriais e da qualidade de vida doméstica; a Var 14 - população ocupada no setor agropecuário, reflete, em conjunto com outras variáveis, a importância do setor rural para o município, bem como pode ser utilizada como indicativo de qualidade de vida no setor agropecuário, afinal, a manutenção do homem no campo tem como resultado a geração de renda, a melhoria de qualidade de vida como saúde, educação, boas estradas e acesso à informação; a Var 20 - Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária, indica os resultados do rendimento do estabelecimento, da terra e da força de trabalho, ou seja, da importância do setor agropecuário na formação de renda do município – assim, quanto maior esse valor, maior será o reflexo do setor agropecuário no município; a Var 32 - número de estabelecimentos agropecuários, reflete a forma de distribuição das propriedades agropecuárias no município, em que, quanto maior o número de propriedades, menos concentrada encontra-se a distribuição de terra no município e mais diversificada será a sua produção e menos dependente será o município de uma ou duas culturas ou atividade pecuária; e a Var 33 - número de estabelecimentos agropecuários com tratores, reflete o índice de modernização das propriedades agrícolas, pois, quanto maior for o número de propriedade com tratores, mais intensiva será a sua produção e maiores serão os seus reflexos na formação de renda do município com maior acesso dos produtores a máquinas e a implementos agrícolas. Cabe ressaltar que no estudo anterior essas mesmas variáveis compuseram o segundo fator (F2).

O quarto fator (F4) representa o potencial de desenvolvimento econômico e endógeno inerente às condições de vida dos municípios Assim, pode-se caracterizar esse fator como de medida de dimensão social. Ele manteve uma correlação alta e negativa com duas variáveis, a esperança de vida ao nascer (Var 28), o IDHM de longevidade (Var 36). O fator (F4) representou 3,15% da variância total do modelo. Assim, um dos principais reveladores das condições de vida da população é a esperança de vida ao nascer, que, neste estudo, obteve carga fatorial da ordem de menos 0,732, indicando um impacto inverso no fator. Ou seja, quanto pior forem as condições de vida da população, menor e pior será a esperança de vida ao nascer da população local. A mesma carga fatorial e sinal obteve a Var 36, que mediu o IDHM de longevidade, mostrando

uma mesma relação que a variável de esperança de vida ao nascer, ou seja, quanto pior as condições de vida da população, menor será a longevidade das pessoas. Desta forma, essas variáveis refletem um conjunto de indicadores que, quando combinados, implicam a melhoria da dimensão social, pois, para que ocorra o aumento da esperança de vida e longevidade, faz-se necessário melhorar as condições de vida da população, por meio de investimentos na saúde, higiene e lazer.

Para a determinação da dimensão econômica dos municípios paranaenses de forma ampliada, foi incorporado o cálculo do terceiro índice, ou seja, o Indicador do Potencial de Desenvolvimento dos Municípios Paranaenses -  $IPD_{PR}$ , que foi obtido por meio do cálculo do fator ponderado para cada município conforme (expressão 3). Assim, através da variância de cada fator, da variância total e do fator do respectivo município, pode-se determinar o fator ponderado do município  $i$  ( $F_{Pi}$ ).

O Quadro 24 apresenta a distribuição dos municípios por faixas do  $IPD_{PR}$ . Observa-se que nesse novo estudo 305 municípios estão situados abaixo da média do fator ponderado (base 100), o que corresponde a 76,44% dos municípios paranaenses, contra 299 municípios e um percentual de 74,94% do estudo anterior. Demonstrando que na análise conjunta das três dimensões econômicas houve uma ampliação da concentração da força econômica num universo de somente um terço dos municípios do estado, no conjunto pequeno existe uma diminuição. Desta forma, classificou-se o conjunto de municípios que estão abaixo da média estadual em baixo e médio potencial de desenvolvimento. Na faixa que corresponde de 10 a 20 por cento da média estadual, nenhum município figura nesse intervalo.

QUADRO 24 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL, SEGUNDO O INDICADOR DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES - IPD<sub>PR</sub>

<b>Classificação do Município</b>	<b>Faixas em % de IPD<sub>PR</sub> em relação à média</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
Baixo	De 10 a 20	0	0,00
	De 20 a 30	1	0,25
	De 30 a 40	13	3,26
	De 40 a 50	39	9,77
	De 50 a 60	59	14,79
Médio	De 60 a 70	53	13,28
	De 70 a 80	52	13,03
	De 80 a 90	58	14,54
	De 90 a 100	28	7,02
	total de municípios inferior à média estadual	305	76,44
Alto	total de municípios superior à média estadual	94	23,56
<b>Total</b>		<b>399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

Por sua vez, somente o município de Clevelândia figura na faixa entre 20 e 30 por cento da média estadual. Esses dados também apontam para o conjunto de municípios situados abaixo da média, a existência de uma grande concentração de municípios entre as faixas de 40 a 80 por cento da média estadual. O Quadro 25 apresenta a relação dos 94 municípios cujo IPD<sub>PR</sub> está situado na faixa superior à média estadual.

QUADRO 25 - CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DO INDICADOR DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO - IPD<sub>PR</sub> DOS 94 MUNICÍPIOS PARANAENSES ACIMA DA MÉDIA DO ESTADO

Nº	Municípios	IPDPR	Nº	Municípios	IPDPR
1	Curitiba	3328,15	48	Rio Branco do Ivaí	136,31
2	Londrina	947,72	49	Piraraquara	131,6
3	Maringá	680,81	50	Cianorte	131,44
4	Cascavel	526,24	51	Mato Rico	131,1
5	Ponta Grossa	523,3	52	Fazenda Rio Grande	130,2
6	São José dos Pinhais	471,21	53	São Miguel do Iguaçu	125,7
7	Foz do Iguaçu	384,62	54	Assis Chateaubriand	125,64
8	Araucária	277,84	55	Ivatuba	124,58
9	Toledo	276,88	56	Pato Bragado	122,71
10	Colombo	273,7	57	Pitanga	122,35
11	Guarapuava	271,98	58	Nova Aurora	122,34
12	Prudentópolis	242,2	59	Bom Sucesso do Sul	120,12
13	Doutor Ulysses	233,79	60	Itambé	119,53
14	Pinhais	229,23	61	Rio Bonito do Iguaçu	118,73
15	Paranaguá	217,74	62	Reserva	118,26
16	Cândido de Abreu	206,31	63	Lapa	117,04
17	Apucarana	203,58	64	Mercedes	116,54
18	Guaraqueçaba	201,69	65	Miraselva	115,32
19	Cerro Azul	191,05	66	Etre Rios do Oeste	114,85
20	Arapongas	189,25	67	Nova Alinça do Ivaí	114,15
21	Umuarama	178,35	68	Marialva	113,15
22	Marechal Cândido Rondon	178,11	69	Corbélia	112,28
23	Campo Largo	173,9	70	Rio Azul	111,17
24	Pato Branco	172,05	71	Diamante do Norte	110,52
25	Palotina	169,6	72	Lobato	110,48
26	Castro	168,85	73	Porto barreiro	110,16
27	Cruz machado	168,34	74	Marquinho	110,14
28	Francisco Beltrão	165,27	75	Tamarana	109,78
29	Laranjal	162,5	76	Almirante Tamandaré	109,55
30	Maripá	159,07	77	São Jorge d'Oeste	109,19
31	Inácio Martins	156,55	78	Sarandi	108,3
32	Santa Helena	153,27	79	Ubiratã	107,07
33	Nova Laranjeiras	152,66	80	Doutor Camargo	107,05

*Continuação do Quadro 25:*

<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>	<b>IPDPR</b>	<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>	<b>IPDPR</b>
34	Goioxim	150,93	81	Ataliaia	107,04
35	Campina do Simão	149,81	82	São João do Triunfo	107,02
36	Adrianópolis	149,15	83	Iguaraçu	106,64
37	Tunas do Paraná	148,27	84	Palmeira	105,43
38	Santa Maria do Oeste	146,28	85	Guaraniaçu	104,79
39	Cambé	143,76	86	Rolândia	103,87
40	Quatro Pontes	141,55	87	Altamira do Paraná	103,37
41	Campo Mourão	140,39	88	Ourizona	102,58
42	Serranópolis do Iguaçu	140,34	89	Telêmaco Borba	102,42
43	Dois Vizinhos	140,12	90	Nova Tebas	101,5
44	Pinhão	139,14	91	Missal	101,44
45	Paranavaí	138,84	92	Antônio Olinto	101,39
46	Ortigueira	138,73	93	Floraí	101,36
47	Nova Santa Rosa	138,55	94	Presidente Castelo Branco	100,82

Fonte: Resultados da pesquisa.

De forma comparativa, verificou-se, dentro da dimensão econômica, quais os municípios que foram classificados nos três indicadores simultaneamente, ou seja, buscou-se a classificação dos municípios que obtiveram desempenho acima da média estadual no nível de crescimento econômico, no ritmo de crescimento econômico e no potencial de desenvolvimento. No estudo anterior esse número era de nove municípios, nesse novo estudo esse número caiu para sete municípios.

Entre eles tem-se 5 pertencentes à mesorregião Metropolitana de Curitiba (Curitiba, Araucária, Paranaguá, São José dos Pinhais e Pinhais); 1 pertencente à mesorregião Norte Central (Maringá) e 1 pertencente à mesorregião Oeste Paranaense (Palotina). Assim, qualquer indicador econômico já indicaria uma grande discrepância entre as mesorregiões, visto que, nesse comparativo, das 10 mesorregiões do Estado, 7 não tiveram nenhum município classificado com base nos três indicadores de forma simultânea da dimensão econômica. E se compararmos com o estudo anterior, cabem dois

destaques, sendo um positivo e outro negativo: o positivo ficou por conta dos municípios de Paranaguá e São José dos Pinhais que não foram classificados no estudo anterior como acima da média estadual para os três indicadores e agora figuram, e o negativo que ficou em relação aos municípios importantes dentro do contexto estadual como Londrina, Campo Mourão e Ponta Grossa que estavam e que agora não estão situados acima da média estadual para esses três indicadores econômicos.

### 5.1.3. ANÁLISE DA DIMENSÃO SOCIAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

A caracterização da Dimensão Social teve por base o ano de 2010 e a combinação de dois indicadores: o Índice de Longevidade nos Municípios Paranaenses -  $IL_{PR}$  e o Índice de Educação nos Municípios Paranaenses -  $IE_{PR}$ , variável essa que será utilizada como uma *proxy* do capital humano.

Para a determinação do Índice de Longevidade nos Municípios Paranaenses ( $IL_{PR}$ ), utilizou-se a esperança de vida ao nascer medida em anos relativo a cada município em relação à esperança de vida média do Estado, média que foi de 74,80 anos no ano 2010, conforme equação (12).

O Quadro 26 apresenta a distribuição dos municípios paranaenses segundo o índice de longevidade ( $IL_{PR}$ ). O número de municípios que se encontram abaixo da média estadual (base 100) é da ordem de 65,41%. Isso corresponde ao total de 261 municípios distribuídos em todas as mesorregiões do Estado. Dos municípios situados abaixo da média, no estudo anterior seis estavam classificados na faixa de 80 a 90 por cento da média estadual, faixa que representa a menor esperança de vida do Estado, neste estudo nenhum município está classificado nesta faixa, porém, houve um aumento do número de municípios situados abaixo da média estadual, que no estudo anterior era de 239, e por consequência diminuiu o número de municípios situados acima da média do estado, que no estudo anterior era de 160 passando agora para 138, ou seja o Estado perdeu em termos de qualidade de vida.

QUADRO 26 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL, SEGUNDO O ÍNDICE DE LONGEVIDADE NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES -  $IL_{PR}$ , PARA O ANO 2010

<b>Faixas em % do <math>IL_{PR}</math> em relação à média estadual</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
de 80 a 90	0	0,00
de 90 a 100	261	65,41
total de municípios inferior à média estadual	261	65,41
total de municípios superior à média estadual	138	34,59
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

A relação dos 261 municípios que estão classificados na faixa de 90 a 100 por cento da média estadual encontra-se no Quadro 27. Em relação aos municípios paranaenses que estão situados acima da média estadual nesse segundo estudo quanto ao índice de longevidade, o percentual é da ordem de 34,59%, ou seja, 138 municípios. A relação desses municípios encontra-se no Quadro 28. Dentre esses municípios, os dois primeiros com maior longevidade no Estado encontram-se na mesorregião Metropolitana de Curitiba, são eles: Colombo e Piraquara, e os dois seguintes são Maripá e Palotina. Se no estudo anterior essa relação era formada por municípios pequenos e com população abaixo de 5,5 mil habitantes, nesse estudo modificou-se incluindo municípios com populações mais elevadas. Assim, estes municípios que apresentaram um índice superior à média do Estado refletem, por meio deste indicador, as melhorias e os benefícios proporcionados pelos investimentos municipais em saúde pública.

QUADRO 27 – RELAÇÃO DOS 261 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS NA FAIXA “DE 90 A 100” POR CENTO DA MÉDIA ESTADUAL DO ÍNDICE DE LONGEVIDADE –  $IL_{PR}$

Nº	Município	IL	Nº	Município	IL	Nº	Município	IL	Nº	Município	IL
1	Perobal	99,97	67	Pranchita	99,25	133	Congonhinhas	98,30	199	Ventania	97,39
2	Campina da Lagoa	99,95	68	Uraí	99,24	134	Nova América da Colina	98,30	200	Roncador	97,38
3	Tamarana	99,95	69	Rondon	99,22	135	Nova Santa Rosa	98,29	201	Braganey	97,37
4	Tomazina	99,95	70	Bom Sucesso	99,21	136	Boa Esperança	98,26	202	Cerro Azul	97,35
5	Iporá	99,93	71	Engenheiro Beltrão	99,21	137	Rancho Alegre	98,26	203	Porto Vitória	97,30
6	Japurá	99,93	72	Reserva do Iguaçu	99,21	138	Santa Fé	98,26	204	Faxinal	97,26
7	Alto Paraíso	99,92	73	Santo Antônio do Caiuá	99,21	139	Querência do Norte	98,24	205	Sapopema	97,21
8	Guairacá	99,92	74	Bandeirantes	99,14	140	Barbosa Ferraz	98,22	206	Curiúva	97,19
9	Bituruna	99,89	75	Nova Fátima	99,13	141	Guaporema	98,22	207	Planaltina do Paraná	97,19
10	Nova Esperança	99,89	76	Rio Azul	99,12	142	Santa Tereza do Oeste	98,22	208	Santa Lúcia	97,19
11	Capitão Leônidas Marques	99,88	77	Quarto Centenário	99,08	143	Corbélia	98,18	209	Ariranha do Ivaí	97,14
12	Foz do Jordão	99,87	78	Tapejara	99,08	144	Florestópolis	98,18	210	Mariluz	97,13
13	Turvo	99,87	79	Farol	99,06	145	Honório Serpa	98,18	211	Quedas do Iguaçu	97,13
14	Marilena	99,85	80	Terra Roxa	99,05	146	Inajá	98,18	212	Nova Aliança do Ivaí	97,11
15	Bela Vista da Caroba	99,84	81	Astorga	99,04	147	Mandirituba	98,16	213	Tapira	97,11
16	Pinhalão	99,84	82	Juranda	99,04	148	Pato Bragado	98,16	214	Mauá da Serra	97,01
17	Telêmaco Borba	99,84	83	São Miguel do Iguaçu	99,04	149	Santo Antônio do Sudoeste	98,16	215	Cruzeiro do Iguaçu	96,98
18	Itapejara d'Oeste	99,83	84	Cambará	99,02	150	Prudentópolis	98,13	216	Guaraqueçaba	96,98
19	Arapuã	99,81	85	Douradina	99,02	151	Conselheiro Mairinck	98,09	217	Tijucas do Sul	96,98
20	Campo Magro	99,81	86	Vitorino	99,00	152	Quitandinha	98,09	218	Santa Mônica	96,97
21	Godoy Moreira	99,81	87	Santa Isabel do Ivaí	98,98	153	Manoel Ribas	98,07	219	Icaraíma	96,94
22	Guaratuba	99,81	88	Jundiá do Sul	98,97	154	Pinhão	98,07	220	Cafezal do Sul	96,93
23	Imbituva	99,81	89	Santo Antônio da Platina	98,97	155	Campo do Tenente	98,05	221	Campina do Simão	96,91
24	Ipiranga	99,81	90	Adrianópolis	98,96	156	Paulo Frontin	98,05	222	Coronel Domingos Soares	96,91
25	Missal	99,81	91	Ouro Verde do Oeste	98,96	157	Guapirama	98,02	223	Nova Cantu	96,91
26	Cruzeiro do Sul	99,80	92	Chopinzinho	98,92	158	Bom Jesus do Sul	98,01	224	Rio Bonito do Iguaçu	96,91
27	Ivaiporã	99,77	93	Bocaiúva do Sul	98,88	159	Manfrinópolis	98,01	225	Centenário do Sul	96,90
28	Jardim Alegre	99,77	94	Contenda	98,88	160	Tuneiras do Oeste	98,01	226	Fernandes Pinheiro	96,90
29	Ângulo	99,76	95	Flórida	98,88	161	Catanduvas	97,97	227	Ivaí	96,90
30	Jaboti	99,75	96	General Carneiro	98,86	162	Cidade Gaúcha	97,97	228	Palmital	96,90
31	Japira	99,75	97	São Tomé	98,86	163	Nova Esperança do Sudoeste	97,97	229	Doutor Ulysses	96,86
32	Santa Inês	99,75	98	Piraí do Sul	98,85	164	Guamiranga	97,94	230	Itajaú	96,83
33	Palmas	99,72	99	Floresta	98,84	165	Colorado	97,93	231	Jardim Olinda	96,83
34	Janiópolis	99,71	100	Loanda	98,77	166	Pérola	97,93	232	Wenceslau Braz	96,82
35	Unifor	99,71	101	Porto Amazonas	98,76	167	Santa Mariana	97,93	233	Agudos do Sul	96,80
36	Lunardelli	99,69	102	Mariaiva	98,72	168	Mariópolis	97,91	234	Corumbataí do Sul	96,76
37	Santa Izabel do Oeste	99,69	103	Marquinho	98,70	169	Sertãozinho	97,91	235	Laranjal	96,75
38	Palmeira	99,68	104	São Sebastião da Amoreira	98,70	170	Abatiá	97,90	236	Santa Maria do Oeste	96,75
39	Peabiru	99,68	105	Rebouças	98,69	171	Ivaté	97,86	237	Itambaracá	96,71
40	Alvorada do Sul	99,67	106	Santa Terezinha de Itaipu	98,68	172	Ourizona	97,86	238	Nova Tebas	96,62
41	Entre Rios do Oeste	99,67	107	Barra do Jacaré	98,66	173	Quituguá	97,86	239	Rosário do Ivaí	96,62
42	Marumbi	99,65	108	Brasilândia do Sul	98,66	174	São João do Ivaí	97,86	240	Francisco Alves	96,47
43	Primeiro de Maio	99,65	109	Nova Olímpia	98,66	175	Saudade do Iguaçu	97,86	241	Ibema	96,47
44	São Carlos do Ivaí	99,63	110	Santo Antônio do Paraíso	98,66	176	Terra Boa	97,82	242	Planalto	96,47
45	Xamburé	99,63	111	Campo Bonito	98,64	177	Lidianópolis	97,77	243	Reserva	96,43
46	Fênix	99,61	112	Ibaiti	98,62	178	Moreira Sales	97,75	244	Imbaú	96,42
47	Cruzeiro do Oeste	99,60	113	Clevelândia	98,61	179	Piên	97,74	245	Amaporã	96,38
48	Paraíso do Norte	99,60	114	Goioxim	98,60	180	Ramilândia	97,74	246	Araruna	96,36
49	São Manoel do Paraná	99,60	115	São Jorge d'Oeste	98,60	181	Boa Ventura de São Roque	97,71	247	São João do Caiuá	96,36
50	Antônio Olinto	99,59	116	Iguatu	98,58	182	Pitanga	97,71	248	Cândido de Abreu	96,20
51	Mandaguçu	99,56	117	Mato Rico	98,57	183	Pinhal de São Bento	97,70	249	Rio Branco do Ivaí	96,20
52	Diamante do Norte	99,55	118	Céu Azul	98,52	184	São João do Triunfo	97,70	250	São José da Boa Vista	96,10
53	Ampère	99,53	119	Leópolis	98,52	185	Boa Vista da Aparecida	97,67	251	Espigão Alto do Iguaçu	96,07
54	Ribeirão do Pinhal	99,51	120	Vera Cruz do Oeste	98,50	186	Figueira	97,66	252	Luiziana	96,07
55	Arapoti	99,45	121	Iretama	98,49	187	Tunas do Paraná	97,66	253	Altamira do Paraná	95,98
56	Balsa Nova	99,44	122	Mangueirinha	98,49	188	Capanema	97,65	254	Itaperuçu	95,88
57	Santa Helena	99,44	123	Cafeara	98,44	189	Jandaia do Sul	97,65	255	Candói	95,84
58	Castro	99,41	124	Ortigueira	98,44	190	Joaquim Távora	97,65	256	Diamante do Sul	95,75
59	Teixeira Soares	99,36	125	Sengés	98,44	191	Mirador	97,58	257	Diamante D'Oeste	95,68
60	São Jerônimo da Serra	99,34	126	São Jorge do Patrocínio	98,42	192	Esperança Nova	97,51	258	Lindoeste	95,08
61	Califórnia	99,30	127	São Jorge do Ivaí	98,38	193	Grandes Rios	97,49	259	Cantagalo	94,99
62	Guaraci	99,29	128	Coronel Vivida	98,37	194	Nova Santa Bárbara	97,47	260	Cruzmaltina	94,99
63	Porto Barreiro	99,29	129	Sertaneja	98,34	195	Itaúna do Sul	97,45	261	Inácio Martins	94,80
64	Rolândia	99,29	130	Pérola d'Oeste	98,33	196	Nova Prata do Iguaçu	97,45			
65	Ibiporã	99,28	131	Santa Amélia	98,33	197	São Pedro do Iguaçu	97,45			
66	Mamboré	99,25	132	Mallet	98,32	198	Alto Piquiri	97,41			

Fonte: Resultados da pesquisa.



QUADRO 28 – RELAÇÃO DOS 138 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS NA FAIXA “MAIOR QUE 100” POR CENTO DA MÉDIA ESTADUAL DO ÍNDICE DE LONGEVIDADE – IL<sub>PR</sub>

Nº	Municípios	IL	Nº	Municípios	IL	Nº	Municípios	IL
1	Colombo	103,17	47	Alto Paraná	101,28	93	União da Vitória	100,53
2	Piraraquara	103,14	48	Porto Rico	101,28	94	Londrina	100,52
3	Maripá	102,9	49	Cascavel	101,26	95	Terra Rica	100,52
4	Palotina	102,74	50	Pato Branco	101,23	96	Bom Sucesso do Sul	100,51
5	Rio Negro	102,61	51	Apucarana	101,22	97	São Pedro do Ivaí	100,51
6	Campina Grande do Sul	102,38	52	Jataizinho	101,2	98	Carambeí	100,49
7	Serranópolis do Iguaçu	102,34	53	Cruz Machado	101,16	99	Formosa do Oeste	100,49
8	Jaguariaíva	102,33	54	Anahy	101,15	100	Guaíra	100,49
9	São José dos Pinhais	102,31	55	Nova Aurora	101,15	101	Umuarama	100,48
10	Foz do Iguaçu	102,22	56	Bela Vista do Paraíso	101,14	102	Pinhais	100,47
11	Preseidente Castelo Branco	102,15	57	Francisco Beltrão	101,14	103	Salto do Itararé	100,47
12	Assis Chateaubriand	102,14	58	São José das Palmeiras	101,12	104	Iracema do Oeste	100,45
13	Lupionópolis	102,11	59	Paranavaí	101,1	105	São Pedro do Paraná	100,45
14	Nova Londrina	102,09	60	Jacarezinho	101,08	106	Jussara	100,43
15	Munhoz do Melo	102,06	61	Sabáudia	101,07	107	Cafelândia	100,41
16	Curitiba	102,01	62	Santo Inácio	101,07	108	Irati	100,41
17	Toledo	102,01	63	Mercedes	101,03	109	Laranjeiras do Sul	100,41
18	Itambé	101,95	64	Maria Helena	100,96	110	Indianópolis	100,4
19	Sulina	101,95	65	Pitangueiras	100,96	111	Cambirá	100,39
20	Ubiratã	101,95	66	Marechal Cândido Rondon	100,95	112	Enéas Marques	100,39
21	Atalaia	101,93	67	Quinta do Sol	100,95	113	Paranapoema	100,35
22	Miraselva	101,91	68	Marmeleiro	100,94	114	Porecatu	100,33
23	Campo Largo	101,89	69	Cianorte	100,87	115	Matinhos	100,32
24	Guarapuava	101,87	70	Lobato	100,87	116	Jaguapitã	100,31
25	Floraí	101,8	71	Campo Mourão	100,86	117	Arapongas	100,29
26	Paranaguá	101,76	72	Guaraniaçu	100,86	118	Paiçandu	100,27

Continuação do Quadro 28:

Nº	Municípios	IL	Nº	Municípios	IL	Nº	Municípios	IL
27	Prado Ferreira	101,76	73	Cambé	100,83	119	Assaí	100,25
28	Araucária	101,75	74	Almirante Tamandaré	100,79	120	Barracão	100,25
29	Maringá	101,74	75	Mandaguari	100,79	121	Flor da Serra Sul	100,23
30	Tamboara	101,74	76	Verê	100,78	122	Nova Laranjeiras	100,21
31	Dois Vizinhos	101,6	77	Paranacity	100,75	123	Iguaçu	100,22
32	Sarandi	101,68	78	Salta do Lontra	100,75	124	Nossa Senhora das Graças	100,19
33	Goioerê	101,56	79	Doutor Camargo	100,72	125	Tibagi	100,17
34	Medianeira	101,55	80	Siqueira Campos	100,7	126	Ribeirão Claro	100,16
35	Kaloré	101,47	81	Jesuítas	100,68	127	Carlópolis	100,15
36	Lapa	101,47	82	Antonina	100,67	128	Marilândia do Sul	100,11
37	Rio Bom	101,47	83	Quatro Pontes	100,67	129	Novo Itacolomi	100,11
38	Altônia	101,44	84	Borrazópolis	100,66	130	Pontal do Paraná	100,09
39	Boa Esperança do Ivaí	101,44	85	São Mateus do Sul	100,66	131	Quatro Barras	100,09
40	Itaipulândia	101,43	86	Santa Cecília do Pavão	100,64	132	Rancho Alegre do Paraná	100,08
41	Santana do Itararé	101,43	87	São João	100,63	133	Matelândia	100,07
42	Virmond	101,43	88	Andirá	100,6	134	Três Barras do Paraná	100,07
43	Cornélio Procópio	101,42	89	Renascença	100,6	135	Salgado Filho	100,04
44	Fazenda Rio Grande	101,39	90	Morretes	100,56	136	Santa Cruz de Monte Castelo	100,04
45	Rio Branco do Sul	101,39	91	Ponta Grossa	100,56	137	Realeza	100,03
46	Paula Freitas	101,32	92	Ivatuba	100,53	138	Tupãssi	100,01

Fonte: Resultados da pesquisa.

O segundo indicador calculado na dimensão social foi o Índice de Educação dos Municípios Paranaenses -  $IE_{PR}$ , composto por duas variáveis (taxa de alfabetização no ano de 2010 e frequência escolar, no ano de 2007), que compõem o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Nesse caso, o estudo manteve as mesmas ponderações que são utilizadas para a formação do IDM-M, conforme observado por meio da equação (15).

Para compor a nota que foi atribuída a cada município e a sua respectiva posição, utilizou-se a taxa de alfabetização de 15 anos ou mais média no Estado (93,72%) e a taxa bruta de frequência escolar média no Estado (83,07%). O Quadro 29 mostra que também em relação ao índice de educação é elevado o número de municípios que estão localizados abaixo da média estadual (83,96%) e apenas 16,04% estão situados acima da média estadual. Nesse indicador, embora existam municípios abaixo da média, ocorreu uma maior concentração de municípios próximos à média, tanto para os que estão abaixo, quanto para os que estão acima da média, se comparado aos demais indicadores.

QUADRO 29 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL, SEGUNDO O ÍNDICE DE EDUCAÇÃO NOS MUNICÍPIOS PARANAENSES -  $IE_{PR}$ , PARA O ANO 2010

<b>Faixas em % do <math>IE_{PR}</math> em relação à média estadual</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
de 80 a 90	16	4,01
de 90 a 100	319	79,95
total de municípios inferior a média estadual	335	83,96
total de municípios superior a média estadual	64	16,04
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Quadro 30 apresenta a relação e a posição dos 64 municípios que estão com o Índice de Educação dos Municípios Paranaenses ( $IE_{PR}$ ) acima da média do Estado (base 100).

Embora oito mesorregiões tenham classificado cidades entre as 64, o maior destaque fica para a mesorregião Metropolitana de Curitiba (com 21), seguida da mesorregião Oeste com 17 municípios, perdendo o primeiro lugar no estudo anterior. Em seguida aparecem as mesorregiões Sudeste com 9 e a Sudoeste (com 6), a Norte Central (com 5), a Centro-Oriental com 3 e No-

roeste com 2 e, com somente um município classificado por mesorregião, aparecem o Centro-Sul com 1. Cabem destaques, comparativamente ao estudo anterior aos municípios de Curitiba que ocupava o primeiro lugar geral sendo agora superado pelos municípios de Quatro Pontes e Bom Sucesso do Sul e como destaque negativo o município de Toledo que ocupava a nona colocação passando agora para a trigésima quarta posição. A justificativa para aqueles municípios que obtiveram um melhor resultado em relação aos demais está no fato de ter havido investimentos no setor de educação acima dos limites percentuais estabelecidos constitucionalmente.

QUADRO 30 - CLASSIFICAÇÃO POR ORDEM DO ÍNDICE DE EDUCAÇÃO - IE<sub>PR</sub>  
DOS 64 MUNICÍPIOS PARANAENSES ACIMA DA MÉDIA DO ESTADO

Nº	Municípios	IE	Nº	Municípios	IE	Nº	Municípios	IE
1	Quatro Pontes	104,56	23	Rio Azul	101,87	45	Guaratuba	100,82
2	Bom Sucesso do Sul	104,03	24	Piên	101,85	46	Teixeira Soares	100,67
3	Curitiba	103,77	25	Mercedes	101,84	47	Cianorte	100,66
4	Nova Santa Rosa	102,87	26	Palmeira	101,83	48	Missal	100,62
5	Entre Rios do Oeste	102,83	27	Cafelândia	101,69	49	Francisco Beltrão	100,59
6	Maringá	102,78	28	Cascavel	101,66	50	Lapa	100,54
7	Mallet	102,7	29	Londrina	101,63	51	Foz do Iguaçu	100,52
8	Maripá	102,66	30	Campo Largo	101,61	52	Vitorino	100,52
9	Pinhais	102,64	31	Fazenda Rio Grande	101,6	53	Palotina	100,45
10	Saõ José dos Pinhais	102,54	32	Irati	101,6	54	Apucarana	100,37
11	Rio Negro	102,5	33	Balsa Nova	101,58	55	Imbituva	100,35
12	Araucária	102,46	34	Toledo	101,57	56	Cruz machado	100,31
13	Ponta Grossa	102,35	35	Quatro Barras	101,42	57	Guarapuava	100,28
14	Paulo Frontin	102,34	36	Colombo	101,38	58	Porto Vitória	100,24
15	Pato Bragado	102,27	37	Pontal do Paraná	101,35	59	Campina Grande do Sul	100,23

Continuação do Quadro 30:

Nº	Municípios	IE	Nº	Municípios	IE	Nº	Municípios	IE
16	Marechal Cândido Rondon	102,25	38	Carambeí	101,17	60	Almirante Tamandaré	100,13
17	São Mateus do Sul	102,21	39	Nova Aurora	101,16	61	Umuarama	100,11
18	Paranaguá	102,19	40	Arapongas	101,15	62	Céu Azul	100,08
19	União da Vitória	102,08	41	Piraraquara	101,08	63	Campo Magro	100,08
20	Serranópolis do Iguaçu	102,01	42	Contenda	101,08	64	Rolândia	100,07
21	Pato Branco	101,91	43	Paula Freitas	100,93			
22	Matinhos	101,91	44	Medianeira	100,82			

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Quadro 31 apresenta, respectivamente, a relação dos 16 municípios que estão localizados na faixa de 80 a 90 por cento da média estadual. Municípios esses considerados em termos gerais de pouca expressão no estado, com destaque para o município de Ortigueira, que pertence a uma região de forte impacto econômico exercido pelo grupo Klabin.

QUADRO 31 - RELAÇÃO DOS 16 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS NA FAIXA “DE 80% A 90%” DA MÉDIA ESTADUAL DO ÍNDICE DE EDUCAÇÃO -  $IE_{PR}$

Nº	Município	IE	Nº	Município	IE
1	Mariluz	89,93	9	Mato Rico	89,38
2	Altamira do Paraná	89,84	10	Nova Tebas	89,29
3	Laranjal	89,79	11	Tunas do Paraná	89,22
4	Janiópolis	89,76	12	Ortigueira	89,09
5	St. Cecília do Pavão	89,64	13	Diamante do Sul	88,44
6	Lidianópolis	89,64	14	Corumbataí do Sul	88,36
7	Cerro Azul	89,60	15	Itaúna do Sul	88,30
8	Grandes Rios	89,49	16	Rosário do Ivaí	88,08

Fonte: Resultados da pesquisa.

## Análise dos Resultados

O Quadro 32 apresenta os 319 municípios que estão localizados na faixa de 90 a 100 por cento da média estadual.

**QUADRO 32 - RELAÇÃO DOS 319 MUNICÍPIOS PARANAENSES CLASSIFICADOS NA FAIXA “DE 90% A 100%” DA MÉDIA ESTADUAL DO ÍNDICE DE EDUCAÇÃO - IE<sub>PR</sub>**

Nº	Município	IE	Nº	Município	IE	Nº	Município	IE	Nº	Município	IE
1	Porto Amazonas	99,88	81	Mandaguaçu	97,73	161	Inácio Martins	95,82	241	Amaporã	93,86
2	Cambé	99,86	82	Colorado	97,72	162	Wenceslau Braz	95,81	242	Paranapoema	93,82
3	Dois Vizinhos	99,84	83	Japurá	97,68	163	Tamboara	95,81	243	São João do Caiuá	93,81
4	Mandrituba	99,69	84	Agudos do Sul	97,68	164	Japira	95,78	244	Fênix	93,74
5	Comélio Procópio	99,66	85	Cambira	97,63	165	Lobato	95,76	245	Boa Esperança	93,73
6	Matelândia	99,59	86	Ourizona	97,56	166	Lupionópolis	95,76	246	Braganey	93,73
7	Piraí do Sul	99,59	87	Jacarezinho	97,55	167	Mamborê	95,75	247	Tomazina	93,72
8	Tupãssi	99,56	88	Bandeirantes	97,55	168	Rancho Alegre	95,71	248	Faxinal	93,60
9	Morretes	99,55	89	Bocaiúva do Sul	97,51	169	Uraí	95,70	249	São Manoel do Paraná	93,54
10	Sertanópolis	99,52	90	Flórida	97,50	170	Flor da Serra do Sul	95,69	250	Centenário do Sul	93,42
11	Antônio Olinto	99,50	91	Campo do Tenente	97,50	171	Vera Cruz do Oeste	95,64	251	Catanduvas	93,41
12	Marialva	99,48	92	São Jorge do Ivaí	97,49	172	Diamante do Norte	95,63	252	Nova Fátima	93,39
13	Matuba	99,48	93	São Tomé	97,45	173	Guaraci	95,62	253	Lindoeste	93,39
14	Rebouças	99,47	94	Paraíso do Norte	97,41	174	Santa Amélia	95,62	254	Curiúva	93,38
15	Jaguariaíva	99,44	95	Nova Esperança do Sudoeste	97,40	175	Quedas do Iguaçu	95,60	255	Santa Mariana	93,36
16	Paranavaí	99,41	96	Atalaia	97,34	176	Ângulo	95,51	256	Manoel Ribas	93,35
17	Jussara	99,33	97	Palmas	97,29	177	Cidade Gaúcha	95,46	257	Bo Sucesso	93,32
18	Floresta	99,33	98	Candói	97,26	178	Nova Aliança do Ivaí	95,41	258	Rancho Alegre D'Oeste	93,28
19	Sarandi	99,24	99	Santo Inácio	97,24	179	Clelândia	95,41	259	Nova América da Colina	93,22
20	Quitandinha	99,22	100	Porcatu	97,24	180	Itaguajé	95,41	260	Alto Piquiri	93,19
21	Virmond	99,19	101	Honório Serpa	97,21	181	Esperança Nova	95,39	261	Tapira	93,14
22	Campo Mourão	99,13	102	Pranchita	97,17	182	Kalorê	95,38	262	Marquinho	93,07
23	Santa Terezinha de Itaipu	99,13	103	Planalto	97,17	183	São José da Boa Vista	95,36	263	Espigão Alto do Iguaçu	93,00
24	Jandaia do Sul	99,12	104	Guaíra	97,15	184	Jaboti	95,33	264	Guairaçu	92,97
25	Manduaçuari	99,12	105	Sertaneja	97,14	185	Leópolis	95,31	265	Figueira	92,97
26	Capanema	99,10	106	Mangueirinha	97,12	186	Itaiporã	95,27	266	São José das Palmeiras	92,94
27	São Jorge d'Oeste	99,09	107	Tuneiras do Oeste	97,12	187	Ibaiti	95,25	267	Bela Vista da Caroba	92,86
28	Telêmaco Borba	99,05	108	Douradina	97,11	188	Pinhallão	95,20	268	Inajá	92,80
29	Itapejara d'Oeste	99,03	109	Iguaraçu	97,08	189	São Pedro do Iguaçu	95,18	269	Mirador	92,78
30	Guamiranga	99,02	110	Ubiratã	97,04	190	Santo Antônio do Sudoeste	95,14	270	Maria Helena	92,75
31	Ribeirão Claro	98,97	111	Capitão Leônidas Marques	97,03	191	Itambé	95,09	271	Palmital	92,71
32	Iporã	98,96	112	Engenheiro Beltrão	96,95	192	São Pedro do Paraná	95,09	272	São Jorge do Patrocínio	92,64
33	Santa Tereza do Oeste	98,94	113	Pérola do Oeste	96,91	193	Borrazópolis	95,08	273	Santa Maria do Oeste	92,64
34	Ampéere	98,89	114	Renascença	96,91	194	Barra do Jacaré	95,05	274	São Sebastião da Amoreira	92,61
35	Mariópolis	98,85	115	Sabáudia	96,90	195	Tapejara	95,05	275	Jundiá do Sul	92,62
36	Itaipulândia	98,79	116	Santo Antônio da Platina	96,88	196	Anahy	95,05	276	Manfrinópolis	92,52
37	Castro	98,79	117	Salto do Lontra	96,87	197	Boa Ventura de São Roque	95,04	277	Alto Paraíso	92,48
38	São João	98,78	118	Santa Izabel do Oeste	96,82	198	Campina do Simão	94,94	278	Luziziana	92,45
39	Paçandu	98,77	119	Miraselva	96,80	199	Ibema	94,93	279	Guaraqueçaba	92,39
40	Corbélia	98,76	120	Aranuaia	96,79	200	Resena do Iguaçu	94,92	280	Reserva	92,31
41	Ipiranga	98,75	121	Fernandes Pinheiro	96,74	201	Bela Vista do Paraíso	94,92	281	Farol	92,29
42	Arapoti	98,75	122	General Carneiro	96,71	202	Iguatu	94,88	282	Salto do Itararé	92,23
43	Santa Helena	98,74	123	Assaí	96,68	203	Icaraima	94,86	283	Rio Branco do Ivaí	92,17
44	Realeza	98,59	124	Ouro Verde do Oeste	96,63	204	Santa Isabel do Ivaí	94,80	284	Ventania	92,14
45	São João do Triunfo	98,55	125	Bom Jesus do Sul	96,61	205	Cruzeiro do Sul	94,76	285	Arianha do Ivaí	92,05
46	Prudentópolis	98,50	126	Conselheiro Mairinck	96,61	206	Iporã	94,74	286	Jardim Alegre	91,99
47	Chopinzinho	98,47	127	Terra Roxa	96,58	207	Guaporema	94,71	287	Cafezal do Sul	91,87
48	São Miguel do Iguaçu	98,43	128	Andirá	96,56	208	Tibagi	94,71	288	Tamarana	91,86
49	Assis Chateaubriand	98,39	129	Porto Barreiro	96,50	209	Pitangueiras	94,67	289	Godoy Moreira	91,85
50	Astorga	98,39	130	Itaeté	96,49	210	Juranda	94,66	290	Ramilândia	91,81
51	Carlópolis	98,38	131	Altônia	96,48	211	Perobal	94,64	291	Querência do Norte	91,81
52	Bituruna	98,37	132	Indianópolis	96,48	212	Turvo	94,59	292	Ribeirão do Pinhal	91,81
53	Floraí	98,32	133	Jesuítas	96,47	213	Jardim Olinda	94,53	293	Brasilândia do Sul	91,78
54	Joaquim Távora	98,30	134	Alvorada do Sul	96,47	214	Pinhão	94,50	294	Itambaracá	91,77
55	Loanda	98,29	135	Nova Prata do Iguaçu	96,45	215	Presidente Castelo Branco	94,48	295	Boa Vista da Aparecida	91,67
56	Coronel Vivida	98,24	136	Jataizinho	96,45	216	Três Barras do Paraná	94,43	296	Cafeara	91,66
57	Saudade do Iguaçu	98,23	137	Coronel Domingos Soares	96,45	217	Guapirama	94,41	297	Roncador	91,64
58	Barracão	98,21	138	Uniflor	96,44	218	Prado Ferreira	94,40	298	Iracema do Oeste	91,59
59	Ivaí	98,14	139	Formosa do Oeste	96,39	219	Porto Rico	94,40	299	Francisco Alves	91,45
60	Boa Esperança do Iguaçu	98,14	140	Novo Itacolomi	96,36	220	Cruzeiro do Oeste	94,36	300	Barbosa Ferraz	91,42
61	Sulina	98,11	141	Peabiru	96,29	221	Nossa Senhora das Graças	94,32	301	Moreira Sales	91,40
62	Marmeleiro	98,10	142	Alto Paraná	96,28	222	Nova Laranjeiras	94,21	302	Santana do Itararé	91,14
63	Rio Bom	98,09	143	Pitanga	96,24	223	Cruzeiro do Iguaçu	94,20	303	Lunardelli	91,07
64	Laranjeiras do Sul	98,05	144	Primeiro de Maio	96,21	224	Quarto Centenário	94,17	304	Cândido de Abreu	91,06
65	Quatiguá	98,05	145	Mariilândia do Sul	96,21	225	Marilena	94,15	305	São João do Ivaí	91,03
66	Nova Londrina	98,03	146	Rio Branco do Sul	96,19	226	Santa Mônica	94,10	306	Nova Santa Bárbara	90,91
67	Sengés	98,02	147	Goioerê	96,14	227	Goioxim	94,09	307	Imbaú	90,89

Continuação do Quadro 32:

68	Cambará	97,91	148	Munhoz de Melo	96,05	228	Xambê	94,08	308	Quinta do Sol	90,82
69	Tijucas do Sul	97,91	149	Rondon	96,05	229	Santa Lúcia	94,05	309	Arapuã	90,74
70	Antonina	97,88	150	São Pedro do Ivaí	96,02	230	Santa Cruz de Monte Castelo	94,02	310	Abatiá	90,56
71	Califórnia	97,86	151	Terra Rica	96,01	231	Santo Antônio do Caiuá	94,01	311	Diamante D'Oeste	90,54
72	Terra Boa	97,85	152	Guaraniaçu	95,98	232	Marumbi	94,00	312	Iretama	90,54
73	Pérola	97,85	153	São Carlos do Ivaí	95,96	233	Florestópolis	93,99	313	Adrianópolis	90,50
74	Santa Fé	97,84	154	Verê	95,95	234	Santa Inês	93,99	314	Congoninhas	90,41
75	Enéas Marques	97,78	155	Foz do Jordão	95,94	235	Campina da Lagoa	93,95	315	Sapopema	90,38
76	Nova Esperança	97,78	156	Salgado Filho	95,94	236	Santo Antônio do Paraíso	93,93	316	Cruzmaltina	90,23
77	Doutor Camargo	97,77	157	Rio Bonito do Iguaçu	95,92	237	Mauá da Serra	93,92	317	Nova Cantu	90,16
78	Canatagalo	97,75	158	Jaguapitã	95,91	238	Campo Bonito	93,89	318	São Jerônimo da Serra	90,16
79	Siqueira Campos	97,74	159	Paranacity	95,89	239	Planaltina do Paraná	93,89	319	Doutor Ulysses	90,03
80	Pinhal de São Bento	97,73	160	Itaperçu	95,88	240	Nova Olímpia	93,87			

Fonte: Resultados da pesquisa.

#### 5.1.4. ANÁLISE DA DIMENSÃO INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

A terceira dimensão utilizada foi a dimensão institucional, em que se mediu a qualidade institucional dos municípios paranaenses. Desta forma, foi criado o Indicador da Qualidade Institucional dos Municípios Paranaenses (IQIM<sub>PR</sub>), que foi aplicado aos 399 municípios do Estado. A classificação de cada município dentro desse indicador se deu por meio da combinação dos resultados de três conjuntos de subindicadores, em que cada um tinha o mesmo peso (33,33%). Nesse sentido foram utilizados os subindicadores: grau de participação, capacidade financeira e capacidade gerencial – os três já descritos e apresentados no subcapítulo 4.3.1, apresentados na Figura 8.

O primeiro subindicador teve a função de determinar o grau de participação da população nos municípios paranaenses, servindo, desta forma, como uma *proxy* do capital social, ou seja, buscou-se, por meio desse instrumento, avaliar a efetiva participação da comunidade nas ações da administração municipal a partir do número de Conselhos Municipais criados e que efetivamente estavam em funcionamento e de suas características. Nesse sentido, foi avaliada a existência ou não dos seguintes conselhos: Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar, Conselho Municipal de Habitação, Conselho Municipal de Transporte, Conselho Municipal de Meio Ambiente e do Conselho Municipal de Cultura, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal de Segurança Alimentar, e o Conselho

Municipal de Segurança Pública. Cabe destacar que os Conselhos Municipais de Saúde, Tutelar e de Educação não foram considerados, visto que, constitucionalmente, existe a obrigatoriedade da formação desses conselhos para todos os municípios, para que os mesmos recebam os recursos repassados tanto pelo governo federal, quanto pelo estadual para essas áreas.

Também dentro desse subindicador de grau de participação, outro índice utilizado foi a verificação de quantos dos conselhos existentes estavam efetivamente instalados e em operação, pois, em muitos municípios, constatou-se a existência do conselho através da lei, porém, na prática, nunca foi instalado e, em muitos municípios, mesmo ocorrendo a instalação, o conselho não vinha operando de forma regular. Uma vez constatada a existência do conselho e o seu efetivo funcionamento, mais três índices foram calculados para medir quantos desses conselhos são paritários, quantos são deliberativos e quantos estavam administrando fundos.

Considerando o peso relativo que foi atribuído a cada índice, ou seja, onde a existência de conselhos e conselhos instalados tinha peso relativo de 4%, o tipo de participação em conselhos paritários e em conselhos deliberativos teve peso relativo de 7,16% e de 7,17%, respectivamente, e, para os conselhos que administram fundos, foi atribuído peso de 11%. O Quadro 33 apresenta a distribuição dos municípios por faixa em relação aos 33,33% do subindicador em questão. Nesse sentido, verifica-se que a maior concentração de municípios ficou na faixa de 0% a 15%, com 365 municípios, representando 91,48%. Somente 1 município alcançou um percentual entre 25% e 33,33% que foi o município de Toledo.



**QUADRO 33 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL, SEGUNDO O GRAU DE PARTICIPAÇÃO NO ÍNDICE DE QUALIDADE INSTITUCIONAL MUNICIPAL (IQIM<sub>PR</sub>) DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES**

<b>Faixas em % do Grau de Participação em relação à média estadual</b>	<b>Números de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
de 0% a 15%	365	91,48
de 15% a 25%	33	8,27
de 25% a 33,33%	1	0,25
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

O resultado desse indicador demonstra quão fraco ou quase que inexpressivo é o grau de participação da população em relação aos conselhos municipais dos municípios paranaenses, ou seja, a participação do cidadão nas decisões do poder público quando avaliada via conselhos municipais foi pouco significativa. A relação dos 33 municípios que se classificaram entre 15% e 25% encontra-se no Quadro 34. Nessa relação encontram-se municípios com maior expressividade econômica e melhor colocação obtida em outros indicadores sociais.

**QUADRO 34 - RELAÇÃO DOS 33 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE CLASSIFICARAM ENTRE 15% E 25% , SEGUNDO O GRAU DE PARTICIPAÇÃO EM CONSELHOS**

<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>Municípios</b>	<b>%</b>
1	Altônia	17,17	12	Ibati	16	23	Piên	16
2	Cambé	19,67	13	Irati	20,83	24	Pinhais	17,17
3	Campo Largo	20,83	14	Iretama	17,17	25	Ponta Grossa	19,83
4	Campo Mourão	19,67	15	Ivaiporã	17,17	26	Quedas do iguaçu	19,67
5	Candói	20,17	16	Laranjeiras do Sul	16	27	Reserva do Iguaçu	17,17
6	Castro	18,33	17	Londrina	21	28	Rio Negro	18,33
7	Cianorte	23,17	18	Maringá	17,17	29	Santo Antônio do Sudoeste	17,17
8	Cruzeiro do Oeste	22	19	Nova Prata do Iguaçu	16	30	São Jorge do Patrocínio	18,33

Continuação do Quadro 34:

Nº	Municípios	%	Nº	Municípios	%	Nº	Municípios	%
9	Curitiba	22,83	20	Paraíso do Norte	23,17	31	São Mateus do Sul	17,33
10	Foz do Iguaçu	23,5	21	Paranaguá	23,33	32	Tuneiras do Oeste	18,33
11	Guaiçara	16	22	Paranavaí	22,17	33	Umuarama	22

Fonte: Resultados da pesquisa.

O segundo subindicador determinou a capacidade financeira dos municípios paranaenses e teve peso de 33,33%. O seu cálculo se deu por intermédio de três índices: existência de consórcios, receita corrente versus dívida e poupança real *per capita*. Assim, o primeiro índice mediu o número de consórcios criados ou existentes no ano de 2011 para atender às demandas da população, dos quais o município participa, e recebeu o peso de 11,11%. Dada, porém, a existência de três tipos de consórcio, eles foram subdivididos em consórcios intermunicipais (com peso de 6,11%), consórcios com o Estado (com peso de 2,5%) e consórcios com a União (com peso de 2,5%). O segundo índice mediu a relação entre a dívida do município e as suas receitas correntes líquidas já deduzidas as despesas de pessoal. Esse índice caracterizou os municípios que, no ano de 2012, possuíam recursos suficientes para quitarem as suas despesas, já descontadas, do valor das receitas, os valores gastos com a folha de pagamentos.

Nesse sentido, os resultados apontaram que 42 municípios apresentaram um índice inferior à unidade, ou seja, esses municípios não possuíam, em 2012, recursos suficientes para quitarem a folha de pagamentos e os compromissos já empenhados, demonstrando a precariedade das finanças municipais, bem como a baixa capacidade de investimentos do poder público local. O Quadro 35 apresenta a relação dos 99 municípios nessa condição, no estudo anterior esse número era de 42 municípios, mais que dobrando num intervalo de cinco anos a quantidade de municípios que apresentam uma relação de despesa maior do que as receitas. Sob esse aspecto, a inclusão de alguns municípios nessa categoria chama a atenção e merece destaque, entre

eles: Curitiba, por ser a capital do Estado (com um índice de 0,9668) e Toledo, por ser uma das mais dinâmicas cidades da Região Oeste do Estado (com um índice de 0,9069), ficando o destaque para Maringá, que durante esse período conseguiu tornar suas receitas maiores do que suas despesas.

**QUADRO 35 - RELAÇÃO DOS 42 MUNICÍPIOS PARANAENSES POR ORDEM DO ÍNDICE REC/DESP NO ANO DE 2012**

Ordem	Municípios	Rec/ Desp	Ordem	Municípios	Rec/ Desp	Ordem	Municípios	Rec/ Desp
1	Ampére	0,9467	34	Iguatu	0,8768	67	Pitanga	0,9915
2	Antonina	0,7966	35	Itaguajé	0,8480	68	Pranchita	0,9997
3	Araruna	0,9242	36	Jandaia do Sul	0,8291	69	Quatingá	0,8811
4	Assaí	0,9891	37	Jardim Alegre	0,8395	70	Ramilândia	0,8286
5	Assis Cha-teaubriand	0,9937	38	Jesuítas	0,9780	71	Rio Azul	0,9161
6	Atalaia	0,7595	39	Juranda	0,9740	72	Rondon	0,9861
7	Barracão	0,8629	40	Jussara	0,8395	73	Sabáudia	0,8424
8	Bituruna	0,8729	41	Kaloré	0,7997	74	Salgado Filho	0,8916
9	Boa Esperança	0,9527	42	Lapa	0,9937	75	Santa Cruz de Monte Castelo	0,9597
10	Bom Jesus do Sul	0,9801	43	Laranjeiras do Sul	0,8835	76	Santa Iza-bel do Ivaí	0,9643
11	Bom Sucesso	0,5723	44	Lindoeeste	0,8596	77	Santa Izabel do Oeste	0,9457
12	Bom Suces-so do Sul	0,8866	45	Lupianópolis	0,9675	78	Santa Tereza do Oeste	0,8569
13	Califórnia	0,8352	46	Manoel Ribas	0,8502	79	Santo Antônio do Paraíso	0,8881
14	Campina da Lagoa	0,9841	47	Mariilândia do Sul	0,8599	80	Santo Antônio do Sudoeste	0,9565
15	Campo Mourão	0,9895	48	Mariluz	0,9787	81	São João	0,8161
16	Cantagalo	0,9456	49	Medianeira	0,9986	82	São Jorge d'Oeste	0,9404
17	Catanduvas	0,7730	50	Moreira Sales	0,8089	83	São José da Boa Vista	0,8964
18	Centenário do Sul	0,9611	51	Nova Esperança	0,9410	84	São Mateus do Sul	0,9513
19	Cianorte	0,9719	52	Nova Espe-rança do Sudoeste	0,8638	85	São Pedro do Paraná	0,9872
20	Clevelândia	0,9982	53	Nova Laranjeiras	0,9694	86	Sapopema	0,9179

Continuação do Quadro 35:

Ordem	Municípios	Rec/ Desp	Ordem	Municípios	Rec/ Desp	Ordem	Municípios	Rec/ Desp
21	Colombo	0,9782	54	Nova Londrina	0,8010	87	Sarandi	0,5468
22	Colorado	0,9644	55	Nova Olímpia	0,9578	88	Sertaneja	0,9593
23	Cornélio Procópio	0,8653	56	Nova Prata do Iguaçu	0,9754	89	Tamboara	0,8973
24	Cruzeiro do Oeste	0,9424	57	Nova Santa Rosa	0,9241	90	Teixeira Soares	0,8901
25	Curitiba	0,9668	58	Nova Tebas	0,9013	91	Tijucas do Sul	0,8837
26	Diamante do Norte	0,9781	59	Novo Itacolomi	0,9985	92	Toledo	0,9069
27	Dois Vizinhos	0,7546	60	Paiçandu	0,6036	93	Tupãssi	0,9275
28	Fazenda Rio Grande	0,8604	61	Palmeira	0,7599	94	Turvo	0,9786
29	Floraí	0,5342	62	Paraíso do Norte	0,8241	95	Ubiratã	0,9628
30	Francisco Beltrão	0,9864	63	Paranacity	0,9218	96	Uraí	0,9741
31	Guapirama	0,8989	64	Parana-poema	0,8720	97	Ventania	0,9920
32	Guaraniaçu	0,9660	65	Paranavaí	0,9627	98	Verê	0,9825
33	Icaraíma	0,9950	66	Pinhalão	0,3210	99	Virmond	0,7771

Fonte: Resultados da pesquisa.

Outro destaque em relação ao estudo anterior, cabe em relação ao grande número de municípios pertencentes à região da área alagada da hidrelétrica de Itaipu, entre eles Santa Helena, Quatro Pontes, Mercedes, Entre Rios do Oeste e Itaipulândia, municípios esses que recebem, na sua grande maioria, uma parcela significativa de *royalties*, o que injeta significativos recursos financeiros no município, nesse novo estudo nenhum deles figura nessa lista. No estudo anterior, chamava-se a atenção no que entendíamos que caberia um outro estudo, pois, na grande maioria dos municípios lindeiros, dado o elevado volume de recursos provenientes dos *royalties*, era nítido o descompasso entre os investimentos realizados pelos municípios nos aspectos sociais e aqueles investimentos realizados em atividades que proporcionam retorno de renda ao município. Entendia-se que continuando a situação, muitos dos municípios, após o do término do pagamento dos *royalties* pela Itaipu em

2023, dado o grande volume atual de benefícios concedidos à população, não terão a mínima condição de manter esses serviços com a renda municipal sem o repasse dos *royalties*, demonstrando nesse novo estudo, que essa situação desses municípios lindeiros, pelo menos em relação a esse novo período de estudo, encontra-se solucionada.

O terceiro índice calculou a Poupança Real *per capita* do município para o ano de 2010, que foi obtida por meio da expressão (17). Calculado o valor de cada município, atribuiu-se uma nota de 1 a 6 em função do valor obtido por cada município. Foi atribuída a nota 1 para os que foram classificados dentro do limite inferior, ou seja, de zero a R\$ 663,00<sup>3</sup>, valor do salário mínimo regional no Paraná no ano de 2010; a nota 1 para os que se encontravam entre 1 e 2 S.M. regional; a nota 2 para os que se encontravam entre 2 e 3 S.M. regional; a nota 3 para os que se encontravam entre 3 e 4 S.M. regional; a nota 4 para os que se encontravam entre 4 e 6 S.M. regional; e a nota 6 para os que se encontravam acima de 6 S.M. regional. Os resultados obtidos dentro dessas categorias apontam que 91 municípios ficaram entre 1 e 2 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nessa categoria encontra-se no Quadro 36), 207 municípios ficaram entre 2 e 3 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nessa categoria encontra-se no Quadro 37), 64 municípios ficaram entre 3 e 4 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nessa categoria encontra-se no Quadro 38), 33 municípios ficaram entre 4 e 6 S.M. regional (e a relação dos municípios classificados nesta categoria encontra-se no Quadro 39).

---

3 A Lei Estadual 16.470, publicada no DO-PR de 030.03.2010., aprovou o salário-mínimo regional para o Estado do Paraná, com vigência a partir de 1º de maio de 2010, classificando-o de acordo com os grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e não mais por atividade. O salário-mínimo regional não se aplica aos trabalhadores que têm piso salarial fixado em convenção, acordo ou dissídio coletivo, nem aos servidores públicos municipais (Art. 1º da Lei Complementar 103/2000) e varia de R\$ 663,00 a R\$ 765,00. PortalBrasil, 2014.

**QUADRO 36 - RELAÇÃO DOS 91 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE CLASSIFICARAM ENTRE 1 E 2 SALÁRIOS MÍNIMOS REGIONAL, NO ÍNDICE DE POUPANÇA REAL PER CAPITA**

Nº	Municípios	Prpc	Nº	Municípios	Prpc	Nº	Municípios	Prpc
1	Abatiá	1150,69	32	Fazenda Rio Grande	881,68	63	Planalto	1276,78
2	Agudos do Sul	1156,34	33	Florestópolis	1175,28	64	Ponta Grossa	1118,55
3	Alm. Tamandaré	562,18	34	Guarapuava	966,36	65	Porecatu	1274,63
4	Altônia	1282,72	35	Ibaiti	986,54	66	Prudentópolis	1007,5
5	Ampére	1294,18	36	Imbaú	1220,44	67	Quedas do iguaçu	1203,89
6	Apucarana	1162,73	37	Imbituva	1215,95	68	Quitandinha	1085,75
7	Arapongas	1078,03	38	Irati	1126,33	69	Realeza	1282,84
8	Araruna	1206,67	39	Itaperuçu	877,22	70	Rebouças	1323,28
9	Assis Chateaubriand	1279,25	40	Ivaí	1171,07	71	Reserva	1301,51
10	Bandeirantes	1036,25	41	Ivaiporã	1018,26	72	Ribeirão do Pinhal	1027,59
11	Cambará	1146,28	42	jacarezinho	1205,02	73	Rolândia	1179,88
12	Cambé	1049,74	43	Japurá	1248,9	74	Salto da Lontra	1286,13
13	Campina da Lagoa	1249,74	44	Laranjeiras do Sul	1200,8	75	Santa Fé	1295,08
14	Campina Grande do Sul	1285,76	45	Mallet	1251,76	76	Santa Mariana	1222,36
15	Campo Largo	1202,31	46	Mandaguaçu	1166,07	77	Santa Tereza do Oeste	1260,46
16	Campo Magro	1273,52	47	Mandaguari	1217,94	78	Santo Antônio da Platina	984,36
17	Cândido de Abreu	1259,36	48	Mandirituba	1278	79	Santo Antônio do Sudoeste	1222,32
18	Cantagalo	1316,03	49	Medianeira	1299,15	80	São João do Ivaí	1289,5
19	Carlópolis	1170,67	50	Moreira Sales	1241,21	81	São João do Triunfo	1283,11
20	Cascavel	1279,86	51	Nova Esperança	1273,05	82	São Sebastião da Amoreira	1251,18
21	Castro	1312,19	52	Nova Fátima	1280,62	83	Sarandi	808,61
22	Catanduvas	1325,66	53	Nova Londrina	1302,81	84	Siqueira Campos	1153,09
23	Centenário do Sul	1167,97	54	Paçandu	868,92	85	Tamarana	1171,39
24	Cerro Azul	1274,92	55	Palmas	1130,91	86	Tapejara	1303,62
25	Clevelândia	1257,45	56	Palmeira	1308,98	87	Telêmaco Borba	1320,03
26	Colombo	1042,99	57	Palmital	1179,03	88	Tuneiras do Oeste	1291,71
27	Contenda	1260,76	58	Paraíso do Norte	1297,57	89	Umuarama	1316,32
28	Comélio Procópio	1273,33	59	Paranavaí	1167,92	90	Uraí	1196,12
29	Criúva	1261,88	60	Peabiru	1262,7	91	Wenceslau Braz	1055,52
30	Dois Vizinhos	1241,83	61	Pérola	1185,7			
31	Faxinal	1206,2	62	Piraraquara	902,49			

Fonte: Resultados da pesquisa.

Continuação do Quadro 36.

**QUADRO 37- RELAÇÃO DOS 207 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE CLASSIFICARAM ENTRE 2 E 3 SALÁRIOS MÍNIMOS REGIONAL, NO ÍNDICE DE POUPANÇA REAL PER CAPITA**

Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc	Nº	Município	PRpc
1	Adrianópolis	1980,66	53	Floral	1727,04	105	Marechal Ribas	1445,24	157	Rio Azul	1381,42
2	Altamira do Paraná	1920,80	54	Floresta	1597,02	106	Marechal Cândido Rondon	1590,49	158	Rio Bonito do Iguçu	1840,14
3	Alto Paraná	1386,54	55	Formosa do Oeste	1522,45	107	Maria Helena	1535,06	159	Rio Branco do Ivaí	1914,74
4	Alto Piquiri	1384,33	56	Foz do Iguçu	1872,22	108	Mariahuê	1452,62	160	Rio Branco do Sul	1472,93
5	Alvorada do Sul	1408,12	57	Francisco Alves	1621,06	109	Manitoba do Sul	1844,06	161	Rio Negro	1427,95
6	Anapórá	1625,45	58	Francisco Beltrão	1353,59	110	Manitoba do Sul	1844,06	162	Roncador	1497,50
7	Andraí	1519,65	59	General Carneiro	1443,32	111	Maringá	1564,71	163	Rondon	1505,70
8	Antonina	1463,22	60	Goleerê	1473,07	112	Maringá	1775,24	164	Rosário do Ivaí	1490,30
9	Antônio Olinto	1419,17	61	Goioxim	1633,94	113	Marmeleiro	1477,24	165	Sabatudia	1890,83
10	Arapoti	1488,00	62	Grandes Rios	1393,59	114	Marquinhos	1824,16	166	Salto do Itararé	1367,28
11	Assaí	1414,42	63	Guaíra	1475,50	115	Marumbi	1708,16	167	Santa Amélia	1876,85
12	Astorga	1335,71	64	Guaíraçã	1629,04	116	Matelândia	1769,22	168	Santa Cecília do Pavão	1919,91
13	Barbosa Ferraz	1426,87	65	Guamiranga	1630,39	117	Matinhos	1779,12	169	Santa Cruz de Monte Castelo	1486,43
14	Barracão	1619,61	66	Guapirama	1871,29	118	Mato Rico	1984,43	170	Santa Isabel do Ivaí	1415,46
15	Bela Vista do Paraíso	1344,96	67	Guaraci	1845,33	119	Mauá da Serra	1675,72	171	Santa Izabel do Oeste	1341,66
16	Bitunua	1889,69	68	Guaraniçú	1553,75	120	Morretes	1620,61	172	Santa Maria do Oeste	1358,52
17	Boa Ventura de São Roque	1702,89	69	Guaraqueçaba	1714,26	121	Nossa Senhora das Graças	1887,82	173	Santa Terezinha de Itaipu	1626,50
18	Boa Vista do Aparecida	1846,12	70	Guaratuba	1703,04	122	Nova Aurora	1950,32	174	Santana do Itararé	1718,92
19	Boa Vista do Sul	1375,63	71	Honorato	1841,45	123	Nova Cantu	1428,15	175	São Carlos do Ivaí	1704,24
20	Bom Sucesso	1527,68	72	Ibema	1567,97	124	Nova Laranjeiras	1611,50	176	São Jerônimo da Serra	1428,48
21	Borrazópolis	1431,19	73	Iporã	1515,12	125	Nova Olímpia	1754,69	177	São João	1857,89
22	Braganey	1861,31	74	Icaraima	1406,08	126	Nova Prata do Iguçu	1878,86	178	São João do Caiuá	1538,92
23	Cafelândia	1952,96	75	Inácio Martins	1455,41	127	Nova Santa Bárbara	1896,47	179	São José da Boa Vista	1682,88
24	Cafelândia do Sul	1928,13	76	Ipiranga	1369,38	128	Nova Santa Rosa	1860,50	180	São José dos Pinhais	1806,46
25	Califórnia	1484,41	77	Iporã	1470,68	129	Nova Tebas	1452,98	181	São Mateus do Sul	1518,84
26	Cambará	1929,44	78	Itaíema	1429,19	130	Oitineira	1447,49	182	São Miguel do Iguçu	1841,38
27	Campo do Tenente	1577,12	79	Itaguajé	1974,54	131	Palotina	1688,18	183	São Pedro do Iguçu	1814,85
28	Campo Mourão	1554,78	80	Itambaracá	1665,87	132	Paranacity	1369,90	184	São Pedro do Ivaí	1351,83
29	Capaneza	1409,83	81	Itambé	1695,48	133	Paranaguá	1347,51	185	Sapopema	1501,31
30	Capitão Leônidas Marques	1424,38	82	Itapejara d'Oeste	1673,35	134	Pato Branco	1661,42	186	Serges	1390,57
31	Carambei	1896,07	83	Ivaté	1687,33	135	Paula Freitas	1753,19	187	Setanópolis	1529,70
32	Céu Azul	1973,45	84	Jaboti	1860,44	136	Paulo Frontin	1382,58	188	Tamboara	1796,31
33	Chopinzinho	1873,03	85	Jaguatiã	1658,83	137	Perobal	1714,13	189	Taipira	1835,08
34	Cianorte	1475,79	86	Jaguariava	1591,25	138	Pérola d'Oeste	1523,37	190	Teixeira Soares	1802,33
35	Cidade Gaúcha	1346,23	87	Jandaia do Sul	1651,80	139	Piê	1829,12	191	Terra Boa	1369,83
36	Colorado	1437,71	88	Janiópolis	1602,74	140	Pinhais	1432,44	192	Terra Rica	1385,99
37	Congonhinhas	1581,87	89	Japira	1640,53	141	Pinhalão	1666,19	193	Terra Roxa	1343,09
38	Conselheiro Mairinck	1673,25	90	Jardim Alegre	1337,26	142	Pinhão	1360,47	194	Tijucas do Sul	1351,78
39	Corbélia	1414,65	91	Jataizinho	1489,45	143	Pirola do Sul	1398,19	195	Tomazina	1578,06
40	Coronel Vivida	1371,96	92	Jesuítas	1376,94	144	Pitanga	1355,88	196	Toledo	1680,10
41	Corumbatão do Sul	1908,92	93	Joaquim Távora	1360,82	145	Pontal do Paraná	1717,30	197	Três Barras do Paraná	1749,48
42	Cruz Machado	1733,24	94	Jurandia	1755,66	146	Ponto Amazonas	1772,36	198	Tunas do Paraná	1829,86
43	Cruzeiro do Oeste	1380,20	95	Jussara	1739,18	147	Pranchita	1904,09	199	Tupãssi	1858,65
44	Cruzeiro do Sul	1805,76	96	Kalorê	1918,45	148	Presidente Castelo Branco	1634,87	200	Turvo	1449,83
45	Diamante do Norte	1962,71	97	Lapa	1452,69	149	Primeiro de Maio	1542,28	201	Ubrairã	1357,63
46	Douradina	1764,50	98	Laranjal	1742,73	150	Quarto Centenário	1925,08	202	União da Vitória	1425,69
47	Doutor Camargo	1467,30	99	Leópolis	1985,74	151	Quatiguá	1549,94	203	Ventania	1811,15
48	Doutor Ulysses	1753,76	100	Lindóles	1892,54	152	Querencia do Norte	1573,73	204	Vera Cruz do Oeste	1347,76
49	Ereás Marques	1893,48	101	Loanda	1533,45	153	Quinta do Sol	1834,67	205	Verê	1778,96
50	Engenheiro Beltrão	1392,72	102	Londrina	1651,21	154	Rancho Alegre	1839,44	206	Vitorino	1981,15
51	Fênix	1848,85	103	Lunardelli	1747,77	155	Reinascença	1793,57	207	Xambê	1446,66
52	Figueira	1329,67	104	Mamborê	1640,04	156	Ribeirão Claro	1766,91			

Fonte: Resultados da pesquisa.

QUADRO 38 - RELAÇÃO DOS 207 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE CLASSIFICARAM ENTRE 3 E 4 SALÁRIOS MÍNIMOS REGIONAL, NO ÍNDICE DE POUPANÇA REAL PER CAPITA

Nº	Municípios	Prpc	Nº	Municípios	Prpc	Nº	Municípios	Prpc
1	Ângulo	2330,56	23	Inajá	2394,6	45	Porto Vitória	2223,42
2	Arapuã	2160,63	24	Indianópolis	2012,56	46	Prado Ferreira	2276,91
3	Atalaia	2116,61	25	Iracema do Oeste	2586,42	47	Quatro Barras	2279,95
4	Balsa Nova	2034,49	26	Itaúna do Sul	2091,4	48	Quatro Pontes	2432,02
5	Bela Vista da Caroba	2033,25	27	Ivatuba	2442,31	49	Ramilândia	2259,85
6	Boa Esperança	2321,73	28	Jundiá do Sul	2004,24	50	Reserva do Iguaçu	2249,11
7	Brasilândia do Sul	2587,27	29	Lidianópolis	1996,87	51	Rio Bom	2123,41
8	Campina do Simão	2022,12	30	Lobato	2434,93	52	Salgado Filho	2046,77
9	Campo Bonito	2388,46	31	Luiziana	2011,83	53	Santa Lúcia	2071,21
10	Candói	2017,86	32	Lupianópolis	2296,99	54	Santo Antônio do Caiuá	2391,07
11	Cel. Domingos Soares	2056,8	33	Manfrinópolis	2593,93	55	Santo Inácio	2101,46
12	Cruzmaltina	2438,35	34	Mangueirinha	2049,25	56	São Jorge do Ivaí	2021,37
13	Curitiba	2512,85	35	Mariópolis	2175,76	57	São Jorge do Patrocínio	2590,06
14	Diamante do Sul	2131,44	36	Maripá	2320,34	58	São Jorge d'Oeste	2374,77
15	Diamante D'Oeste	2219,27	37	Missal	2085,96	59	São José das Palmeiras	2213,38
16	Espigão Alto do Iguaçu	2150,47	38	Munhoz de Melo	2464,95	60	São Tomé	2222,08
17	Farol	2372,68	39	Nova América da Colina	2174,08	61	Sertaneja	2418,82
18	Fernandes Pinheiro	2048,2	40	Nova Esperança do Sudoeste	2004,15	62	Sulina	2626,4
19	Flor da Serra do Sul	2303,22	41	Novo Itacolomi	2643,13	63	Tibagi	2255,4
20	Foz do Jordão	2020,66	42	Ourizona	2145,13	64	Virmond	2156,02
21	Godoy Moreira	2370,77	43	Ouro Verde do Oeste	2012,48			
22	Iguaraçu	2284,81	44	Planaltina do Paraná	2000,56			

Fonte: Resultados da pesquisa.



QUADRO 39 - RELAÇÃO DOS 33 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE SE CLASSIFICARAM ENTRE 4 A 6 SALÁRIOS MÍNIMOS REGIONAL, NO ÍNDICE DE POUPANÇA REAL PER CAPITA

Nº	Municípios	Prpc	Nº	Municípios	Prpc	Nº	Municípios	Prpc
1	Alto Paraíso	3414,61	12	Flórida	3238,94	23	Porto Rico	3062,02
2	Anahy	2731,2	13	Guaporema	2971,89	24	Rancho Alegre D'Oeste	2688,57
3	Ariranha do Ivaí	2821,53	14	Iguatu	2966,88	25	Santa Helena	2926,74
4	Barra do Jacaré	2707,86	15	Mercedes	2731,26	26	Santa Inês	3255,95
5	Boa Esperança do Iguaçu	3075,84	16	Mirador	3230,95	27	Santa Mônica	2769,96
6	Bom Jesus do Sul	2795,51	17	Miraselva	3429,21	28	Santo Antônio do Paraíso	3186,92
7	Bom Sucesso do Sul	3092,54	18	Parana-poema	2744,26	29	São Manoel do Paraná	3820,3
8	Cafeara	2936,98	19	Pato Bragado	3460,53	30	São Pedro do Paraná	3044,15
9	Cruzeiro do Iguaçu	2690,59	20	Pinhal de São Bento	2799,9	31	Saudade do Iguaçu	3080,62
10	Entre Rios do Oeste	3584,61	21	Pitangueiras	2668,49	32	Serranópolis do Iguaçu	2874,68
11	Esperança Nova	3167,22	22	Porto Barreiro	2685,61	33	Uniflor	2898,67

Fonte: Resultados da pesquisa.

Somente 4 municípios: Araucária, Itaipulândia, Jardim Olinda, Nova Aliança do Ivaí, obtiveram resultado acima de 6 S.M. regional, cabendo destacar que esses quatro municípios já também se classificaram nessa categoria no estudo anterior, e com relação às demais categorias, houve uma maior incidência de municípios na faixa de 2 a 3 S.M e redução no número de municípios na faixa de 3 a 4 S.M..

Considerando o peso relativo de cada índice, no subindicador da capacidade financeira, em que a existência de consórcios, a receita corrente em relação à dívida e o valor da poupança real *per capita* teve peso relativo de

11,11% cada um respectivamente. O Quadro 40 apresenta a distribuição dos municípios por faixa em relação aos 33,33% do subindicador que mede a capacidade financeira. Neste sentido, a maior concentração de municípios ficou na faixa de 0% a 15%, com 217 municípios representando 54,39% do conjunto de município do Estado e somente 2 municípios alcançaram a faixa entre 25% e 33,33% (Baração e Barra do Jacaré). O que se percebe nesse estudo é que houve uma inversão em relação ao estudo anterior, onde a maior concentração de municípios estava na faixa de 15% a 25% com 255 municípios e agora esse maior número está na faixa de menos participação.

Esses resultados demonstraram que mais de 54% dos municípios paranaenses apresentaram um baixo desempenho na sua capacidade de participar de consórcios municipais e intermunicipais, no seu controle da relação receita/despesa municipais e na geração de poupança real *per capita*. Assim, dentro da conceituação do desenvolvimento endógeno, esses 54% de municípios paranaenses não apresentam condições de alavancar a demanda efetiva das suas economias via gastos públicos ou investimentos e manutenção da infraestrutura municipal.

QUADRO 40 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL, SEGUNDO A CAPACIDADE FINANCEIRA DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

<b>Faixas em % da Capacidade Financeira em relação à média estadual</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
de 0% a 15%	217	54,39
de 15% a 25%	180	45,11
de 25% a 33,33%	2	0,50
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

O terceiro subindicador determinou a capacidade gerencial dos municípios paranaenses com peso relativo de 33,33%. Esse subindicador foi avaliado com base em quatro índices com pesos relativos de 8,33% cada.

O primeiro índice avaliou, para cada município, a existência de cadastro imobiliário, bem como se ele era informatizado ou não, a existência de cadastro de ISS, bem como se ele era informatizado ou não e a existência de planta genérica de valores, bem como se a planta era informatizada ou não.

O segundo índice avaliou se o município cobra ou não IPTU e, se cobra, o ano da lei que instituiu a cobrança do IPTU cuja ponderação segue os pesos apresentados no Quadro 7.

O terceiro índice avaliou os instrumentos de gestão, que, por sua vez, foram compostos da existência da Lei de Parcelamento do Solo, a existência da Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo, a existência do Código de Obras, existência do Código de Posturas, a existência da lei específica de Contribuição de Melhoria, existência da Lei de Perímetro Urbano, existência da Lei de Transferência do Direito de Construir, existência da Lei de Solo Criado ou Outorga Onerosa do Direito de Construir, existência da Lei de Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo, existência da Lei de Operação Urbana Consorciada, a existência da Lei de Concessão do Direito Real de Uso, a existência da Lei de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios, a existência da Lei de Desapropriação com Pagamento em Títulos, a existência da Lei de Direito de Preempção e a existência de Estudo de Impacto de Vizinhança.

O quarto índice considerado foi os instrumentos de planejamento de cada município, sendo que primeiramente se verificou a existência do plano diretor, se o município está revendo o Plano Diretor, se o município estava elaborando o Plano Diretor no ano de 2012, se o município possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse social, se o município possui legislação específica sobre área e/ou zona de proteção ou controle ambiental e se o município possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial.

Em relação ao primeiro índice, que avaliou a existência de um cadastro imobiliário e de serviços, os resultados indicam que 9 municípios não apresentam cadastro imobiliário e 12 municípios dos que possuem cadastro, não possuem cadastro imobiliário informatizado. E também se observou que 28 municípios não possuem a planta genérica de valores, e que 55 municípios

que possuem planta genérica de valores, não possuem a planta genérica de valores informatizada. Nesse estudo verificou-se a existência de um cadastro de ISS e foi constatado que 25 municípios não possuem cadastro do ISS e que somente um município além dos 25 já citados anteriormente não possuem cadastro de ISS informatizado. Comparativamente em relação ao estudo anterior em relação a todos os itens, houve um ligeiro progresso reduzindo o número de municípios que não apresentavam esses indicadores.

Dos 399 municípios, aproximadamente 75% deles, ou seja, 289, apresentaram resposta positiva em relação a todos os indicadores utilizados e, considerando-se que esses indicadores são a base para o cálculo da cobrança de tributos municipais, torna-se relativamente elevado, ou seja, 110, o número de municípios sem uma política de implantação e de gerenciamento dos instrumentos tributários municipais, o que os tornam ainda mais dependentes de repasses financeiros federais e estaduais.

O resultado apresentado em relação ao segundo índice foi de 100% dos municípios praticando a cobrança do IPTU, porém, quando se confronta esse índice com os resultados da planta genérica de valores e do cadastro imobiliário, percebe-se que, embora o IPTU esteja sendo cobrado, em muitos municípios essa cobrança é feita sem que se tenha uma preocupação com o respectivo valor do imóvel, bem como com a sua atualização venal com base nas melhorias por bairros do município.

Com relação ao resultado do índice que mediu o instrumento de gestão, ele apresentou um total de 9 municípios com resultado positivo em todos os 15 itens. Considerando entre 14 e 15 indicadores como positivos, constatou-se um total de 22 municípios, que podem ser visualizados no Quadro 41.

O número de municípios variando entre 10 e 13 dos indicadores como positivo totalizou 37 municípios (os quais podem ser observados no Quadro 42). E, com apenas dois ou três dos indicadores como positivos, foram encontrados 37 municípios (a relação desses municípios pode ser vista no Quadro 43). O que chama a atenção, nesta última relação, é a inclusão do município de Guairá na faixa fronteira e já tido como um polo turístico e recebedor dos *royalties* da Itaipu.

QUADRO 41- RELAÇÃO DOS 22 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE APRESENTARAM ENTRE 14 E 15 INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

nº	Municípios	Lei de Perímetro Urbano	Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Lei de Transfêrência do Direito de Construir	Lei de Parcelamento do Solo	Código de Posturas	Lei de Contribuição de Melhoria	Lei de Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo	Lei de Operação Urbana Consorciada	Lei de Consolidação do Direito Real de Uso	Lei de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsório	Lei de Desapropriação com Pagamento em Títulos	Lei de Direito de Preempção	EDIR DVÇ
1	Andará	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	S
2	Araongas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	S
3	Cascavel	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
4	Curitiba	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
5	Fênix	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
6	Inácio Martins	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
7	Ivaiporã	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
8	Maria Helena	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	S
9	Nova Prata do Iguaçu	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
10	Paranaguá	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
11	Paula Freitas	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
12	Peabiru	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	S
13	Pérola d'Oeste	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
14	Piên	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	S

nº	Municípios	Lei de Perímetro Urbano	Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Lei de Transfêrência do Direito de Construir	Lei de Parcelamento do Solo	Código de Posturas	Lei de Contribuição de Melhoria	Lei de Imposto Predial e Urbano Progressivo	Lei de Operação Urbana Consorciada	Lei de Consolidação do Direito Real de Uso	Lei de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsório	Lei de Desapropriação com Pagamento em Títulos	Lei de Direito de Preempção	ED Ir DVÇ
15	Pinhão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	S
16	Pitangueiras	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	S
17	Realeza	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
18	Rio Negro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	S
19	Rondon	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	S
20	São Jorge do Patrocínio	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
21	São José das Palmeiras	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S
22	União da Vitória	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	S

Fonte: Resultados da pesquisa.

QUADRO 42 - RELAÇÃO DOS 37 MUNICÍPIOS PARANAENSES

QUE APRESENTARAM ENTRE 10 E 13 INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

Nº	Municípios	Lei de perimetrou Urbano	Lei de Zoneamento ou Uso e ocupação do Solo	Código de obras	Lei de Transferência do direito de construir	Lei de solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	Lei de parcelamento solo	Código de posturas	Lei de contribuição de Melhoria	Lei de imposto predial e territorial urbano progressivo	Lei de operação urbana consorciada	Lei de concessão do direito real de uso	Lei de parcelamento, edificação ou utilização compulsória	Lei de desapropriação com pagamento em títulos	Lei de direito de preempção	Estudo de impacto de vizinhança
1	Ângulo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
2	Capanema	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim
3	Carambei	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
4	Carlópolis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
5	Cerro Azul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
6	Cidade Gaúcha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
7	Colombo	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
8	Corbélia	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não
9	Farol	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não
10	Fernandes Pinheiro	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim
11	Floresta	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim
12	Ipiranga	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
13	Irati	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
14	Ivaí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim
15	Jaguapitã	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não
16	Lapa	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
17	Laranjeiras do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não

Nº	Municípios	Lei de perimetrou Urbano	Lei de Zoneamento ou Uso e ocupação do Solo	Código de obras	Lei de Transferência do direito de construir	Lei de solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	Lei de parcelamento do solo	Código de posturas	Lei de contribuição de Melhoria	Lei de imposto predial e territorial urbano progressivo	Lei de operação urbana consorciada	Lei de concessão do direito real de uso	Lei de parcelamento, edificação ou utilização compulsório	Lei de desapropriação com pagamento em títulos	Lei de direito de preempção	Estudo de impacto de vizinhança
18	Leópolis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
19	Ililanópolis	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
20	Lindoele	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
21	Mariálva	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
22	Mariluz	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim
23	Maringá	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim
24	Ouro Verde do Oeste	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
25	Palmas	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
26	Pérola	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
27	Pinhalão	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não
28	Porecatu	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
29	Rio Branco do Sul	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não
30	Santa Fé	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim
31	Santa Izabel do Oeste	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim
32	Santa Lúcia	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não
33	São João do Ivaí	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não

Fonte: Resultados da pesquisa.



QUADRO 43 - RELAÇÃO DOS 37 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE APRESENTARAM ENTRE 2 E 3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA

Nº	Municípios	Lei de Perímetro Urbano	Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Código de obras	Lei de Transfêrência do Direito de Construir	Lei de solo criado ou outorga do direito de construir	Lei de Parcelamento solo	Código de posturas	Lei de Contribuição de Melhorias	Lei de IPTU Progressivo	Lei de operação urbana consorciada	Lei de concessão do direito real de uso	Lei de parcelamento, edificação ou utilização compulsória	Lei de desapropriação com pagamento em títulos	Lei de direito de preempção	Estudo de impacto de vizinhança
1	Adrianópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
2	Alto Paraná	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
3	Arapuá	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
4	Chopininho	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
5	Flórida	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não
6	Formosa do Oeste	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
7	Guaira	Não	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
8	Guaraci	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
9	Inajá	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
10	Iretama	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
11	Itapejara d'Oeste	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
12	Jardim Olinda	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
13	Jundiaí do Sul	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
14	Mariópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
15	Marquinho	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
16	Mirador	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
17	Palmital	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
18	Paranacity	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
19	Paranavaí	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Nº	Municípios	Lei de Perímetro Urbano	Lei de Zoneamento ou Uso e Ocupação do Solo	Código de obras	Lei de Transferência do Direito de Construir	Lei de solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	Lei de Parcelamento do solo	Código de depósitos	Lei de Contribuição de Melhoria	Lei de IPTU Progressivo	Lei de operação urbana consorciada	Lei de concessão do direito real de uso	Lei de parcelamento, edificação ou utilização compulsória	Lei de desapropriação com pagamento em títulos	Lei de direito de preempção	Estudo de impacto de vizinhança
20	Paulo Frontin	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
21	Porto Barreiro	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Prado Ferreira	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
23	Reserva do Iguaçu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não
24	Rosário do Ivaí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
25	Santa Amélia	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
26	Santa Cecília do Pavão	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
27	Santa Inês	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
28	Santana do Itararé	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
29	Santo Inácio	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
30	São Carlos do Ivaí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
31	São João do Caiuá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
32	São Jorge do Oeste	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
33	Serranópolis do Iguaçu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
34	Vera Cruz do Oeste	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
35	Alto Paraíso	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Não
36	Doutor Ulysses	Sim	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Virmond	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Resultados da pesquisa.

Outro resultado a que cabe destaque, porém pelo lado negativo, é o resultado apresentado no Quadro 44, em que 72 municípios não apresentam nenhum dos quinze instrumentos de gestão positivos, demonstrando que, no Estado do Paraná, há municípios totalmente desprovidos de instrumentos gerenciais para a sua melhor administração.

**QUADRO 44 - RELAÇÃO DOS 72 MUNICÍPIOS PARANAENSES QUE  
NÃO APRESENTARAM NENHUM INSTRUMENTO DE GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



19	Diamante do Norte	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
20	Diamante D'Oeste	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
21	Fazenda Rio Grande	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
22	Florestópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
23	Francisco Alves	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
24	Grandes Rios	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
25	Guairaçá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
26	Guapirama	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
27	Guaraniaçu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
28	Guaratuba	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
29	Honório Serpa	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
30	Iguatu	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
31	Itaipulândia	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
32	Japurá	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
33	Jussara	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
34	Kaloré	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
35	Manfrimópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
36	Maritena	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
37	Mauá da Serra	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
38	Miraselva	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
39	Missal	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
40	Nova aliança do Ivaí	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Resultados da pesquisa.

O Quadro 45 apresenta a distribuição dos municípios por faixa em relação aos 33,33% do subindicador que mede a capacidade gerencial. Cerca de 80% dos municípios estão localizados na faixa de 15% a 25%, demonstrando que, nesse aspecto, os municípios paranaenses apresentam um regular desempenho nos recursos de gestão e nos instrumentos de gestão e planejamento. Somente 19,80%, ou seja, 79 municípios estão situados na faixa de 25% a 33,33%. Esse resultado quando comparado com o estabelecido em 2001 pelo Estatuto das Cidades<sup>4</sup>, que determinou a implantação de alguns desses instrumentos de planejamento nas cidades com mais de dez mil habitantes, verifica que há muito por se fazer em termos de implantação dos instrumentos de gestão e planejamento para que os municípios paranaenses estejam aptos a terem maior controle sobre suas ações de gestão.

QUADRO 45 - DISTRIBUIÇÃO POR FAIXA PERCENTUAL EM RELAÇÃO À MÉDIA ESTADUAL, SEGUNDO A CAPACIDADE GERENCIAL DO SETOR PÚBLICO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

<b>Faixas em % da Capacidade Gerencial em relação à média estadual</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
de 0 a 15	4	1,00
de 15 a 25	316	79,20
de 25 a 33,33	79	19,80
<b>Total</b>	<b>399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

A utilização desse indicador demonstra a capacidade que os municípios têm de gerir e de planejar as fontes de recursos próprios, porém a grande maioria dos municípios mantém as suas atividades através dos repasses feitos pelo governo federal (FPM) e pelo governo estadual (ICMS), deixando de arrecadar recursos que são especificamente municipais. Assim, pode-se observar que quatro (Quadro 27) desses municípios apresentam uma reduzida capa-

4 Lei Federal nº 10.257/2001, que obrigou grande parte dos municípios a elaborar ou rever seus planos diretores (BRASIL, 2001).

cidade de gestão municipal, principalmente quando analisados sob a óptica de cada um dos índices propostos neste estudo, conforme já apresentado na análise anterior dos instrumentos de gestão pública.

### **5.1.5 – ANÁLISE DOS INDICADORES ECONÔMICOS, SOCIAIS E INSTITUCIONAIS PARA A CARACTERIZAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES**

Para identificar e analisar o processo de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses, por meio das desigualdades econômicas, sociais e institucionais, procedeu-se à estratificação dos municípios em agrupamentos homogêneos, hierarquizando-os quanto ao grau de crescimento econômico e de desenvolvimento social e institucional. Inicialmente, os municípios foram classificados segundo a dimensão econômica, que mediu o nível e o ritmo de crescimento econômico, bem como o seu potencial de desenvolvimento socioeconômico, permitindo passar para a classificação das dimensões social e institucional, determinando, assim, o seu grau de endogenia, a sua capacidade de organização social e política, ou seja, o seu capital humano e social.

Para avaliar o grau de capacidade endógena<sup>5</sup> foram utilizados três indicadores: o grau de educação da população do município, o grau de longevidade e a qualidade institucional do município. Neste contexto, o índice de qualidade institucional do município foi utilizado para captar o capital social, que foi tanto maior quanto maior foi o grau de participação das comunidades locais na gestão do município, quanto maior a capacidade financeira do município e quanto melhor a capacidade gerencial do município.

O primeiro passo para a identificação do grupo homogêneo de municípios deprimidos no Estado constituiu-se nas possíveis combinações entre os indicadores econômicos, conforme a posição do município entre acima (A)

---

5 Diz respeito à capacidade dos atores locais (sejam eles empresas, organizações, sindicatos ou outras instituições) de induzir o processo de desenvolvimento. Esse novo paradigma de desenvolvimento regional é também chamado de modelo de desenvolvimento regional “de baixo para cima”.

ou abaixo (B) da média estadual. E, a partir da análise de cada uma dessas combinações, foi possível realizar oito tipos de caracterização dos municípios paranaenses, conforme já apresentado no Quadro 10.

Foram considerados, para efeito de análise deste estudo e com base na tipificação já apresentada por Haddad (2004b) e Piacenti (2012), no Quadro 10, municípios economicamente deprimidos aqueles que foram classificados como BBB ou BAB (BBB – municípios claramente deprimidos do ponto de vista econômico e BAB – municípios que, apesar de terem crescido acima da média estadual no período analisado (1999 a 2011) no que diz respeito ao ritmo de crescimento econômico, ainda não alcançaram um patamar favorável apresentando um baixo potencial de desenvolvimento).

O Quadro 46 relaciona as oito combinações possíveis na dimensão econômica, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual dos três indicadores econômicos considerados, ou seja, nível de crescimento, ritmo de crescimento e potencial de desenvolvimento. Desta forma, percebe-se que as duas combinações (BBB e BAB) estabelecidas para determinar o conjunto de municípios deprimidos dentro da dimensão econômica são as com maior número de municípios, ou seja, BBB com 197, o que representa 49,37%, e BAB, com 80 municípios, representando 20,05%. As duas combinações, juntas, totalizam 277 municípios (69,42% dos municípios paranaenses) que podem ser considerados como economicamente deprimidos dentro da dimensão econômica. Se compararmos com o estudo anterior nessas duas combinações houve um pequeno aumento do número de municípios considerados economicamente deprimidos, pois tínhamos na categoria (BBB) 191 municípios e na categoria (BAB) 75 municípios, passando o percentual nas duas categorias de 66,67% para os atuais 69,42%. Esses resultados reforçam os dados já apresentados na introdução e no problema sobre as desigualdades vivenciadas pelos municípios paranaenses e que com o passar do tempo, e dado a conjuntura econômica do estado de massiva concentração das atividades industriais em torno da região metropolitana de Curitiba e algumas grandes cidades, vem tornando cada vez maior o número de pequenos e médios municípios que podem ser considerados economicamente deprimidos dentro da ótica desse estudo.



QUADRO 46 - COMBINAÇÃO DOS INDICADORES ECONÔMICOS PARA A DETERMINAÇÃO DO NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES HOMOGÊNEOS

<b>Tipo</b>	<b>Nível de Crescimento</b>	<b>Ritmo de Crescimento</b>	<b>Potencial de Desenvolvimento</b>	<b>Número de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
<b>BBB</b>	<b>Baixo</b>	<b>Baixo</b>	<b>Baixo</b>	<b>197</b>	<b>49,37</b>
BBA	Baixo	Baixo	Alto	61	15,29
ABB	Alto	Baixo	Baixo	15	3,76
<b>BAB</b>	<b>Baixo</b>	<b>Alto</b>	<b>Baixo</b>	<b>80</b>	<b>20,05</b>
BAA	Baixo	Alto	Alto	17	4,26
ABA	Alto	Baixo	Alto	9	2,26
AAB	Alto	Alto	Baixo	13	3,26
AAA	Alto	Alto	Alto	7	1,75
<b>Total</b>				<b>399</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

De forma semelhante, e como parte da metodologia proposta, para uma melhor caracterização dos municípios deprimidos, os mesmos também foram caracterizados nas dimensões social e institucional. Nesse caso também foram obtidas oito combinações entre os indicadores socioinstitucionais, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual. Nesse caso, foram somente consideradas as combinações dentre os 277 municípios considerados economicamente deprimidos (tipos BBB e BAB na tipologia econômica, Quadro 46), permitindo, assim, determinar o grau de endogenia e a capacidade de organização social e política dos municípios considerados economicamente deprimidos.

O Quadro 47 apresenta as oito combinações dentro do conjunto dos 277 municípios considerados economicamente deprimidos (tipos BBB e BAB), os quais serão comparados com os indicadores de educação, de longevidade e de qualidade institucional. Nesse sentido, essa reclassificação indicou uma elevada concentração de municípios (33,57%) na combinação onde os três indicadores analisados ocupam posição inferior à média estadual, ou seja, 93 municípios dos 277 estão classificados como BBB, comparativamente ao estudo anterior, esse número era de 85 de um total de 266 municípios, demons-

trando que não somente aumentou o número de municípios deprimidos economicamente nesse período como também ampliou-se o número de municípios na categoria BBB. Comparativamente ao estudo anterior, dos 266 municípios considerados economicamente deprimidos tem-se que 44 saíram dessa categoria de deprimidos e passaram para a categoria de não deprimidos economicamente. De forma relativa, os resultados obtidos dessa combinação indicam uma grande carência dos municípios quando avaliados em relação às dimensões sociais e institucionais e, por consequência, na sua capacidade de endogenia, principalmente em relação aos indicadores de educação e de qualidade institucional. Nesse particular, os resultados apontam para a fragilidade dos municípios incluídos nessa categoria, onde, analisando os três indicadores positivos (AAA) dentro das três dimensões avaliadas, pode ser considerada uma anomalia, categoria em que se enquadram somente 4 municípios, mesmo número do estudo anterior, com diferenciação somente nos municípios classificados que anteriormente foram (Ampére, Pontal do Paraná, Realeza e Serranópolis do Iguaçu) e nesse novo estudo se classificaram Matinhos, Paula Freitas, Pontal do Paraná e São Mateus do Sul, indicando que, embora tenham sido classificados inicialmente como economicamente deprimidos, apresentam condições endógenas de saírem da situação. Quando comparamos esses quatro municípios classificados na categoria AAA sob os aspectos dos indicadores Educação, Longevidade e Qualidade Institucional, percebe-se que o município de Ampére classificado no estudo anterior na categoria BBAAA, nesse novo estudo foi classificado na categoria BBBBBB, ou seja, de municípios economicamente deprimidos e com baixo potencial endógeno de crescimento e de desenvolvimento, não conseguindo através de suas forças endógenas sair da condição de economicamente deprimido. O município de Realeza também não conseguiu através de suas forças endógenas sair da condição de economicamente deprimido, permanecendo nessa categoria e apresentando um pequeno retrocesso em relação ao estudo anterior caindo agora para a categoria BBB-BAA. O destaque positivo fica para o município de Serranópolis do Iguaçu que através de suas forças endógenas conseguiu se classificar nesse novo estudo na categoria BBAAA, deixando de ser considerado economicamente deprimido, para se classificar como de economicamente com potencial.

QUADRO 47 – COMBINAÇÃO DOS INDICADORES SOCIOINSTITUCIONAIS PARA DETERMINAÇÃO DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO NO CONJUNTO DE MUNICÍPIOS TIPOS BBB E BAB, DETERMINADOS NA DIMENSÃO ECONÔMICA

<b>Tipo</b>	<b>Educação</b>	<b>Longevidade</b>	<b>Qualidade Institucional</b>	<b>Nº de Municípios</b>	<b>% de Municípios</b>
BBB	Baixo	Baixo	Baixo	93	33,57
BBA	Baixo	Baixo	Alto	101	36,46
BAB	Baixo	Alto	Baixo	40	14,44
ABB	Alto	Baixo	Baixo	5	1,81
ABA	Alto	Baixo	Alto	3	1,08
BAA	Baixo	Alto	Alto	26	9,39
AAB	Alto	Alto	Baixo	5	1,81
AAA	Alto	Alto	Alto	4	1,44
<b>Total</b>				<b>277</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Resultados da pesquisa.

Por meio da utilização dos indicadores socioinstitucionais, agregados aos indicadores econômicos, foi possível organizá-los de acordo com o número de indicadores positivos (acima) ou negativos (abaixo) da média estadual. Nesse sentido, foi mantida a mesma proposta inicial para a seleção dos municípios economicamente deprimidos, ou seja, os que foram classificados como BBB ou BAB, o que permite, desta forma, a construção de uma proposta de modelos de municípios deprimidos para o Paraná conforme o seu potencial de endogenia.

Desta forma, dentro do modelo de potencial de endogenia, adaptado de Haddad (2004b) e Piacenti (2012), utilizaram-se três conceituações para classificar o município já definido como economicamente deprimido. Na primeira conceituação foi considerado como município economicamente deprimido com **baixo** potencial de desenvolvimento endógeno aquele que não apresentou nenhum indicador socioinstitucional (educação, longevidade ou qualidade institucional) acima da **média** estadual. Na segunda conceituação foi considerado como de médio potencial de desenvolvimento endógeno, o

município que apresentou ao menos um indicador socioinstitucional acima da média estadual, o que lhe permitia uma vantagem comparativa na construção do desenvolvimento. E, na terceira conceituação, foi considerado com **alto** potencial de desenvolvimento endógeno o município que apresentou dois ou três desses indicadores socioinstitucionais em condições favoráveis, ou seja, acima da média estadual.

Assim, dos 277 municípios paranaenses inicialmente classificados como economicamente deprimidos, conforme demonstrado no Quadro 46, por meio da combinação BBB e BAB, após a aplicação do modelo de endogenia proposto, chegou-se a 93 municípios economicamente deprimidos e com baixo potencial endógeno por não apresentarem nenhum indicador socioinstitucional acima dos respectivos indicadores do Estado. A relação dos municípios que estão caracterizados nesta categoria está no Quadro 48.

Os resultados demonstram que, no Paraná, os municípios economicamente deprimidos e com baixo potencial endógeno, embora estejam distribuídos em todo o Estado, nesse estudo de forma um pouco diferente do apresentado no estudo anterior as mesorregiões que apresentam maior concentração de municípios com baixo potencial endógeno são as: Norte Central e a Norte Pioneiro Paranaense com 18 municípios cada, a Noroeste com 14, a Sudoeste com 11 e a Oeste com 10 municípios, com menores números de municípios aparecem a mesorregiões Sudeste e Centro Ocidental com 6 municípios, Metropolitana de Curitiba com 5, Centro Sul com 4 e a Centro Oriental com 1 município. Desta forma, o subdesenvolvimento é espacialmente localizado em áreas que apresentaram características geográficas distintas. E, neste contexto, percebe-se que são municípios pobres, de baixo dinamismo, de baixo potencial econômico e, principalmente, que sinalizam dificuldades para a superação endógena dos seus problemas socioeconômicos. Ou seja, são municípios deprimidos num sentido amplo e sem muitas perspectiva de modificarem a realidade existente, não que seja impossível, aja visto o exemplo de realza que, no estudo anterior, figurava nessa classificação e nesse novo estudo se encontra classificada em outra categoria de melhor destaque.

QUADRO 48 - RELAÇÃO DOS 93 MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS COM BAIXO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Tipo	Municípios	
BBBBBB	Abatiá	Itaperuçu
	Agudos do Sul	Ivaí
	Alvorada do Sul	Ivaté
	Ampére	Japira
	Astorga	Japurá
	Bela Vista da Caroba	Jardim Alegre
	Bituruna	Jundiá do Sul
	Bom Sucesso	Leópolis
	Braganey	Luiziana
	Califórnia	Mandirituba
	Centenário do Sul	Manfrinópolis
	Cidade Gaúcha	Nova América da Colina
	Clevelândia	Nova Esperança
	Colorado	Nova Esperança do Sudoeste
	Congonhinhas	Nova Prata do Iguaçu
	Corumbataí do Sul	Nova Santa Bárbara
	Cruzeiro do Iguaçu	Palmas
	Cruzeiro do Sul	Porto Amazonas
	Diamante do Norte	Primeiro de Maio
	Diamante D'Oeste	Quatiguá
	Engenheiro Beltrão	Rancho Alegre
	Fênix	Reserva do Iguaçu
	Fernandes Pinheiro	Ribeirão do Pinhal
	Floresta	Rosário do Ivaí
	Florestópolis	Santa Amélia
	Guairaçá	Santa Izabel do Oeste
	Guamiranga	Santa Lúcia
	Guapirama	Santa Terezinha de Itaipu
	Guaporema	Santo Antônio do Sudoeste
	Inajá	São Pedro do Iguaçu
Ipiranga	São Sebastião da Amoreira	
Itaguajé	Sertanópolis	
Itambaracá	Tomazina	
Itapejara d'Oeste	Vera Cruz do Oeste	
	Ariranha do Ivaí	Mariluz
	Cantagalo	Nova Cantu
	Catanduvas	Pranchita
	Coronel Vivida	Quitandinha
	Cruzeiro do Oeste	Roncador
	Curiúva	Rondon

Continuação do Quadro 48:

BABBBB	Francisco Alves	Santa Fé
	General Carneiro	Santo Antônio da Platina
	Iguatu	São Jerônimo da Serra
	Imbaú	São João do Caiuá
	Ivaiporã	Tapejara
	Lindoeste	Terra Roxa
	Manoel Ribas	

Fonte: Resultados da pesquisa.

É importante destacar que há um elemento comum em quase todos esses 93 municípios. Eles se encontram em áreas geográficas do Estado onde ocorreram processos de desmatamento e de uso predatório dos seus ecossistemas, reduzindo drasticamente a produtividade dos recursos naturais dos municípios, ou seja, a destruição do seu capital natural. Prova disso, é que dos 85 municípios que figuravam no primeiro estudo na condição de deprimidos, 38, o que equivale a 44,71%, continuam figurando nesse novo estudo na categoria de baixo potencial, ou seja, como deprimidos economicamente endogenamente. Comparativamente ao estudo anterior tem-se que dos 85 municípios classificados como de baixo potencial, 36 deles passaram para de médio potencial e somente 2 municípios passaram para de alto potencial dentro da categoria de deprimidos.

Conforme foi observado na problemática deste estudo, quando se fez referência ao fato de que muito dos municípios paranaenses apresentavam PIB *per capita* idêntico ou abaixo ao de muitos municípios do sertão nordestino, pode-se então fazer a seguinte indagação: Como sobrevive a economia urbana desses municípios? Esses municípios estão sobrevivendo às custas de transferências que são extraídas a partir do excedente econômico gerado nos municípios mais prósperos do país. Essas transferências, segundo Haddad (2004b), se manifestam, em nível da renda das famílias, pela aposentadoria rural, pelo Bolsa-Família, pelo sistema assistencial da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS<sup>6</sup>), etc., e, em nível das finanças públicas municipais,

6 Lei Federal nº 8.742/1993 (LOAS), que determina que a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado. É Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os

pelas regras adotadas pelo FPM, pela cota-parte livre do ICMS, pelos fundos setoriais, etc.

Essa constatação acaba gerando uma grande preocupação no que diz respeito à redução ou, até mesmo, ao fim dessas transferências, pois se, por algum mecanismo político, fossem bloqueados os mecanismos de transmissão de benefícios compensatórios, provavelmente o Estado teria municípios com os seus indicadores sociais e econômicos em igualdade de semelhança aos dos países mais pobres da África. Nesse aspecto, os dados do crescimento do PIB *per capita* entre o ano de 1991 a 2000 demonstram que, enquanto o PIB *per capita* do Brasil cresceu a uma taxa anual de 1,39% ao ano, o crescimento das transferências *per capita* foi de 6,9% ao ano. Ou seja, o PIB *per capita* local pode crescer (como vem crescendo no século XXI) sem que tenha necessariamente ocorrido um processo de crescimento econômico no município. Para, portanto, evitar a formação, no Estado do Paraná, de municípios que dependam permanentemente das rendas transferidas pelos governos federal e estadual, é preciso que se estruture, nos municípios deprimidos, um processo de ativação e de canalização das suas forças sociais, de melhoria da capacidade associativa e de exercício da iniciativa criativa.

O Quadro 49 apresenta a combinação entre os municípios paranaenses que foram definidos como economicamente deprimidos na dimensão econômica (BBB BAB) e a combinação das dimensões sociais (educação e longevidade) e qualidade institucional. Desta forma, 93 municípios foram caracterizados como economicamente deprimidos e de baixo potencial endógeno, nos quais todos os indicadores socioinstitucionais estavam abaixo da média estadual. A localização geográfica deles é apresentada na Figura 10. Esses municípios representam 33,57% dos 277 municípios paranaenses que foram caracterizados como economicamente deprimidos na dimensão econômica.

Já 146 municípios foram caracterizados como economicamente deprimidos de médio potencial endógeno, pois apresentaram pelo menos um dos indicadores social ou institucional positivo. Eles representam 52,71% dos municípios paranaenses que haviam sido caracterizados como economicamente mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993).

deprimidos na dimensão econômica. Percebe-se também, que 32 municípios que no estudo anterior figuravam como deprimidos de médio potencial, passaram agora para deprimidos de baixo potencial endógeno e somente dois municípios passaram de médio para alto potencial endógeno, o que retrata a grande dificuldade que os municípios apresentam de saírem com seus próprios meios da condição que se encontram, ou seja, como economicamente deprimidos.

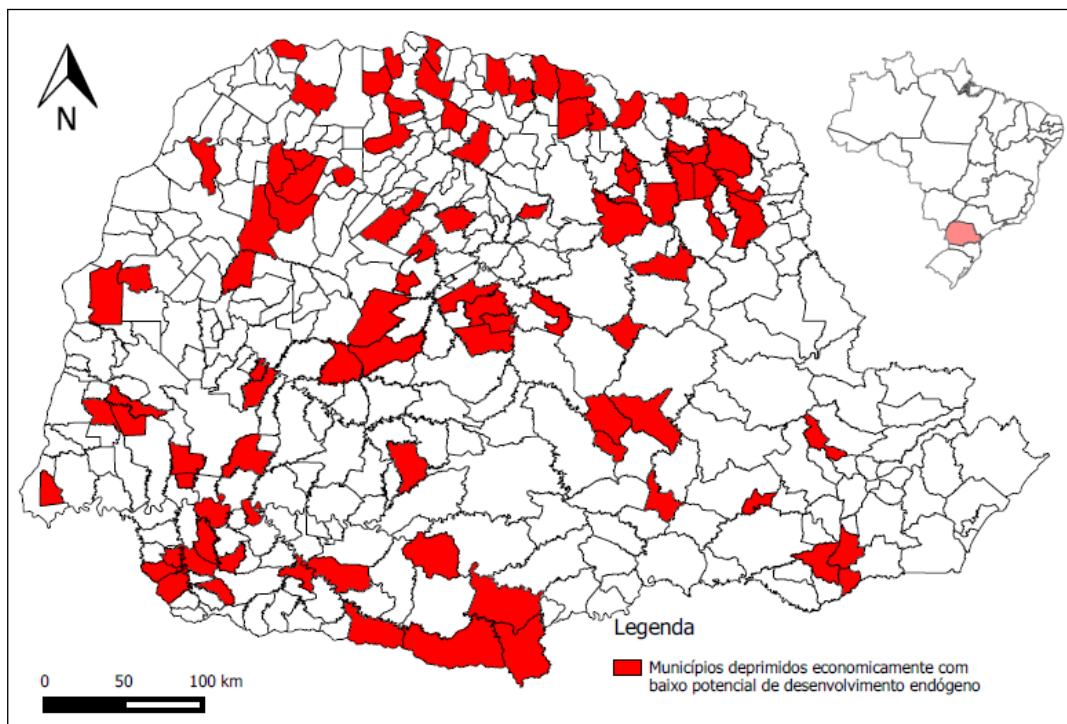
QUADRO 49 - ORGANIZAÇÃO DAS COMBINAÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DOS ARQUÉTIPOS DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Tipo	Nº de Municípios (Tipo)	Nº de Municípios (Arquétipo)	Arquétipos
BBBBBB	68	93	Municípios economicamente deprimidos com baixo potencial de desenvolvimento endógeno
BABBBB	25		
BBBBBA	68	146	Municípios economicamente deprimidos com médio potencial de desenvolvimento endógeno
BBBBAB	29		
BBBABB	5		
BABBBA	33		
BABBAB	11		
BABABB	0		
BBBAAB	3	38	Municípios economicamente deprimidos com alto potencial de desenvolvimento endógeno
BBBABA	3		
BBBBAA	17		
BABAAB	2		
BABABA	0		
BABBAA	9		
BBBAAA	4		
BABAAA	0		
<b>Total de</b>	<b>Municípios</b>	<b>277</b>	

Fonte: Resultados da pesquisa.



**FIGURA 10 - LOCALIZAÇÃO DOS 93 MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS E COM BAIXO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO**



Fonte: Resultados da pesquisa.

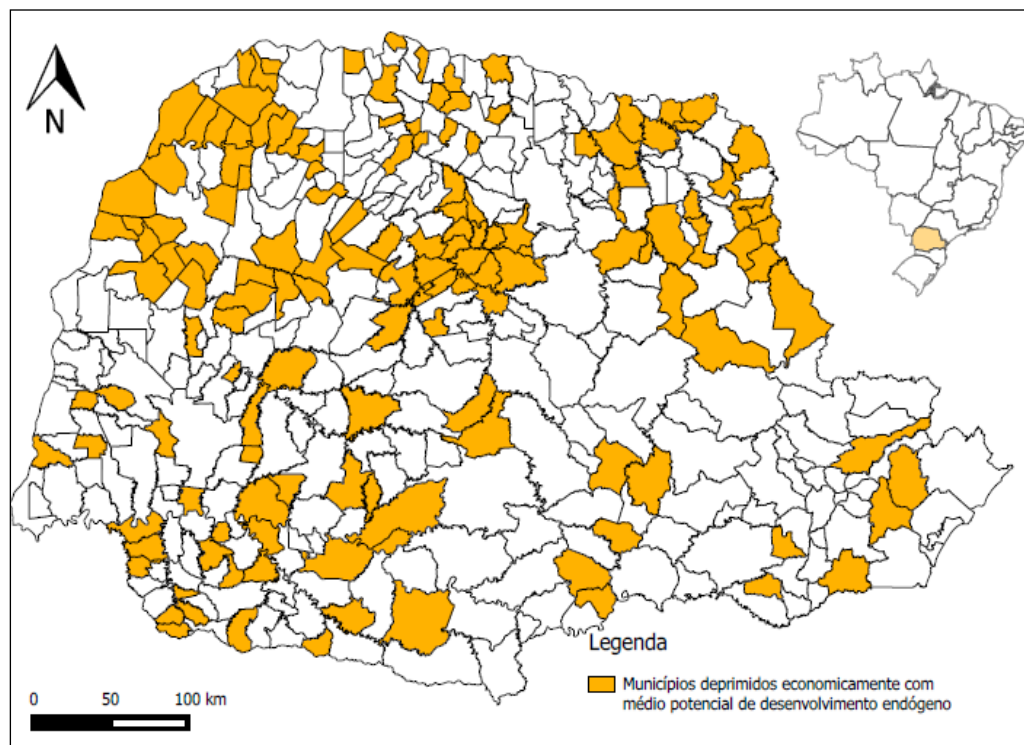
A relação dos 146 municípios que estão caracterizados nessa categoria pode ser visualizada no Quadro 50, e as suas respectivas localizações podem ser visualizada na Figura 11.

QUADRO 50 - RELAÇÃO DOS 146 MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS COM MÉDIO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Tipo	Municípios		
BBBBBA	Alto Paraíso	Godoy Moreira	Pinhal de São Bento
	Amaporã	Grandes Rios	Piraí do Sul
	Ângulo	Guaraci	Quarto Centenário
	Bandeirantes	Ibaiti	Querência do Norte
	Barbosa Ferraz	Ibema	Rebouças
	Barra do Jacaré	Icaraíma	Santa Mariana
	Boa Ventura de São Roque	Itaúna do Sul	Santa Mônica
	Boa Vista da Aparecida	Jaboti	Santo Antônio do Caiuá
	Bocaiúva do Sul	Jandaia do Sul	Santo Antônio do Paraíso
	Bom Jesus do Sul	Lidianópolis	São João do Ivaí
	Cafeara	Loanda	São Jorge do Patrocínio
	Cafezal do Sul	Lunardelli	São Jorge d'Oeste
	Cambará	Marilena	São Manoel do Paraná
	Campo Bonito	Mariópolis	São Tomé
	Candói	Marumbi	Sengés
	Conselheiro Mairinck	Mauá da Serra	Tapira
	Coronel Domingos Soares	Nova Fátima	Tuneiras do Oeste
	Cruzmaltina	Nova Olímpia	Turvo
Esperança Nova	Ouro Verde do Oeste	Uniflor	
Espigão Alto do Iguaçu	Paraíso do Norte	Uraí	
Figueira	Peabiru	Ventania	
Flórida	Perobal	Xambê	
Foz do Jordão	Pérola d'Oeste		
BBBBB	Antonina	Mandaguari	Prado Ferreira
	Boa Esperança do Iguaçu	Maria Helena	Quinta do Sol
	Cambira	Marmeleiro	Ribeirão Claro
	Cornélio Procópio	Morretes	Rio Bom
	Enéas Marques	Munhoz de Melo	Salto do Lontra
	Goioerê	Nossa Senhora das Graças	Santana do Itararé
	Itaipulândia	Nova Londrina	São José das Palmeiras
	Jesuítas	Novo Itacolomi	Verê
	Kaloré	Pitangueiras	Virmond
Laranjeiras do Sul	Porecatu		
BBBABB	Contenda	Mallet	Teixeira Soares
	Imbituva	Paulo Frontin	
BABBB	Alto Piquiri	Iretama	Planalto
	Arapuã	Janiópolis	Quedas do Iguaçu
	Araruna	Jardim Olinda	Ramilândia
	Campina da Lagoa	Joaquim Távora	Santa Inês
	Campo do Tenente	Mandaguaçu	Santa Isabel do Ivaí
	Capanema	Mirador	Santa Tereza do Oeste
	Chopininho	Moreira Sales	São José da Boa Vista
	Farol	Palmital	Sapopema
	Faxinal	Pérola	Terra Boa
	Honório Serpa	Pinhalão	Tijucas do Sul

Fonte: Resultados da pesquisa.

FIGURA 11 - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DOS 146 MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS COM MÉDIO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO



Fonte: Resultados da pesquisa.

E, na categoria caracterizada como economicamente deprimidos e de alto potencial endógeno, por agregarem dois ou três dos indicadores socioinstitucionais positivos, foram obtidos 38 de municípios, representando 13,72% dos 277 municípios paranaenses, que foram caracterizados como economicamente deprimidos na dimensão econômica. Com relação ao estudo anterior, tem-se que dos 51 municípios que estavam situados como de alto potencial endógeno, 6 municípios passaram para de baixo potencial, 29 município passaram para de médio e 8 municípios permaneceram na condição de alto potencial. Porém, 8 municípios passaram para uma condição de não economicamente deprimidos nesse estudo.

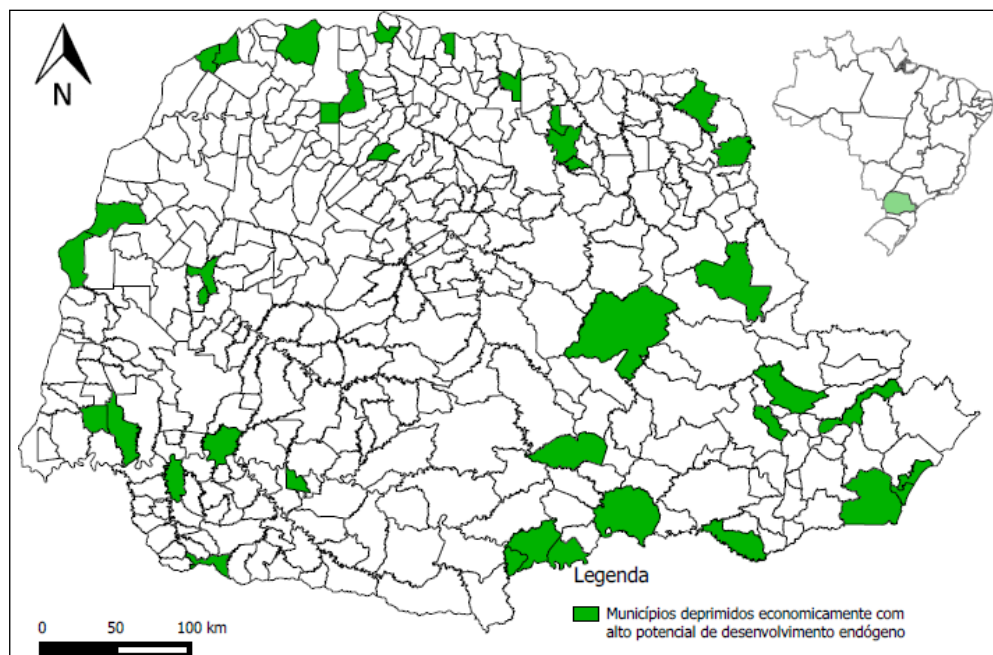
A relação dos municípios classificados nessa categoria está apresentada no Quadro 51, e as suas respectivas localizações podem ser visualizadas na Figura 12.

QUADRO 51- RELAÇÃO DOS 38 MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS COM ALTO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Tipo	Municípios		
BBBAAB	Irati	Rio Negro	União da Vitória
BBBABA	Campo Magro	Guaratuba	Porto Vitória
BBBBAA	Alto Paraná	Jacarezinho	Rio Branco do Sul
	Altônia	Jaguariaíva	São Pedro do Paraná
	Assaí	Jataizinho	Sulina
	Carlópolis	Paíçandu	Tamboara
	Formosa do Oeste	Porto Rico	Tibagi
	Iracema do Oeste	Realeza	
BABAAB	Campina Grande do Sul	Medianeira	
BABABA		-	
BABBA	Bela Vista do Paraíso	Lupionópolis	Santa Cecília do Pavão
	Flor da Serra do Sul	Matelândia	Terra Rica
	Guaira	Paranapoema	Três Barras do Paraná
BBBAAA	Matinhos	Pontal do Paraná	São Mateus do Sul
	Paula Freitas		
BABAAA		-	

Fonte: Resultados da pesquisa.

FIGURA 12 - MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DOS 38 MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS COM ALTO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO



Fonte: Resultados da pesquisa.

### **5.1.6. ANÁLISE DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENOS POR MEIO DOS CAPITAIS HUMANO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES**

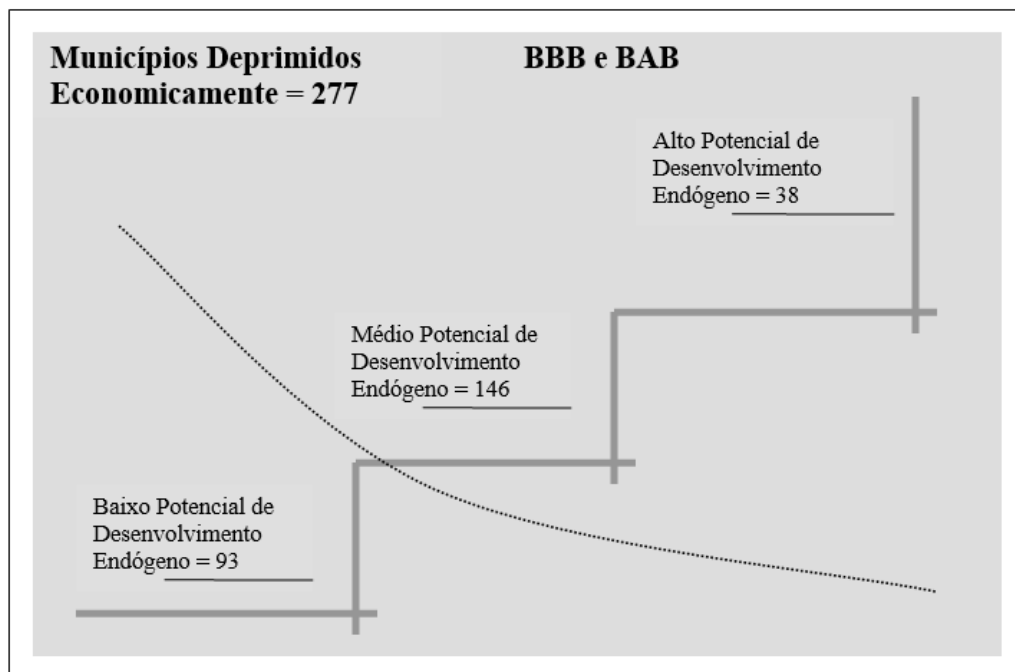
Este estudo apresentou como hipótese básica que a grande maioria dos municípios paranaenses classificados como economicamente deprimidos também seriam municípios que apresentariam baixos indicadores de capital humano e de capital social. Assim, por meio de variáveis *proxy* procurou-se captar o potencial de desenvolvimento endógeno de cada município. Assim, os municípios paranaenses economicamente deprimidos e sem uma formação de capital humano e social foram medidos por um índice de educação e de participação popular via conselhos municipais, respectivamente.

A Figura 13 representa, de forma resumida, o terceiro quadrante da Figura 9, que representa a distribuição espacial dos municípios paranaenses em função da sua dimensão econômica. Esse quadrante caracteriza exclusivamente os 277 municípios economicamente deprimidos nos três níveis de potencial de desenvolvimento endógeno (alto, médio e baixo).

A representação gráfica da Figura 13 procura retratar uma “escala” caracterizando o esforço que cada município paranaense economicamente deprimido terá que promover para superar as suas deficiências em termos econômicos, sociais e institucionais. Caso o esforço ocorra, isso permite, desta forma, que ele se desloque para um grau melhor dentro do mesmo quadrante, ou se desloque para outro quadrante diferente da qualidade de deprimido.

Os resultados do Quadro 52 demonstram que os municípios deprimidos têm uma maior dificuldade de mobilização, de organização e de participação popular, dificultando as iniciativas coletivas de coesão social, de solidariedade e de confiança. Para Putman (2002) e Haddad (2008), esses são elementos fundamentais para promoverem uma inquietação popular positiva, pois, enquanto não houver um processo de inconformismo da comunidade local com o seu subdesenvolvimento, não se dará o *start* para a mudança dessa situação.

FIGURA 13 – REPRESENTAÇÃO DO TERCEIRO QUADRANTE DA DIMENSÃO ECONÔMICA E DO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO DOS MUNICÍPIOS PARANAENSES



Fonte: Resultados da pesquisa.

Enquanto houver conformismo, apatia ou passividade dos habitantes do município ou região, é porque a dinâmica da organização social e política ainda não se faz presente, denotando falhas na composição do capital humano e do capital social. Ou seja, a formação do capital humano, nesses municípios economicamente deprimidos e com reduzidos potenciais de desenvolvimento endógenos, mais que adestrar e instruir, deve criar uma mentalidade crítica, e questionadora. Desta forma, os dados do Quadro 52 remetem para um resultado estarrecedor, onde aproximadamente 70% dos municípios paranaenses considerados economicamente deprimidos são municípios cuja emancipação ocorreu há cinquenta ou mais de cem anos. Isso demonstra que, nesses municípios, o passar do tempo e a situação precária econômica e social não promoveram, nessa população, o *start* de inconformismo e de busca de novas alternativas.

QUADRO 52 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL E NÚMERO DE MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS COM BASE NO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO EM RELAÇÃO AO PERÍODO DE EMANCIPAÇÃO

Anos de emancipação	Municípios com Baixo potencial endógeno	%	Municípios com Médio potencial endógeno	%	Municípios com Alto potencial endógeno	%
de 12 a 25 anos	16	17,20%	34	23,29%	4	10,53%
de 26 a 49 anos	11	11,83%	14	9,59%	4	10,53%
de 50 a 99 anos	61	65,59%	91	62,33%	21	55,26%
mais de 100	5	5,38%	7	4,79%	9	23,68%
Total de municípios	93	100,00%	146	100,00%	38	100,00%

Fonte: Resultados da pesquisa.

Neste sentido, o Quadro 53 apresenta os dados relativos à formação do índice de educação dos 93 municípios que foram classificados como economicamente deprimidos e de baixo potencial de desenvolvimento endógeno no Estado do Paraná. Percebe-se que nenhum dos municípios enquadrados nessa classificação com relação a taxa de alfabetização de adultos (AA) apresentou um desempenho acima da média estadual<sup>7</sup>. O mesmo acontecendo com relação ao índice de educação – IE, onde nenhum dos municípios obteve um índice acima da média do estado que teve com base 100,00. A melhoria do índice de educação é considerada como um dos fatores decisivos na mudança de *performance* dos municípios com baixo potencial de desenvolvimento endógeno, pois a elevação do nível do capital humano é um elemento de mudança e de transformação local no médio e longo prazo, uma vez que o maior e melhor nível de instrução qualitativa da população contribuirá para o aumento da sua eficiência e da sua produtividade, refletindo na melhoria das condições de vida. Para que isso ocorra, o investimento e o acompanhamento da sociedade e do setor público nessa área torna-se de fundamental importância para a formação e a qualificação das futuras gerações.

7 Formada pelo percentual de pessoas acima de 15 anos de idade que sabem ler e escrever e a taxa bruta de frequência escolar (FEi), calculada através da proporção entre o número total de pessoas em todas as faixas etárias que frequentam os cursos fundamentais, segundo grau ou superior em relação ao total de pessoas na faixa etária de 7 a 22 anos.

QUADRO 53 - DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE DE EDUCAÇÃO EM RELAÇÃO AOS 93  
MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE DEPRIMIDOS E COM BAIXO  
POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Nº	Município	Nota AAI			Nota FEI			IE	Nº	Município	Nota AAI			Nota FEI			IE
		9,43	%	1,07	%	100,00	9,43				%	1,07	%	100,00			
1	Abatiá	8,49	90,00	1,08	100,25	<b>90,56</b>	48	Ivaté	9,08	96,23	1,08	100,95	<b>96,49</b>				
2	Agudos do Sul	9,20	97,56	1,07	99,88	97,68	49	Japira	9,01	95,51	1,08	100,53	<b>95,78</b>				
3	Alvorada do Sul	9,08	96,25	1,08	100,31	<b>96,47</b>	50	Japurá	9,20	97,56	1,07	99,89	<b>97,68</b>				
4	Ampére	9,32	98,82	1,08	100,17	<b>98,89</b>	51	Jardim Alegre	8,64	91,57	1,07	99,35	<b>91,99</b>				
5	Ariranha do Ivaí	8,64	91,55	1,08	100,79	<b>92,05</b>	52	Jundiá do Sul	8,69	92,15	1,08	100,74	<b>92,61</b>				
6	Astorga	9,27	98,30	1,07	99,89	<b>98,39</b>	53	Leópolis	8,96	95,00	1,08	100,69	<b>95,31</b>				
7	Bela Vista da Caroba	8,72	92,43	1,08	100,51	<b>92,86</b>	54	Lindoeste	8,77	92,97	1,08	100,70	<b>93,39</b>				
8	Bituruna	9,27	98,29	1,07	99,81	<b>98,37</b>	55	Luiziana	8,68	92,03	1,07	99,70	<b>92,45</b>				
9	Bom Sucesso	8,77	92,92	1,08	100,24	<b>93,32</b>	56	Mandirituba	9,40	99,67	1,08	100,11	<b>99,69</b>				
10	Braganey	8,81	93,33	1,08	100,68	<b>93,73</b>	57	Manfrinópolis	8,69	92,06	1,08	100,57	<b>92,52</b>				
11	Califórnia	9,22	97,71	1,08	100,42	<b>97,86</b>	58	Manoel Ribas	8,77	92,96	1,08	100,20	<b>93,35</b>				
12	Cantagalo	9,21	97,61	1,08	100,19	<b>97,75</b>	59	Mariluz	8,43	89,34	1,08	100,37	<b>89,93</b>				
13	Catanduvas	8,78	93,02	1,08	100,39	<b>93,41</b>	60	Nova América da Colina	8,75	92,79	1,08	100,75	<b>93,22</b>				
14	Centenário do Sul	8,78	93,06	1,07	99,88	<b>93,42</b>	61	Nova Cantu	8,45	89,58	1,08	100,36	<b>90,16</b>				
15	Cidade Gaúcha	8,98	95,18	1,08	100,26	<b>95,46</b>	62	Nova Esperança	9,21	97,62	1,08	100,63	<b>97,78</b>				
16	Clelândia	8,98	95,14	1,08	100,31	<b>95,41</b>	63	Nova Esperança do Sudoeste	9,18	97,25	1,08	100,08	<b>97,40</b>				
17	Colorado	9,20	97,56	1,08	100,53	<b>97,72</b>	64	Nova Prata do Iguaçu	9,08	96,27	1,07	99,63	<b>96,45</b>				
18	Congonhinhas	8,48	89,86	1,08	100,02	<b>90,41</b>	65	Nova Santa Bárbara	8,52	90,34	1,08	100,91	<b>90,91</b>				
19	Coronel Vivida	9,26	98,17	1,07	99,57	<b>98,24</b>	66	Palmas	9,16	97,11	1,08	100,39	<b>97,29</b>				
20	Corumbatai do Sul	8,27	87,66	1,08	100,66	<b>88,36</b>	67	Porto Amazonas	9,42	99,82	1,09	101,02	<b>99,88</b>				
21	Cruzeiro do Iguaçu	8,85	93,84	1,08	100,62	<b>94,20</b>	68	Pranchita	9,15	96,98	1,08	100,58	<b>97,17</b>				
22	Cruzeiro do Oeste	8,87	94,01	1,08	100,46	<b>94,36</b>	69	Primeiro de Maio	9,06	95,99	1,07	99,99	<b>96,21</b>				
23	Cruzeiro do Sul	8,91	94,44	1,08	100,39	<b>94,76</b>	70	Quatiguá	9,24	97,92	1,08	100,24	<b>98,05</b>				
24	Curiúva	8,78	93,02	1,07	99,81	<b>93,38</b>	71	Quitandinha	9,36	99,21	1,07	99,46	<b>99,22</b>				
25	Diamante do Norte	8,99	95,33	1,09	101,05	<b>95,63</b>	72	Rancho Alegre	9,00	95,42	1,08	100,73	<b>95,71</b>				
26	Diamante D'Oeste	8,49	89,99	1,08	100,22	<b>90,54</b>	73	Reserva do Iguaçu	8,92	94,58	1,08	100,95	<b>94,92</b>				
27	Engenheiro Beltrão	9,13	96,75	1,08	100,57	<b>96,95</b>	74	Ribeirão do Pinhal	8,62	91,32	1,08	100,39	<b>91,81</b>				
28	Fênix	8,81	93,34	1,08	100,74	<b>93,74</b>	75	Roncador	8,60	91,16	1,08	100,16	<b>91,64</b>				
29	Fernandes Pinheiro	9,11	96,54	1,08	100,34	<b>96,74</b>	76	Rondon	9,04	95,82	1,08	100,03	<b>96,05</b>				
30	Floresta	9,36	99,25	1,08	100,80	<b>99,33</b>	77	Rosário do Ivaí	8,24	87,36	1,08	100,74	<b>88,08</b>				
31	Florestópolis	8,84	93,65	1,07	99,99	<b>93,99</b>	78	Santa Amélia	8,99	95,32	1,08	100,87	<b>95,62</b>				
32	Francisco Alves	8,58	90,94	1,08	100,48	<b>91,45</b>	79	Santa Fé	9,22	97,71	1,08	100,16	<b>97,84</b>				
33	General Carneiro	9,11	96,58	1,06	99,02	<b>96,71</b>	80	Santa Izabel do Oeste	9,12	96,66	1,07	99,54	<b>96,82</b>				
34	Guairaçá	8,73	92,56	1,08	100,19	<b>92,97</b>	81	Santa Lúcia	8,84	93,67	1,08	100,86	<b>94,05</b>				
35	Guamiranga	9,34	98,97	1,07	99,88	<b>99,02</b>	82	Santa Terezinha de Itaipu	9,35	99,07	1,08	100,19	<b>99,13</b>				
36	Guapirama	8,87	94,03	1,09	101,09	<b>94,41</b>	83	Santo Antônio da Platina	9,12	96,69	1,08	100,18	<b>96,88</b>				
37	Guaporema	8,90	94,36	1,08	100,84	<b>94,71</b>	84	Santo Antônio do Sudoeste	8,95	94,87	1,07	99,94	<b>95,14</b>				
38	Iguatu	8,92	94,52	1,09	101,03	<b>94,88</b>	85	São Jerônimo da Serra	8,45	89,55	1,08	100,73	<b>90,16</b>				
39	Imbaú	8,53	90,39	1,07	99,67	<b>90,89</b>	86	São João do Caiúá	8,81	93,41	1,08	100,84	<b>93,81</b>				
40	Inajá	8,71	92,33	1,09	100,95	<b>92,80</b>	87	São Pedro do Iguaçu	8,95	94,89	1,08	100,32	<b>95,18</b>				
41	Ipiranga	9,31	98,72	1,07	99,25	<b>98,75</b>	88	São Sebastião da Amoreira	8,70	92,20	1,08	100,08	<b>92,62</b>				
42	Itaguajé	8,97	95,13	1,08	100,41	<b>95,41</b>	89	Sertãozinho	9,39	99,48	1,08	100,08	<b>99,52</b>				
43	Itambaracá	8,61	91,24	1,09	100,95	<b>91,77</b>	90	Tapejara	8,94	94,76	1,08	100,14	<b>95,05</b>				
44	Itapejara d'Oeste	9,34	99,01	1,07	99,45	<b>99,03</b>	91	Terra Roxa	9,10	96,40	1,07	99,68	<b>96,58</b>				
45	Itaperuçu	9,03	95,70	1,06	99,04	<b>95,88</b>	92	Tomazina	8,81	93,37	1,07	99,85	<b>93,72</b>				
46	Ivaí	9,25	98,08	1,07	99,22	<b>98,14</b>	93	Vera Cruz do Oeste	9,00	95,39	1,08	100,02	<b>95,64</b>				
47	Ivaiporã	8,96	94,95	1,08	100,77	<b>95,27</b>											

Fonte: Resultados da pesquisa.

Para Putnam (2002), uma comunidade cívica organizada representa o capital social de um município por meio da incorporação dos princípios de igualdade política, dos sentimentos de confiança e de solidariedade.

O reflexo da comunidade civil organizada é o espírito de cooperação e de participação da comunidade. Assim também o é a política adotada pelo



município em relação à constituição e à forma de gerenciamento das ações dos conselhos municipais, ou seja, em relação à existência e ao tipo de participação da população nesses conselhos (seja conselho participativo, seja conselho deliberativo, etc.).

Embora se saiba da importância e da contribuição isolada de cada tipo de capital para a formação do desenvolvimento local, neste estudo foram enfocados os aspectos do capital social como elemento de propulsão do desenvolvimento endógeno dos municípios considerados dentro da dimensão econômica como deprimidos. Assim sendo, o capital social de um município é a capacidade que o município tem de criar, de estimular e de sustentar associações cívicas organizadas.

As informações do Quadro 54 representam a rede de confiança e, por consequência, o nível de cidadania dos 93 municípios considerados economicamente deprimidos e com baixo potencial de desenvolvimento endógeno. Com base nesses dados verificou-se que, na sua grande totalidade, é muito baixa a participação da população nas decisões dos conselhos, sejam elas paritárias ou deliberativas. Considerando-se como participação deliberativa as ações da população nos conselhos municipais, tem-se que, dos 93 municípios paranaenses, 27 apresentaram participação deliberativa em apenas um dos conselhos; 30 apresentaram participação deliberativa em apenas dois dos conselhos; e 23 apresentaram participação deliberativa em pelo menos três dentre os oito conselhos analisados, sendo que nenhum dos 93 municípios paranaenses apresentou participação deliberativa nos oito conselhos. A mesma tendência verificada em relação à participação deliberativa se mantém em termos de formação de conselhos quanto à sua paridade. Ou seja, a grande maioria dos 93 municípios paranaenses considerados economicamente deprimidos e de baixo potencial de desenvolvimento endógeno tem, na constituição de seus conselhos municipais, a prática de formação de conselhos de forma não paritária, sem envolvimento popular e sem comprometimento da sociedade. Onde 20 municípios apresentam somente um dentre os oito conselhos como paritário, 27 municípios com dois tipos de conselhos como paritários e 22 deles com três tipos de conselhos como paritários.

Análise dos Resultados

QUADRO 54 - CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE CONSELHO MUNICIPAL EM  
 RELAÇÃO AOS 93 MUNICÍPIOS PARANAENSES ECONOMICAMENTE  
 DEPRIMIDOS E COM BAIXO POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Nº Município	paritário								nº de sim	deliberativo								nº de sim
	1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11	12	13	14	15	16	
1 Abatiá	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	4	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3
2 Adrianópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
3 Agudos do Sul	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	0
4 Alto Paraíso	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
5 Alvorada do Sul	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	3	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
6 Ampére	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3
7 Ariranha do Ivaí	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
8 Astorga	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	5	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	4
9 Bela Vista da Caroba	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
10 Bituruna	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	3	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	2
11 Bom Sucesso	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	5	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	2
12 Braganey	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2
13 Califórnia	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	4	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
14 Cantagalo	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	3	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	3
15 Catanduvas	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
16 Centenário do Sul	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1
17 Cidade Gaúcha	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
18 Clevelândia	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	4	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	2
19 Colorado	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	3	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	5
20 Congonhinhas	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	3	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
21 Coronel Vivida	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3
22 Corumbataí do Sul	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
23 Cruzeiro do Iguaçu	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
24 Cruzeiro do Oeste	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	6	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	6
25 Cruzeiro do Sul	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
26 Curitiba	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
27 Diamante do Norte	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	4	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3
28 Diamante D'Oeste	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
29 Doutor Ulysses	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
30 Engenheiro Beltrão	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3
31 Fênix	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	4	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	5
32 Fernandes Pinheiro	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
33 Floresta	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
34 Florestópolis	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
35 Francisco Alves	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3
36 General Carneiro	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
37 Guairaçá	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
38 Guamiranga	Não	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	4	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3
39 Guapirama	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2
40 Guaporema	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
41 Igatu	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
42 Imbaú	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	3	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	2
43 Inajá	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3
44 Ipiranga	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
45 Itaguajé	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
46 Itambaracá	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
47 Itapejara d'Oeste	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
48 Itaperuçu	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3
49 Ivaí	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
50 Ivaiporã	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	3	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4
51 Ivaté	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1
52 Japira	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3
53 Japurá	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	4	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	4

Continuação do Quadro 54:

Nº	Município	paritário								nº de	deliberativo								nº de
		1	2	3	4	5	6	7	8		9	10	11	12	13	14	15	16	
54	Jardim Alegre	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
55	Jundiá do Sul	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	3
56	Leópolis	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
57	Lindoeste	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	4	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3
58	Luzitana	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
59	Mandirituba	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	4	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
60	Manfrinópolis	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	5	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3
61	Manoel Ribas	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3
62	Mariluz	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
63	Nova América da Colina	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
64	Nova Cantu	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
65	Nova Esperança	Sim	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	4	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
66	Nova Esperança do Sudoeste	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
67	Nova Prata do Iguaçu	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	5	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	5
68	Nova Santa Bárbara	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3
69	Palmas	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	5	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4
70	Porto Amazonas	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4
71	Franchita	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	3	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
72	Primeiro de Maio	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	1
73	Quitaguá	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	3
74	Quitandinha	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	4	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Sim	4
75	Rancho Alegre	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
76	Reserva do Iguaçu	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	4	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3
77	Ribeirão do Pinhal	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
78	Roncador	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
79	Rondon	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Sim	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
80	Rosário do Ivaí	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
81	Santa Amélia	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	3
82	Santa Fé	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3
83	Santa Izabel do Oeste	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	5	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	5
84	Santa Lúcia	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
85	Santa Terezinha de Itaipu	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	5	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4
86	Santo Antônio da Platina	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	5	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	4
87	Santo Antônio do Sudoeste	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	6	Não	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Não	4
88	São Jerônimo da Serra	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
89	São João do Caiuá	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	1
90	São Pedro do Iguaçu	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
91	São Sebastião da Amoreira	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	3
92	Sertãozinho	Sim	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	3	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	3
93	Tapejara	Não	Não	Não	Não	Não	Sim	Sim	Não	2	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	2
94	Terra Roxa	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	5	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	4
95	Tomazina	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	3	Não	Não	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	2
96	Vera Cruz do Oeste	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim	5	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Não	4

- |  |  |
|--|--|
| 1 Cons. Mun. de Política Urb., Desenv. Urb., da Cidade ou similar - existência | 9 Deliberativo: Cons. Mun. de Pol. Urb., Des. Urb., da Cidade ou similar |
| 2 Conselho Municipal de Habitação - existência                                 | 10 Deliberativo: Conselho Municipal de Habitação                         |
| 3 Conselho Municipal de Transporte - existência                                | 11 Deliberativo: Conselho Municipal de Transporte                        |
| 4 Conselho Municipal de Meio Ambiente - existência                             | 12 Deliberativo: Conselho Municipal de Meio Ambiente                     |
| 5 Conselho Municipal de Cultura - existência                                   | 13 Deliberativo: Conselho Municipal de Cultura                           |
| 6 Conselho Municipal de Assistência Social - existência                        | 14 Deliberativo: Conselho Municipal de Assistência Social                |
| 7 Conselho Municipal de Segurança Alimentar - existência                       | 15 Deliberativo: Conselho Municipal de Segurança Alimentar               |
| 8 Conselho Municipal de Segurança Pública - existência                         | 16 Deliberativo: Conselho Municipal de Segurança Pública                 |

Fonte: Resultados da pesquisa.

Frente a essas informações, a falta de mecanismos que propiciem o surgimento e o desenvolvimento do capital social deve ser objeto de preocupação das autoridades em esferas estaduais e federais, pois não se consegue ter regiões fortes e dinâmicas se elas forem compostas por municípios que não tenham uma sociedade civil organizada e dinâmica no seu meio.



## RESUMO E CONCLUSÕES

A análise do conjunto de informações econômicas e sociais do Estado do Paraná do ponto de vista conjuntural atribui ao Estado uma posição confortável em relação aos demais Estados brasileiros. Ocorre, porém, que esses resultados, obtidos em termos médios estaduais, acabam dando uma falsa impressão de que, no Paraná, a distribuição da riqueza e dos avanços sociais ocorre de forma homogênea. Dessa forma, quando se analisa a formação e a distribuição da riqueza entre os municípios paranaenses, percebe-se uma grande distorção. Os avanços que o Estado obteve na elevação da renda *per capita* ao longo dos últimos anos não foram distribuídos de forma equitativa entre os municípios, situação essa que fez ampliar as disparidades socioeconômicas. Trata-se de uma disparidade tão profunda, ao ponto de, em 2011, de um total de 399 municípios, somente 5 responderem por 43,60% do Produto Interno Bruto (PIB) estadual.

Em vista do exposto, mais que apresentar indicadores de desigualdades socioeconômicas, os resultados da pesquisa também avaliaram se, no Paraná, os municípios economicamente deprimidos proporcionam um freio ao próprio processo de crescimento e de desenvolvimento econômico. Essa avaliação pressupõe que, em função do círculo vicioso da pobreza, quanto mais desigual é um município, menor é a sua capacidade de reduzir a sua pobreza por intermédio das suas condições socioeconômicas. Assim, não são apenas os aspectos econômicos os responsáveis pelo dinamismo econômico do município, mas a associação deles com fatores endógenos, tais como capital humano, capital social, capital institucional, capital físico e capital natural.

O objetivo desta pesquisa foi identificar entre os 399 municípios paranaenses, aqueles que, dentro das dimensões econômica, social e institucional, fossem considerados economicamente deprimidos e, com base nessa identificação, determinar o grau de potencial de desenvolvimento endógeno desses municípios e por extensão, comparar esses resultados com os obtidos no estudo anterior.

Visando atender ao objetivo proposto, foi adotado um processo de regionalização dos municípios paranaenses por meio da homogeneidade ou da heterogeneidade do potencial endógeno. Inicialmente, foi estabelecida a dimensão econômica formada por três índices: indicador do nível de crescimento econômico, indicador do ritmo de crescimento econômico e indicador do potencial de desenvolvimento. A partir do indicador do nível de crescimento econômico identificou-se o conjunto de municípios paranaenses que estavam acima ou abaixo do valor do PIB *per capita* médio estadual no ano de 2011. Por intermédio do indicador de ritmo de crescimento econômico identificou-se o grupo de municípios paranaenses que estavam situados acima ou abaixo da média estadual relativa ao PIB *per capita* dos anos de 1999 e 2011. E por meio do indicador do potencial de desenvolvimento endógeno identificaram-se os municípios paranaenses que apresentaram melhor desempenho relativo em 42 variáveis distribuídas nas dimensões econômica, social e política. Utilizando a análise fatorial foi possível determinar cinco fatores de desenvolvimento econômico e as suas respectivas variâncias, o que permitiu a construção de um fator ponderado, fator que representou o indicador de potencial de desenvolvimento.

Por meio da combinação desses três indicadores foram estabelecidas oito combinações entre os indicadores econômicos, conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da média estadual. Com a análise de cada uma dessas combinações estabeleceu-se uma tipologia de municípios paranaenses com relação à dimensão econômica. Considerou-se como município economicamente deprimido aquele que apresentou baixo nível de crescimento econômico, baixo ritmo de crescimento econômico e baixo potencial de desenvolvimento.

Utilizando a mesma metodologia aplicada na construção da tipologia da dimensão econômica, foram estabelecidas oito combinações possíveis entre os indicadores socioinstitucionais (educação, longevidade e qualidade institucional) conforme a posição do município entre acima (A) ou abaixo (B) da

média estadual em relação a cada um desses indicadores. Cabe ressaltar que foram consideradas as combinações apenas dentre os municípios já considerados economicamente deprimidos.

Desta forma, a utilização dos indicadores socioinstitucionais agregados aos indicadores econômicos e organizados de acordo com o número de indicadores positivos ou negativos permitiu a construção do *ranking* de municípios economicamente deprimidos para o Paraná, conforme o seu potencial de endogenia, ou seja, com baixo, médio ou alto potencial de desenvolvimento endógeno.

A respeito das principais conclusões relacionadas com os resultados da metodologia utilizada e dos objetivos propostos, elas abrangem as dimensões econômica, institucional e social, bem como a determinação do potencial de desenvolvimento endógeno, as limitações e as sugestões da pesquisa.

Com relação à capacidade de desenvolvimento socioeconômico dos municípios, conclui-se que 69,00% dos municípios paranaenses estão situados abaixo da média estadual, apresentando, nas suas estruturas econômicas, sociais e políticas, um grande distanciamento dos avanços já alcançados por um pequeno grupo de municípios no Estado, responsáveis pela elevação da média estadual.

Em relação à dimensão social concluiu-se, também, pelo grande distanciamento entre os municípios do Estado, cujo resultado é reflexo da situação econômica e social apresentada nos indicadores da dimensão econômica. Quanto mais precária a oferta de serviços básicos, menor é a expectativa de vida da população. Em relação aos municípios que apresentaram o maior índice de longevidade no Estado, os primeiros estão situados em uma mesorregião com maior dinamismo. Em relação ao Índice de Educação dos Municípios Paranaenses, concluiu-se que é elevado o número de municípios paranaenses localizados abaixo da média estadual, refletindo que, na maioria dos pequenos municípios em que a renda da população é baixa, ocorre a saída dos jovens para o mercado de trabalho, visando complementar a renda familiar.

Em relação à efetiva participação da comunidade nas ações da administração municipal a partir dos conselhos municipais, pode-se concluir, por meio do cruzamento das informações, que, em aproximadamente 85% dos

municípios do Estado, é baixíssima a participação da população em relação aos conselhos municipais, onde somente quatro municípios paranaenses apresentaram um grau elevado de participação quanto ao conselho ser paritário e somente dois quanto a ser deliberativo. Esta mesma lógica também se verifica em relação à capacidade financeira dos municípios paranaenses, pois mais de vinte e quatro por cento deles não possuíam no ano de 2011, recursos suficientes para quitarem a folha de pagamento e os compromissos municipais já empenhados. Isso demonstra claramente a precariedade das finanças nesses municípios, bem como a baixa capacidade de investimentos do poder público local. Os resultados permitem concluir que mais de 60% dos municípios paranaenses apresentaram um baixo desempenho na sua capacidade de participar de consórcios municipais e intermunicipais, no seu controle da relação receita/despesa municipais e na geração de poupança real *per capita*. Assim, dentro da conceituação do desenvolvimento endógeno, esses 60% de municípios paranaenses não apresentaram condições de alavancar a demanda efetiva das suas economias, via gastos públicos ou investimentos e manutenção da infraestrutura municipal.

Com relação à capacidade gerencial dos municípios paranaenses, concluiu-se que os municípios apresentaram um bom desempenho nos recursos de gestão, nos instrumentos de gestão e no planejamento, demonstrando a capacidade que os municípios do Estado têm de gerir e de planejar os seus recursos. Em relação a este indicador concluiu-se, porém, que a grande maioria dos municípios mantém as suas atividades básicas via repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), deixando de arrecadar recursos especificamente municipais.

Esses resultados permitiram a identificação e a análise do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses. Por meio do perfil das desigualdades econômicas, sociais e institucionais, procedeu-se à estratificação dos municípios em agrupamentos homogêneos, hierarquizando-os quanto ao grau de crescimento e de desenvolvimento econômico, social e institucional. Com base na dimensão econômica conclui-se que 277 municípios paranaenses foram classificados como economicamente deprimidos. E, por meio do modelo de endogenia, classificaram-se como de baixo potencial de desenvolvimento endógeno 93 municípios paranaenses.



Os municípios deprimidos e de baixo potencial de desenvolvimento endógeno estão mais concentrados em algumas mesorregiões, como a Norte Central, a Norte Pioneiro Paranaense e a Noroeste e são via de regra municípios com mais de cinquenta anos de emancipação. Neste contexto, conclui-se que esse grupo de municípios é pobre e de baixo dinamismo, o que dificulta a superação endógena dos seus problemas socioeconômicos. Também foram identificados 146 municípios economicamente deprimidos de médio potencial de desenvolvimento endógeno e 38 municípios como economicamente deprimidos e de alto potencial endógeno, com maior chance de se deslocar para uma fase mais elevada do processo de desenvolvimento econômico. Porém, em relação a esse grupo de municípios, quando comparados com o estudo anterior, percebe-se que foram muito maiores as chances dos municípios que estavam classificados nessa categoria de deprimidos de piorarem sua situação, do que a de melhorarem, pois somente 44 municípios dos que estavam classificados anteriormente como deprimidos economicamente, como de baixo, médio e alto potencial endógeno, conseguiram se classificar numa condição de não economicamente deprimidos nesse novo estudo.

O estudo conclui pela confirmação da hipótese apresentada, ou seja, que os municípios paranaenses classificados como economicamente deprimidos, por extensão, também seriam municípios que apresentariam baixos indicadores de capital humano e de capital social. Apresentam eles, portanto, maior dificuldade de mobilização, de organização e de participação popular, dificultando as suas iniciativas coletivas de coesão social, de solidariedade e de confiança. Por consequência, o nível de cidadania, ou seja, o capital social dos municípios economicamente deprimidos é muito baixo, com quase nenhuma participação da população nas decisões dos conselhos municipais, sejam elas paritárias ou deliberativas.

Esta pesquisa trouxe, também, importantes avanços científicos relacionados com o tema e com o problema de pesquisa, assim tornando possível ampliar a forma de medir a classificação dos municípios em relação ao seu nível de desenvolvimento econômico, não apenas no aspecto econômico, mas social e institucional. Foram alcançados resultados que reforçam a justificativa de que, para dimensionar o desenvolvimento endógeno dos municípios, é necessária, além da consideração de variáveis econômicas e sociais, a inclusão de variáveis que captem o modo de vida e a origem da sua população. Os

resultados da pesquisa são de elevada importância na formulação de políticas públicas (sejam elas locais, estaduais ou federais) que visem modificar o perfil do desenvolvimento econômico de uma determinada região.

Quanto às principais limitações desta pesquisa, elas são de ordem metodológica, estando relacionadas com os dados utilizados, em que algumas variáveis refletem uma defasagem de cinco ou dez anos.

Finalmente, considerando que os municípios são o principal indutor do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico, podem ser assinaladas sete sugestões para a realização de novos estudos envolvendo este tema: 1) a realização de novos estudos que considerem também a inclusão de outros aspectos da dimensão cultural e política como relevantes do desenvolvimento local; 2) a condução de estudos que permitam identificar qual tipo de arranjo institucional ou de políticas públicas tem melhores condições de criar ou de aumentar o estoque de capital humano e social existente nos municípios, bem como identificar quais tipos de políticas ou de programas que contribuíram ou contribuem para a diminuição desses capitais nesses municípios; 3) desenvolver novos estudos que contribuam para ampliar a literatura de desenvolvimento endógeno dos municípios brasileiros, que é relativamente escassa; 4) estimular o desenvolvimento de políticas públicas federais e estaduais específicas que privilegiem os elementos locais visando ao aproveitamento pleno dos recursos humanos, ambientais e institucionais da região; 5) promover agendas microrregionais visando à busca de soluções de forma conjunta e integrada para os problemas comuns dos municípios; 6) estimular a criação, por parte do Estado, de mecanismos que estimulem e promovam o inconformismo da população dos municípios antigos e deprimidos, para que se inicie um processo de mudanças, 7) Sobretudo, sugere-se que os municípios deprimidos devem ser tratados de forma diferenciada, tal como, ocorre com as pequenas propriedades agrícolas, ou seja, com a formulação de políticas públicas diferenciadas, que estimulem a diversificação das atividades econômicas desses municípios, privilegiando ações que gerem condições de permanência da população jovem no município. Contribuindo assim, para que esses municípios retenham e estimulem seu capital humano e social.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento territorial. In: Economia Aplicada, v. 4, n. 2, abril/junho 2000.

AGHION, P. and HOWITT, P. **Endogenous Growth Theory**. Cambridge: MA: MIT Press, 1998.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista**. In: Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, DF: IPEA, p. 35-70. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 18 ago. 2009.

AMARAL FILHO, J. **A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local**. Planejamento e Políticas Públicas ppp. Brasília, DF: IPEA, n.23, p. 261-286, 2001.

AMARAL FILHO, J. **Desenvolvimento regional endógeno**: (re)construção de um conceito, reformulação das estratégias. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, CE: v. 26, n.3, 2002.

ANDRADE, J. R. L. **Uma estratégia alternativa de desenvolvimento regional**: o turismo no Estado de Sergipe. Curitiba, PR: 1997. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.

ANDRADE, T. A. **Métodos estatísticos e econométricos aplicados à análise regional**. In: HADDAD, P. R. (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, CE: BNB, ETENE, 1989.

BANDEIRA, P. S.; CÉSAR, B. T. **Desenvolvimento regional, cultura política e capital social** - pesquisa empírica como subsídio à atividade parlamentar no Rio Grande do Sul. Relatório de Análise dos Resultados. 2001. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <[www.al.rs.gov.br/download/Desenv\\_regional/](http://www.al.rs.gov.br/download/Desenv_regional/) pesquisa).>

quisa.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2009.

BAQUERO, M. **Capital social y cultura política en Brasil**: posibilidades y límites. América Latina Hoy. Editora Universidad de Salamanca, 33, p.157-177, 2001.

BAQUERO, M. **Globalização e democracia inercial**: o que o capital social pode fazer na construção de uma sociedade participativa? In: Org(s): Marcello Baquero e Dejalma Cremonese. Capital Social: teoria e prática. Ijuí, p.28–47, maio de 2006.

BARROSO, L. P.; ARTES, R. **Análise multivariada**. Lavras, Universidade Federal de Lavras, Departamento de Ciências Exatas. 48a Reunião Anual da Região Brasileira da Sociedade Internacional de Biometria e 10o Simpósio de Estatística Aplicada à Experimentação Agronômica. Lavras, MG: Julho, 2003.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do Século XXI**. 2. ed. São Paulo, SP: Hucitec, 1999.

BOISIER, S. **Política econômica, organização social e desenvolvimento regional**. In: HADDAD, P. R. (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza, CE: BNB/ETENE, 1989.

BOISIER, S. **Território, estado y sociedad**. Santiago do Chile: CEPAL, 1990.

BOISIER, S. **El difícil arte de hacer region**: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.

BOISIER, S. **Teorias e metáforas sobre el desarrollo territorial**. Santiago do Chile: CEPAL, 1999.

BOISIER S. **Conversaciones sociales y desarrollo regional**. Editorial de la Universidad de Talca, 2000.

BRASIL. **Lei. 8.742**, de 7 de dezembro de 1993.

BRASIL. **Lei. 10.257**, de 10 de julho de 2001.

BRASIL. Ministério do Planejamento, 2009. **Estudo de Atualização do Portfólio dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, de 2000-2007 para 2004-2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/arquivosdown/spi/Eixos2003>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

CLEMENTE, A.; HIGACHI, H. Y. **Economia e desenvolvimento regional**. São Paulo, SP: Atlas, 2000. 260 p.

COLEMAN, J. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press/Harvard University Press. 1990.

CORRÊA, A. M. C. J.; FIGUEIREDO, N. M. S. **Modernização da agricultura brasileira no início dos anos 2000**: uma aplicação da análise fatorial. *Revista GEPEC*, v. 10, n. 2, p. 82-99, jul./dez. 2006.

CHISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. Englewood Cliffs, Prentice-Hall Inc., 1966.

FERRERA DE LIMA, J.; PIACENTI, C. A.; ALVES, L. R. **Ciclos de produção intensiva e extensiva na agricultura brasileira e seus impactos na ocupação da mão-de-obra agrícola (1960-2000)**. *Canadian Journal Of Latin American Caribbean Studies*, Montreal: v. 30, n. 60, p. 93-116, 2005.

FERREIRA, C. M. de C. **Métodos de regionalização**. In: HADDAD, P. R. (Org.). *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza, CE: BNB, ETENE, 1989.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE MINAS GERAIS - FIEMG. **Cresce Minas**: um projeto brasileiro. Belo Horizonte. FIEMG, 2000. 112 p. Disponível em: <[http://www.salej.com.br/doc/cresce\\_minas.pdf](http://www.salej.com.br/doc/cresce_minas.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2009.

FREITAS, C. A.; BACHA, C. J. C., FOSSATTI, D.M. **Avaliação do desenvolvimento do setor agropecuário no Brasil**: período de 1970 a 2000. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, SP: v. 16, n. 1, p. 111-124, abr. 2007.

FUKUYAMA, F. **What is social capital**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm#l>>. Acesso em: 3 set. 2009.

FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro** 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1982. 122 p.

GREMAUD, A. P.; BRAGA, M. B. **Introdução à Teoria dos Jogos**. In: PINHO, Diva Benevides; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval (Orgs.). *Manual de introdução à economia*. Vol. 1. São Paulo, SP: Saraiva, 2006. p. 204-215.

GUALDA, N. L. P. **Pólos de crescimento regionais** – uma tentativa de identificação e avaliação de seus efeitos na economia paranaense. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Orgs.). *Transformações recentes na economia paranaense*. Recife, PE: Editora da UFPE, 2005. p. 131-154.

HADDAD, E. A. **A determinação dos potenciais de crescimento econômico regional a partir da análise fatorial**: um estudo de caso. *Nova Economia*, v. 3, n. 1, p.103-256, 1993.

HADDAD, P. R. **Força e fraqueza dos municípios de Minas Gerais**. *CADERNOS BDMG*. Belo Horizonte, MG: n. 8, abril de 2004a.

HADDAD, P. R. **Seminário do BNDES sobre arranjos produtivos locais:** texto de referência da palestra sobre cultura local e associativismo. Belo Horizonte, MG: set. 2004b.

HADDAD, P. R. **Cultura local e associativismo.** In: Seminário do BNDES sobre arranjos produtivos locais. Anais...BNDES. Belo Horizonte, MG: 2004c. 53 p.

HADDAD, P. R. **A educação superior e o desenvolvimento educação regional:** globalmente competitiva e localmente engajada. Sete Lagoas, MG: 2008. Disponível em: <[http://www.unifemm.edu.br/v2/\\_files/palestra\\_paulo\\_haddad.pdf](http://www.unifemm.edu.br/v2/_files/palestra_paulo_haddad.pdf)>. Acesso: 3 jun. 2009.

HAIR, J. F. Jr. ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L.; BLACK, W. C. **Multivariate Data Analysis.** 5. ed. New Jersey: Upper Saddle River. Prentice Hall, 1998. 730 p.

HIGGINS, S. S. **Fundamentos teóricos do capital social.** Chapecó, SC: Argos, 2005. 263 p.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura, 1961. (Primeira edição: 1958).

HOFFMANN, R. **Componentes principais e análise fatorial.** Série Didática, n. 90. Piracicaba, SP: DEAS/ESALQ, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 1995. **Censo Agropecuário**, 1995. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso: 3 mar. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2000. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 8 set. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/tab01.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2005. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/munic2005/>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2006a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 14 dez. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2006b. **Contas regionais**, 2006. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003\\_2006/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2003_2006/default.shtm)>. Acesso em: abr. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2007. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004/tab01.pdf>. Acesso em: 10 maio. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2009. Estados@Paraná. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pr>. Acesso em: 3 abr. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP); INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília, DF: IPEA, 2000.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2004a. **Atlas das necessidades habitacionais no Paraná**. Curitiba, 2004. Convênio COHAPAR, IPARDES. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2004b. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba, PR: 2004. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2009.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2005. **Os vários Paranás**: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio ao plano de desenvolvimento regional / Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. – Curitiba, PR: IPARDES, 2005. 305 p.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2007. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/imp/index.php>. Acesso: 20 nov. 2007.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2008. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/mesorregioes\\_geograficas\\_PR.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/mesorregioes_geograficas_PR.pdf). Acesso em: 14 jun. 2008.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). 2009. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/indicadores\\_selecionados.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/indicadores_selecionados.pdf). Acesso em: 14 set. 2009.

INTERNET PRODUTO INTERNO BRUTO (IPIB). 2007. Disponível em: <http://www.ipib.com.br/ranking>. Acesso em: 14 jun. 2007.

ISARD, W. **Location and Space Economy: A General Theory Relation to In-**

dustrial Location, Market Areas, Land Use Trade and Urban Structure. Cambridge: MIT Press, 1956.

JAPIRA (2009) Prefeitura Municipal de Japira. Disponível em: <<http://www.japira.pr.gov.br/portal1/municipio/historia.asp?ildMun=100141174>>. Acesso: 17 out. 2009.

JOHNSON, R; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical Analysis**. 3. ed. London: Prentice-Hall, 1992. 642 p.

KRUGMAN, P. **Geography and trade**. Leuven-London: Leuven University Press/MIT Press, 1991.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1992. 232 p.

LEMONS, M. B. **Diretrizes para formulação de políticas de desenvolvimento regional e de ordenação do território brasileiro**: análise da experiência brasileira recente. Face/Cedeplar-UFMG. Belo Horizonte, MG: 2004. 29 p. Disponível em: <[http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publi\\_cacao/Cedeplar/regionaliza%E7%E3o%20final](http://www.integracao.gov.br/publicacoes/desenvolvimentoregional/publi_cacao/Cedeplar/regionaliza%E7%E3o%20final)>. Acesso em: 15 abr. 2009.

LÖSCH, A. **The economics of location**. New Haven: Yale University Press, 1954. (Primeira edição: 1940).

LOURENÇO, G. M. **Riquezas e desigualdade**: contraste do Paraná. Análise Conjuntural. v. 28, n. 03-04, p. 15 – 18, mar./abr. 2006.

MARSHALL, A. **Princípios de economia**. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1982 (Coleção Os Economistas); (Primeira edição: 1890).

MELO, C. O.; PARRÉ, J. L. **Caracterização do desenvolvimento rural dos municípios paranaenses**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, XLIV. Fortaleza, 2006. Anais... Brasília, DF: SOBER, 2006. (CD-ROM).

MILANI, C. **Teorias do capital social e desenvolvimento local**: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil) 2005. Disponível em: <[http://www.adm.ufba.br/apesqnepol\\_capital.htm](http://www.adm.ufba.br/apesqnepol_capital.htm)>. Acesso em: 19 set. 2009.

MINGOTI, S.A. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada**: uma abordagem aplicada. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2005. 297 p.

MORETTO, A. C.; RODRIGUES, R. L.; PARRÉ, J. L. **Tendência do agronegócio no Paraná**: 1980 a 1995. In: CUNHA, Marina Silva; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; ROCHA JÚNIOR, Weimar Freire da. (Orgs.). Agronegócio paranaense:



potencialidades e desafios. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 2002. p. 265-280.

MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Saga, 1972. 239 p.

NAZZARI, R.K; CAMINATI, J.G.O; TEODORO JUNIOR, A; ANTUNES, E.R; CÂNDIDO DA SILVA, D.A; TEODORO, P.A.V.B; RAIZEL, T. **Desenvolvimento sustentável e capital social**: confiança, cooperação e participação política no Paraná. In: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Cascavel, PR: 18 a 22 de outubro de 2004.

NORTH, D. C. (1955). "**Location Theory and Regional Economic Growth**". Journal of Political Economy, LXIII, june. (Versão em português em SCHWARTZMANN, J., 1977).

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. **Elementos endógenos do desenvolvimento regional**: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. Revista da FAE, v. 6, n. 2, p. 29-37, 2003.

OLIVEIRA, G. B. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, PR: v. 5, n. 2, p. 41-48, maio/ago. 2002.

PEDRO FILHO, F. S. **Endogenia, etnodesenvolvimento e desenvolvimento regionalizado**. Disponível em: <[http://www.administradores.com.br/artigos/endogenia\\_Etnodesenvolvimento\\_e\\_desenvolvimento\\_regionalizado](http://www.administradores.com.br/artigos/endogenia_Etnodesenvolvimento_e_desenvolvimento_regionalizado)>. Acesso em: 13 mai. 2009.

PEROBELLI, F. S.; OLIVEIRA, A. F.; NOVY, L. G. G.; FERREIRA, M. V. **Planejamento regional e potenciais de desenvolvimento dos municípios de Minas Gerais na região em torno de Juiz de Fora**: uma aplicação de análise fatorial. Nova Economia, Belo Horizonte, MG: v. 9, n. 1, p. 121-150, 1999.

PERROUX, F. **O conceito de pólo de desenvolvimento**. In: SCHWARTZMAN, J. (Org.). Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR, p. 145-156, 1977. (Primeira edição: Note sur la notion de pôle de croissance, 1955).

PERROUX, F. **Dialogue des monopoles et des nations**: équilibre ou dynamique des unités actives? Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1982.

PIACENTI, C.A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses**. Curitiba, PR: Camões. 2012. 183p.

PIFFER, M. **Apontamentos sobre a base econômica da Região Oeste do Paraná**. In: CASSIMIRO FILHO, F. & SHIKIDA, P. F. A. (Orgs.). Agronegócio e

desenvolvimento regional. Cascavel, PR: EDUNIOESTE, 1999. p. 57-84.

PIRES, M. S. **Construção do modelo endógeno, sistêmico e distintivo de desenvolvimento regional e a sua validação através da elaboração e da aplicação de uma metodologia ao caso do Mercoeste**. 2001. 210 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Florianópolis, SC: Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PNUD. **Ranking IDHM Unidades da Federação 2010**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-UF-2010.aspx>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

PORTALBRASIL. **valor do salário mínimo no estado do Paraná**. Curitiba: 2010. Disponível em: <[http://www.portalbrasil.net/salariominimo\\_para\\_na\\_2010.htm](http://www.portalbrasil.net/salariominimo_para_na_2010.htm)>. Acesso em: 22 jul. 2014.

PORTER, M. **Vantagem competitiva das nações**. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Campos, 1992. 897 p.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. Brasília, DF: Brasiliense, 1970. 368 p.

PUTNAM, R. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2002.

RIPPEL, R.; FERRERA DE LIMA, J. **Pólos de crescimento econômico: Notas sobre o caso do Estado do Paraná**. Revista REDES, Santa Cruz do Sul, RS: v. 14, n. 1, p. 136-149, 2009.

REZENDE, M. L.; FERNANDES, L. P. S.; SILVA, A. M. R. **Utilização da análise fatorial para determinar o potencial de crescimento econômico em uma região do sudeste do Brasil**. Revista Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, RS: n. 19, p. 92-108, 2007.

RODRIGUES, R. L.; MORETTO, A. C.; GUILHOTO, J. J. M. **Transformações e tendências da estrutura produtiva paranaense no período 1980-1995**. In: MAIA, S. F.; MEDEIROS, N. H. (Orgs.). Transformações recentes na economia paranaense. Recife, PE: UFPE, p.75-99, 2005.

ROSA, S. L. Couto. **Diretrizes e princípios em desenvolvimento territorial**. In: Valério Turnes et alii. Projeto Meu Lugar: transformar regiões administrativas e territórios de desenvolvimento. Florianópolis, SC: Cidade Futura, 2004.

SANTOS, D. **O modelo de causalidade circular e cumulativa e o modelo centro-periferia**. In: COSTA, José Silva (Coord.). Compêndio de economia regional. Coimbra: APDR, 2002. p. 189-200.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967. 101 p.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1973. 250 p.

SCHULTZ, T. W. **Investindo no povo**: O segredo econômico da qualidade da população. Tradução de Elcio Gomes de Cerqueira. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 1987. 202 p.

SHIKIDA, P. F. **Desigualdades socioeconômicas no Paraná**: uma análise de componentes principais. Teoria e Evidência Econômica, ano 16. n. 32. 2009. No Prelo.

SILVA, J. R.; RIPPEL. R.; FERRERA DE LIMA, J. **A teoria dos pólos de crescimento de François Perroux**. Cadernos de Economia, Chapecó, SC: Uno-chapécó, v. 4, n. 7, p. 75-95, 2000.

SOUZA FILHO, J. R. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2002. Disponível em: <[www.nutep.adm.ufrgs.br](http://www.nutep.adm.ufrgs.br)>. Acesso em: 21 set. 2009.

STHOR, W. B.; TAYLOR, D. R. **Development from above or below?** The dialectics of regional planning in development countries. New York: John Willey and Sons. Tradução de Carlos A. Malferrari. São Paulo, SP: Pioneira, 1981. 451p.

TENANI, P. **A chave de todas as portas**. Valor Econômico, São Paulo, SP: 3, 4 e 5 out. 2003. Caderno EU, p. 12-13. 2003.

VU, C. J.; TURNER, L. **International tourism and the economic matrix**. Working Paper, Melbourne: Victoria University, 2006. 32p. Disponível em: <[http://www.businessandlaw.vu.edu.au/app\\_eco/working\\_papers/2006/wp6\\_2006\\_vu\\_turner.pdf](http://www.businessandlaw.vu.edu.au/app_eco/working_papers/2006/wp6_2006_vu_turner.pdf)>. Acesso em: 27 abr. 2008.

VON THÜNEN, J. H. **The isolated State**. New York: Pergamon Press, 1966. (Primeira edição: 1826).

WEBER, A. **Theory of location of industries**. 2. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1957. (Primeira edição: 1909).

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário**: da colonização à modernização agrícola e formação do Lago de Itaipu. Cascavel, PR: Edunioeste, 1999. 148 p.

Título Indicadores do Potencial de Desenvolvimento Endógeno dos Municípios Paranaense: no período 1999/2013

Autor Carlos Alberto Piacenti

Revisão gramatical Luciana Miquelino

Editoração Eletrônica Thatyane Vieira Furtado

Design de Capa Thatyane Vieira Furtado

Formato 16 cm x 23 cm

Extensão .pdf

Tipografia Arial

Número de páginas 212

O objetivo deste estudo foi identificar, dentre os municípios paraenses, aqueles considerados economicamente deprimidos e, assim, determinar seu potencial de desenvolvimento endógeno. Para tanto, o estudo analisou três diferentes dimensões, que agregaram indicadores econômicos, sociais e institucionais dos municípios paraenses. Para o estudo, utilizou-se a teoria do desenvolvimento endógeno, que pressupõe o protagonismo dos atores locais, interagindo em laços de cooperação territorial, constituindo, assim, o capital social do município. Entende-se que esse capital social, atuando de forma conjunta com outras formas de capitais (capital humano, capital cívico, entre outros), promove o desenvolvimento econômico do município. Assim; a pesquisa traçou o ranking de municípios economicamente deprimidos, conforme o grau do seu potencial de endogenia. As conclusões abrangeram cada uma das três dimensões e, de forma específica, a determinação do potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios economicamente deprimidos.

O estudo conclui que os municípios paraenses classificados como economicamente deprimidos são também, por extensão, municípios que apresentam baixos indicadores de capital humano e de capital social. Sobre tudo, o estudo sugere que os municípios deprimidos devam ser tratados de forma diferenciada, tal como ocorre com as pequenas propriedades agrícolas, ou seja, com a formulação de políticas públicas específicas para eles, que estimulem a diversificação das atividades econômicas, privilegiando ações que gerem condições de permanência da população jovem nesses municípios. Tais políticas podem contribuir, assim, para que esses municípios retenham e consigam estimular seu capital humano e social.



**PTI**

Parque Tecnológico  
Itaipu



DESTE EM  
DESENVOLVIMENTO  
PARA O MUNICÍPIO DEPRIMIDO  
DE MANAUS, AMAPÁ



Editora  
**PARQUE ITAIPU**

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-98845-45-6



9 788598 845456

